



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Patrícia Simões de Almeida Justo da Silva Werner

Infância, sofrimento e laço social: considerações psicanalíticas sobre a criança do
século XXI

Florianópolis
2025

Patrícia Simões de Almeida Justo da Silva Werner

Infância, sofrimento e laço social: considerações psicanalíticas sobre a criança do século XXI

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em psicologia

Orientador(a): Prof.(a) Ana Lúcia Mandelli de Marsillac, Dr.(a)

Florianópolis
2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Werner, Patrícia Simões de Almeida Justo da Silva
Infância, sofrimento e laço social: : considerações
psicanalíticas sobre a criança do século XXI / Patrícia
Simões de Almeida Justo da Silva Werner ; orientadora, Ana
Lúcia Mandelli de Marsillac, 2025.
216 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Psicanálise. 3. Criança. 4.
Sofrimento. 5. Laço Social. I. de Marsillac, Ana Lúcia
Mandelli. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Patrícia Simões de Almeida Justo da Silva Werner

Infância, sofrimento e laço social: considerações psicanalíticas sobre a criança do século XXI.

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado, em 26 de agosto de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Maurício Eugênio Maliska, Dr.
UNISUL

Profa. Milena da Rosa Silva, Dra.
UFRGS

Profa. Marina Menezes, Dra.
UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Psicologia



Documento assinado digitalmente
Iuri Novaes Luna
Data: 27/11/2025 16:36:56-0300
CPF: ***.989.989-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Documento assinado digitalmente
Ana Lucia Mandelli de Marsillac
Data: 27/11/2025 08:59:41-0300
CPF: ***.653.470-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Ana Lúcia Mandelli de Marsillac, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2025

Para meu filho Otto.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Ana Marsillac, agradeço por me acompanhar, amparar e conduzir ao longo da pesquisa, sempre respeitando meu tempo de compreensão e elaboração, meu ritmo de escrita, meu espaço e meu estilo. Senti-me com grande liberdade para seguir em busca de responder às minhas inquietações, e muito respeitada em minhas escolhas. Muito obrigada pela parceria!

À banca examinadora, pela disponibilidade, pela leitura atenta e pelo esforço de conciliar as agendas.

Ao PPGP, pela oportunidade de realizar esta pesquisa.

Aos colegas do LAPCIP, pelas tantas trocas no grupo de pesquisa, pelas leituras de partes do texto e pelas valiosas indicações, críticas e sugestões.

Aos meus irmãos, Carlos e Lara, aos meus cunhados, Juliana e Daniel, e às amigas Cacá, Ligia, Duda, Maíra, Thaís e Thays, pelos inúmeros momentos de descontração e leveza, bem como de desabafo e acolhimento.

Aos pacientes, que tanto me ensinam.

Ao meu analista, Alberto May, pela escuta cuidadosa desse e doutros anos.

À minha mãe, M. Cristina, e ao meu pai, Carlos Alberto, por tudo que me proporcionaram para que eu chegasse até aqui e pudesse conduzir esta pesquisa. Pelo incentivo constante, pelo exemplo de dedicação como professores e pesquisadores universitários nesta mesma instituição, e pelo apoio instrumental, financeiro e emocional — não apenas nesses quatro anos, mas sempre.

À minha finada avó Doloris, também professora da UFSC, cuja biblioteca e curiosidade pela psicanálise herdei.

À minha sogra, Dona Adriana, por toda a ajuda logística com meu filho — que tinha apenas dois anos (e muita energia!) quando iniciei o programa —, permitindo-me ter momentos de estudo e escrita ao se ocupar dele com tanto carinho.

Ao meu filho, Otto, que soube aceitar minhas ausências e, ao longo desses quatro anos, mesmo sem saber, me deu toda a força necessária para seguir adiante — mesmo diante da maior das dificuldades: conciliar sua criação com as demandas acadêmicas, o trabalho no consultório, as tarefas domésticas e familiares, e as contingências da vida, incluída aí a pandemia.

Por fim, ao meu esposo, Vitor, pela imensa parceria que tornou possível encaixar a tese na vida — ou, por vezes, a vida na tese. Pelo acolhimento nos momentos mais desafiadores, pela compreensão e pelas inúmeras trocas, especialmente as intelectuais. Sem dúvida, meu maior interlocutor na escrita deste texto.

RESUMO

A presente tese, orientada pelos fundamentos da psicanálise freudolacanianana, propôs uma reflexão crítica sobre os modos de comparecimento do sofrimento psíquico na infância no século XXI, considerando sua articulação com as transformações culturais, os discursos normativos e os rearranjos no campo da parentalidade e da família. Partindo da escuta clínica da primeira infância, a tese buscou desmontar a ideia da “criança generalizada”, figura abstrata que opera a homogeneização dos sujeitos e sua consequente submissão a discursos patologizantes, desenvolvimentistas e medicalizantes. A pesquisa se inseriu na vertente da psicanálise aplicada e teve caráter qualitativo. Recolheu fragmentos da clínica e da cultura para compor uma leitura dos contornos do atual mal-estar e de como ele tem chegado às crianças. O trabalho está estruturado em seis capítulos principais que se desdobram em eixos conceituais e clínicos que apontam para alguns dos modos como a cultura atual — marcada pela presença do discurso capitalista, pelo culto à performance, pela racionalidade técnico-científica e pela presença da virtualidade, — repercute sobre a constituição subjetiva. A parentalidade, enquanto posição discursiva, foi discutida em sua articulação com a função paterna e com o desejo da mãe, e problematizada a partir do declínio do Nome-do-Pai e dos efeitos subjetivos daí advém. Investigou-se, assim, a desorientação dos pais, a fragilidade na sustentação de limites e a emergência de “terceiros” especialistas que ocupam o lugar da autoridade outrora exercida por eles. O sintoma infantil foi tematizado como modo de inscrição subjetiva no laço familiar. Analisou-se a crescente demanda por diagnósticos e a consequente patologização da infância, com destaque para o que chamamos dos “excessos pulsionais não contingenciados”, que são interpretados como respostas do sujeito à crise da transmissão e às exigências de desempenho e ajustamento. O trabalho articulou ainda o deslocamento da criança de lugar de desejo para lugar de gozo, enfatizando a criança como depositária do ideal de felicidade. O brincar, em sua função simbólica, foi retomado como atividade essencial à subjetivação e à elaboração dos impasses do real. Contudo, o excesso de objetos, a hiperconectividade e a captura pela lógica do consumo foram apontados como entraves contemporâneos à função elaborativa do brincar. Discutiu-se o impacto das tecnologias, da virtualidade e do discurso do capitalista sobre o corpo e o laço social da criança, assim como o imperativo de gozo que suplanta a lógica da castração. Como resultado de um percurso de reflexão crítica, buscamos trazer um posicionamento de negação da naturalização de um modelo universal de subjetivação infantil e enfatizamos a importância da escuta da criança como sujeito singular, atravessado por discursos, fantasmas parentais, marcas da cultura e da linguagem. Defendemos que o sofrimento psíquico infantil, longe de ser apenas um déficit ou falha neurobiológica, possa ser compreendido como uma resposta criativa do sujeito frente aos ideais sociais e parentais, delatando os impasses dos tempos em que vivemos.

Palavras-chave: psicanálise, criança, sofrimento, laço social.

ABSTRACT

This doctoral dissertation, grounded in the principles of Freudo-Lacanian psychoanalysis, proposes a critical reflection on the manifestations of childhood psychic suffering in the 21st century, considering its articulation with cultural transformations, normative discourses, and changes in the domains of parenthood and family. Based on clinical listening in early childhood, the thesis aims to deconstruct the notion of the "generalized child"—an abstract figure that promotes the homogenization of subjects and their consequent submission to pathologizing, developmentalist, and medicalizing discourses. The research follows the path of applied psychoanalysis and adopts a qualitative approach. It gathers fragments from clinical practice and culture to outline a reading of the contours of contemporary malaise and how it manifests in children. The work is structured into six main chapters, which unfold into conceptual and clinical axes pointing to some of the ways in which contemporary culture—marked by the presence of capitalist discourse, the cult of performance, technoscientific rationality, and pervasive virtuality—impacts the formation of subjectivity. Parenthood, as a discursive position, is discussed in its articulation with the paternal function and the mother's desire and is problematized in light of the decline of the Name-of-the-Father and its subjective consequences. The thesis investigates parental disorientation, the weakening of symbolic limits, and the emergence of "third-party" specialists who have come to occupy the position of authority formerly held by parents. The child's symptom is addressed as a mode of subjective inscription in the family bond. The growing demand for diagnoses and the resulting pathologization of childhood are analyzed, with particular attention to what is referred to as "uncontained drive excesses," interpreted as subjective responses to the crisis of transmission and the demands for performance and adjustment. The work also addresses the shift of the child from a place of desire to a place of jouissance, emphasizing how the child becomes a repository of the ideal of happiness. Playing, in its symbolic function, is revisited as an essential activity for subjectivation and for the elaboration of real impasses. However, the excess of objects, hyperconnectivity, and the capture by consumerist logic are identified as contemporary obstacles to the elaborative function of playing. The impact of technologies, virtuality, and capitalist discourse on the child's body and social bond is discussed, as well as the imperative of jouissance that overrides the logic of castration. As the outcome of a critical path of reflection, this research takes a stance against the naturalization of a universal model of child subjectivation and emphasizes the importance of listening to the child as a singular subject—one who is shaped by discourses, parental fantasies, cultural marks, and language. It argues that childhood psychic suffering—far from being a mere deficit or neurobiological failure—can be understood as a creative response by the subject to social and parental ideals, thereby exposing the impasses of our times.

Keywords: psychoanalysis, child, suffering, social bond.

RÉSUMÉ

Cette thèse de doctorat, fondée sur les principes de la psychanalyse freudolacanienne, propose une réflexion critique sur les manifestations de la souffrance psychique de l'enfant au XXI^e siècle, en tenant compte de son articulation avec les transformations culturelles, les discours normatifs et les reconfigurations dans les domaines de la parentalité et de la famille. À partir de l'écoute clinique de la petite enfance, la thèse vise à déconstruire la notion de « l'enfant généralisé » — figure abstraite qui opère une homogénéisation des sujets et leur soumission aux discours pathologisants, développementalistes et médicalisants. La recherche s'inscrit dans le champ de la psychanalyse appliquée et adopte une approche qualitative. Elle recueille des fragments issus de la pratique clinique et de la culture afin de proposer une lecture des contours du malaise contemporain et de la manière dont celui-ci se manifeste chez les enfants. Le travail est structuré en six chapitres principaux, développés autour d'axes conceptuels et cliniques qui interrogent certains des effets de la culture actuelle — marquée par la présence du discours capitaliste, le culte de la performance, la rationalité technoscientifique et l'omniprésence du virtuel — sur la constitution de la subjectivité. La parentalité, en tant que position discursive, est analysée dans son articulation avec la fonction paternelle et le désir maternel, et problématisée à la lumière du déclin du Nom-du-Père et de ses conséquences subjectives. La thèse explore la désorientation parentale, l'affaiblissement des repères symboliques et l'émergence de « tiers » spécialistes qui tendent à occuper la position d'autorité auparavant dévolue aux parents. Le symptôme de l'enfant est abordé comme un mode d'inscription subjective dans le lien familial. L'augmentation des demandes de diagnostic et la pathologisation croissante de l'enfance sont analysées, avec une attention particulière portée à ce qui est désigné comme des « excès pulsionnels non contingents », interprétés comme des réponses subjectives à la crise de la transmission et aux exigences de performance et d'adaptation. Le travail traite également du déplacement de l'enfant d'un lieu de désir vers un lieu de jouissance, soulignant comment l'enfant devient le dépositaire de l'idéal de bonheur. Le jeu, dans sa fonction symbolique, est revisité comme une activité essentielle à la subjectivation et à l'élaboration des impasses du réel. Toutefois, l'excès d'objets, l'hyperconnectivité et la capture par la logique consumériste sont identifiés comme des obstacles contemporains à la fonction élaborative du jeu. L'impact des technologies, de la virtualité et du discours capitaliste sur le corps de l'enfant et sur ses liens sociaux est discuté, tout comme l'impératif de jouissance qui supplante la logique de la castration. Résultat d'un parcours de réflexion critique, cette recherche adopte une position de refus face à la naturalisation d'un modèle universel de subjectivation infantile, et souligne l'importance d'écouter l'enfant comme un sujet singulier — traversé par les discours, les fantasmes parentaux, les marques de la culture et du langage. Elle soutient que la souffrance psychique de l'enfance — loin d'être un simple déficit ou une défaillance neurobiologique — peut être comprise comme une réponse créative du sujet face aux idéaux sociaux et parentaux, révélant ainsi les impasses de notre époque.

Mots-clés: psychanalyse, enfant, souffrance, lien social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Skincare</i> para crianças.....	46
Figura 2 -Desafio da academia entre crianças.....	47
Figura 3 - Livros de astrofísica, teoria da relatividade e física quântica para bebês..	49
Figura 4 - A mãe Millenial e sua abordagem não-violenta.....	83
Figura 5 - Eu ensinando minha mãe boomer sobre parentalidade <i>Millennial</i>	84
Figura 6 - A interpretação sígnica do choro do bebê.....	101
Figura 7 - A rotina de cuidado do bebê <i>reborn</i>	105
Figura 8 - A comercialização de um discurso contra o comercial.....	119
Figura 9 - Charge sobre os adultos ocupados.....	125
Figura 10 - Os parquinhos perigosos da década de 70.....	130
Figura 11 - Charge de W. Haefeli publicada na New Yorker.....	131
Figura 12 - Regras feitas pela escola para a brincadeira de pega-pega.....	132
Figura 13 - Óculos infantis que “protegem” as crianças das telas.....	138
Figura 14 - Corpo presente ou ausência?.....	145
Figura 15 - O celular é um brinquedo?.....	147
Figura 16 - Os aparelhos eletrônicos são um ideal comum a todos os cortes sociais.....	148
Figura 17 - <i>Metabrincadeira</i> virtual?.....	151
Figura 18 - Os quatro discursos de Lacan em O Seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise.....	160
Figura 19 - O discurso do capitalista em Lacan no O Seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise.....	161
Figura 20 - Questionar a ciência é fazer ciência.....	184

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 OBJETIVOS	28
2.1 GERAL	28
2.2 ESPECÍFICOS.....	29
3. MÉTODO	29
4 A CRIANÇA, O INFANTIL, A INFÂNCIA.....	35
4.1 O SÉCULO XXI OU A CRIANÇA DA NOSSA ÉPOCA.....	41
5 FAMÍLIA, TRANSMISSÃO E PARENTALIDADE.....	53
5.1 A FAMÍLIA PERSISTE APESAR E A PARTIR DAS MUTAÇÕES	54
5.1.1 O NOME-DO-PAI E A FUNÇÃO PATERNA	60
5.1.2 O DECLÍNIO SOCIAL DA IMAGO DO PAI E A CRISE DA AUTORIDADE.....	69
5.1.3 O DESEJO DA MÃE (OU, A FUNÇÃO MATERNA) E O PAI GRAVETO (OU, A FUNÇÃO PATERNA).....	76
5.2 CONTORNOS DA PARENTALIDADE HOJE.....	80
6 A CRIANÇA, O SINTOMA E A TRANSMISSÃO	97
6.1 CRIANÇA HOJE: LUGAR DE DESEJO OU DE GOZO?.....	104
7 BRINCAR É MARCA DO TEMPO DA INFÂNCIA	108
8 OS EXCESSOS E SEUS EFEITOS NO BRINCAR, NO IMAGINAR, NO CORPO	123
8.1 Infância hiperconectada e seus desdobramentos	127
8.2 TELAS E GAMES	135
8.3 LAÇO E ATRAVESSAMENTOS DA VIRTUALIDADE.....	145
8.4 GOZO E SATISFAÇÃO PULSIONAL.....	154
8.5 DISCURSO DO CAPITALISTA E DISCURSO DA CIÊNCIA: A QUEDA DO DISCURSO DO MESTRE	159
9 CORPO E NORMATIVIDADE: COMO PENSAR O QUE SE PASSA COM AS CRIANÇAS?	166
9.1 EXCESSO PULSIONAL NÃO-CONTINGENCIADO	170
9.2 QUAIS DESTINOS ESTAMOS DANDO AO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA INFÂNCIA?	184
CONCLUSÃO	193
REFERÊNCIAS	202

1 INTRODUÇÃO

Lançar um olhar e transformar em palavras uma escuta que parte da clínica sobre o contexto cultural em que se dá a ver os modos de comparecimento do sofrimento psíquico da criança (ou na infância?), é sempre difícil e ao mesmo passo, importante. Na prática clínica com a primeira e a primeiríssima infância, e, também no campo da pesquisa, temos visto emergir discussões sobre novas apresentações do sofrimento psíquico, no entanto, parece-nos arriscado afirmarmos apressadamente que o que vemos e vivemos é radicalmente diferente do que foi visto e vivido em outros tempos, e do mesmo modo, que tudo sempre foi assim, sem qualquer novidade.

Pensamos ser imperioso sustentarmos nosso trabalho, seja ele uma construção teórica na universidade, nas instituições psicanalíticas, na nossa prática clínica, ou nos lugares de onde ele comparece na *polis*, no sentido da desconstrução da ideia da “criança generalizada”, para usar a expressão de Lacan (2003c [1967], p.367). A “criança generalizada” corrobora com uma ideia de paridade, de que todas as crianças são iguais: temos a segregação como efeito de uma tentativa de anular as diferenças, concentrar para poder generalizar. Daí que surgem fenômenos como a misoginia, a chamada criança tirana, o preconceito racial, etc. (FORMIGONI, 2017). Tornada gênero, “a” criança pode ser agrupada, receber valor classificatório e, com isso, tornar-se manipulável. É aí que a criança é apartada da sua história, reduzida ao seu “desenvolvimento” que aconteceria independentemente de seus conflitos existenciais e edípicos. Uma “criança que não é filho”, como nos sugeriu Voltolini (2021), que não é atravessada pelo desejo¹ particularizado de uma mãe, que não carrega consigo as dores e as delícias de ser quem se é (sua posição gozosa), que não está situada dentro de uma fantasmática parental específica e não recebe as marcas dos ideais de um tempo. Vemos se instalar nas práticas sociais essas perspectivas que isolam os conflitos geracionais e nada querem saber do lastro da transmissão parental, mas sim dos confrontos lógicos que o objeto de conhecimento

¹ Segundo Lacan (1998b [1958]), o desejo não é “nem o apetite de satisfação, nem a demanda de amor, mas a diferença que resulta da subtração do primeiro à segunda, o próprio fenômeno de sua fenda (*Spaltung*)” (p.698). Tal fissura nada mais é que o efeito da castração, que, de acordo com Harari (2003), é o próprio desejo. Assim, “se não falta alguma coisa, não há desejo, e a castração remete à falta. Ou melhor: é a falta central marcante e sustentadora do desejo” (HARARI, 2003, p. 102).

coloca a sua frente, como na clínica piagetiana, ou ainda, aquelas que tomam o sofrimento psíquico advindo da complexa trama existência humana enquanto bioquímica cerebral mal regulada, que gera comportamentos inadequadamente reforçados, para os quais um plano de aprendizagem é traçado (VOLTOLINI, 2021). Esse plano, que contém competências e habilidades que seriam necessárias a todas e quaisquer crianças, convida à submissão de um significante mestre (S1) coletivo e anônimo: os “especialistas da subjetividade” que o estabelecem, e, se a vida da criança fosse orientada na direção desse funcionamento, haveria um desenvolvimento pleno, saudável e adequado (TEPERMAN, 2012).

A “criança generalizada” toca no emblemático ponto das ciências do homem por demonstrar a tensão que existe entre o lugar de sujeito (o que faz ciência) e o lugar de objeto (o que é estudado por ela), como nos colocou Foucault em “As palavras e as coisas” (2000 [1966]), e também Lacan ([1966]/1998a), ao afirmar que “não há ciência do homem porque o homem da ciência não existe, mas apenas o seu sujeito” (p.873). A “criança generalizada” diz da supressão do sujeito no discurso da ciência que encontrou no discurso do capitalista sua conjunção. A criança generalizada é a criança do discurso da ciência, sem desejo, anônima, universal.

Essa pretensa homogeneidade que o termo criança comporta, ao ponto de dizermos “a criança de hoje” e tentarmos lhe dar contornos específicos, nos leva a e estendermos o raciocínio também aos chamados “pais de hoje”, e ainda, a “parentalidade hoje”². A respeito das leituras alarmistas perante as mudanças no campo da família e no futuro da criança, Teperman (2012) sustenta o argumento que o termo “parentalidade”, ainda que tenha surgido como um modo de sutura da falta, sintomático de nossa época, “não implica um risco para que haja um amanhã no qual a transmissão familiar, com suas falhas e imperfeições, continue vigorando” (p.185).

² Em sua pesquisa sobre família, parentalidade e época, Teperman (2012) percorreu conceitualmente cada um desses significantes, demonstrando suas coordenadas históricas e as funções que eles cumpriram ao longo dos tempos. Para a autora, haveria um risco em importar o neologismo “parentalidade” para a psicanálise, pois sua forjadura, assim como em toda e qualquer nomeação, não foi neutra e carrega consigo algumas marcas de seu tempo. Uma delas, segundo a autora, é a de que o termo vem sendo utilizado em outros campos do saber para substituir o termo “família”, especialmente a partir de modificações em três dimensões onde ele está presente: nas novas configurações familiares, no mal-estar na atualidade e no modo como este se traduz no campo da família e na criação de crianças, e na proliferação dos especialistas da família. Sendo assim, Teperman (2012, 2022) argumenta que podemos sim, utilizarmos do termo parentalidade desde que saibamos que ela não é homogênea, nem hegemônica. Assim, “a parentalidade é para todos, não sem a família de cada um” (TEPERMAN, 2022, p.89).

A família, tende a continuar abrindo furos na consistência e na assepsia previstas nos discursos normativos, e o modo com que cada pai e cada mãe dão testemunho de sua transmissão, apesar de não fazer grupo, não haver um “nós”, continuará a existir, produzindo diferentes efeitos. Como o Real³ não tem seus dias contados, a família também não, por mais que os modos prevalentes de realizar a sutura da falta de nossa época sejam distintos de outrora, a família em sua função de resíduo e o sujeito em sua unicidade, permanecerão (TEPERMAN, 2012).

No campo de pesquisa da psicanálise com crianças no Brasil, acompanhamos o crescer de estudos e publicações em torno de temáticas que congregam conceitos inicialmente exteriores à teoria psicanalítica, como, por exemplo, o de “parentalidade” e mesmo o de “infância”, para serem somados à inextricável relação entre subjetividade, laço social⁴ e época.

Junto a Mariotto (2021), pensamos que “a clínica psicanalítica com crianças é um grande observatório dos passos que uma sociedade dá” (p.73) e desse lugar privilegiado de escuta, podemos teorizar sobre como o mal-estar na atualidade se traduz no campo da família, da criação de crianças, nas dores do existir, do crescer e do sintoma. Freud (2020 [1930]) já nos dizia no texto do Mal-estar na cultura, de modo categórico, que uma das principais fontes de sofrimento e talvez a mais dolorosa, se origina da relação com o outro. Em nossa clínica buscamos compreender como se circunscreve essa dificuldade de estarmos com os outros no laço social, de que modo as crianças têm respondido a essa experiência, de quais os recursos dispõem, qual sua disponibilidade.

Não pretendemos fazer um estudo de todas as respostas que cada época arma diante do confronto com a inexistência da relação sexual, nem também de tentar

³ Lacan aborda a noção de Real sob diferentes perspectivas, relacionando-o à diferentes conceitos. Podemos concebê-lo com uma dimensão da experiência que está além da simbolização e da imaginação, representando aquilo que é impossível de ser completamente integrado ao campo do simbólico. O Real seria aquilo que resiste à linguagem e à compreensão total, frequentemente associado ao trauma, ao corpo e às experiências que escapam à nossa capacidade de simbolização, ou ainda, referido à ideia do impossível da relação sexual.

⁴ Lacan concebe o laço social relacionado à ideia de que o sujeito só se constitui na relação com o Outro, que representa o campo do simbólico. Ele coloca uma ênfase na dimensão discursiva e linguageira que a media e fornece ao sujeito uma possibilidade de nele se inserir. Essa relação do sujeito com o Outro é marcada por uma certa alienação, uma vez que o sujeito se reconhece através do Outro, que é ao mesmo tempo fonte de desejo e de falta. Podemos pensar o conceito de laço social a partir do conceito de discurso, que o é o meio pelo qual o laço social se realiza. É através dele que as estruturas do desejo, da lei e da autoridade se articulam, sustentando a ordem social. O discurso, por sua vez, não é um sinônimo de comunicação, mas possibilita ela.

caracterizar o mal-estar na cultura de nosso tempo, gerador por excelência de certa dose de sofrimento estrutural, mas sim, de tentar produzir uma leitura das mudanças sintomáticas que aparecem na clínica com crianças, como efeito das mudanças ocorridas na cultura, nos modos de estruturação psíquica, com relação às diferentes formas de organização da família perante os ideais sociais. Estamos advertidos de que a “clínica com crianças” não é homogênea, mas ainda assim podemos localizar singulares modos de respostas que cada um elabora a partir dos determinantes que se apresentam. Recusamos o que seria da ordem de que o contemporâneo arma para todos, ainda que busquemos tecer sobre ele alguma consideração acerca de seus possíveis efeitos sobre o sujeito em estruturação.

Reconhecemos que parte do material clínico analisado nesta pesquisa provém de uma experiência em clínica particular, o que poderia, a princípio, ser interpretado como um recorte social específico. Contudo, cabe enfatizar que, conforme a orientação da psicanálise lacaniana, o objeto de estudo do psicanalista é o inconsciente, e este, por estrutura, não se submete às categorias sociológicas, identitárias ou econômicas. Como indica Lacan (1964), o inconsciente é o discurso do Outro, ou seja, o lugar em que o sujeito é falado pela linguagem e pelos significantes que o antecedem, o que o torna estruturalmente atravessado pelo campo simbólico, e não determinado pelas contingências sociais em si. Isso significa que as formações do inconsciente — sonhos, sintomas, lapsos, atos falhos — podem se manifestar de formas distintas em diferentes contextos culturais e materiais, mas suas operações estruturais são universais, pois dizem respeito à posição do sujeito em relação ao desejo e ao gozo.

Dessa forma, ainda que o contexto da clínica particular possa oferecer uma amostragem específica de discursos e modos de sofrimento, ele não restringe a validade teórica das reflexões aqui desenvolvidas. A psicanálise não é uma sociologia dos afetos, mas uma leitura do modo como o sujeito é capturado pelos discursos que organizam a vida social. É por isso que, como lembra Miller (1999), o discurso do capitalista, ao prometer a todos o acesso ilimitado ao gozo, funciona como um universal contemporâneo, atravessando as fronteiras de classe e produzindo novas formas de sofrimento psíquico em todos os estratos sociais. O que muda é a maneira

como cada sujeito responde a esse imperativo — seja pela via da carência, seja pela via do excesso —, mas o modo de interpelação subjetiva é o mesmo.

Além disso, a própria experiência clínica, ainda que situada, oferece um campo privilegiado de observação dos efeitos desse discurso no nível do laço social e das configurações da infância. O sofrimento que se manifesta nas crianças hoje — seja nos sintomas corporais, nos impasses escolares ou nos modos de relação com a tecnologia — não é propriedade de uma classe, mas expressão de uma mutação mais ampla nos modos de gozo e de laço que atravessa toda a sociedade. O inconsciente, enquanto estrutura de linguagem, não reconhece fronteiras de classe nem distinções econômicas, mas opera sobre todos que, de um modo ou de outro, estão capturados pela lógica do desejo e pela demanda do Outro. Assim, mesmo que o material empírico tenha sido recolhido em determinado recorte social, as elaborações que dele decorrem visam à estrutura e não à sociologia dos sujeitos, o que preserva o alcance teórico e ético da pesquisa.

Ainda assim, é importante reconhecer que, enquanto pesquisadora, minha escuta e minha leitura não são neutras, e que falo de um lugar específico, situado e atravessado por minha própria inscrição discursiva. Do mesmo modo que na psicanálise, aqui não se propõem afirmações universais nem isentas da contaminação do olhar que enuncia. Como também afirma Katz (2019), aquele que fala sobre a infância fala sempre de um lugar, e é precisamente desse lugar que emergem tanto as possibilidades quanto os limites de uma teoria. Há, portanto, um ponto de impossibilidade em toda tentativa de formular um modelo unívoco de “infância”, e é nesse ponto que esta pesquisa se coloca: entre a singularidade da escuta e a impossibilidade de totalização teórica.

Reconhecer o próprio lugar de enunciação, longe de fragilizar a posição da pesquisadora, constitui antes uma garantia ética frente ao risco de universalização do discurso teórico. A psicanálise, desde Freud, ensina que não há saber neutro, pois todo saber é atravessado pelo desejo e por uma posição no campo do Outro. Nesse sentido, admitir que minha escuta e minha leitura são situadas não equivale a um gesto de relativismo, mas à assunção do ponto de falha estrutural que habita todo discurso — inclusive o discurso científico. Lacan (1966) já afirmava que o sujeito do

inconsciente não coincide com o sujeito do conhecimento: há sempre um resto que escapa à apreensão do saber. Assim, ao reconhecer a marca de minha própria posição, busco preservar o espaço desse resto, que impede que a pesquisa se feche em um discurso totalizante ou identitário.

A psicanálise não oferece modelos normativos de subjetivação, mas modos de leitura do singular. Quando se fala, portanto, de “criança contemporânea”, não se designa um tipo clínico ou sociológico, mas uma forma de interrogar o sujeito em sua relação com o Outro de seu tempo. É nesse sentido que o material recolhido — ainda que provenha de um contexto social particular — serve como via de acesso à escuta de algo que ultrapassa esse contexto: as novas formas de endereçamento do desejo e do gozo na infância. O que se observa na clínica privada pode, assim, ser tomado como sintoma social, no sentido lacaniano do termo, isto é, como ponto de condensação do mal-estar de uma época. Tal perspectiva permite que a análise do particular se abra para a dimensão do universal discursivo, sem pretender esgotá-lo.

Retomando Katz (2019), se aquele que fala sobre a infância fala sempre de um lugar, é precisamente dessa inscrição que emergem as condições de possibilidade da pesquisa. Ao sustentar que não há neutralidade, a psicanálise reafirma que toda produção de saber implica um sujeito dividido, atravessado pelo inconsciente e pelo desejo. O saber produzido nesta tese não pretende, portanto, oferecer um modelo de compreensão da infância, mas abrir um campo de reflexão sobre o lugar que o discurso contemporâneo reserva às crianças — campo em que o pesquisador também se vê implicado. Assim, o reconhecimento da parcialidade da escuta e da impossibilidade de totalização teórica não diminui o valor científico da pesquisa, mas o enraíza na ética da psicanálise, para a qual a verdade só se diz “a meia palavra”.

Apostamos ao longo da pesquisa na tarefa de questionar a esteira de práticas que visam a medicalização⁵ do sofrimento psíquico e o apagamento da singularidade

⁵ Sobre o conceito de medicalização, consolidado nas décadas de 60 e 70, destacamos os trabalhos de Irving Zola, com seu artigo “Medicine as an Institution of Social Control” (1972), os de Ivan Illich, como o texto “A expropriação da saúde: Nêmesis da medicina” (1975), e de Michel Foucault, figura fundamental que consolidou um base teórica sólida ao fenômeno, trazendo para a discussão questões relativas ao saber-poder, à biopolítica e à crítica ao saber médico como forma de poder e normalização social. Para uma discussão mais aprofundada, sugerimos o texto “O conceito de medicalização em Michel Foucault na década de 1970”, de Zornazelli e Cruz (2018) no qual se

e do sujeito. Para isso, fazendo coro ao saber da psicanálise no que se refere à apresentação e ao tratamento do sofrimento psíquico na infância, buscamos problematizar os diagnósticos clínicos ao evidenciar os fatores relacionais, estruturais e políticos também aí envolvidos. Tentamos provocar o leitor com algumas de nossas inquietações sobre a infância, seu entendimento e seu lugar, a partir da perspectiva da psicanálise freudolacaniana.

Buscamos fazer frente à construção de um discurso avesso ao biologizante e ao patologizante, que garanta um lugar para a singularidade do sujeito dentro (do mal-estar) da cultura e que possa somar-se às teorizações clínicas sobre a criança e seu corpo-sintoma. Desde uma posição ética e política, endossamos a especificidade discursiva da psicanálise e sua possibilidade de fazer furo aos saberes totalizantes que se colocam como que “à prova” da singularidade, apesar de que algo sempre lhes escapa.

Pensamos ser oportuna uma investigação que possa incluir não apenas os questionamentos acerca do lugar da criança na contemporaneidade, mas também, o lugar dos pais a partir dos desafios que a parentalidade no século XXI nos impõe. A essa perspectiva, poderia ser integrada a discussão acerca da queda da autoridade simbólica, também descrita como a função paterna em declínio, a fim de pensar a desordem contemporânea e seus efeitos sobre as crianças. Assim, buscamos refletir acerca de como algumas das características de nosso tempo como, por exemplo, a atual conjuntura de consumo, a avidez pela imagem, o individualismo, a perda das garantias religiosas e da tradição, o super investimento narcísico e o culto à realização pessoal embaralham a parentalidade do século XXI (IACONEELLI, 2021).

Tomaremos também a proposta de Katz (2021a) de pensar a “criança como método”, apoiada na publicação de Burman (2019), opera no sentido de gerar novas agendas de pesquisa que tomem essa intervenção conceitual para levantarem questões mais interessantes e engajadas com as complexidades político-culturais, com as diversidades e com a fluidez das posições de vida das crianças. Partir da

observa a compreensão de Foucault sobre a medicalização não apenas apenas como um fenômeno restrito à prática clínica, mas como um dispositivo ampliado que atravessa instituições e práticas sociais diversas, incluindo a escola, a família e, notadamente, os espaços de controle da saúde mental. O autor ressalta que a psiquiatria, nesse contexto, veio a se tornar um campo privilegiado para a constituição de subjetividades medicalizadas, nas quais comportamentos desviantes ou não normativos são tratados como patologias a serem corrigidas. Essa perspectiva problematiza os limites entre cuidado e controle, tratamento e disciplinamento, evidenciando como a saúde mental pode ser instrumentalizada por práticas biopolíticas de gestão da vida e da norma.

criança como método para a operatividade de uma crítica política, a partir da imbricação dela com a clínica. A criança seria um “instrumento analítico crítico”, que pode iluminar não somente as formas de poder e práticas de inequidade, mas também as relações de poder entre adultos e crianças (KATZ, 2019). Essa também forma de desqualificação do saber que as crianças carregam por meio da ênfase desenvolvimentista de que elas ainda não alcançaram o porte da palavra para se dizerem e para dizerem do mundo em que vivem, atende a estruturas de poder já há muito definidas e excluem sua possibilidade de participação social.

Enquanto psicanalistas, temos um compromisso político com esse debate, e podemos contribuir com ele de algumas formas, seja na esfera da micropolítica ou da macropolítica: ao reconhecermos o estatuto do saber na infância, indo de encontro com expressões como “a criança não sabe o que diz”; não sermos indutores do discurso da patologização da infância a partir da “corpo normatividade”, questionando os critérios de produção da diagnóstica; estando atentos e nos contrapondo aos discursos que versam sobre a estruturação da subjetividade, supostamente “isentos” mas jamais apolíticos; enfrentando a proposição de universais hegemonicamente ordenados, como os ideais de criança e de família (KATZ, s/d).

Nosso engajamento discursivo precisa ser exposto no sentido de ler e operar a psicanálise como aquela que “[...] se incomoda, aquela que não recua e, porque não escapa do discurso hegemônico por simples vocação, deve se implicar, também, na escuta das causas e dos efeitos das relações de poder entre adultos e crianças” (KATZ, 2019, s/p). Desmistificar, desamarrar alguns argumentos imaginários que vêm sendo utilizados desde uma leitura rasa e precária das teses de Freud, e, também, de Lacan, de forma ampla e irresponsável, como o de que a “culpa é sempre da mãe” e outros dizeres que sugerem uma idealização da família e a existência de um modelo desenvolvimentista de estruturação psíquica.

Partimos da escuta clínica das crianças e de suas famílias e, segundo Katz (2019)

[...] Não estamos autorizados a esquecer o compromisso com a escuta das crianças em sua diversidade (porque escutar crianças nunca quis dizer escutar um modo de ser criança apenas), mas, também é preciso dizer, precisamos nos perguntar se, em nossos modos de dizer a criança e sua família, participamos do debate político engajados no enfrentamento da segregação, ou se, fazendo um uso específico de nossos modos de entender

e de dizer a estrutura subjetiva, não participamos da consolidação dos discursos patologizantes (s/p).

Acreditamos que o sofrimento psíquico na infância e seus diferentes modos de apresentação e comparecimento, dizem das maneiras encontradas pelos sujeitos de dizerem não aos imperativos impostos pela cultura, e, com isso, acabam por delatar os indizíveis da própria cultura do nosso tempo. Pensar sobre os modos de tratamento do sofrimento psíquico na infância na atualidade e sobre os destinos do mal-estar na cultura, é tarefa necessária para aqueles que se colocam ante ao compromisso ético de caminhar na contramão da padronização do sujeito e da normatização da subjetividade.

Assim, na presente pesquisa, buscamos promover uma reflexão acerca do sofrimento psíquico e seu enlaçamento com a cultura, a linguagem e o laço social em nossa época, apontando para os destinos que temos dado a ele e seus atravessamentos, e indicando as questões relacionais aí implicadas. Para atingir tal objetivo, propusemos uma pesquisa de caráter qualitativo, orientada pelos pressupostos epistemológicos próprios à pesquisa psicanalítica, ou seja, uma investigação sobre o inconsciente nas suas diferentes formas de apresentação. De modo mais específico, a presente pesquisa se organiza dentro da perspectiva da psicanálise aplicada, constituindo uma pesquisa teórica que busca recolher fragmentos da cultura e recortes da prática clínica que auxiliem a desdobrar e melhor articular os conceitos a serem trabalhados.

Propusemos a divisão do texto em 9 capítulos, que, por sua vez, se desdobram em alguns subcapítulos. Em: “A criança o infantil e a infância” (Capítulo 4) buscamos realizar uma delimitação terminológica e esboçar alguns contornos conceituais dentro perspectiva teórica da psicanálise lacaniana, apontando para seus limites e possibilidades de compreensão. Acreditamos que mais que um exercício de rigor teórico, as escolhas terminológicas encenam um compromisso ético, político e epistemológico que orientará a pesquisa e lhe fornecerá as coordenadas fundantes. Buscamos demonstrar que a “infância” não é um conceito da psicanálise, mas sim o infantil, ainda que o termo adotado em nosso título tenha sido a “criança”. Assim, tentamos discutir os termos e o conceito e justificar nossa escolha junto a alguns autores. Nesse momento inicial, procuramos delimitar os componentes do título do

trabalho, e, por fim, caracterizar o que tomamos por “criança do século XXI”, ou ainda, caracterizar as marcas da “nossa época”, da atualidade. Se toda época tem efeitos na subjetividade e deixa nela suas marcas, marcamos que a nossa leva as marcas da decadência da função paterna, da queda do Outro⁶ como semblante, do fracasso dos modos tradicionais da regulação do gozo⁷. Ainda que a função paterna seja falida por estrutura, nossa época parece apresentar novas formas desse fracasso. Procuramos discutir alguns desses efeitos e como eles se mostram na cultura.

No capítulo 5: “Família, transmissão e parentalidade”, traçamos algumas linhas sobre o estatuto da família na teoria freudolacanianana, mostrando as relações entre ela e o desenvolvimento psíquico. Procuramos localizar que as mudanças estruturais e de composição pelas quais a família passou e tem passado não advogam pelo seu desaparecimento (pelo contrário), ou mantêm qualquer relação previamente determinada com um suposto “desajuste”. Dentro da discussão sobre a família, pensamos também os contornos da parentalidade no nosso tempo. A parentalidade é tomada como um lugar discursivo em que comparecem componentes libidinais, culturais, políticos e sociais. Ela é marcada por uma função simbólica que está para além dos familiares, que toca o Real e escreve essa relação. Temos, portanto, uma articulação do Real e do Simbólico fundando a parentalidade e o filho, mas ainda, há um ideal social que desempenha papel decisivo para o modo com que uma criança é tomada dentro da estrutura libidinal dos pais. Por um outro lado, pensando a partir da criança, é preciso nos interrogarmos sobre quem são aqueles Outros que irão

⁶ No pensamento de Lacan, a noção de Outro está ligada à ideia de alteridade, representando uma dimensão de exterioridade que constitui o campo do simbólico. O Outro, com maiúscula (*Autre*, em francês), podemos tomá-lo como o lugar do discurso, da lei e da linguagem que estrutura a subjetividade. Ele simboliza a alteridade radical, uma alteridade que precede e ultrapassa o sujeito, sendo o espaço onde o desejo e a lei se encontram e se articulam. Assim, o Outro funciona como uma instância de alteridade que, ao mesmo tempo, é o suporte do simbólico, moldando a entrada do sujeito na ordem do discurso e da lei. Essa relação evidencia a importância do Outro na constituição do sujeito, na medida em que ele é o mediador da relação do sujeito com a linguagem, a lei e o desejo, configurando uma alteridade fundamental que sustenta a estrutura do inconsciente lacanianano.

⁷ O conceito de gozo (*jouissance*) em Lacan pode ser articulado à função do Nome-do-Pai, que atua como uma lei simbólica reguladora do excesso, impedindo a destrutividade e, ao mesmo tempo, estruturando o desejo. Lacan enfatiza que o desejo é sempre marcado por uma falta, e o gozo representa uma busca pelo excesso que ultrapassa os limites do simbólico, do imaginário e do real. Na contemporaneidade, como buscaremos argumentar que no presente há uma dificuldade ou fracasso dos modos tradicionais de gozo, pois as formas clássicas de satisfação e os limites simbólicos parecem se enfraquecer ou se perder, resultando em uma experiência de vazio ou de excesso que desafia as estruturas psíquicas convencionais e altera a relação do sujeito com o desejo e o próprio gozo.

sustentar o lugar de referência para ela na cultura. É nesse intermédio, entre os outros e os Outros que se cria para a criança um lugar de existência dentro da malha discursiva, que pode indicar sua singularidade ou ser gerador de impasses nesse percurso (CARMO-HUERTA & ROSA, 2021).

Buscamos apresentar alguns elementos da cultura para avançarmos em uma reflexão sobre como os efeitos da crise contemporânea da autoridade vem se mostrando no âmbito das relações familiares. Para dizê-lo sumariamente: realizamos um percurso dentro da teoria freudolacanianana sobre a complexa questão do pai, apontando para o que seria a função paterna, o Nome-do-Pai e o declínio social da *imago paterna*⁸, buscando demonstrar a relação entre eles. Falamos sobre a fragilidade do Outro simbólico, que é só semblante, sob o efeito da “crise da tradição” que falou Hannah Arendt. Buscamos abordar a crise da consistência que outorgava outrora as identificações que, por sua vez, regulavam o gozo e causavam certa orientação ao desejo, para poder relacionar tal argumento aos efeitos que dele advém, como abordado nos capítulos subsequentes. O argumento é de que hoje nos encontramos com certa pulverização da consistência do Outro simbólico por conta do Nome-do-Pai em declínio na cultura e, deste fato, decorrem efeitos significativos na constituição subjetiva das crianças, os quais procuramos exemplificar.

Nessa linha, pensando ainda na questão da autoridade, abordamos em “Contornos da parentalidade hoje” (5.2), alguns questionamentos em torno da dificuldade que parecemos encontrar nos pais em sustentar um lugar de responsabilidade sobre os filhos quanto à função de transmissão da lei e da cultura. Dificuldade que passa por sustentar simbolicamente uma posição de interdição, barramento de gozo. Falamos também sobre o fato de que a autoridade moral dos

⁸ O termo Nome-do-Pai aparece pela primeira vez em “O mito individual do neurótico”, de 1953, em um momento de forte influência do estruturalismo na obra de Lacan. No Seminário 3, Sobre as Psicoses, a noção de pai aparece como “ponto de basta”, como “o ponto que vêm se atar o significado e o significante” (Lacan, 1985 [1955], p.303). Sua palavra é a que confere ordenação ao discurso. O Nome-do-Pai diz da instalação de um significante primeiro que fará com que tudo ao seu entorno se organize e se irradie. O ponto de basta é um ponto de convergência que permite situar retroativa e perspectivamente tudo o que se passa nesse discurso (p.303), e, com isso, tudo o que se passa na história do sujeito. Traduzida do francês, a expressão ponto de *capitoné*, ou ponto de estofa, referido às confecções de estofados, ao exato momento em que sua estrutura foi preenchida de espuma até o limite, e o colchoeiro, então, pode unir as partes da frente e de trás, costurá-las. É no momento que a “agulha do colchoeiro [...], torna a sair” (1985 [1955-56], p.303), é que vemos estar estabelecido aquilo que trata o papel do pai, a significação. A junção do significante com o significado, estabelecendo o sentido ao próprio discurso.

pais precisa ser encarnada “por sua conta em risco”, considerando justamente o que discutimos no capítulo anterior sobre a crise da tradição e trazendo aspectos relativos à questão da transmissão na educação. Abordamos o que seria um “abandono” de uma criança nos dias de hoje, ligando a ideia à não-regulação de gozo, sobre os riscos do ideal de liberdade e ainda, sobre uma terceirização da infância; sobre os “terceiros” que vêm se ocupando da infância.

“A criança, o sintoma e a transmissão” (Capítulo 6) traz a discussão da noção de “sintoma”, apontando para as diferenças de seu emprego pela medicina e pela psicanálise, abordando uma leitura sobre o que seriam os “sintomas do infantil” e as “construções sintomáticas”. Trouxemos as importantes considerações de Lacan sobre o entendimento do sintoma nas crianças, uma que situa o sintoma enquanto resposta ao sintomático da estrutura familiar, como verdade do casal parental, e, ainda, como correlato ao fantasma da mãe. Relacionamos as apresentações sintomáticas das crianças à desorientação que percebemos nos pais, e à procura pelos “especialistas da infância”, aqueles profissionais que, pelo deslocamento da autoridade que antes era depositada nos pais, têm sido chamados a “orientar” os pais na criação de filhos, como se a parentalidade fosse ensinável e, se bem exercida, pudesse trazer garantias de felicidade, ajustamento e adequação.

A isso, seguimos articulando a ideia de parentalidade, filhos e felicidade com a noção de gozo, no subcapítulo 6.1, “Criança hoje: lugar de desejo ou de gozo?”. Percorremos a hipótese de que temos visto uma inversão do lugar da criança na economia psíquica parental, especialmente nas mães, que sai do lugar de desejo para ocupar um lugar de gozo.

O capítulo seguinte (7), “Brincar é marca do tempo da infância”, tratamos do brincar em sua função simbólica, como atividade fundamental que possibilita que “a gente vire gente”, como meio para a construção de uma matriz simbólica que faça circular os significantes⁹. Também abordamos o brincar como atividade elaborativa diante das exigências que o pacto civilizatório nos faz, ou seja, como uma forma de o

⁹ Lacan a partir do seu contato com a linguística estrutural de Ferdinand Saussure propôs pensar o sujeito como constituído e definido pela ordem significante. Para ele, o significante é uma unidade mínima da linguagem que, ao se relacionar com outros significantes, constitui o campo do simbólico e estrutura o inconsciente. Em um artigo de 2020, junto a Reis, discutimos essa questão. O acesso está disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352020000100025).

simbólico tratar o real a partir de uma ação do sujeito. Fizemos apontamentos sobre a importância do brincar lida por Freud e relida por Lacan para depois pensamos algumas apresentações clínicas atuais, com a invasão do “politicamente correto” no brincar, a super presença, supervigilância e superproteção dos pais que, tantas vezes obstaculizam essa importante atividade da criança.

No capítulo que se segue ao do “brincar”, temos um desdobramento dele, intitulado “Os excessos e seus efeitos no brincar, no imaginar e no corpo” (Capítulo 8). Lá buscamos teorizar sobre possíveis efeitos do contemporâneo no brincar, trazer algo da escuta clínica sobre a ênfase no objeto em sua posse e não no seu uso enquanto suporte ao brincar, enquanto possibilidade de articulação da fantasia¹⁰. Relacionamos ali a questão do consumo, do excesso de oferta de objetos reais, da falta da falta.

O subcapítulo “Infância hiperconectada e seus desdobramentos” (8.1) aborda a perda de espaço do brincar para o uso da tecnologia pelas crianças, e como esse fato se desdobra nas cenas do brincar, nas questões corporais e mesmo na escola. A seguir, em “Telas e games”, a discussão fica mais abrangente, englobando além do uso generalizado de gadgets, também a discussão sobre a virtualização da vida, sobre a passividade da criança-espectadora, sobre a captura e apelo imagéticos presentes nas produções direcionadas à criança, e, sobre o uso das telas enquanto recurso para realização e construção da ficção e do imaginário. Falamos também sobre diferentes montagens da ficção em seu direcionamento às crianças, tudo isso tendo como pano de fundo a questão do consumo e do excesso.

Em “Laço e atravessamentos da virtualidade” (8.3), abordamos como a virtualidade não tem sido um elemento a mais que compõe nossa experiência, mas o modo predominante que tem modelado nossa forma de nos relacionarmos com as pessoas. Nossos laços são atravessados pela virtualidade e, desde muito cedo, tem comparecido na vida de uma criança o bombardeio de estímulos, o excesso de imagens e empuxo ao consumo. Nos questionamos se podemos considerar assistir TV ou manipular o *tablet* como uma nova forma de “brincar”, ou ainda, se assistir

¹⁰A fantasia é um recurso do sujeito que o auxilia na proteção contra a angústia, podendo assumir formas diversas, como imagens ou enredos, que possibilitam uma mediação do sujeito com a falta percebida no Outro. A fantasia pode ser pensada como de organização do sujeito frente à falta do Outro.

crianças brincando nas redes sociais pode também ser uma espécie de meta brincadeira virtual, e, com isso, operar na criança alguma simbolização. Falamos ainda sobre os “influenciadores digitais” enquanto figuras identificatórias e questionamos o que seria ali da ordem de uma transmissão.

Em seguida, “Gozo e satisfação pulsional” (8.4) trata sobre como o tecido social está imerso em uma cultura que reforça o excesso e menospreza a castração, e, desse modo, tudo que diz respeito à falta e à transmissão de limites é visto como algo a ser transposto. Marcamos o imperativo hedonista de satisfação pulsional, e apontamos para o fato de o gozo não parecer ser algo a se recalcar mas algo a ser vivido como direito. Relacionamos o gozo ao consumo e ao ideal preconizado pelo discurso capitalista, para, no último subcapítulo desta “série”, “O discurso do capitalista e o discurso da ciência: a queda do discurso do mestre”, conceituarmos em maiores detalhes sobre o consumo e essa nova forma de ordenar a realidade, os laços sociais e suas práticas, o gozo e a política. Pontuamos sobre o objeto *a*¹¹ e sua confusão dentro do discurso do capitalista como objeto de consumo, e sobre a posição de sujeito dentro desse que seria o +1 dos quatro discursos lacanianos.

No último capítulo (9) “Corpo e normatividade: como pensar o que se passa com as crianças” propomos uma reflexão sobre os atravessamentos do discurso social no cuidado com a infância. Falamos sobre como o tipo da infância ideal proposto pela cultura também acaba por produzir o que estaria fora dela, levando à questão do desajustamento e do psicodiagnóstico. A ideia de excesso também aparece aqui, ligada ao excesso de diagnósticos e não questionamento sobre os atravessamentos discursivos que marcam a criança e seu corpo-subjetividade. A noção de corpo é, portanto, abordada. Relacionamos também a questão do sintoma e do sofrimento, a partir da expressão de sofrimento “*dado a ver*”, emprestada de Jerusalinsky (2002), para pensarmos o sofrimento como um “dado”, algo que “se dá a ver”, como algo que comparece. Nesse capítulo e nos subcapítulos que ele desdobra, buscamos abordar a problemática da patologização e da medicalização do sofrimento psíquico na infância, desde o qual o sujeito é quem passa a ser um “dado”,

¹¹ O objeto *a*, ou objeto pequeno *a*, recebeu diferentes designações ao longo da obra de Lacan. Ele não é um objeto concreto, palpável. Foi pensado como objeto causa de desejo, como discutiremos a frente, enquanto aquele causa e sustenta o desejo. O objeto *a* é um objeto imaginariamente perdido, cuja procura por seu reencontro acompanha o sujeito pela vida. Ele também é associado ao Real, como marcador da falta no Simbólico.

um número, não mais alguém que faz parte de uma fantasmática parental e de um modo de gozar próprio de uma época. Iniciamos uma articulação sobre corpo e gozo, mostrando como ele se constitui a partir da incidência do Outro sobre o organismo pensando as incidências do discurso social nessa imbricação. Apontamos para a necessidade de uma crítica às práticas que reduzem o corpo ao organismo, o sofrimento à apresentação fenomenológica do sintoma, e o tratamento à medicação. Propomos que nem toda dificuldade deve ser lida como patologia, e que processos como a tristeza, a inquietude, o movimento, a timidez, a rebeldia, tantas vezes tratadas como sintomas ou mesmo como sendo a própria patologia, precisam ser lidas como respostas do sujeito frente a impasses, questões presentes no curso de sua estruturação psíquica. Discutimos que, em cada tempo, as crianças e os ideais de normalidade/anormalidade estão sujeitos às significações que nós as outorgamos. Assim, buscamos produzir uma reflexão que incluísse que a ideologia que está posta aos adultos, também está posta às crianças, e os ideais atravessam-nos por iguais. Do mesmo modo, buscamos discutir que os parâmetros normatizantes modernos parecem deixar de fora a consubstancial necessidade da criança de jogar, de criar, de “curiosear”, de movimentar-se e dos espaços e tempo necessário para tal.

Falamos em “Excesso pulsional não contingenciado” (9.1) sobre o que seriam dois quadros clínicos que têm crescido contundentemente, ambos pensados a partir da lógica da falta de agenciamento, de direcionamento da pulsão. Acreditamos que isso que a psiquiatria nomeia como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e, também, como Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) são uma resposta que certos sujeitos armam frente ao mal-estar do nosso tempo, caracterizado pelo declínio do Nome-do-Pai e pelos efeitos advindos dessa conjuntura.

Em “quais destinos estamos dando ao sofrimento psíquico na infância?” (9.2) buscamos oferecer um posicionamento e uma problematização diante do vertiginoso aumento diagnóstico no campo da psicopatologia da infância dos casos de TDAH e TOD, em que vemos se colocar no debate científico e um discurso reducionista desde o qual o sofrimento psíquico é atrelado a uma concepção puramente organicista, produzindo consequências delicadas que incluem: efeitos de desresponsabilização (do sujeito, da família, das instituições) e também, a medicalização do sofrimento psíquico. Tal estado das coisas se coloca a contrapelo de entendermos a infância

como um devir, e deixa de lado o sujeito em processo de constituição, com suas múltiplas possibilidades. Por mais grave que seja aquilo que afeta uma criança, não podemos pensar nisso como um destino do qual ela não pode fugir, ou ao qual ela precisa se “com-formar”.

Assim, ao longo de todos os capítulos, percorremos a interrogação sobre a apresentação do sofrimento psíquico na infância hoje, ainda que não descartemos que os novos sintomas não sejam necessariamente tão novos, e que nova seja, talvez, a sua extensão na cultura. A essa interrogação, não pudemos deixar de somar o questionamento acerca de como a cultura incide na subjetividade, apontando para a variedade de resposta do sujeito frente às condições de uma época, à um modo específico de laço social. Toda época possui características específicas que a definem e a determinam, e os sujeitos não escapam às suas impressões. Em outras palavras, cada momento histórico provoca efeitos na subjetividade, e em consequência, também deixa marcas na manifestação de sintomas, resultando primordial investigar tanto os modos como a cultura incide sobre a subjetividade como também as diferentes respostas que os sujeitos manifestam segundo o contexto de cada época. Consideramos assim, que os sintomas respondem aos impasses daquilo se passa no laço social, assim como as dificuldades contemporâneas se associam a um modo de gozo que é promovido pela posição de agente que tem no discurso da hipermodernidade o objeto *a-mais-de-gozar*¹² em sua ascensão ao zênite do social” (Lacan, 2003 [1970]).

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

¹² Retomando e transformando a noção marxista de mais-valia, Lacan no Seminário 16 ([1968-69], inédito) propôs o termo mais-de-gozar, (*plus-de-jouir*), pensando nisso que é o excedente, isso que sobre da instalação do circuito pulsional. Ele fala nos últimos seminários de um excedente de gozo, algo que ultrapassa o princípio do prazer. Lacan irá relacionar o mais-de-gozar com o objeto *a*, afirmando que no discurso capitalista, o objeto mais de gozar se torna objeto mesmo da produção e do consumo. A ideia que Lacan persegue, é que, com o discurso capitalista, o gozo, o consumo, o prazer instantâneo e sem limites foram colocados dentro do centro da dinâmica social, em que os sujeitos são seduzidos ao consumo como alternativa de preenchimento da falta, que é, porém, estrutural.

Promover uma reflexão psicanalítica acerca do sofrimento psíquico na infância no seu enlaçamento com a cultura, a linguagem e o laço social em nossa época.

2.2 ESPECÍFICOS

1. Descrever a apresentação do sofrimento psíquico na infância a partir da sua relação com os modos de fazer laço hoje e seus atravessamentos com a virtualidade;
2. Discutir sobre o lugar da criança na economia psíquica parental e seus efeitos na estruturação psíquica;
3. Indicar possíveis efeitos subjetivantes frente à desautorização dos pais na ocupação de suas funções;
4. Produzir uma argumentação sobre os destinos dados ao sofrimento psíquico na infância hoje;

3. MÉTODO

Dentro da especificidade do campo psicanalítico, a presente pesquisa se apresenta na perspectiva chamada por Freud de “psicanálise em extensão”¹³, que se refere ao tipo de investigação psicanalítica dedicada ao estudo daquilo que se encontra fora do espaço circunscrito da clínica, com especial ênfase nos estudos dos fenômenos sociais e culturais. Com Herrmann (2002), sustentamos a ideia de uma pesquisa em clínica extensa, por abarcar as variantes da psicanálise, seja ela a clínica padrão, literária, cultural, etc., cujo ponto central é o uso do método psicanalítico, independente de qual seja o fenômeno estudado, uma vez que seu objeto sempre será o inconsciente nas suas diferentes formas de apresentação.

Nesse tipo de pesquisa há uma potencialidade de produção de novas sugestões teóricas a partir dos achados que partem da clínica enquanto questionamento e encontram fora dela possíveis respostas. Segundo Mezan (2002),

¹³ Por outros autores de “extramuros” (LAPLANCHE, 1992), “extensa/exportada” (HERRMANN, 2002), “implicada” (ROSA, 2012).

o pesquisador “[...] é capaz de ler nas maiúsculas da cultura coisas que podem ter validade também nas minúsculas da vida psíquica individual”, assim, clínica e cultura encontram-se entrelaçadas (p.319). Com frequência, nos coloca Mezan (2002), “as noções empregadas para estudar o problema escolhido saem revigoradas do embate com aquilo que foram convocadas a esclarecer”, contribuindo desse modo, para o desenvolvimento dos conceitos e da própria psicanálise (p.233). As pesquisas desse tipo questionam, colocam em xeque e acabam por rever, recolocar em cena “[...] os alicerces sobre os quais a psicanálise se assenta, ou as formações sociais/culturais com as quais se articula” (NAFFAH NETTO, 2006, p.282).

Comumente, as pesquisas formais em psicanálise em extensão se dão dentro do espaço universitário, especialmente nos programas de pós-graduação. A pesquisa em formato de tese em psicanálise, segundo Mezan (2019) pode contribuir não somente para a sedimentação e para o desenvolvimento da psicanálise enquanto disciplina, mas singularmente, como um escrito que possibilite ao analista na posição de pesquisador compreender melhor “quem é e o que faz”. Ela é também um texto, e, como tal, precisa se enquadrar nas regras desta categoria:

[...] deve investigar uma questão razoavelmente delimitada, demonstrar conhecimento da maneira como tem sido tratada na literatura científica, apresentar argumentos convincentes em favor da posição tomada a respeito dela, levar em consideração possíveis objeções, e – o que reputo essencial – estar redigida em boa prosa, isto é, clara, correta e agradável à leitura (MEZAN, 2019, p.231).

Nisso, segundo o autor, não há uma especificidade psicanalítica, pois, como em qualquer outra área do conhecimento, “deve ser epistemológica e metodologicamente consistente, arquitetonicamente bem construída, e retoricamente persuasiva” (MEZAN, 2019, p.231).

Sabemos da necessidade da pesquisa em psicanálise na universidade atender as demandas da universidade, mas também as da psicanálise. É nesse contexto que Garcia- Roza (1993) afirma que, dentro da universidade, “[...] a pesquisa não pode consistir senão numa pesquisa teórica” (p.119). E por pesquisa teórica temos não unicamente uma revisão teórica da psicanálise com o objetivo de verificar sua coesão interna, exercendo uma espécie de assepsia da teoria, mas sim, a busca pela ampliação da teoria em questão. O seu valor estaria em ultrapassar os limites do

estabelecido, alargar e ao mesmo tempo depurar sua especificidade conceitual e clínica. Realizar uma releitura em que se busca acessar os conceitos de um texto implicando o novo, apontando transformações, transposições, construções e reformulações do “devir-conceito” em questão, pensando de que forma eles se mostram para o pesquisador em sua tradução. Tradução que envolve repertório e rigor teóricos, mas também inventividade e percepção daquilo que possa ter escapado, atenção ao detalhe destoante e a reconstrução do contexto e temporalidade própria.

Nossa proposta parte da realização de uma pesquisa teórica, também chamada de conceitual, que por sua vez, carrega algumas tensões. Uma delas é a de que a psicanálise não é filosofia, e com isso, não se trata de um sistema fechado de conceitos que tenta dar conta da totalidade dos fatos, explicação do mundo. Mas dessa restrição também podemos extrair o seu valor, que carrega o inacabamento como fato e evidencia sua ancoragem em um tempo e lugar específicos, uma vez que os conceitos trabalhados teoricamente têm na clínica a sua nascente. Desse modo, temos as questões que se apresentam na clínica com crianças como ponto de partida, na experiência de consultório da pesquisadora, mas também, de tantos outros analistas que dão testemunho de sua prática clínica por meio de publicações e comunicações orais públicas, no âmbito da academia, das instituições e grupos destinados ao estudo e transmissão da psicanálise. Partimos da clínica prevendo a inclusão de pequenos fragmentos clínicos que nos auxiliassem a articular conceitos a serem desdobrados, mas alçamos também outros voos: buscamos na esfera das manifestações da cultura, elementos que nos auxiliassem a melhor desdobrar os objetivos da pesquisa, especialmente ao considerarmos que eles incluem os atravessamentos da cultura na subjetividade, e, portanto, estão coadunados aos nossos objetivos.

Em termos metodológicos, propusemos uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo-exploratório. Os estudos qualitativos, segundo Oliveira (1982), assumem um posicionamento que considera o homem como resultado de uma atividade interativa e interpretativa e o pesquisador como parte do problema de pesquisa. Em psicanálise, segundo Rosa e Domingues (2010), a pesquisa porta “[...] uma dimensão própria de sujeito e de objeto, a qual constitui o seu método específico de pesquisar

e em que o desejo do pesquisador faz parte da investigação e o objeto de pesquisa não é dado a priori, mas sim produzido na e pela investigação” (p.182). Desse modo, não partimos de procedimentos padronizados e universais por considerar a existência de um processo investigativo. A pesquisa se produziu pelo caminhar, na medida em que a escrita e a linguagem não são instrumentos de descrição da realidade, mas sim criadoras dela (PINTO, 1999).

No procedimento, buscamos reunir no campo da literatura psicanalítica textos que realizassem uma leitura sobre a questão da parentalidade e da família, na sua relação com a contemporaneidade, bem como textos que façam uma crítica à psiquiatrização da infância e aos discursos biologizantes a partir dos significantes “psicanálise”, “corpo”, “sofrimento psíquico”, “infância”. As obras disparadoras da discussão, foram as organizadas por Catão (2020) “Mal-estar na infância e medicalização do sofrimento: quando a brincadeira fica sem graça”, e, por Bernardino (2022), “Infâncias em tempos distópicos: o que pode a psicanálise”. Como na amostragem conhecida como “bola de neve”, em que um sujeito de pesquisa sugere novos sujeitos para compor o campo amostral, aqui, consideramos que cada texto funcionasse como indicador de novos textos para formar o *corpus* conceitual analisado. Não tivemos uma preocupação quantitativa em relação à seleção dos textos, nem também preferência pelo formato das publicações, incluindo aí livros, artigos científicos, artigos publicados nas revistas das instituições de psicanálise e literatura cinza.

Para pensarmos como os atravessamentos do laço social se dão no campo da infância, buscamos recolher da cultura parte do material de nossa análise, ainda que não de modo sistematizado. Passagens de histórias infantis, obras como um todo, produções audiovisuais, conteúdo de *Blogs*, redes sociais (em especial Instagram), e outros elementos que nos ajudassem a discutir os modos com que o simbólico se apresenta por meio de redes significantes, ou seja, para articularmos a maneira com que os sujeitos se identificam ao discurso social a partir da seleção de certos significantes-mestres. Para fins de registro e composição do material, fizemos o uso de uma espécie de “bloco de notas digital” como ferramenta de pesquisa. Esse “bloco de notas digital” era um grupo no *Whatsapp* do qual somente a pesquisadora fazia parte, e para o qual encaminhava reportagens, fotografias, *prints* de tela, artigos

jornalísticos, científicos, fragmentos textuais retirados de mídias sociais e *memes*¹⁴. A pesquisadora também incluía nesse “bloco de notas digital” observações e ideias a partir de casos clínicos atendidos, de alguma impressão que lhe ocorria diante de algum fato ou acontecimento do dia a dia, ou breves reflexões a partir da leitura de textos. Todos os arquivos registrados no “bloco de notas digital”, textuais ou imagéticos, foram posteriormente transcritos para um documento em formato *Word* para facilitar sua integração e fazer fluir melhor sua leitura e organização dentro do texto da tese.

Parte do material retirado da internet, especialmente das redes sociais, continha imagens e reflexões que se apresentavam pela via do humor e da sátira, enquanto metáfora, como os memes, charges, tirinhas e alguns vídeos. Tal apresentação, essas *Metáforas da vida cotidiana*, para usar o conceito de George Lakoff e Mark Johnson (2002), permitiu elucidar como o recurso metafórico é capaz de orientar nossas concepções comuns, e, por meio delas, estruturar os significados que atribuímos a diversas ações rotineiras. A ideia de metáfora, se retornarmos a Aristóteles (2003) sobre a arte e a poética, remonta a mimese, como função atributiva do personagem em determinada encenação, que por sua vez, são baseadas na vivência real. Segundo o filósofo, a metáfora é uma “transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por analogia” (ARISTÓTELES, 2003, p. 35). A escolha do uso da metáfora pode se dar no sentido de intensificar o lirismo no ato teatral e/ou verbal (FERNANDEZ, 2021), e segundo Aristóteles (2003) ela é um meio pelo qual o absurdo adquire conotação lógica e, a partir de uma condensação, pode ser apreendido.

Ainda que fossem fragmentos da cultura, passagens, produções situadas em um espaço-tempo específico, acreditamos que elas foram de imenso valor para

¹⁴ *Memes* foi um termo cunhado pelo zoólogo Richard Dawkins em 1976, e usado como um paralelismo ao conceito de genes. Para o autor, segundo Torres (2016), um meme seria uma “unidade de transmissão cultural, ou de imitação”, ou seja, “tudo aquilo que se transmite através da repetição, como hábitos e costumes dentro de uma determinada cultura”, e que muitas vezes se transmite em rede, como numa comunidade viral. O termo foi transposto para a internet e remete a “apropriações temáticas que vão desde o humor sobre amenidades até assuntos como política e economia, e que têm, na maioria das vezes, mensagens de compreensão fácil e rápida (BEZERRA, 2021). Some a isso a facilidade de publicação e o compartilhamento, sobretudo pelas redes sociais, e teremos a viralização do conteúdo” (TORRES, 2016, p.60).

pensarmos os processos de identificação e os ideais de nosso tempo, sem a pretensão de que nossas considerações tenham um caráter universalizante ou absoluto. A contradição e a incerteza também são tensões que coabitam o pesquisar, e, mais do que isso, há de se assumir a ideia da verdade não-absoluta e na impossibilidade da construção de um saber totalizante que busca a objetivação e a universalização. O campo transferencial da experiência analítica não é adequado à separação positivista sujeito-objeto nem também ao tratamento estatístico. Nisso, há um distanciamento ou mesmo uma oposição ao modo próprio ao pesquisar da ciência tradicional. Freud se ocupou justamente daquilo que a ciência desprezava e interessou-se pelo que não era regular, previsível e universalizável da experiência humana. Buscou evidenciar a complexidade da experiência humana e como ela não pode ser reduzida à biologia, física ou química.

Apesar de a proposta da pesquisa girar em termos de uma exploração conceitual, colocando os conceitos da psicanálise “a conversarem” com a cultura, admitimos que todo conceito porta um inacabamento, mas que, quando postos a trabalhar, os significantes permitem que seja feita uma tessitura de formas de aparecimento da verdade.

Propusemos para a escrita da tese a assunção de um tom ensaístico, pois, segundo Rivera (2013), nessa categoria a teoria “[...] assume com mais vigor suas próprias limitações, seu caráter de experimentação sempre fragmentária, delimitando-se radicalmente da ilusão científica de forjar um discurso que veicule a própria realidade” (p.120). Sendo fiel à fragmentação da realidade, advertido de que a teoria é não toda, o pesquisador reflete a posição do mal-estar, pondo-o a falar e, com isso, arrisca-se em uma escrita inscrita na experiência do Outro, da extimidade¹⁵. A psicanálise não é uma ciência da *psiqué* isolada, mas sim produto e produtora da realidade social. Nesse sentido, há uma especificidade da pesquisa em psicanálise em interação que, assim como na clínica, há uma escrita “[...] que não é a mera transposição ou aplicação de uma teoria já elaborada, [mas constitui] o processo de construção do seu sistema de pensamento” (ROSA & DOMINGUES, 2010, p. 181).

¹⁵ A extimidade diz respeito à uma relação simultânea de proximidade e exterioridade, de interioridade e exterioridade em relação à presença do Outro na constituição do sujeito e na dinâmica do desejo. Para uma discussão mais ampliada, acessar o texto de Tânia Rivera, chamado “A Extimidade e o Sujeito Lacaniano”, na Revista de psicanálise, vol. 12, nº 3, pp. 45-67.

4 A CRIANÇA, O INFANTIL, A INFÂNCIA

Uma das novidades trazidas por Freud foi a importância da consideração sobre as primeiras relações humanas e os efeitos delas advindos. A difusão da teoria freudiana trouxe consigo no imaginário social, no entanto, a ideia de que a psicanálise teria uma íntima associação com a infância e que, sendo os primeiros anos da vida de alguém determinantes para a vida psíquica posterior, haveria de se fazer uma pesquisa historicista que preenchesse as lacunas dos fatos geradores de traumas na infância (CIRINO, 2001). A essa leitura difundida no senso comum, é somada ainda à ideia de que o psicanalista conduz o tratamento convidando o analisante a falar sobre a sua infância. De fato, devemos reconhecer que a teoria freudiana inaugurou a ideia da sexualidade infantil e do saber que elas elaboram a partir disso, nos lembra Cirino (2001), mas é necessário retomar que a psicanálise não é uma teoria sobre a infância, mas sim, sobre o inconsciente e o gozo. Daí também podemos extrair que o interesse da psicanálise é o inconsciente, ou ainda, o sujeito do inconsciente - que não tem idade - e ao seu modo particular de satisfação de gozo, que por sua vez, não apresenta um “desenvolvimento”. Assim, em termos psicanalíticos, a clínica da infância estaria para a perspectiva desenvolvimentista, do mesmo modo que a clínica do infantil estaria para a abordagem psicanalítica (CIRINO, 2001).

O deslocamento do registro da infância para o do infantil, permitiu a Freud inventar a psicanálise propriamente dita (BIRMAN, 1997). Quando ele, a partir da escuta do sofrimento histérico em mulheres, substitui a teoria da sedução pela da fantasia, ou seja, quando ele passou a pensar a neurose a partir dos acontecimentos da realidade psíquica e não mais da realidade fática, acaba por concluir a presença do infantil também no adulto: foi aqui que se constituiu propriamente o conceito de infantil, marcando sua diferença com a noção evolutiva de infância. Existiria assim um “[...] infantil no psiquismo que seria irreduzível a qualquer dimensão cronológica e evolutiva [...]” (BIRMAN, 1997, p.19). Ainda que a realidade psíquica, constituída pelos desejos inconscientes e pelas fantasias a ele vinculadas tivesse peso determinante sobre o fator etiológico da neurose, a realidade material dos acontecimentos não é indiferente às inscrições psíquicas e aos valores discursivos dados a eles. Disso tiramos que os acontecimentos materiais na vida de uma criança podem ter valor de determinação, mas não falam por si só. Estarão na dependência de como irão se

inscrever nela por meio de suas fantasias e do discurso do Outro, encarnadas inicialmente nas figuras parentais.

Infância e infantil remontam a estruturas conceituais diversas, estando a infância referida ao tempo da realidade histórica ao passo que o infantil é atemporal e relacionado à conceitos como pulsão, recalque e inconsciente. Aquilo que demarca a especificidade da compreensão psicanalítica diz respeito à diferenciação entre o infantil e o tempo da infância embora que ele esteja irrevogavelmente referido a ela. O infantil “[...] diz do modo peculiar de tomar a infância no trabalho de análise, ou seja, como marca mnêmica recalcada, referente aos primeiros anos de vida” (ZAVARONI et al., 2007, p. 66). Ele remete a um período que é, ao mesmo tempo, esquecido e determinante, que inclui tudo aquilo que foi visto, ouvido ou vivido na infância e que compõe as marcas mnêmicas primordiais, mas se estende para além disso. São essas impressões esquecidas que deixam em nós os mais profundos traços constituintes, com efeitos determinantes. O infantil, seria a estrutura, isto é, o efeito do significante na constituição do sujeito do inconsciente, ou seja, o infantil está ligado à uma certa base, uma inscrição no psiquismo como uma construção atravessada pela fantasia. Isso já está em Freud quando cedo em sua obra, já associa o infantil à sexualidade, à pulsão, ao recalque, à fantasia, e ao determinismo psíquico das marcas impossíveis de serem deletadas do psiquismo (ZAVARONI et al., 2007).

Podemos dizer que infância se “interioriza” na medida em que as cenas da nossa história, nossas vivências (*Erlebnisse*) se inscrevem em nós de modo singular, e desse atravessamento se constituem enquanto experiências (*Erfahrungen*), mediadas pela fantasia, elemento irrevogável da constituição do psiquismo e marcadas pelo recalque. A fantasia diz dessa apropriação, transformação, transfiguração que faz da vivência uma outra coisa, ainda que não a abandone completamente (ZAVARONI et al., 2007), e nesse sentido, tem um papel fundamental no trabalho clínico, pois revela a marca singular de cada analisante e figura como fonte material de trabalho na direção do tratamento.

Mesmo tendo atribuído à realidade psíquica um valor de determinação em relação à realidade material, ou seja, que as cenas, as vivências e os acontecimentos da infância não têm um valor em si, mas dependem do modo com que os inscrevemos em nosso psiquismo, ainda assim, parece-nos importante afirmar que eles não nos são indiferentes. As circunstâncias a que somos submetidos nesse “tempo”, os

lugares que nos são dispostos e os que nos são negados, o modo de vida que nos é apresentado, o discurso que orienta os ideais que nos são propostos e as práticas sociais nos circundam, certamente nos marcam de maneira desigual (KATZ, 2019).

É verdade que nas pesquisas e artigos sobre a infância, comumente vemos e repetimos quase à exaustão a tese de Philippe Ariès (2021 [1960]), de que o lugar da criança no discurso social não foi sempre o mesmo. O próprio conceito de infância não data mais do que dois séculos, tendo sido fixado no século XVIII (WEINMAN, 2018). A infância passou de potência de vida, própria do pensamento pós-moderno à verdade discursiva de nossos tempos, de uma fecundidade para o trabalho a uma temporalidade do cuidado para se garantir o futuro; de um anonimato histórico à materialidade entusiasmada defendida pelos teóricos e animadores da infância (PEREIRA, 2011). No entanto, ela foi propriamente pensada e fabricada quando acoplada à necessidade de torná-la letrada, preparada, escolarizada, ao modo dos princípios republicanos. Sempre houve crianças, mas nunca houve uma forma dada de sê-lo, logo, uma infância. A infância sofreu e continuará sofrendo transformações.

A leitura dessa informação precisa, no entanto, ser levada às suas últimas consequências para não incorrerem em um atentado ético que pensa a universalização da experiência humana. Com vistas a produzirmos a articulação entre teoria e prática com crianças que se deixe atravessar pelas características de nossa época, nos diz Katz (2019), precisamos considerar que a experiência da infância aponta para a diversidade e não exclui determinantes sociais e culturais como gênero, classe, deficiência e raça, ainda que tais marcadores não. Os estudos sobre a infância incluem qualificações e implicam na necessidade de somarmos os traços que compõem o termo, apontando para as diferenças que ele desdobra.

Junto com Minnicelli (2009), entendemos a infância como um significante em falta de significação. E não que antes houvesse um e que agora se perdeu, mas sim, como um significante sempre em falta de significação, instituindo-se pela linguagem e no campo da linguagem. A polissemia do termo “infância” e a sua ampla circulação em nossos tempos nos sugere que, se muito sobre ele se fala, igualmente sobre ela se cala.

Quando falamos “infância”, a qual infância nos referimos? Por conta da amplitude de seu uso, de suas diferentes admissões em diferentes disciplinas, no interesse dos âmbitos acadêmico e político, podemos afirmar que quando falamos

“infância”, produzem-se efeitos diferenciais a partir do seu ingresso em uma cadeia significativa biográfica e coletiva (MINICELLI, 2009). Não podemos deixar de considerar, segundo Minnicelli (2009), que a palavra infância quando proferida, ressoa na singularidade biográfica de seu emissor; que infância para cada um, formará um significado diferente por disparar o jogo da lógica do significativo e a colocação em movimento da cadeia remissiva ao recalco da própria infância. Como já dissemos citando Katz (2019), aquele que enuncia sobre a infância, diz sempre de seu lugar. Isso faz surgir um ponto de impossibilidade de uma teoria que se ofereça enquanto modelo e que se afirme enquanto posição unívoca e universal.

Sobre o ponto de vista do discurso social, seja ele acadêmico ou não, resulta de difícil apreensão uma definição unificada e unívoca disso que chama de infância, o que abre espaço para diferentes derivas discursivas e epistemes. Nos deparamos com discursos e práticas que tentam dar conta de continuidades e descontinuidades ao considerarmos as infâncias em diferentes épocas, e distintas culturas, uma vez que elas estão sujeitas às suas variantes históricas de significação dos imaginários de uma época. Isso quer dizer que, para falarmos das características e marcas definidoras da infância de nossa época, precisamos realizar um corte sincrônico na continuidade diacrônica. Os ditos e dizeres sobre a infância, quando postos em relação significativa, colocam em cena a tensão entre o velho e o novo, entre a tradição e a inovação, entre as continuidades e as descontinuidades históricas que têm estado e que seguem presentes:

[...] como acontecimentos sujeitos ao jogo significativo da história – expresso em discursos e práticas faladas e silenciosas que enunciam certos ‘saberes’ e práticas sobre as crianças –, em sua repetição, aquilo que se repete é único, é Um e abre com este um conjunto de repetições por vir, que darão conta do jogo do Um e do múltiplo¹⁶¹⁷ (Minnicelli, 2009, p.181).

Não existindo uma infância que não seja relativa a uma época, isso não nos impede de pensar sobre as articulações possíveis entre o sujeito e os modos de laço social predominantes em cada época¹⁸. Assim, a infância está no discurso social, vale

¹⁶ Tradução livre.

¹⁷ [...] *en tanto acontecimientos sujetos al juego significativo de la historia – expresado en discursos y prácticas hablantes y silentes que enuncian determinados ‘saberes’ y prácticas respecto de los niños y niñas – en su repetición aquello que se repite es único, es Uno y se abre con esse uno un conjunto de repeticiones por venir, que darán cuenta del juego de lo Uno y de lo múltiple.*

¹⁸ Por época, entendemos junto a Pujó (2006) a “resposta específica e elaborada em determinado contexto histórico pela civilização, ao que Lacan formula como a ausência da relação sexual” (p. 62, tradução livre).

para muitos, não para todos, chega a cada um de maneira singular. As infâncias são sempre no plural,

[...] infâncias cuja singularidade depende da condição social em que nascem e vivem, que dependem da neurose particular de seus pais, que dependem da cultura em que nascem e das marcas de simbolização que esta cultura traz, que depende, enfim, de sua filiação (VOLTOLINI, 2021, p.55).

A infância é o que a ciência tenta imprimir que há uma universalidade da experiência. A isso, enquanto psicanalistas, somos contrários. Podemos então, enquanto psicanalistas, fazer o uso da palavra “infância”, a partir dessas considerações. A infância nos diz, assim, de um tempo de composição e montagem; de um tempo de inscrições psíquicas primordiais, em que o *infans* se apropria das marcas significantes feitas pelo Outro, enquanto tempo de tessitura da “[...] rede de fantasias a partir das quais o sujeito amarra, de modo particular, por meio da pulsão, aquilo que é disposto pela cultura” (LEANDRO et al., 2013, pp. 35-36). Nosso trabalho, seja ele nos tempos inaugurais e de composição, seja ele nos tempos de “re” (recomposições, reordenamentos, repetições...), ao apontar para o sujeito que deve advir, é regido pela mesma ética, a do desejo, e têm em comum, seja com o sujeito criança ou adulto o mesmo material: o desencontro com o Real na perspectiva do impossível, da falta, do trauma.

Para evitar confusões terminológicas e com isso, epistemológicas, temos ainda mais um significante que compõe o título da presente pesquisa que precisamos abordar: a criança. A pergunta “o que é uma criança para os psicanalistas”, nos coloca Flesler (2012), não é nova, pode ainda parecer banal, mas é de fundamental importância que seja reiteradamente retomada. De difícil resposta, pela densidade que o significante “criança” condensa, como também, pela ausência de uma posição única e contundente de Freud ou Lacan a respeito da aplicação da psicanálise ao tratamento delas. As crianças não são abordáveis pela via habitual dada aos pacientes adultos, e, em um primeiro momento, sua presença foi causadora de uma verdadeira comoção na teoria e prática psicanalíticas, uma vez que questionava os saberes estabelecidos de modo radical, incluindo possibilidade submissão à única regra - regra fundamental - da psicanálise, a associação livre. Menos produtiva ainda foi a tentativa de fazer distinções entre a criança e o adulto, da qual as perspectivas evolucionistas se apropriaram, submetendo a idade cronológica a estratos e etapas de crescimento que se desenrolavam em progressão espontânea. Igualmente

equivocado, segundo Flesler (2012), foi a ideia de que o analista deveria sustentar uma análise com crianças do mesmo modo que o faz com um adulto, sem diferenciar um final de análise do outro. Não sendo a psicanálise uma teoria sobre a criança, mas sobre o sujeito, repousa aí uma resposta para o problema colocado: se o objeto da psicanálise não é a criança, nem também é o adulto, logo, a psicanálise atende a criança mas aponta para o sujeito, que não é infantil, nem adolescente, nem adulto.

O sujeito

[...] não tem idade, mas tempos. O sujeito, o da estrutura, tem tempos entrelaçados à idade cronológica: tempos de Real, de reorientação dos gozos; tempos do Imaginário, que se realizam em trocas de cena; e tempos do Simbólico, nos quais se recriam os jogos de palavra. Em cada um deles, podemos apreciar distinções que dizem respeito aos tempos do sujeito do inconsciente, tempos do sujeito da pulsão e tempos do sujeito da fantasia (FLESLER, 2012, p.23).

Esses tempos, no entanto, não ocorrem de modo espontâneo nem sucessivo, dependendo de uma série de ações de linguagem que introduzem o gozo na estruturação do sujeito e, também, produzem nele cortes a partir de uma gramática nutrida de palavras (Flesler, 2012). Não há o desenvolvimento do sujeito, mas se é que podemos falar em algum desenvolvimento, segundo Jerusalinsky (2010), seria o das funções que o circundam e o que permitem que ele advenha segundo causa¹⁹.

A definição de criança deve ser então pensada nos termos de suas coordenadas estruturais e não cronológicas. Isso porque para que fosse definido um intervalo cronológico de “ser criança”, haveria de se partir de certos parâmetros, como na aceção jurídica (são os “menores”, não aptos a contrair obrigações e responsabilidades), ou mesmo na medicina, por meio de referências maturativas do organismo. Na psicanálise nos ocupamos justamente do corpo, ou seja, de como o organismo foi capturado, envelopado pelo discurso, não do organismo (JERUSALINSKY, 2002).

Pensamos que o contorno conceitual que podemos oferecer é o de pensar o “ser” criança em termos estruturais: como sendo o tempo entre o recalque originário

¹⁹ Em seu livro “Psicanálise e Desenvolvimento Infantil” (JERUSALINSKY, 2010), encontramos alguns apontamentos que nos demonstram os efeitos do funcionamento, e, também, da não operatividade dessas funções. Na tentativa de organizar o caos conceitual que parece se instalar quando falamos sobre a relação entre o significante criança, sujeito, desenvolvimento, o autor sumariza alguns dos contrassensos envolvidos quando tomamos o sujeito segundo uma perspectiva desenvolvimentista, como, por exemplo, nas frases “a criança em desenvolvimento”, ou “o desenvolvimento da criança”.

e o recalque do Édipo propriamente dito; como o tempo da construção da imagem de si e do campo representacional, da montagem pulsional; da organização do fantasma dentro do trânsito pelo Édipo, culminando na emergência do inconsciente, sede do sujeito (Stein, 2011). Entendemos, assim, a criança como um sujeito em constituição. Como um ser que tem um dizer, um nome, e que, ademais, é um ser suscetível a nomeações, olhado e gozado pela língua, pelos afetos e condições do Outro. A criança está inscrita na relação ao semelhante por meio de um laço em que ela deve representar-se a si mesma e representar o outro em um jogo especular. É um ser que herda o que é transmitido, não somente porque tem um código genético, mas devido à sua inerente condição de *parlêtre*, como ser de palavra.

A criança é dependente do Outro, muito além da satisfação de suas necessidades, mas como modelo e como espelho, e é nessa interação com o Outro que ela pode vir a alcançar a consistência de cada um dos elementos que conformam sua estrutura psíquica. O fato de que a criança está vinculada ao gozo do Outro não é disjuntivo daquele de que também nela há um gozo, uma forma de satisfação desligada por completo de todo sentido e consideração lógica, ou seja, desprendida do Outro.

Tendo percorrido os significantes infância, infantil, criança, resta ainda o predicativo que a conferimos em nosso título, nos sugerindo que haveria aí uma diferença: a do século XXI.

4.1 O SÉCULO XXI OU A CRIANÇA DA NOSSA ÉPOCA

Sempre é difícil e assim já nos disse Freud, caracterizar um tempo ainda em curso. A “nossa época”, a “nossa criança” e o quais os signos que se apresentam distintos de outras épocas, de outros séculos. Não há como negarmos, basta olharmos para a história, que viradas de século geralmente trazem consigo certas viradas subjetivas. Assim também Freud percebeu que sua obra “A Interpretação dos Sonhos”, apesar de finalizada em 1899, era inovadora demais para ser publicada no século XIX, optando por sua publicação somente no ano seguinte, no século seguinte. Essa obra, no entanto, versava sobre a subjetividade do século anterior, mostrando

que algo permanecia ao mesmo tempo que algo se abria com tais “denúncias”. Assim também pensamos a criança do século XXI.

Optamos pela designação “século XXI” em detrimento de outros marcadores temporais também possíveis, pelo acento que fornece sobre a questão da virtualidade. Século XXI como aquele marcado pela onipresença da tecnologia, da comunicação digital e do comércio cultural, possibilitados pelo advento e popularização da internet banda larga. Os nascidos por volta dos anos 2000, receberam designações como “geração Z”, “geração alfa”, e são considerados “nativos digitais”, mostrando que a questão da virtualidade se apropria da cotidianidade desses sujeitos e os marcam num nível social.

O século XXI, segundo Sierra (2019), seria, portanto, marcado pela virtualidade nas redes sociais, pela organização social estruturada em torno do conhecimento e pela informação imediata com pretensão de ser cada vez mais realista, o que acaba por produzir nos sujeitos uma vivência paradoxal de, por um lado estarem imersos em mundo complexo, porém mais conhecido, já que dele se tem muitas informações, por outro, difícil de nele se localizar e se inscrever subjetivamente. Na cena cultural do século XXI, também podemos precisar, o consumo vai cada vez mais tomando um valor primordial, que segue se dirigindo no sentido individualizado, em que os objetos e serviços ofertados buscam não somente a satisfação de necessidades básicas, mas também, o estabelecimento de marcas que compõe a identidade, os valores e os ideais de cada um. Para dar conta das modificações sociais das últimas décadas e frisar a ordem os excessos que se manifestam em todas os âmbitos da vida que temos vivido, Lipovetsky (2004) acrescenta o prefixo “hiper” à “modernidade”.

[...] No universo da pressa, dizem, o vínculo humano é substituído pela rapidez, a qualidade de vida, pela eficiência; a fruição livre de normas e de cobranças, pelo frenesi. Foram-se a ociosidade, a contemplação, o relaxamento voluptuoso: o que importa é a autossuperação, a vida em fluxo nervoso, os prazeres abstratos da onipotência proporcionados pelas intensidades aceleradas. Enquanto as relações reais de proximidade cedem lugar aos intercâmbios virtuais, organiza-se uma cultura da hiperatividade caracterizada pela busca de mais desempenho, sem concretude nem sensorialidade, pouco a pouco dando cabo dos fins hedonistas (p. 80-81).

Tudo é hiper, é sempre mais, mais rápido, mais eficiente e maior em uma sociedade baseada na conjunção da ciência com o mercado capitalista, com a degradação da palavra que deixa o sujeito exposto ao excesso de gozo, sem a mediação e o ordenamento simbólico que instaurava o discurso do mestre como laço

social durante a modernidade. Este, válido desde a antiguidade e já em declínio na ocasião da descoberta freudiana, foi paulatinamente ganhando outros contornos em meio ao advento dos discursos da ciência e do capitalismo, que, a partir da década de 50 passaram a sustentar o laço. Nesse, supostamente, o sujeito não teria um significante que o determinasse, e por isso, seria livre para inventá-lo. Não dependendo do Outro para lhe fornecer essa designação primeira, os sujeitos inventariam eles mesmos os seus significantes-mestres.

Vemos o virtual tomar o lugar de realidade e o valor da imagem ocupar o lugar de primazia (NEGRO, 2015). Por outro lado, junto ao discurso da tecnociência, o sujeito aparece governado pelo discurso capitalista, que promove o consumo por meio da suposta promessa de bem-estar que resultaria da posse dos produtos ofertados pelo mercado. Não obstante, por detrás dessa promessa, os objetos trazem consigo o signo da fugacidade e incitam o consumo desenfreado uma vez que, em seguida, a oferta seguinte deixa a anterior sem valor, e surge enquanto nova garantia de felicidade a espera de uma nova compra. O “hiperconsumo”, segundo Lipovetsky (2004), caracterizaria nossa sociedade hipermoderna, ligada à exigência de consumo para trânsito e pertencimento aos espaços atuais, que remetem ao sujeito ao gozo ilimitado. Assim também Laurent (2015) caracteriza nossa época, como aquela do empuxo ao gozo, do predomínio dos imperativos do supereu em que se manifesta o imperativo ao gozo, em ser o empreendedor de si mesmo para o gozo máximo, para a satisfação máxima, como discutiremos doravante. Essa promoção do imperativo de satisfação, segundo Santoni et al. (2019), parece ser a regra da civilização e engendra a crença nos semblantes do Nome-Do-Pai, que leva consigo o declínio da função paterna. Essa incredibilidade deixa o sujeito a mercê dos imperativos de gozo próprios, particulares e com dificuldades para admitir uma função reguladora, que nas crianças, se apresenta nas formas dos transtornos de humor, de conduta, com demandas insaciáveis ou com a mais profunda negação ao Outro (SANTONI et al., 2019).

A ordem própria de nossa época se encontra marcada pela variação, pelo efêmero, pelo império de exigência, de onde o declínio de uma norma geral reguladora contrasta com o relativismo em que cada um precisa proclamar a própria norma ao mesmo passo que a exige para todos, vivendo-a de forma imperativa (SCHIAVETTA & SAVIO, 2022). Vemos isso nos adultos, também nas crianças. Encontramos

referências às “crianças tiranas” e às crianças-mestre (FRYD, 2019), como aquelas que se colocam como desafiantes, que não aceitam ou respeitam regras, ao contrário, inventam-nas e impõe-nas suas como medida. Descritas como déspotas, caprichosas, encontram-se em relação de paridade com qualquer adulto. Desde muito cedo parecem fazer o que querem, conduzem-se pelo que decidem, andam sozinhas, nada parece fazê-las parar, deixando os adultos num estado de impotência e atemorizados frente aos seus atos. Seus limites poucas vezes vêm de instâncias simbólicas, mas reais, ou da realidade: param de assistir o desenho no celular porque a bateria acabou, só não podem mexer nos objetos da casa que apresentam algum risco real de ferir, ou só não podem fazer coisas que as coloquem em real perigo. São, segundo Fryd (2009) “[...] crianças que não conseguem ter acesso aos produtos discursivos como contos, histórias ou montagens de ficção com bonecos. A satisfação está tão ligada aos objetos que aquilo que os gadgets mostram é como o objeto tem mais valor que o ideal”²⁰ (p.33). Não que haja um padrão estrutural, pelo contrário, algo que aparece nas diferentes montagens e diz de uma dificuldade, de uma perturbação do laço com o outro. Algo do discursivo, do cultural que se apresenta em todos.

Laurent (2018) em uma conferência na faculdade de psicologia de Buenos Aires, pensa que as “crianças de hoje”, seriam essas que nascem “num mundo que já não é estruturado pelo a priori do amor do pai [...] com o seu duplo aspecto, tão próprio da construção do pai no mundo ocidental, aquele que é ao mesmo tempo amado e que é aquele que nos priva do gozo” (p.1). Segundo o autor, há uma fragilização dessa construção, que traz como efeito novas formas de gozo viciante que temos observado na clínica psicanalítica. Essas formas de gozo evidenciam que faltou à criança a mediação “com o que não para de se repetir tanto no aspecto de ‘muito cheio’ ou ‘muito vazio’ (LAURENT, 2018, p.1), como na anorexia e bulimia, no uso de substâncias, nas questões da analidade (retenção/expulsão), na agressividade, na realização escópica (videogames e telas em geral), no âmbito do vocal (com as intolerâncias aos mandamentos). Haveria ainda na clínica, conforme nos coloca o autor, as dificuldades em habitar um corpo e fixá-lo em uma imagem, como no TDAH, ou ainda, as impossibilidades de habitar um sexo dentro do gênero atribuído.

²⁰ Tradução nossa.

Resumidamente, o autor nos diz que a “criança de hoje”, é essa cujos novos sintomas evidenciam a fragilidade do pai.

Muito apegadas a um gozo narcísico, alienadas ao desejo materno, aos caprichos maternos sem mediação do pai simbólico, as crianças do século XXI parecem estar condicionadas pelo *slogam* parental (ambos!) “te ofereço o que te falta”. Essas crianças mostram a angústia de ocupar esse lugar em que nada lhes falta. Vemos nisso não somente no empobrecimento simbólico dado a ver nas brincadeiras de pobres enredos, curta duração e frágil interesse, mas, sobretudo, no corpo. As dificuldades nas operações de alienação e separação não dão lugar para que surja a pergunta sobre o enigma do desejo do Outro, onde podemos observar uma luta infinita para separar-se dele: “complicado na alienação significativa, o sujeito pode optar por uma falsa separação. Isto é, ali onde não se pode produzir e onde há dificuldades de gerar uma separação, essa dificuldade termina se instalando no corpo²¹” (FRYD, 2013, p.7). O corpo, por sua vez, é esse formado a partir de uma demarcação erógena vinda do Outro, mas também é esse atravessado pelos ideais do século XXI: mais ávido e ansioso do que disciplinado, superexcitado e incitado a consumir constantemente, demandante de constantes novas experiências, de qualificações e superações.

Estaríamos, segundo Fryd (2019) na época das “crianças-mestres”, que são mais mestres que seus pais, que, por sua vez lhes são submissos como o foram em relação aos seus autoritários pais. Crianças estão lado a lado com seus pais e com qualquer outro adulto, que se acreditam autônomas e no controle da sua decisão de ser. No entanto, localizadas na posição de objeto que, frente a interpelação do Outro, respondem com o corpo, armando uma diversidade de respostas que vão desde a abulia à hiperatividade, passando por uma variedade de possibilidades de fazer-se objeto para Outro, ou ainda, rejeitando toda e qualquer marca que dele advém. Aí situamos esse novo direito que parece surgir no mundo globalizado, o da eleição do próprio sexo, e junto a Leguil (2013) nos perguntamos: não seria essa mais uma reivindicação, a do direito de rejeitar toda marca que advém do Outro?

Sobre esse assunto, trago uma vinheta clínica de um menino de cinco anos e meio, cujo nome dado pelos pais tinha apenas 3 letras e tinha uma sonoridade neutra,

²¹ Tradução nossa.

cabendo tanto ao sexo feminino quanto ao masculino. O menino era criado sem gênero definido pelos pais. Eles o deixavam ir à loja de roupas e comprar as roupas que queria, na loja de brinquedos escolher aqueles que lhe agradavam, não diziam a ele: tu és um menino. Diziam-no: tu és uma criança. Até os 5 anos as coisas fluíam bem mas, aos poucos, o menino começou a ter algumas preferências por coisas ditas “de meninos”, como futebol, cartinhas Pokémon, brincar de luta, e não querer fazer mais aula de balé, nem vestir o seu tutu, suas saias e fantasias de fada. Os pais então se surpreenderam e se mostraram desagradados da atitude da criança, que estaria sendo levada pelos ideais sociais, pela influência dos amiguinhos. O ponto interessante foi quando lhe perguntei se ele era um menino, e ele então me disse: “eu sou uma criança. Existem as meninas e as crianças, e eu sou uma criança”. Para ele, a lógica fálica havia se instalado, somente a designação “menino” o havia sido ensinada com a palavra “criança”, e ele já apontava para as suas primeiras eleições de objeto.

Outro modo de abordar isso que chamamos de “nossa época”, diz respeito à desmistificação da família nuclear como organização normal e universal e enquanto veículo privilegiado da transmissão geracional e fonte das identificações (ROSA, 2022). Aí se apresenta novamente a discussão em torno da carência de referências simbólicas e a crise das normas frente a um Outro evanescente, como abordaremos no título seguinte. Dessa abordagem também surgem outros pontos de análise, como, por exemplo, o de que a sustentação simbólica e imaginária de certos casais ou de uma ou outra figura dos pais, é realizada pela criança. E disso resulta um reordenamento familiar em que a criança é quem encarna um ideal, sendo ela a promessa para os pais, não para o futuro, mas para o presente.

Mais um aspecto que parece importante destacar, refere-se à uma espécie de abreviação da infância, o que levou teóricos como Lajonquière (2011) e Postman (1999) a afirmações como a de que a infância estaria desaparecendo. Este é um importante debate que ainda precisaremos desdobrar e retomar. Em algumas linhas, podemos articular que a infância está desaparecendo no sentido de que a linha divisória entre a infância e a “adulterez” encontra-se incerta e difusa. Como exemplo, podemos pensar no acesso ilimitado aos meios de comunicação, em que as mensagens que ali circulam não diferenciam um público do outro, e na mesma sala, no mesmo aparelho televisivo, a família se reúne para juntos assistirem aos *Reality*

Shows que encenam que, em nossa época, a privacidade e a intimidade, o “assunto de adulto”, é voluntariamente tornado público e espetáculo do qual as crianças inclusive podem participar.

O ideal que parece estarmos transmitindo é o de que a criança deve fazer-se adulta o mais rapidamente possível. Dermatologistas e pediatras têm feito inúmeras publicações, científicas, acadêmicas, e também nas redes sociais (Figura 1), mostrando preocupação sobre o fenômeno da *skincare* infantil e adolescente. Meninas de 8, 9, 10 anos que lotam lojas de produtos de beleza em busca de máscaras faciais, cremes, massageadores, etc., seguem cronogramas de tratamento encontrados na internet, e, por fim, publicam fotos e avaliações sobre os produtos utilizados. Fala-se do “fenômeno *Sephora Kids*” (Figura 1) em que “rotinas de *skincare*” são compartilhadas muitas vezes com as mães, desde a compra dos produtos até a aplicação e avaliação dos mesmos. Uma pequena paciente de 11 anos, ao notar meu batom me diz: “quero que minha festa de aniversário seja em um Spa. Uma amiga minha fez a festa de 9 anos dela em um ônibus da beleza com 2 manicures, duas maquiadoras e duas cabeleireiras, foram 15 amigas nesse salão de beleza ambulante, foi muito legal”. Em seguida me conta que essa amiga tem um perfil no Instagram dedicado a uma *trend* “arrume-se comigo”, em que se levanta às 05:00 para a rotina de *skincare*, cabelo e maquiagem, antes de ir para a escola.

Figura 1 - *Skincare* para crianças



Fonte: [@clinicacrescer.pediatria]. (2023). [Fotografia].

Os meninos não parecem fugir da estetização infantil, esse chamado para a adolescência mesmo antes da puberdade. Não só vemos o menino de 9 anos no barbeiro pintando o cabelo, tirando os pequenos pelos do “bigode”, fazendo design na sobrancelha, algo que podemos pensar em um campo da estética, mas de alterações corporais passageiras, ao contrário do vídeo (Figura 2) em que meninos entre 9 e 13 anos são solicitados a mostrarem seus bíceps para uma outra pessoa que os desafia, com comentários que sugerem que todos eles frequentam academias de musculação (“esse faltou o treino duas vezes essa semana”, “esse outro aí tá treinando duas vezes por dia”, etc.). O mundo dos adultos vai sendo invadido pelo das crianças, ou são as crianças que são invadidas pelos ideais dos adultos?

Figura 2 – Desafio da academia entre crianças



Fonte: Instagram

Fazer-se adulto o mais rapidamente possível se dá a ver também, em uma série de ações que os pais têm empreendido para garantir que esse ingresso no mundo adulto se dê de forma satisfatória. Frente a um mundo competitivo, seria necessário dar às crianças todas as ferramentas ao alcance e de preferência no

menor tempo possível. Qualquer atraso nisso pode ser qualificado como fracasso e o adulto não deveria permitir que a criança fique “fora do sistema”; as expectativas e as exigências sobre as crianças têm se multiplicado, o que evidencia aspectos como a aquisição de uma segunda língua, o afã por manejo de aparelhos eletrônicos e computadores, a competitividade desportiva, a capacitação de múltiplas competências etc. Essa adultização das crianças pode ser observada quando vemos crianças de famílias socialmente privilegiadas, que já na primeira infância são colocadas em rotinas diárias que mais lembram a de grandes executivos do mercado. Pais - mas mais comumente - mães, ficam como que secretariando esses pequenos projetos-de-futuro-ambulantes, organizando suas agendas e cuidando para que tenham uma vida equilibrada e promissora: aula de inglês (é preciso investir em uma segunda língua) musicalização (é preciso uma pitada de arte), natação ou balé (é preciso se exercitar). Alimentação regrada (é preciso se alimentar bem), (preferencialmente à base de orgânicos), rotina de sono (geralmente rígida e estabelecida pelo consultor, pois é preciso seguir o que dizem os especialistas), e, quando convém, tentar encaixar os encontros sociais, *playdates*, que já são os primeiros *networkings* (é preciso ser sociável, ter contatos). É preciso! A criança é mantida como objeto de investimento, que, se bem gerenciada, poderá obter bons resultados na vida, uma carreira bem-sucedida com múltiplas possibilidades de escolhas. Se tornará útil e valorosa se, desde pequena, já se for “torcendo o pepino” para que cresça na direção certa. E desde pequena tem significado desde bebê. Feira de empreendedorismo na escola para crianças no último ano do jardim de infância ou também livros de astrofísica, física quântica ou que explicam a teoria da relatividade para bebês parecem absurdos, mas encontram-se à venda (Figura 3).

Figura 3 - Livros de astrofísica, teoria da relatividade e física quântica para bebês



Fonte: [@universo.mania (2022). [Carrossel]]. Instagram

Nas famílias com condições e recursos para tal, o tempo das crianças é invadido por atividades preparatórias para um futuro que vai além da escolarização. Sejam atividades direcionadas para aquisição de habilidades complementares ou também aquelas que visam o cultivo corporal, as agendas das crianças têm uma montagem que não prevê momentos de ócio, não inclui lugares de encontros com o outro, e tem pouco tempo outorgado para o brincar. Como diz Jerusalinsky (2011), “não há tempo para conto de fadas, o real de um mundo cada vez menos para uma população cada vez mais exige muita disciplina e poucos sonhos” (p.163). Tais atividades, também chamadas de extracurriculares, são tidas como importantes modos de preparação da pequena criança para um futuro incerto, de muita competitividade e no qual só consegue espaço aquele que tem um diferencial. Cada um precisa aprender muito precocemente a se defender por si em um mundo incerto e hostil e galgar seu espaço. Invadindo a infância, a angústia de sobrevivência dos pais, essa verdadeira obsessão que toma todos os continentes, é deslocada para a

criança que, desde muito cedo vai se havendo com o fato de que no mundo há pouco espaço para a realização de seus desejos e pouca garantia para suas realizações. Essa angústia que era para ser um problema a ser resolvido pelos pais, acaba por se tornar um sintoma da infância (JERUSALINSKY, 2011).

As agendas cheias e as exigências de compromissos que as crianças precisam cumprir não são meras mudanças de tempo e espaço, mas segundo Jerusalinsky (2011), são alterações radicais que implicam em um outro modo de relacionar o imaginário, o real e o simbólico na infância. O que nos diz é que no nível do simbólico, as crianças precisam demonstrar muito precocemente suas capacidades simbólicas, aprender a ler, a nadar, se valer sozinha, se integrar a uma vida coletiva, ser poliglota. Parece haver para as crianças um ideal de precocidade, a que as crianças têm respondido, podemos pensar, de dois modos: ou aderindo a ele, como vemos com o orgulho dos pais que nos procuram porque receberam um diagnóstico para o filho de altas habilidades, ou, contrapondo-se, opondo-se a essa realização, como em muitos casos que a psiquiatria vai nomear de “TOD”, ou “TDAH”. Abordaremos isso mais adiante.

No que tange ao imaginário, parece que há pouco o que fazer pois ele já vem feito em vídeos, brinquedos eletrônicos ou padronizados, televisão, e a criança diante de construções já prontas e do encurtamento do tempo e espaço, não se ocupa mais em criar o mundo de fantasia. Sob o ponto de vista do real, seu corpo continua o mesmo, nasce pequeno e vulnerável, no entanto, as crianças têm sido convocadas a acelerar sua entrada no mundo dos adultos, seja por meio de suas habilidades, seus conhecimentos, sua sexualidade. A insuficiência natural de seu corpo as coloca em uma posição difícil de suportar diante do ideal em que são colocadas (JERUSALINSKY, 2011).

Muito bem-intencionados parecem os pais, preocupados com a voracidade das relações adultas buscam equipar seus filhos com as mais variadas qualidades que eles supõem necessárias para o futuro. São tempos difíceis para aqueles que se ocupam da criança, mas é importante repensarmos a dosagem e a proporção dessas escolhas, pensando inclusive em nós mesmos, no que é da nossa necessidade, mas não cabe à criança. Assim, Jerusalinsky (2011) afirma que não há uma solução adequada e que seja útil a todo o conjunto de pais e filhos frente às dificuldades que

encontramos na criação de filhos, no entanto, que vale a pena algumas advertências quando da montagem dessa equação:

Quando uma criança contempla o percurso das formiguinhas ela está aprendendo a partir do empenho, colaboração recíproca, teimosia (no bom sentido) e coragem que esses pequenos bichinhos demonstram. E as formigas não falam inglês. Quando uma criança “ressuscita” vinte vezes um personagem que “morreu” durante uma brincadeira, ela não está cometendo um erro, mas, criando caminhos pelos quais escapar das tragédias da vida. Quando uma criança fica abstraída ciscando com um galho na areia marcando traçados aleatórios, pode estar simplesmente pensando nos acasos da vida. Quando uma criança ensaia vezes e mais vezes acertar uma bola, não está se preparando para ser o Ronaldinho ou um craque do basquete, mas, simplesmente medindo a distância entre sua modesta habilidade e o ideal social. Além do inglês há línguas interiores que precisam ser “faladas” para uma criança chegar a compreender o mundo e a família que lhe são próprios. Os sobreviventes deste mundo somos nós, os adultos. As crianças ainda não estão lá e por isso não precisam desenhar sua agenda e cada um de seus minutos de acordo com um projeto de sobrevivência. Ainda estão no tempo de descobrir quais as boas razões para viver (JERUSALINSKY, 2011, p.165).

O direito de viver a infância parece ter sido retirado das crianças. Brincar livremente, ter espaço para flutuar na imaginação viajando por Havaí, Pequim, ou Istambul, experimentar o tédio, a (pretensa) liberdade, cirandar com os vizinhos, fazer estripulias e traquinagens na casa ou na rua em que se mora, tudo isso já não é parte de toda e qualquer infância. Muitas crianças de diferentes partes do nosso quadro social, não têm acesso a esse tipo de experiência fundante, seja porque supervisionadas e ocupadas, seja porque cerradas em suas casas, temerosas da violência urbana e/ou policial, hiperestimuladas (hiper-demandadas), ou porque forçadas ao trabalho, ou ainda, porque exauridas e reféns das “camisas de força tarja preta” (Jerusalinsky et al. 2020), para que se aquietem, se comportem como adultos obedientes. Nesse ponto, é preciso que consideremos os vários contextos sociais em que a infância é construída ao mesmo passo que atentos aos diferentes modos de comparecimento do sujeito frente a eles. A maneira que o sofrimento psíquico se apresenta na infância diz da organização psíquica e social daqueles que se ocupam delas.

Se em meio dessa acumulação de exigências com respeito ao Outro e seus ideais a criança precisa manifestar seu desacordo, seu mal-estar, sua angústia, que espaços tem para fazer isso? Que meios dispõe? Como pode desenvolver seu sintoma?

Outra característica da nossa época, é o predomínio de um discurso que privilegia um determinado saber que desconhece o singular e globaliza a infância, suas necessidades, seus ideais, suas imagens, seus sintomas. Desconhece suas formas de respostas porque tudo se interpreta desde um *standard*, desde as avaliações como também as soluções que são desenhadas para os problemas que se apresentam. É por isso que precisamos trabalhar na sustentação do enigma sobre o sintoma da criança, seja ele qual for, para que, junto a ela, possamos produzir outro saber sobre seu inconsciente e seu desejo.

A psicanálise não pretende modificar o curso da história nem mesmo fornecer apreciações morais sobre as novas formas discursivas, novas formas de gozar. Tampouco pode evitar o desamparo ao qual o sujeito está exposto, a angústia, os efeitos da violência e do consumo. Porém, a partir do reconhecimento da solução singular que cada sujeito é capaz de criar em cada caso frente ao encontro com o Real, pode voltar a abrir a possibilidade de acreditar no sintoma e incidir assim nas respostas subjetivas.

Também é importante localizar que a ação do analista em relação às outras formas de compreensão dos fenômenos, sem supor que a psicanálise seria capaz de um dizer todo, nem também um saber todo ou mesmo superior. Não se trata de questionar o campo da ciência ou, mais especificamente, de colocar em cheque a prática médica ou o seu saber, ter em consideração que são saberes diferentes, ou melhor, relações com o saber diferentes. Assim, podemos reconhecer a especificidade do Real em jogo na psicanálise não em antagonismo com o da ciência mas em sua diferença.

5 FAMÍLIA, TRANSMISSÃO E PARENTALIDADE

Desde muito cedo em seu trabalho, Freud percebeu que o sofrimento de seus pacientes tinha uma relação com acontecimentos da vida deles que se relacionavam à questões familiares. A formulação do Complexo de Édipo, após os trabalhos iniciais com a histeria e do desenvolvimento de sua autoanálise, nos demonstra que Freud tinha na família um objeto de pesquisa desde os primórdios da psicanálise. As descrições do desejo de Hamlet por sua mãe, a relação dos Irmãos Karamazov, a

observação de Leonardo DaVinci e sua ligação com a sua família adotante, são alguns dos exemplos que Freud extraiu da cultura para pensar a relação entre a família e o desenvolvimento da neurose (KARDOUS, 2021). No texto de 1908, “Romances familiares”, Freud (2011a [1908]) retoma a questão do Édipo nos mostrando que a família é onde aprendemos a amar e a odiar, e onde a criança idealiza os pais para depois com eles se decepcionar ao ponto de bolar uma fantasia de que fora adotada. Essa dúvida sobre ser de outra família leva a criança posteriormente a concluir que é mesmo filha desses pais, e que, mesmo desidealizados, a criança é capaz de amá-los, sublimando certa porção do Ideal do Eu²². Posteriormente, no texto “Sobre o Narcisismo: uma introdução”, Freud mostra que a transmissão do Ideal do eu é feita por meio da voz dos pais, e no texto do “Eu e o Id” (1923) Freud fala sobre as primeiras identificações que ocorrem na infância, por meio da família, versando sobre seu caráter durador e sua posterior relação com a escolha de objeto. É no importante texto de 1930, “O mal estar na cultura”, que Freud (2000 [1930]) dá uma definição de família, no qual afirma que é o amor que funda a família e exerce uma função de reunião dos membros dela. Que a formação da família tem sua base no amor genital e que, para o estabelecimento de sua estrutura, foi necessário instalar uma lei que organizasse as relações entre pais, filhos e irmãos. Esta lei exige uma renúncia à satisfação genital total e à agressividade, e abre espaço para a criação de outras saídas para o escoamento da libido. Dessa operação emerge o sentimento de culpa enquanto agressividade voltada para o eu que garante, por força atuante do recalque, que a civilização possa perdurar (TORRE & SILVA, 2021).

5.1 A FAMÍLIA PERSISTE APESAR E A PARTIR DAS MUTAÇÕES

Em seu livro “A família em desordem”, Roudinesco (2002) coloca a família em perspectiva e busca compreender as transformações familiares ao longo das décadas, percorrendo o que denomina de três fases da família, a saber, a tradicional, a moderna e a pós-moderna ou contemporânea. Na dita tradicional, o sentido de sua existência era de assegurar a transmissão de um patrimônio. Nela, os casamentos eram

²² O Ideal-do-Eu (*Ich-Ideal*) é uma construção do sujeito, uma resposta que elabora frente às expectativas do Outro, de onde podemos ver a imagem idealizada que o sujeito faz de si a partir do desejo do Outro.

arranjados entre os pais sem que a vida sexual e afetiva do casal fosse considerada. A “célula da família repousava em uma ordem de mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino (Roudinesco, 2002, p. 19). A família “moderna” por sua vez, se dá em meio a uma lógica afetiva estabelecida entre o final do século XVIII e meados do século XX. Sua fundação repousa no amor romântico, e admite a reciprocidade dos sentimentos e dos desejos carnis, ao mesmo tempo que também valoriza a divisão do trabalho entre homem e mulher. Os filhos desses casais veem a autoridade dividida entre os pais e o Estado, cuja tarefa também é assegurar sua educação. Já a família “pós-moderna” ou “contemporânea”, segundo a autora, é o fruto de uma união de duas pessoas que buscam entre si uma relação íntima e uma realização sexual.

A família foi pensada por Lacan como resíduo, como consta em “Nota sobre a criança” ([1969]/2003d), isto é, responsável por uma transmissão irreduzível que resiste à diferentes discursos, formatos e configurações, mas é assegurada pelo exercício da função materna e paterna. Ela atualiza em seu núcleo uma função cultural e civilizatória, ao mesmo tempo que o faz de maneira singular, pois essa transmissão se atualiza de modos diferentes para os diferentes sujeitos. Lacan (2003b [1938]), ainda em “Os complexos familiares na formação do indivíduo”, analisa a estrutura familiar moderna e suas relações com o desenvolvimento psíquico. A partir de experiências específicas, por exemplo a amamentação, ele relaciona fatores naturais e culturais – complexos, imagos, sentimentos e crenças – com a constituição e organização da realidade psíquica desde a criança criada na família até o adulto que a reproduz. Segundo Lacan (2003b [1938]), “é impossível compreender o homem da cultura ocidental fora das antinomias que constituem suas relações com a natureza e com a sociedade” (p.65). Isto é, “são as relações da psicologia do homem moderno com a família conjugal que se propõem ao estudo do psicanalista” (Lacan 2003b [1938], p. 65).

Já há algum tempo que observamos dentro da academia as tentativas de compreensão do modo de apresentação da subjetividade na contemporaneidade, perpassando pelo estudo dos espaços que a constituem, especialmente, a família. Sendo objeto de inúmeras áreas do conhecimento, a família já passou e ainda passa por diferentes vértices de análises, que respondem à questionamentos próprios à cada uma delas. Destes estudos surgem debates importantes, paradoxais,

controversos, mas, sobretudo, complexos. No sentido de abarcarem uma complexidade, uma trama de múltiplos pontos de cruzamento e distintas análises.

Atualmente, temos visto ressurgirem teses que afirmam o desaparecimento da família a partir do entendimento de que as novas formas de organização familiar seriam capazes de gerar a destituição da família como *locus* de formação da subjetividade (KEHL, 2021; KAMERS, 2021; KEHL, 2001). Ou pior, de que tais novos arranjos, teriam impacto negativo ou adoecedor naqueles que delas fazem parte. Não podemos deixar de pensar na ligação de tal modo de leitura dos fatos com a influência da onda conservadora que vemos escalar na cena social, nem também, com a ascensão do discurso religioso que tem invadido o espaço político com a busca pelo resgate da moral e da ordem supostamente perdidas. Pensamos, no entanto, que ao contrário de significar a falência da família, as novas configurações familiares revelam o seu vigor, já que permitem a reinvenção permanente de seus padrões de funcionamento a partir de novos núcleos relacionais. Elas seriam então, uma forma de sobrevivência da família (Kehl, 2021; Kamers, 2021; Kehl, 2001). A família contemporânea é esta que, hoje, são muitas: com filhos biológicos, sem filhos, com casais gays, mães ou pais sozinhos com filhos, famílias recompostas, com ou sem filhos de uniões anteriores, três gerações sob o mesmo teto, netos com avós, etc. (MENA, 2021). Como afirma Teperman, (2022), “os nomes das famílias são muitos. A parentalidade é singular” (p.63). É singular,

[...] mas não individual, uma vez que é sempre afetada pelo laço social. E como não é possível separar o sujeito da subjetividade de sua época, os nomes que as famílias recebem, assim como os determinantes históricos, sociais, raciais e de gênero afetam aqueles que se ocupam das funções parentais assim como seus filhos e filhas (p.64).

Contrariando hipóteses apocalípticas e fatalistas que acreditam no fim da família (como se fosse o fim dos tempos), Roudinesco, em seu livro “A família em desordem” (2002), assegura que, ainda que tenha passado por transformações em sua configuração, e família persiste e persistirá, e assim, “a família do futuro deve ser mais uma vez reinventada” (ROUDINESCO, 2002, p.199). Reinventada cada vez menos em função de seu alicerce biológico e em prol de uma concepção cada vez mais social do parentesco? Talvez. Parece difícil antecipar quais serão os efeitos dessas transformações sobre a parentalidade, mas a civilização, como nos colocou Roudinesco (2002), não será

[...] engolida por clones, bárbaros bissexuais ou delinquentes de periferias, concebidos por pais desvairados e mães errantes, observamos que essas desordens não são novas - mesmo que se manifestem de forma inédita -, e sobretudo que não impedem que a família seja atualmente reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém pode renunciar (p.198).

Ainda que falemos em uma espécie de decadência da família, da crise em que ela se encontra no seio da sociedade ocidental, “a família ainda é amada, sonhada, desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições” (ROUDINESCO, 2002, p.198). Lacan, segundo Laurent (2013), “não era ‘daqueles que se afligem com um pretenso afrouxamento do laço familiar’ (p.2). Ele ressaltava, principalmente, que o dito ‘afrouxamento’ é, de fato, uma complexificação do laço, em função da integração dos ‘mais altos progressos culturais’, compreendia aí a igualdade dos direitos entre homem e mulher” (LAURENT, 2013, p.2).

A partir da metade do século passado e cada vez mais, têm se falado em uma crise da família ocidental como responsável por certa desestruturação da cultura burguesa, especialmente no que se refere às mudanças comportamentais de crianças e adolescentes, que estariam agora mais sintomáticas, angustiadas, antissociais, delinquentes etc. (KEHL, 2001). Tais formulações estão assentadas na crença de que existiu em algum tempo remoto, uma família estável e boa que era capaz de oferecer amparo, segurança, padrões adequados de moralidade etc., e que tal convencionalismo do sistema familiar seria uma garantia de saúde (Jerusalinsky, 2021).

Corroboramos com a hipótese de Kehl (2001) de que essa nostalgia por uma família nuclear do passado, tem efeitos de idealização importantes nas dinâmicas familiares hoje, em que pais, e, também educadores, tomados por uma certa dívida com esse modelo, ficam impedidos de se autorizarem, de se encarregarem dos riscos de criar e educar as crianças que lhes cabem. Essa dívida com a família perdida e nostalgia com um mundo que nos parecia mais seguro frente às modalidades de desamparo que vivenciamos hoje, parece deprimir, fazer relevo à insuficiência, aflorar o sentimento de impotência, especialmente nas mulheres, que foram as que mais se deslocaram das posições tradicionais do último século. De saída as mulheres estão fora do modelo de família tal como “deveria ser”, modelo esse reforçado pela indústria do imaginário pós-moderno (como o cinema e a televisão) que apela para a

restauração desse modelo idealizado. A mesma cultura, nos coloca Kehl (2001), “[...] que nos manda fazer tudo diferente do que nossos pais e mães fizeram – e assim nos mantém ao desabrigo de toda transmissão da experiência – nos diz que o ideal, perdido como todo ideal, era que fôssemos exatamente iguais nossos pais e mães, ou, mais difícil ainda, como nossos avós” (p.36). No consultório, mulheres sofrem: porque só trabalham (e supõem que deveriam se ocupar da vida doméstica); porque só se ocupam da vida doméstica (e supõem que deveriam trabalhar), porque fazem os dois e portanto, “parcialmente”, “malfeito”. Porque se separaram dos maridos, porque tem vontade de se separar dos maridos, mas não o fazem, porque tiveram filhos sem estarem casadas, porque não tiveram filhos...entre tantos outros exemplos de descumprimento dos ideais.

Dentro de uma perspectiva lacaniana, entendemos a família como matriz do laço social, do ordenamento simbólico do mundo, como *locus* de transmissões da filiação e da falta, da sexuação, como interditora do incesto e como lugar de realização do ideal-do-eu para a criança (Lacan, 2003b [1938]). Essa transmissão se dá por meio das operações constituintes do sujeito: estabelecimento da demanda, suposição de sujeito, alternância e alteridade (JERUSALINSKY, 2002) a partir do processo de causação do sujeito (alienação e separação²³).

A estrutura familiar, segundo Lacan (2003b [1938]) não tem relação com a biologia e não é regida por um instinto familiar natural, fato esse demonstrado pelas modificações pelas quais ela já passou. Ele a concebe como um fato social, que varia conforme a cultura. Afirma também que “em todos os grupos humanos a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura” (Lacan, 2003b [1938]), em outras palavras, que o modo elementar de funcionamento da sociedade tem suas bases na estrutura da família (p.30). A família é uma instituição plural, admite diferentes arranjos e configurações e se organiza a partir de atravessamentos do discurso social. O modo de fazer operar tais funções incluem aspectos históricos e

²³ Esses são conceitos desenvolvidos por Lacan (2008) que falam sobre a fundação do sujeito. Nesse processo de causação do sujeito, estão implicadas escolhas inconscientes a partir das determinações significantes do Outro. A primeira delas, a alienação, o sujeito é capturado pelos significantes do Outro, que lhe servem como matriz identitária. Na separação temos um momento lógico em que o sujeito vem a produzir algo de particular a partir desses significantes vindos do Outro. Para maior aprofundamento, ver Harari (1990), Pisetta e Besset (2011).

políticos que, por sua vez, afetam a parentalidade, a conjugalidade e as formas de laço social (FERRARI et al., 2012).

Lacan (2003d [1969]), em “Nota sobre a criança”, no entanto, circunscreve as condições mínimas necessárias para que um sujeito se constitua no âmago da família, independentemente da cultura a que se está referido. Apoiado nos trabalhos de Lévi-Strauss, que afirmava que todas as formas de organização humana tinham em seu fundamento relações de parentesco e partilhavam de uma premissa única, a interdição do incesto, Lacan reduziu a família à sua função de “resíduo”²⁴: como uma estrutura básica, necessária e contingente assegurada pelo exercício das funções materna e paterna, como veremos mais detalhadamente no subcapítulo seguinte. Nesse texto, Lacan refere-se à função materna para se referir ao lugar do Outro para o bebê, como aquela que em relação a ele porta “um desejo não-anônimo” e despende a ele um cuidado que leva a marca de um “interesse particularizado”, ainda que pela via das próprias faltas (p.369):

A função de resíduo exercida (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a irredutibilidade de uma transmissão – que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo não-anônimo. É por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da lei no desejo (LACAN, 2003 [1969], p.369).

Lacan (2003 [1969]) fala sobre o “irredutível de uma transmissão”, ou seja, que a transmissão é irredutível, não há como reduzi-la, e, sendo impossível, responde ao modo lógico do real. A transmissão “é um real da família” (POISNER, 2021, p.103), e por isso também é impossível eliminá-lo ou capturá-lo por completo, sempre algo lhe escapa. Essa transmissão é, segundo Lacan (2003 [1969]) algo diferente da satisfação de necessidades (biológicas, *besoins*, em francês), mas diz respeito às necessidades lógicas (*necessité*). A transmissão que falamos “não tem nada a ver com o que a vida transmite no sentido biológico (programa, herança genética, DNA, entre outros), mas

²⁴ A ideia de resíduo nos remete ao que resta, como que uma decantação, vista por sua face irredutível, ou seja, que não pode ser circunscrito a uma determinada apenas, e tem uma permanência independente das diferentes formas de conjugo, das ficções jurídicas e dos discursos dos especialistas da família (TEPERMAN, 2012).

sim com uma ‘constituição subjetiva’, isto é, aponta a constituir um sujeito (POISNER, 2021, p.103).

Ainda nesse trecho, Lacan (2003 [1969], p.369) fala sobre a implicação com um desejo não anônimo. A partir dessa expressão, pensamos a função materna. A mãe, essa função, marca a criança com o seu desejo não-anônimo a partir das suas próprias marcas simbólicas da lei do pai que nela falam. Ela é portadora de uma intervenção que também vigora nela mesma e que ela transmite ao filho nas atividades da vida diária. A mãe transmite o significante Nome-do-Pai porque ela mesma passou pela experiência da castração.

O exercício da função paterna, por outro lado, está relacionado com a transmissão de um nome que é vetor de uma encarnação da Lei no desejo. De acordo com Lacan (1998d [1966]), “é o Nome-do-pai que deve reconhecer o suporte da função simbólica que, desde o limiar dos tempos históricos, identifica sua pessoa com a imagem da lei” (p.279).

A questão do pai para a psicanálise, é como reconheceu Lacan no Seminário 5, “movediça”. Entendendo movediço como aquilo que se move, que muda de posição. Certos críticos da psicanálise chegaram a afirmar que Lacan (2003b [1938]) no ensaio “Os complexos familiares na formação do indivíduo” teria sido familiarista²⁵, a partir de uma visão linear entre o pai na sociedade e o pai na família. Que esse movimento (leamos, declínio) do pai na sociedade geraria uma desestabilização no pai de família, levando a uma carência paterna, o que justificaria, como nos coloca Teperman (2012), uma nostalgia do patriarcado. Mas justamente mesmo antes desse texto, Lacan já tinha se deixado influenciar por Lévi-Straus e Durkheim, feito uma entrada na antropologia e na sociologia, justamente pensando o jogo das evoluções culturais, fazendo resistência à leitura de que mudanças na sociedade teriam uma equivalência com a crise na família.

5.1.1 O NOME-DO-PAI E A FUNÇÃO PATERNA

O Nome-do-Pai abrange a função paterna em Lacan; a função paterna é ela mesma um conceito nodal da psicanálise. Freud não falou em Nome-do-Pai ou função

²⁵ Pensamos ser necessário situar esse momento inicial da teoria Lacaniana. Mais a frente em seu ensino, veremos Lacan formalizar a questão do pai a partir de suas diferentes incidências, simbólica, imaginária e real.

paterna, mas se ocupou ao longo de toda a extensão de seu trabalho a pensar a importância do pai na estruturação do psiquismo. Com o caso do pequeno Hans (FREUD, 2003 [1909]), tivemos notícias de um pai amoroso cuja interdição não foi suficiente para refrear o gozo materno sobre o filho. No caso Dora (FREUD, 1996d [1905]), vimos que na histeria o amor ao pai é fundamental e orientou a busca de Dora pelo caminho da feminilidade, a partir do saber que ela supunha nele sobre onde encontrá-la. No Homem dos Ratos (FREUD, 2013 [1909]), o pai aparece como àquele a quem se deve pagar por uma dívida por toda uma vida. Com Schreber (FREUD, 1996c [1911]), a função paterna enquanto operação subjetivante, falha.

A função do pai em Lacan, especialmente no final de seu ensino, diverge da formulação freudiana em Totem e Tabu (FREUD, 1996a [1913]), na qual pudemos ler sobre a importância do pai enquanto promotor da interdição das pulsões como condição para o adentrar à cultura. Lacan afasta-se desse conteúdo imaginário, pensando a interdição enquanto operação significante, que não é direcionada somente à criança, mas à mãe.

Pensando a criança, é sim necessário que alguém a limite, seja no sentido de uma limitação física, de restringir o seu raio de ação, impedindo-a a subir em escadas, perdurar-se em janelas, atravessar a rua, mexer no fogo, e, também, no sentido de sua integridade psíquica, interditando a pequena criança a um gozo autístico, sem bordas,

[...] à sua própria sorte, como se o mundo fosse um conjunto de objetos a seu dispor, extensões de seu corpo [...] Ao colocar uma lei, uma interdição, uma borda, o pai protege a criança de se ver morta como sujeito, livrada ao mundo da natureza, à alienação do espelho do outro e ao perigo de se ver, assim, eternamente capturada como objeto de gozo do Outro (MENA, 2021, p.119)

Dito de outro modo, ao pai é conferida a tarefa de limitar o gozo que aliena a criança, possibilitando seu direcionamento ao mundo compartilhado, ao laço social. O pai é o terceiro que é colocado como um obstáculo na relação alienada mãe/bebê, descompletando-a, e instaurando uma falta que orienta o desejo. Lacan, falará de operação do Nome-do-Pai já no início de sua obra²⁶, colocando-o enquanto significante.

²⁶ Lacan articula diversos elementos sobre a noção de Nome-do-Pai em diferentes momentos de sua obra. Para maiores detalhes sobre a formulação desse conceito, consultar LUSTOZA, R. Z. *A formação de conceito de Nome-do-Pai (1938-1958)*. Ágora, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982018003004>. Acesso em: 7 out. 2025.

Não se trata também de pensar a “carência paterna” na figura do pai indulgente, humilhado, etc., mas de uma carência no complexo, apesar e a partir das variações históricas e diferentes formas de conjugo. O pai, não se sabe em que ele é carente, sua falta é enigmática, “contrapondo-se às perspectivas que sustentam um saber sobre o que falta ao pai e que pretendem indicar como saná-la (TEPERMAN, 2012, p.47). Como disse Lacan, no seu texto, “As formações do inconsciente”:

É enquanto membro do trio fundamental, ternário da família, isto é, enquanto mantendo seu lugar na família, que se poderia começar a dizer coisas um pouco eficazes a respeito da carência...Falar de sua carência na família não é o mesmo que falar de sua carência no complexo. Porque, para falar de sua carência no complexo, é preciso introduzir uma outra dimensão que não a realista (LACAN, 1999 [1958]).

Essa é a distinção entre o pai real e o pai simbólico, que Lacan no Seminário 5 (1999 [1958]), como vimos, dissocia, colocando de um lado a figura do pai real, e, do outro, o pai enquanto metáfora. Ele separa o Nome-do-Pai de qualquer concretude relacionada à pessoa do pai, suas características, sua biografia, sua presença física, afastando-se de uma visão ambientalista, sociológica ou psicológica: o pai não é um objeto real, então o que ele é?

[...] O pai é uma metáfora [...] um significante que vem no lugar de um outro significante [...] o pai é um significante que substitui outro significante. E este é o motor, e o único motor essencial do pai enquanto interventor no complexo de Édipo. (LACAN, [1999 [1958], p.180).

O estatuto do pai é de um puro referente, e seu papel simbólico é sustentando pela atribuição imaginária do objeto fálico. Assim, o pai é um algo que, enquanto terceiro, é um mediador do desejo do filho e da mãe, que, por sua vez, lhe dá discursivamente a investidura de seu lugar fálico. A mãe permite (ou não) a possibilidade de efetivação de sua função, dando ao pai o lugar de detentor da lei do Outro.

Nesse sentido poderíamos nos questionar: seria o pai além de um detentor, um executor da lei? E a mãe, também porta a lei para a criança? Lacan nos responde que sim, mas de um modo particular. A lei da mãe, é aquela que não é mediada, é uma lei caprichosa já que é assentada sem a intermediação de um Outro: Não obstante, essa lei é, por assim dizer, uma lei não controlada [...] Essa lei está toda ela no sujeito que a sustenta, no bem-querer ou malquerer da mãe, na boa ou má [...] A criança se experimenta e se sente como profundamente assujeitada ao capricho daquele de

quem depende, mesmo que esse capricho seja um capricho articulado (LACAN, 1999 [1958], p.195). A mãe é o primeiro representante da Lei, não o pai, mas essa é uma lei particular, uma lei de um sujeito único, criada e exercida por aquela que a sustenta. Uma lei é exercida sem complementos, como vimos com Jerusalinsky (2011) de certo modo autoritária e perversa, “porque eu quero que seja desse jeito”, “porque eu que mando e ponto final”, dizem as mães. E as crianças, por necessitarem da alienação materna para sua sobrevivência, incluindo aí a alimentação e o cuidado, e, posteriormente, por estarem alienadas ao desejo Outro, submetem-se a essa lei primeira.

Como significante, o Nome-do-Pai nomeia o sujeito e o constitui num lugar de filiação (sobrenome) e de singularidade (nome próprio). *Le Nom-du-père*, que numa tradução livre significa o “sobrenome do pai”, não diz respeito ao nome social do pai, mas ao nome de filiação, a transmissão que remete ao antepassado fundador de nossa linhagem. Também daí podemos extrair, a partir da homofonia “*Nom/Non*”, que o *Non-du-père* significa o “não” do pai, ou seja, a transmissão de uma falta.

Quando falamos na transmissão da falta a partir da operação do Nome-do-Pai, estamos também falando sobre a instalação da questão do desejo. Como coloca Moustapha Safouan (2016):

O desejo é uma falta, no sentido em que esta falta está fundada em um reconhecimento implícito de algo que é a lei. É a experiência da legalidade enquanto tal, porque a lei do interdito do incesto é uma lei sem autor [...] é uma “ventriloquia transcendental” [...] É a interiorização desta lei que constitui o desejo como transgressão ou como pecado. Mas este pecado já é, para o sujeito, um apelo ao reconhecimento do seguinte: o gozo da mãe é assunto daquele que, tendo sido reconhecido por ela como pai, reconheceu seu rebento como sendo do mesmo modo seu. Aí se impõe a renúncia ao gozo em direção do qual tende geneticamente o desejo (p.75).

É preciso também evitarmos uma confusão. O conceito Nome-do-Pai e de grande Outro não são equivalentes mas parecem manter uma aproximação lógica e de dependência no que concerne a estrutura neurótica. Conforme a leitura de Diamantis (2002), Lacan desenvolve a função do Nome-do-Pai a partir de uma lógica própria, onde “ser pai” é entendido como uma posição ocupada por um sujeito dentro do discurso do Outro, chamada de tempo lógico, que realiza o ato de ‘ser pai’ sem antecipar sua função específica (p. 59). O significante Nome-do-Pai, enquanto nome do desejo da mãe é aquele que faz um furo nela (grande Outro primordial) provocando uma ruptura, negando a sua totalidade, caracterizando-se como aquele “ao menos um

que diz não” (DIAMANTIS, 2002, p. 58). Nesse sentido, o Nome-do-Pai opera como uma fratura em relação à totalidade alienante do Outro absoluto representado pela mãe. É uma incisura que possibilita a passagem subjetiva do Outro onipotente para o Outro simbólico, isto é, inconsistente por estrutura.

O Nome-do-Pai, tomado por Lacan (1999 [1958]) no “Seminário 5: as formações do inconsciente” é, então, sinônimo do pai simbólico, e refere-se a um significante que confere autoridade à lei. Por isso é crucial não confundir a pessoa real do pai com sua função/lugar simbólico. O pai é um significante, que divide um antes e um depois, é um substituto do significante materno. Disse Lacan:

Não é a mesma coisa dizer que uma pessoa deve estar presente para sustentar a autenticidade da fala e dizer que há alguma coisa que autoriza o texto da lei. Com efeito, o que autoriza o texto da lei se basta por estar, ele mesmo, no nível do significante. Trata-se do que chamamos de Nome-do-Pai, isto é, o pai simbólico. Esse é o termo que subsiste no nível do significante, que, no Outro como sede da lei, representa o Outro. É o significante que dá esteio à lei, que promulga a lei. Esse é o Outro no Outro. (Lacan, [1958]/1999, p. 152).

Dessa fala extraímos que a função paterna e a função materna se realizam em uma dimensão simbólica e podem ser exercidas por diferentes agentes reais. O pai, entendido como um significante, como uma metáfora, não tem imagem, nem corpo, mas opera sobre os três registros psíquicos. Ao longo de seu ensino, Lacan se debruçou profundamente em teorizar sobre o papel do pai no Real, Simbólico e no Imaginário, e sua importância quando da fundação do sujeito, quando que na psicologia muito se versava sobre a importância da relação mãe-bebê. Lacan fala do pai como representante da Lei primordial, que ordena o espaço e determina o lugar de cada um dos membros da família com base na lei das trocas, na lei da palavra (KARDOUS, 2021).

No Seminário 4: a relação de objeto, Lacan (1995 [1956-57]) faz uma articulação da figura do pai com os registros Simbólico e Imaginário, para além do seu lugar de pai da realidade, mostrando sua função enquanto agente da dialética edipiana. Sobre o pai real (não o pai da realidade, esse que pode ser gentil, rude, etc...), Lacan (1999 [1958]) diz:

Mesmo nos casos em que o pai não está presente, em que a criança é deixada sozinha com a mãe, complexos de Édipo inteiramente normais – normais nos dois sentidos: normais como normalizadores, por um lado, e também normais no que se desnormalizam, isto é, por seu efeito

neurotizante, por exemplo – se estabelecem de maneira exatamente homóloga à dos outros casos (p.173).

O pai da realidade, suas características, sua presença ou ausência, não importa no sentido da dialética edipiana, enquanto que a instância simbólica da função paterna certamente sim. O pai simbólico, nos coloca Werner (2023) só é alcançado de forma mítica e não pode ser representado em parte alguma. O pai do Édipo interessa na medida em ser ele um fundamento, “um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno [...] e, não sendo nesse nível que vocês procuram as carências paternas, não irão encontrá-las em nenhum outro lugar” (p.180). A única carência que pode interferir na montagem edípica é a do pai simbólico. E é nesse sentido que junto a Werner (2023), pensamos que a crise da autoridade paterna existente nos dias de hoje, está relacionada ao declínio do Nome-do-Pai como uma fragilidade da eficácia simbólica, uma vez que é ele que legitima a lei no Outro. O pai aparece para o sujeito por meio da ordem simbólica, mas, como nos diz Lacan, “a ordem simbólica intervém precisamente no plano imaginário” (LACAN, 1995 [1956-57], p. 233), e com isso, se a imagem do pai está degradada, o simbólico que intervém aí também leva consigo marcas dessa degradação.

Discutindo o caso do pequeno Hans (2023 [1909]), Lacan fala acerca da importância da dimensão imaginária do pai na montagem edípica. Ele afirma que para o menino, existe um pai imaginário, mas ele não é o pai real, mas o Professor Freud, a quem o menino supunha ser uma espécie de bom Deus que tudo sabe e funciona para ele como uma referência da verdade. Ainda que a presença do pai imaginário (Freud) tenha tido operatividade na vivência da castração de Hans, ela não supre por inteiro o que Lacan refere em termos de uma carência: “a carência do pai imaginário, do pai realmente castrador. Todo problema reside aí. Trata-se que o pequeno Hans encontre uma suplência para este pai que se obstina em não querer castrá-lo. Esta é a chave da observação” (LACAN, 1995 [1956-57], p. 375).

A montagem de um pai imaginário é fundamental para sua posterior montagem e operatividade simbólica. O pai imaginário, esse do dia a dia, é quem geralmente encarna o pai assustador que envolvem toda a dialética da agressividade e da identificação. Muitas de suas características podem se aproximar do pai do mito freudiano, mas, também não se trata de esse pai real se mostrar deliberadamente

interdutor e privador frente à criança. O pai imaginário se constitui na qualidade de um intruso, a partir da incerteza da identificação fálica da criança, que começa a supor que essa pessoa (o pai real) tem algo que interessa à mãe. É, conforme nos coloca Dor (2011), justamente na posição de pai imaginário que a criança passa a reconhecer essa presença intrusa, que exerce autoridade, limita e impede, e que por meio das três formas de investimento (frustração, privação, interdição) atua contribuindo na mediação da relação intensa e fusional com a mãe. Para cercear o engodo que o imaginário coloca em cima da figura do pai, do poder que ele exerce sobre o sujeito, a função simbólica faz-se necessária. No entanto, a eficácia simbólica do pai está em dependência de uma montagem imaginária prévia, que o investe de atributos fálicos, de confiança, e constrói o horizonte do Eu-ideal²⁷, ao qual o sujeito pode se identificar.

Flesler (2012) ao pensar a instituição da estrutura em termos dos “tempos da infância”, aborda a ideia de “consistência” do pai. A inconsistência do pai teria, segundo a autora, três versões: o pai teórico, o pai colérico e o pai desresponsabilizado. São essas versões da impotência do pai nos tempos da infância que traçam diferentes rotas da sexualidade, e cujos efeitos derivam em manifestações diversas. A consistência que a autora nos fala é a que sustenta o enlaçamento da estrutura Real, Simbólico, Imaginário (R.S.I), que permite ao sujeito o seu entrelaçamento. A autora observa que Lacan recorre ao termo “consistência” não apenas como uma categoria pertencente ao registro do Imaginário, mas como uma propriedade estrutural que emerge da tensão e do limite recíproco entre os três registros. Nesse sentido, cada um dos registros adquire consistência na medida em que é atravessado e limitado pelos outros dois, permitindo, assim, que o enlaçamento opere com eficácia simbólica. Especificamente no que concerne à função paterna, Flesler (2012) ressalta que os diferentes Nomes-do-Pai obtêm consistência a partir do ponto em que se articulam com os limites impostos pela lógica de entrecruzamento

²⁷ O conceito de Eu-ideal (*Ideal-Ich*) foi por Freud especialmente teorizado em *O ego e o id* (2010 [1923]), em que o autor diferencia o Eu-ideal do supereu apontando para sua descrição enquanto instância que carrega os ideais infantis, e as expectativas narcísicas, ou ainda, uma instância que representa os ideais narcísicos internalizados, funcionando como modelo a ser alcançado pelo Eu. Alba Flesler (2025) enfatiza seu papel na clínica com crianças, destacando como o Eu-ideal pode operar como um ponto de captura subjetiva, em que a criança tenta corresponder ao ideal parental, muitas vezes à custa de sua própria posição desejante. Joel Dor (1998), por sua vez, interpreta o Eu-ideal como uma imagem idealizada que pode ser promovida ou reforçada pela identificação com o Outro, articulando-se de modo particular com a estrutura neurótica, sobretudo na dinâmica entre o Eu, o ideal e o Supereu.

dos registros, condição que assegura sua função de sustentação da estrutura. E assim, a consistência faz do pai o transmissor da lei do desejo, aquele que dá a castração a partir do encontro como limite em cada um dos registros.

Não podemos confundir o declínio da imagem do pai com a forclusão do Nome-do-Pai. Pensamos, junto a Lacan, que as variações do sofrimento humano hoje são resultantes da fragilização da lei do pai. Os efeitos psicopatológicos oriundos das tensões do edipianismo podem ser pensados a partir da imagem desvalorizada do pai, que, ao exercer a função paterna, mostra-se frágil naquilo que se propõe a realizar, ou seja, a estruturação psíquica. A função paterna hoje produz ainda efeitos orientadores, mesmo que frágeis, mas de “uma ordenação que leva em si a marca de sua origem, isto é, a imagem declinante do pai” (LEAL, 2010, p.80). Como destacou Leal (2010), a perda de consistência da imagem paterna pode ser pensada a partir das novas organizações sociopolíticas resultantes das revoluções modernas, que impulsionam uma reorganização do laço social. Esse novo arranjo, caracterizado pela fragilização das instâncias normativas e pela crescente rejeição a qualquer forma de autoridade que implique subordinação ou imposição de limites, tem impacto direto na constituição do sujeito. Sua inserção no campo do Outro se dá sem os referenciais simbólicos estáveis que, anteriormente, sustentavam a mediação do desejo e a transmissão da Lei. Assim, qualquer norma ou lei que coloque o sujeito em uma situação de subordinação ou restrição, é vista como inapropriada.

Também Laurent (2013) ao falar sobre o declínio social da imago paterna, afasta de uma perspectiva social e moralista a “crise do pai” que falam Freud e Lacan:

Isso não legitimava nenhuma perspectiva de ‘restauração’, mas, pelo contrário, a consideração do verdadeiro lugar do pai [...] o pai, não é uma garantia antropológica, ele vem encarnar o caráter transgressivo do desejo singular contra os imperativos morais comumente admitidos, que pretender definir a maneira de viver a pulsão. Se for aceito, o pai separa, com seu desejo, a mãe de sua relação exclusiva com o filho. Ele encarna a pluralidade de gozos (p.2).

O declínio da autoridade do pai, devemos pensá-lo simultaneamente ao declínio da verdade e da tradição como meio de transmissão, como veremos no subcapítulo a seguir. Com raízes políticas e, portanto, públicas, foi também chegando à esfera privada, como se a crise do chefe de Estado tivesse chegado ao chefe de família. Do mesmo modo, podemos pensar a morte do “pai da horda primeva”, esse mito criado por Freud para explicar o início da civilização, ou ainda, ou declínio da

ordem do pai. O mito envolve uma crise política entre os irmãos que, diante da figura de um pai despótico, violento, gozador, enciumado, que mandava em todos, tinha à sua disposição todas as fêmeas do clã, e que expulsava de lá os machos mais novos que tentavam desacatá-lo, uniram-se na constituição de uma forma de oposição que condenou o tirano à morte:

Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. Unidos, tiveram a coragem de fazê-lo e foram bem-sucedidos no que lhes teria sido impossível fazer individualmente. O violento pai primevo fora sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos, e pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele (FREUD, 1996a [1913], p.145).

Findado o banquete totêmico, teria surgido o sentimento de culpa, uma vez que os filhos o odiavam por ele ser um obstáculo à realização de seus desejos sexuais, mas também o amavam e o admiravam. Disso surge entre os irmãos uma aliança simbólica em torno do pai, o totem, esse substituto simbólico da lei que representava o pai morto. O totem poderia ser adorado, referenciado, reconhecido como esse elo que unia os irmãos e permitia a eles algo como uma reconciliação ao próprio pai por meio desse substituto.

Desse modo, podemos considerar que, apesar de em uma primeira análise a crise vivida pelo pai da horda se relacionar a uma dimensão política, também poderíamos lê-la por sua dimensão gozosa, como nos coloca Mena (2021): quem goza e quem não goza, como goza ou quando goza (das mulheres e dos filhos). Haveria então uma briga pela possibilidade e acesso ao gozo. Por isso que a função do pai, quando a pensamos na psicanálise, é referida para além de seu componente imaginário, mas simbólico. E assim:

Não é o poder despótico do pai que queremos restaurar [...] a função do pai diz respeito a uma interdição, mas também a um acesso ao gozo, feito pelo pai à criança. Em outras palavras, a função do pai diz respeito à autoridade do pai, e não ao poder do *pater*” (MENA, 2021, p.51).

Freud, em *Totem e Tabu* (1996a [1913]), apresenta o mito do pai da horda primitiva como a figura central da autoridade original, cujo assassinato funda a proibição do incesto e estabelece as primeiras leis que estruturam a cultura. Essa “morte do pai” simbólica não apenas inaugura o surgimento da Lei e do superego (e do sentimento de culpa), mas também gera uma divisão entre o real da perda e o imaginário do poder que o pai detinha. Freud propõe o mito do pai da horda primitiva

como figura inaugural da autoridade e da interdição. A morte do pai, seguida da instauração do totem e das regras que proibiam o incesto e o parricídio, marca o surgimento da Lei e da cultura como efeito do recalque e da culpa. Entretanto, o que se evidencia no pensamento de Freud é que a autoridade paterna se constitui como efeito simbólico posterior à sua ausência real — o pai morto torna-se mais potente em sua forma simbólica do que em sua existência concreta. À luz disso, o declínio atual das instâncias normativas pode ser lido como uma reversão desse processo: a morte simbólica do pai já não instaura a Lei, mas expõe sua fragilidade.

No entanto, essa figura do pai não deve ser idealizada como um modelo a ser restaurado, pois o que Freud indica é que a autoridade paterna é, em sua origem, uma construção ambígua — resultado da repressão pulsional e do desejo coletivo de pertencimento. Assim, é importante mais uma vez pontuar, que a “morte do pai” é uma metáfora para a passagem da ordem natural à ordem simbólica, e não um chamado à nostalgia de um poder absoluto que jamais existiu em plenitude. Na atualidade, os efeitos desse mito freudiano da morte do pai da horda se manifestam no que se pode chamar de declínio das instâncias normativas tradicionais, especialmente da autoridade paterna, como veremos no subcapítulo a seguir, que já não exerce a função reguladora e integradora que possuía nas estruturas sociais e psíquicas passadas. Entretanto, essa crise não deve ser interpretada como uma simples perda a ser recuperada, mas como uma transformação da relação do sujeito com a lei, o desejo e o Outro. O desafio contemporâneo reside em pensar novas formas de laço social e normatividade que não retornem a um paternalismo autoritário, mas que permitam ao sujeito enfrentar a complexidade do gozo e da liberdade, reconhecendo a falta fundamental que sustenta a subjetividade. Dessa maneira, a “morte do pai” freudiana permanece um conceito fundamental para compreender a estrutura da cultura, sem que isso implique uma defesa nostálgica do passado ou um ideal de restauração do poder paterno.

5.1.2 O DECLÍNIO SOCIAL DA IMAGO DO PAI E A CRISE DA AUTORIDADE

Abordar a questão da autoridade do pai para o processo de constituição subjetiva do filho nos parece fundamental para pensarmos a questão da transmissão

e seu impacto na dinâmica familiar na contemporaneidade, as apresentações clínicas decorrentes disso, e ainda, a própria ordem social. A partir do argumento de que a crise da tradição e a queda da verdade no mundo moderno se relacionam a outras sucessivas quedas de diferentes instituições, como a da monarquia, a da igreja, e da família (cuja centralidade era o poder do *pater familias*), pensamos o enfraquecimento do Outro simbólico e as substituições resultantes dessa crise, a qual, inclusive, deu origem à própria psicanálise, como sabemos²⁸.

A autoridade não é um conceito psicanalítico; tem sua origem na política, sua consideração na filosofia política, marca presença na sociologia, e pode ser abordado por um caminho histórico. Pensamos que para a psicanálise e para esse trabalho, ele é interessante para discutirmos a função paterna e avaliarmos sua importância, seu caráter necessário (ou não) ao seu exercício. Para isso, parece relevante percorrermos alguns pontos argumentativos, como a diferença entre autoridade e autoritarismo, e, ainda a questão da interdição nos diferentes registros do pai, seguindo o percurso realizado por Mena (2021) em “A função do pai em psicanálise – para que serve a autoridade?”.

Ao contrário do que se poderia entender, analisar a importância da autoridade paterna hoje não é algo anacrônico, nem mesmo uma tarefa de “remar contra a maré dos novos tempos” (MENA, 2021, p.21), buscando resgatar valores que a sociedade tem conseguido, com muito esforço, abandonar. Marcar a importância da autoridade do pai é muito diferente de defender a volta de valores tradicionalistas, a restauração de uma ordem supostamente perdida com a modernidade, ou a reinstalação de hábitos e costumes de tradição patriarcal. Freud sofreu essa crítica por parte dos liberais, e, mais recentemente, temos visto especialmente no cenário acadêmico o resplandecer dessa crítica, coadunado à ideia de a psicanálise estar ultrapassada, de ser ela uma ciência restrita a um espaço, a um tempo, a um modo de funcionamento

²⁸ Lacan (1987) fala sobre o nascimento da psicanálise como uma resposta, a partir da crise social da *imago* paterna:

“seja qual for o futuro, este declínio constitui uma crise psicológica. Talvez seja a esta crise que se torna necessário relacionar a aparição da própria psicanálise. O sublime acaso do gênio não explica talvez sozinho que isto aconteça em Viena – nessa altura centro de um Estado que era o *melting pot* das formas familiares mais diversas, das mais arcaicas às mais evoluídas, [...] – que um filho do patriarcado judeu tenha imaginado o Complexo de Édipo (p.62). Lacan identificava os efeitos nocivos para o ordenamento psíquico dos sujeitos em razão da crise, porém, não pensava que a invenção da psicanálise poderia solucionar tal crise e menos ainda, resgatar a autoridade do pai dentro da família.

social que não existe mais. Mas é bem verdade também que, de outro lado, Freud também foi criticado pelos conservadores, ao falar sobre a sexualidade infantil e feminina, sobre homossexualidade, religião, e outros tabus. Uma dupla crítica que acompanha a psicanálise desde seu nascimento.

O fato é que o mundo mesmo é paradoxal, caminha em sentido não-linear, ora avançando em direção ao progresso, mudando hábitos e abandonando certos costumes, ora retrocedendo, embarcando em chamados tradicionalistas que buscam a restauração de um suposto bem-estar do passado, temendo o novo. Avanços e recuos em função da busca por seguranças e do lançar-se ao por vir. Assim, em nosso mundo, há aqueles que buscam a solução na reconstrução do Outro e outros que sustentam a sua superação. Nossa aposta junto a Mena (2021) é de que é possível defender a autoridade em coexistência com as noções de hierarquia e diferença, e em oposição à violência e à coerção pela força.

Mena (2021), pensando a queda da autoridade do pai, se questiona se “a violência secular do patriarcado teria contaminado a autoridade do Pai, enfraquecendo-a, deslegitimando sua ação, e produzindo uma lacuna no processo de transmissão” (p.11), ou seja, se a luta contra o autoritarismo teria banido toda e qualquer autoridade. A autoridade, podemos conceituá-la como relacionada à uma forma legítima de poder, de ordem, sendo necessária à convivência das pessoas em sociedade. Já o autoritarismo compreende alguma forma de violência, opressão, imposição, tirania, que, para a constituição psíquica dos sujeitos, tem efeitos infaustos. Do mesmo modo, também com efeitos psíquicos danosos, está a falta de autoridade, de limites que circunscrevam e orientem a existência de todo e qualquer ser humano em constituição.

Segundo Arendt (2011 [1961]), seria mais prudente nos perguntarmos sobre o que “foi” a autoridade do que sobre o que ela “é” (p.127). Remetido à Roma antiga e sua fundação, a autoridade desapareceu no mundo moderno, restando apenas “controvérsia e confusão” sobre a sua natureza. Sobre a noção de autoridade paira certa confusão com a noção de autoritarismo e violência, já que ambas exigem, impreterivelmente, obediência. No entanto,

[...] a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso [...] Se a autoridade deve ser definida de

alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos (ARENDT, 2011 [1961], p.129).

Apesar da discussão sobre a autoridade ser de natureza política, Arendt (2011 [1961]) reconhece que tal crise se espalhou para outras esferas sociais. A autora fala do deslocamento da autoridade do mundo político para o mundo privado da educação, sendo a crise da autoridade política em sua origem, desencadeada pelo declínio da tradição do mundo moderno:

O sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida obviamente tanto por necessidades naturais, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros. Devido ao seu caráter simples e elementar, essa forma de autoridade serviu, através de toda a história do pensamento político, como modelo para uma grande variedade de formas autoritárias de governo, de modo que o fato de mesmo essa autoridade pré-política, que governava as relações entre adultos e crianças e entre mestres e alunos, não ser mais segura significa que todas as antigas e reputadas metáforas e modelos para relações autoritárias perderam sua plausibilidade. Tanto prática como teoricamente, não estamos mais em posição de saber o que a autoridade realmente é (ARENDT, 2011 [1961], p.128)

Como nos colocou Arendt (2012 [1951]), não foi o combate ao autoritarismo que baniou toda e qualquer autoridade mas o contrário; o surgimento dos movimentos totalitários do século XX haveria acontecido justamente como efeito da crise da autoridade, o que propiciou o seu advento e propagação diante de uma atmosfera política e social não mais referenciada à autoridade e à tradição.

Na perspectiva da autora, a autoridade trata do reconhecimento de uma hierarquia que não está em dependência da persuasão ou da coação, que por sua vez, legitima ações e decisões públicas. O reconhecimento da autoridade se dá sem a imposição de argumentos ou meios violentos. No pensamento arendtiano, a autoridade se relaciona a outros conceitos como tradição, passado e futuro. A perda da tradição não é referida a uma perda do passado, pois esse continua lá, mas, segundo Carvalho (2017), “perdemos o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado”, que nos lançava luzes sobre o presente. Os critérios que serviam de apoio aos procedimentos, às escolhas e ao significado público que era atribuído ao processo educacional, foram perdidos (CARVALHO, 2017). A ideia

de um tempo que se move rapidamente, o ritmo de vida acelerado que abrevia os campos da experiência e coloca o homem em contato com a mudança de modo costumeiro, sem poder se apoiar nos fundamentos de outrora. As bases da civilização ocidental, anteriores ao totalitarismo, parecem se perder e, o passado embutido na tradição, enquanto herança, foi transmitido sem significado, sem “testamento”, como disse Arendt (2011 [1961]) citando René Char (*“Notre héritage n’est précédé d’aucun testament”* – Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento) (p.28). Aquilo do passado que pela experiência da linguagem podia ser transmitido, o foi sem qualquer significado. Sem um fio condutor que pudesse nos conduzir pelo tempo, estaríamos “vagueando nas trevas” (Arendt citando Tocqueville – Desde que o passado deixou de lançar a luz sobre o futuro, a mente do homem vagueia nas trevas²⁹ (2011 [1961], p.32)), perdidos diante do fato que os fundamentos do mundo que a tradição proporcionava, já não respondem mais às demandas do presente.

A autora anuncia em tom crítico uma preocupação em relação à perda da tradição em áreas pré-políticas, como, por exemplo, na educação, que poderia ter desdobramentos desastrosos, como abordado no livro “A crise da educação”. Como nos coloca Eccel (2019), um dos pontos centrais nas discussões arendtianas sobre a tradição é, justamente, a perda de autoridade. Para Arendt “a perda da autoridade é meramente a fase final, embora decisiva, de um processo que durante séculos solapou basicamente a religião e a tradição” (2005, p.13). Quando se trata de “educação”, diz Arendt (2011 [1961], p.239), “essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade”. No mundo moderno, no entanto, com a perda do sentido desse conceito, aquilo que se denomina de autoridade do professor, por exemplo, encontra-se reduzida e substituída pela crença na emancipação da criança da “autoridade dos adultos”; tal emancipação é pensada em nome do respeito à independência da criança. Para Arendt (2011 [1961]), isso está errado; pois a criança não é libertada, mas “banida do mundo do adulto” e submetida “a uma autoridade muito mais terrível e verdadeiramente tirânica, que é a tirania da maioria” (p.230). A criança deixa, portanto, de ser protegida por aqueles que têm maior conhecimento, isto é, os adultos:

²⁹Arendt (2011 [1961]) citando Tocqueville: “Desde que o passado deixou de lançar a luz sobre o futuro, a mente do homem vagueia nas trevas” (p.239).

São elas, ou jogadas a si mesmas, ou entregues à tirania de seu próprio grupo, contra o qual, por sua superioridade numérica, elas não podem se rebelar, contra o qual, por serem crianças, não podem argumentar, e do qual não podem escapar para nenhum outro mundo por lhes ter sido barrado o mundo dos adultos (ARENDT, 2011^a [1961], p.230-231).

Portanto, sem a proteção e a orientação daqueles que deveriam desempenhar tais funções, a vida da criança é moldada pela pressão proveniente da tirania da maioria das outras crianças. E a “reação das crianças a essa pressão”, constata Arendt (2011 [1961]), “tende a ser ou o conformismo ou a delinquência juvenil, e frequentemente é uma mistura de ambos” (p.231). Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e, portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente a sempiterna mudança do mundo e do ciclo biológico das criaturas que nele vivem (ARENDT, 2011 [1961]).

Seja no âmbito familiar ou no ambiente escolar, primeira e segunda instituição que se ocupa da criança e desempenha para ela papéis fundamentais, observamos tentativas de elaboração de orientações educacionais e escolares que pudessem comportar os novos tempos de liberdade e democracia, tão arduamente conquistados. A autoridade, a mestria e a hierarquia aos poucos foram sendo rejeitadas por serem consideradas (ou confundidas?) como coerção e imposição, e sendo substituídas por outras concepções educacionais que se utilizavam do convencimento e da persuasão, da relação não hierárquica entre pais/filhos e alunos/professores, e da substituição do lugar de saber dos pais/professores pelos filhos/alunos. Os ideais da modernidade representados pelo “liberdade, igualdade e fraternidade” se infiltraram no âmbito educacional, e as ideologias igualitárias saem do universo político, revogando a necessidade de mediação do adulto no mundo das crianças, como se toda a pedagogia baseada na assimetria do saber fosse imbuída de tirania e autoritarismo (MENA, 2021).

A falência da autoridade se mostra em uma dificuldade imensa de colocar limites para as *crianças* (mas não só, como veremos mais adiante), inicialmente pelos pais e posteriormente pelos professores, que não têm previamente a inscrição da autoridade realizada pelos pais que lhe garantisse esse lugar. Pais e professores têm buscado a ajuda de especialistas, estes sim, incutidos de um lugar de autoridade

dentro da nossa atual sociedade, mostrando que a autoridade não foi banida após a modernidade, mas deslocada. Aquilo que era o lugar da parentalidade, do saber sobre o corpo e sobre a educação, foi deslocado da família para o Estado (Outro social). A presença dos psicólogos, advogados, médicos, psicanalistas e de outros terceiros sociais, é cotidiana e tem ocupado o lugar no exercício das funções materna e paterna, ficando a esfera privada invadida pelo social de modo cada vez mais visível³⁰. Pouco a pouco, aquilo que se transmitia à geração seguinte por meio da família, é transmitido pelo saber social e institucional, desde o que se deve ou não fazer, como fazê-lo e em razão do que. É o saber científico que tem orientado os pais na criação dos filhos.

Roudinesco (2002) em *A família em desordem*, localiza na Revolução francesa de 1789, esse estopim de um movimento social e político que emancipou o homem do poder natural do rei conferido pela “lei do bom nascimento”, e, também, da autoridade coercitiva e sagrada da Igreja. Caem o rei e a figura de autoridade do Deus-pai, e, como disse Roudinesco (2002) citando a ideia de Balzac, “ao cortar a cabeça do rei, a Revolução derrubou a cabeça de todos os pais de família” (p.33). Instalou-se uma nova organização da sociedade, e a família tradicional passou a não ser mais orientada pelo *pater familias*, mas pelo poder do Estado. Essa mudança trouxe, portanto, a emancipação das mulheres e das crianças da opressão patriarcal, trazendo para o século XX a afirmação dos seus direitos e um lugar de visibilidade enquanto sujeitos.

Da família tradicional à família contemporânea, vimos mudanças significativas no papel do pai, que foi reduzido, reformulado, questionado, recusado, discutido. Segundo Mena (2021), o ponto comum é a dúvida quanto à sua função, quanto ao que ele deve fazer. E se, de um lado, questiona-se o autor, “os conservadores querem restaurar o patriarcado de antigamente, e os progressistas acreditam que devemos transformar o pai em um educador benevolente, que lugar deve ocupar o pai atualmente, em face das mudanças estruturais pelas quais passou a própria organização da família na sociedade?” (p.37). O pai na contemporaneidade, segundo Mena (2021), não pode ou não sabe se valer “da filiação a uma tradição, a partir da

³⁰ Sobre a difusão das fronteiras entre o público e o privado na família e na educação das crianças, Weinmann (2008) faz um interessante percurso teórico mostrando a construção dessas esferas, orientado pela psicanálise e inspirado pelas pesquisas arqueológicas e genealógicas de Michel Foucault.

qual ele mesmo teria aprendido alguma coisa com o seu próprio pai, para poder afiliar – ou transmitir – algo para seus filhos” (p.47), ficando inseguro quanto à função e perdido em meio aos tantos modelos de pai disponíveis, confuso diante de tantas verdades desabitadas de qualquer tradição.

A autoridade foi se perdendo, e o pai que antes dominava perde sua virtude e aparece fornecendo uma imagem invertida de si mesmo, “deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico, individualizado, cuja grande fratura a psicanálise tentará assumir durante todo o século XX” (ROUDINESCO, 2002, p.21). O pai, aquele herdeiro do poder de Deus que reinava sobre o corpo das famílias e decidia sobre os castigos aos filhos, já não mais existe. Ele não é mais um pai procriador, mas um pai pela fala (ROUDINESCO, 2002, p. 22). Nesse ponto pensamos a psicanálise e suas contribuições.

5.1.3 O DESEJO DA MÃE (OU, A FUNÇÃO MATERNA) E O PAI GRAVETO (OU, A FUNÇÃO PATERNA)

Pensando na constituição do sujeito, afastando-se dos pós-freudianos que levam a psicanálise a um entendimento desenvolvimentista, como Klein, Winnicott e Anna Freud, Lacan falava na função paterna e no desejo da mãe: “O papel da mãe é o desejo da mãe. É capital. O desejo não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carreia sem estragos. Um crocodilo cuja boca vocês estão – o desejo da mãe é isso. (Lacan, 2006 [1969/70], p.105). Voraz, arcaico e fundamental para que um pedaço de carne possa vir a aceder ao pacto civilizatório. Para que o corpo do pequeno bebê passe de uma ordem a outra. Da instintual à pulsão, adentrando a ordem da linguagem. Mudados os tempos, poderíamos afirmar algo sobre o desejo da mãe, essa bocarra aberta que só não devora o próprio filho porque o pai, em sua função, coloca nela um obstáculo?

Para pensar a constituição do sujeito, apontando para a função paterna e para o desejo da mãe, Lacan nos falou sobre os três tempos do Édipo. Segundo Lacan, no primeiro tempo do Édipo, temos o processo da construção de uma imagem unificadora do corpo do bebê a partir do investimento de libidinal materno, naquilo que se chamou de alienação. A criança fica no lugar do falo materno, como objeto que satisfaz a sua falta, numa posição narcísica. A instância paterna opera através da mãe e de seu

desejo, mas desde que a questão fálica esteja instalada na mãe. O segundo tempo do Édipo estaria caracterizado como o ponto em que a criança vivencia um sentimento de privação da mãe, e localiza no pai essa figura interditora. O pai representa essa alteridade, que traz uma mensagem para a mãe, a interdição de reintegrar seu produto, e para a criança, que a impede de gozar desta mulher. O pai enquanto suporte da lei faz esse duplo movimento, central para a criança que precisa aceitar não ocupar mais o lugar de falo da mãe. O terceiro tempo do Édipo, conhecido como a instauração da metáfora paterna, ocorre em decorrência do segundo tempo, da percepção da criança de que a mãe deseja algo além dela mesma, e da identificação ao pai enquanto aquele que tem o objeto de desejo da mãe. A criança se desvincula do desejo materno, passando da posição de ser o falo da mãe, para ter o falo, assim com o pai imaginariamente o tem. Ela identifica-se ao pai como aquele que o tem (significação do falo), no caso do menino, ou na menina, o reconhecimento do homem como aquele que o possui, internalizando-o como ideal-do-eu. O pai estará em uma posição metafórica, no entanto, não podemos nos esquecer, somente se a mãe sanciona a existência desse lugar como lei. Nesse último tempo, vemos uma aceitação do pai, uma simbolização da lei e a inauguração da criança na dialética do ter, nas relações de objetos.

Ocorre que não é obvio que uma criança seja tomada como falo, condição para o primeiro tempo do Édipo. Esse processo depende de uma série de fatores, não apenas do fato do nascimento de uma criança (no sentido da biologia), mas do nascimento simbólico de uma criança para uma mãe, da “adoção” dessa criança pela mãe, e aí entram fatores político-sociais-libidinais³¹. E disso, “entre outros e Outro, cria-se para a criança um lugar de existência que pode indicar sua singularidade ou ser gerador de impasses que promovem as condições de desamparo” (ROSA & LACET, 2012, p.360).

Na perspectiva freudiana, Sua Majestade o Bebê (FREUD, 2010 [1914]), a criança, era aquela que, no lugar do falo, atualizava o narcisismo parental ocupando o lugar de ideal materno e paterno. A maternidade é, conforme nos disse Freud, um ato de fetichismo pois a mãe faz do filho um fetiche fálico. Ela ilustra e o faz reluzente para que todo mundo o note: “o limpa, o lixa, o ordena, o disciplina, o educa, etc

³¹ Assim, o imaginário social também é decisivo para o modo com que a criança será tomada na estrutura libidinal dos pais, e na própria construção do lugar imaginário e simbólico do pai.

(JERUSALINSKY, 2011, p.92). O corpo da pequena criança é esse lugar onde a mãe pode simbolizar sua obra fálica. Aquilo que faz o Outro primordial, a relação mãe e bebê sempre foi tida como uma espécie de perversão, porém uma “perversão consentida”, como nos coloca Jerusalinsky (2011, p.94). Consentida pela criança mas também consentida socialmente. É o “único momento em que alguém pode nos tocar em todos os pontos de nosso corpo de um modo completamente arbitrário, na maior intimidade, com nossos excrementos, e isso não é condenado moralmente” (p.94). Já que em qualquer outro momento da vida, tais atos seriam moralmente condenáveis, podemos dizer que a relação de uma mãe com uma pequena criança é uma perversão consentida. As mães podem atuá-la, conforme seus parâmetros, não necessitando de complementos ou justificativas, pode fazer operar a sua lei, sem necessitar referenciar seu ato a um documento, a qualquer outra legalidade. Se um filho diz: mãe, por que eu não posso ir à casa de fulano? “Porque não, porque eu não quero”. O seu desejo é a sua única verdade exprimível, e é aceita. Mães podem ser tirânicas - “melhor que o sejam”, disse Jerusalinsky (2016) -, não precisam ser democráticas. Ao menos não precisavam. Mas recorrentemente temos visto surgir posições maternas impensáveis enquanto ideal educativo de outrora, em que as mães perguntam aos filhos, pedem sua permissão para que possam ocupar o lugar educativo que passa por um imperativo, invariavelmente. As mães que antes diziam “vou limpar teu bumbum, com licença”, agora dizem: “posso limpar teu bumbum daqui a pouco? Em cinco minutos vou voltar para limpar teu bumbum”. Passados os cinco minutos: “chegou a hora de limpar teu bumbum”, e diante de choro, ou negativa da criança, fazem novas “negociações”.

Pensamos junto a Flesler (2012) que o trabalho dos pais, esse que precisa ser executado para que o *infans* venha a ser sujeito, é um trabalho de resguardo do gozo. Que os pais possam resguardar seus gozos ou torná-los privados os seus gozos de homem e mulher, ou ainda, que “ofereçam o véu indispensável, ativador, gerador do vazio orientador da sua própria via desejante, sobre a qual a criança montará a tela da fantasia” (FLESLER, 2012, p.61). A transmissão do desejo dos pais, no entanto, só se faz possível quando o pai faz da mulher objeto de desejo, colocando-a no lugar de não-toda-mãe, e quando ela, ao situá-lo como aquele que tem o falo, pode nele metaforizar seu desejo. Fazer da mulher um objeto de desejo é o que um pai precisa fazer para ser merecedor de respeito e amor, segundo nos disse Lacan no Seminário

R.S.³².

Apesar de confuso, Flesler (2012) tenta esclarecer essa menção de Lacan, ressaltando primeiramente o par de significantes pai/mulher e não pai/mãe, mostrando que um pai não é só isso, ele pode se dizer homem ou apelar para outros significantes que o representem como sujeito, e, secundamente, que somente um pai desejante (articulando assim, a castração) pode fazer de uma mulher objeto de seu desejo. Ele, desejante, pode ser “transmissor em ato de um gozo que lhe falta e que, por isso, ele deseja [...] mais ainda, que deseja encontrar no corpo de uma mulher” (p.63).

Isso está em oposição ao pai do gozo, o pai totêmico que goza de todos, que goza-todo, que Lacan vai denominar *père-version*. Como diz Flesler (2012), “seus excessos valem como demonstração da inoperância, nele, da castração, aquela que entra em jogo quando ele busca o objeto para seu gozo no corpo de sua *partenaire* feminina” (p.63). É assim que o pai do gozo e o pai do desejo podem se enlaçar de maneiras diversas, o que resulta em diferentes eficácias.

O desejo da mãe, é marcado e estruturado pela presença da função paterna, que atua como princípio de interdição e limitação desse gozo materno. Lacan ilustra essa relação por meio da metáfora da mãe-crocodilo, afirmando que “a mãe é o crocodilo, mas o pai é a barra que impede que ela engula” (LACAN, 1986a [1959-60] p.100). A função paterna, encarnada pelo “pai-graveto”, esse que coloca a barra sobre a bocarra do crocodilo, institui uma barreira simbólica que não apenas priva a criança do gozo direto da mãe, mas também impede que a mãe-mulher se entregue plenamente a esse gozo. O pai graveto impede a mãe de tomar a criança como seu objeto de gozo todo, fundida ao seu gozo. É uma privação do gozo da mãe-mulher que abre para a criança uma posição desejante, a possibilidade da assunção de uma posição de sujeito.

No entanto, como pudemos já discutir, temos observado hoje uma fragilização do pai-graveto, que produz um deslocamento na estrutura tradicional da parentalidade, tornando o espaço simbólico de mediação entre mãe e filho mais vulnerável e, por vezes, difuso e confuso. Dessa conjuntura podemos ler as redefinições de contornos da maternidade hoje, que precisa responder a inúmeros ideias sociais e demandas totalizante de cuidado. O desejo materno, é potente e

³² Seminário proferido por Lacan em 1973-1974, ainda não publicado.

fundamental, mas seu contrapeso, a função paterna, é essencial.

5.2 CONTORNOS DA PARENTALIDADE HOJE

O lugar de pais hoje, parece surgir sem muita sustentação, já que não temos mais a tradição como consistência simbólica e não parecemos nos bancar por nossa conta e risco. A patologia típica da família atual não surge como resultado de que as crianças morem em duas casas diferentes, cada uma com um pai, ou que tenham duas pessoas do mesmo sexo exercendo as funções maternas e paternas, ou que falte a figura real de uma pessoa na estrutura de parentesco etc. (KEHL, 2001). Isso não é nenhuma prerrogativa dada, e pode, aliás, ajudar a simbolizar não só a masculinidade e a feminilidade, mas também a autoridade e a lei. Segundo a autora, o que caracteriza a patologia da família que se representa como “desestruturada” é a desautorização dos pais e a consequente desresponsabilização dos mesmos que tem para com os filhos um efeito de abandono. Não no sentido de uma displicência, negligência planejada, mas que o efeito acaba sendo similar.

Flesler (2024) fala sobre o grande sintoma de desorientação que habita nosso tempo. Desorientação dos pais e dos filhos. Estes nos mostram sua desorientação pelas mais diversas manifestações corporais, pela escravização ao gozo pulsional, pelos mandatos inexoráveis do supereu ou ainda por estarem prisioneiros da vassalagem aos reflexos de um eu ainda precário (FLESLE, 2024). Aqueles, nos procuram em nossos consultórios dizendo “não sei o que fazer”, “tenho medo de traumatizar meu/minha filho(a)”, “e se ele/ela ficar bravo(a) comigo quando lhe mandar fazer x,y,z...?”, “não sei acolher, não sei lidar quando ele/ela fica triste ou bravo”, “mas essas coisas só acontecem na escola, o que eu posso fazer?”.

Nesse sentido, pensamos junto a Flesler (2025), que os pais têm apresentado “três versões do DES”: desorientados, desautorizados e desresponsabilizados (p.124), demonstrando o abismo que temos visto entre a filiação e a reprodução, entre ser um pai e ser um progenitor. Autorizar-se pai (e mãe) é tomar para si uma criança como filho, colocá-lo dentro de uma linha sucessória familiar independente de ser um filho biológico ou não, mas assumir para si essa responsabilidade sobre sua orientação pela vida. A filiação perpassa pela transmissão de que a criança pertence a uma série de seres (o nome da família assim o prova), e “a obrigue a reconhecer

como devedor da sua existência à uma origem situada na cadeia significativa que articula o desejo de seus antecessores; cadeia que simboliza o Nome-do-Pai” (JERUSALINSKY, 2011, p.63). Assim, “a genitura se desloca do ato sexual de fecundação para o reconhecimento do filho no registro simbólico” (JERUSALINSKY, 2011, p.63). E daí que se produz no filho um sentimento importante, que é o de sentir-se “obrigado a pagar essa dívida com o valor simbólico de seus atos” (JERUSALINSKY, 2011, p.63). Essa é uma transmissão fundamental, que traz ao sujeito uma sensação de pertencimento e amparo.

A hipótese de Mena (2021) é de que na contemporaneidade, há duas vertentes de desamparo. Uma que se relaciona com o Outro e seu afastamento, e outra que tem que ver com o objeto e sua perda. De um lado temos a progressiva perda de consistência do Outro e do outro lado, uma multiplicação de objetos, uma proliferação de *gadgets*. Assim, temos a dimensão da falta, perda (da consistência do Outro) e do excesso de objetos. Se antes havia marcadores padrão que determinavam e dirigiam nossa existência, como o casamento, a religião, a aposentadoria, o trabalho, hoje temos tudo isso desacreditado, posto em xeque. Na inexistência de bússolas que governavam a vida de qualquer um, ainda que fossem exigências fundamentais e passíveis de pouco questionamento, e, com isso, pouca liberdade, eram, ao mesmo tempo, menos angustiantes porque explícitas.

O lugar de nascimento outorgava aos sujeitos determinados universos por onde circular e, também, lugares proibidos, mas, sendo orientados pelo “destino” havia algo mais pacificador atuante, certa segurança que servia de compensação à falta de liberdade. Segurança essa que parece não ter sido suficiente e a partir da qual o “ser humano foi paulatinamente passando de uma existência determinada pelo Outro para uma existência indeterminada, cujas bordas ele mesmo precisa construir, orientando-se sozinho por meio do livre-arbítrio” (MENA, 2021, p. 42). Tal liberdade, porém, vem acompanhada de certa deriva, já que não há um Outro que recebe e orienta os recém-chegados ao mundo, que lhe oferece um amparo que não é instintual, mas da ordem do significativo. A essa perda de garantia, passagem do A ao A/³³ Lacan fala do pai como uma função não mais de garantia, tal qual o pai ideal, mas lugar de ferramenta.

³³ “A”, abreviação utilizada por Lacan para Outro (*Autre*). A barra (/), por sua vez, é utilizada como símbolo que se refere à ideia de barramento, de castração. Assim, podemos pensar no Outro (A) como Outro imaginário, todo e potente, e no Outro barrado (A/), simbólico, incompleto, marcado pela falta.

A contemporaneidade se caracterizaria, então, segundo Mena (2002) pela passagem da “garantia do Outro para a autodeterminação do Um [...] da obediência ao Outro à responsabilidade de cada um pelo próprio destino, pelo próprio sintoma, obrigados a escolhermos o próprio gênero, a própria cor, o próprio nome, o próprio corpo” (p.43).

O lugar de sustentação da responsabilidade (autoridade, como nos disse Arendt (2001[1961]) na criação dos filhos, sejam eles seus ou não, consanguíneos ou não, permanece em crise. Temos, de um lado, crianças altamente investidas narcisicamente como a única esperança de adultos desgarrados de seu próprio lugar como filhos e herdeiros de algum passado, mas que parecem entregues à própria “sorte” e desorganização pulsional, abandonados por pais que não querem se arriscar e sustentar o ato necessário para fazer de seu filho um ser de cultura, um sujeito barrado em seu gozo (KEHL, 2001; FERRARI et al., 2012). Escutamos dos pais queixas como “ele não quer dormir na cama dele”, “ela quer assistir desenho em todas as refeições”, “ele não quer parar de usar fraldas”. Em tempos de psicologia positiva, de “educação não violenta”, se usarmos os ditos de nossos antepassados - “criança não tem que querer” -, soa quase herege, no entanto, se entendemos que a pulsão precisa ser educada, singularmente codificada pela lei e que, como nos colocou Lacan (1985 [1964]), o desejo do ser humano é o desejo do Outro³⁴, essa frase carrega grande sabedoria. As crianças precisam aprender a querer, a pulsão precisa ser direcionada a partir da determinação do Outro, pois, se sabemos conceitualmente que ela exerce uma força constante, então, ou a direcionamos ou ela busca o caminho por si mesma (CHECCHINATO, 2011). Dar ordem, ordenar a pulsão é um aprendizado essencial. Como colocou Checchinato (2011):

A criança precisa, às vezes desesperadamente, que o pai, a mãe ou, melhor ainda, ambos a ordenem. Sob o ímpeto da pulsão, ela não sabe como encaminhá-la. São os pais que, aos poucos, vão fornecendo os meios de conduzi-la. A sublimação³⁵ acaba sendo uma tarefa tanto mais difícil quanto mais os pais se abstiverem na sua função de educadores. Numa consulta a uma psicanalista, o casal informa que o filho de cinco anos só faz cocô no

³⁴ *Le désir est le désir de l'Autre*, em francês. No Seminário 11, Lacan (1985 [1964]) fala sobre a questão da estruturação do desejo a partir da relação de mediação com a alteridade. Ou seja, que o sujeito deseja algo em função daquilo que o Outro deseja ou, ao menos, que o sujeito supõe que deseja.

³⁵ Aqui pensamos uma articulação possível entre o conceito de sublimação em Freud, enquanto um destino da pulsão socialmente permitido e valorizado, com o educar. Educar seria uma forma de oferecer à criança caminhos simbólicos possíveis para percorrer, ou seja, meios pelos quais ela pode ser canalizada em produções carregadas de algum valor cultural, ao contrário de expressões destrutivas, sintomáticas. A tarefa dos pais perpassa assim pela canalizar da pulsão para um fim socialmente aceito, fazendo a criança adentrar ao campo do desejo regulado pela lei.

boxe do banheiro. A psicanalista simplesmente intervém: ‘e vocês deixam?’. Nunca mais a criança fez cocô no boxe, passou a usar o vaso sanitário (p.45).

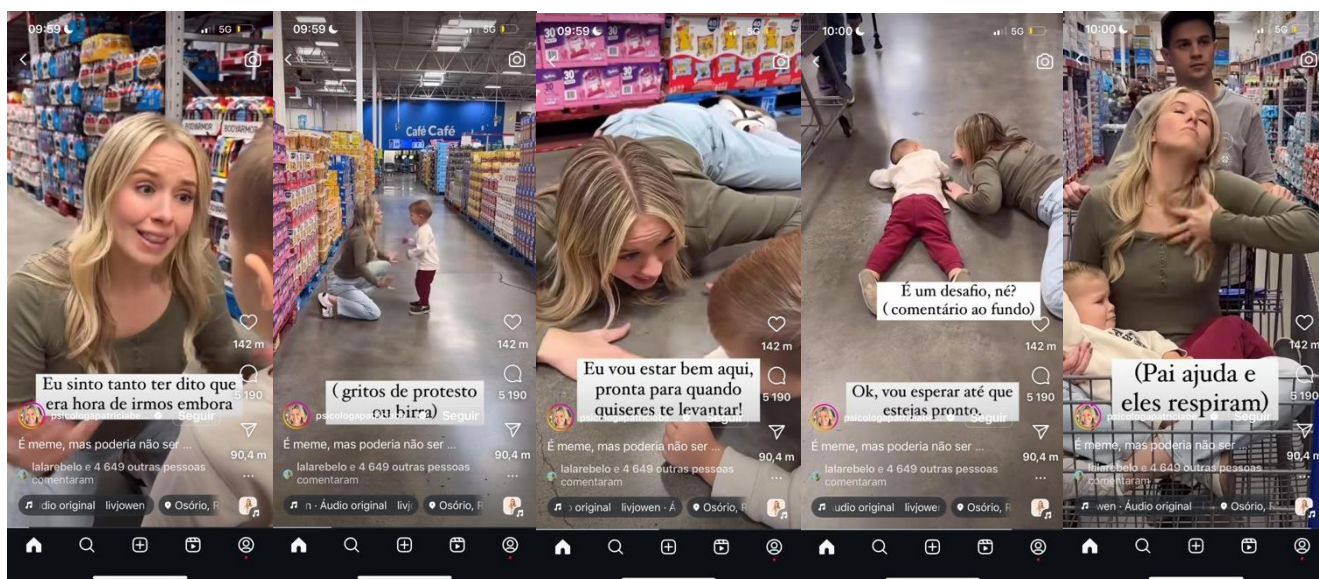
Se não orientada a seguir um trilhamento, se não balizada, a pulsão escolhe os caminhos mais imediatistas de descarga, ou o próprio corpo, ou a psique, ou ambos. Isso é a castração, não é apenas “a proibição de dormir com o genitor (filha) ou a genitora (filho), ou desejá-los, mas também a coordenação da pulsão e das manifestações do desejo, de que os pais não podem abrir mão” (CHECCHINATO, 2011, p.46). Além disso, convém questionarmos, como nos coloca Iaconelli (2021), qual o poder de escolha de uma criança que depende inteiramente dos adultos, ou seja, como é que ela poderia avaliar as implicações das suas escolhas? Quais recursos ela tem para entender a complexidade do que está em jogo?

Muito se tem falado sobre a educação positiva e comunicação-não-violenta. Diante da cena do filho, de idade entre 3 e 4 anos, que começa a se jogar no chão dentro de um supermercado, uma mãe *Millenial* utiliza de todo o seu repertório não-violento com a pequena criança, que segue fazendo birra pelo trajeto enquanto a mãe tenta lhe conter com algumas frases:

Eu sinto tanto de ter dito que era hora de irmos embora; Que tal iniciarmos um timer? Oh não, gentil com a mão, gentil com a mão [em relação ao gesto do menino com intenção de batê-la]; Eu sei que você está tendo que lidar com muitos sentimentos nesse momento; Mamãe só está tentando validar isso! Eu não quero que você se sinta mais ansioso do que já está; Eu vou estar bem aqui, pronta para quando quiseres te levantar; Estou vendo que você está agitado, quer minha ajuda para parar? Você pode pedir desculpas para a mamãe? Tudo bem, desculpa é uma palavra assustadora; Mamãe pode te ajudar, por favor? Me dá permissão para te ajudar? Está pronto para se levantar agora? É um desafio né?, Ok, vou esperar até que você esteja pronto; Que tal ser positivo por um momento e checarmos nossos sentimentos? Amor [chamando o marido], eu preciso do seu apoio (Retirado do Instagram)

O pai aparece na cena, ajuda ambos a respirarem com calma, e a mãe aparece dentro do carrinho de compras junto à criança, ambos empurrados pelo pai na direção da saída do supermercado. O vídeo (Figura 3) publicado no Instagram, é uma sátira, claro, mas poderia não o ser. A criança, “Sua Majestade o Bebê”, (FREUD, 2010 [1914]), parece nocautear a mãe, que, preocupada com não ferir os sentimentos do filho, não evocar na criança qualquer afeto negativo, passa a submeter-se aos seus caprichos para seguir o que se chama *gentle parenting* (parentalidade gentil).

Figura 4 - A mãe *Millenial* e sua abordagem não-violenta



Fonte: [@psicologapatriciabecker]. (2024). [Video] Instagram.

Em outro vídeo³⁶ (Figura 5), uma mãe *Millenial* aparece orientando sua mãe *Boomer* em vários momentos do dia de interação com sua filha/neta, a como exercer a “parentalidade gentil”. É também uma sátira que maximiza e ironiza o que se tem feito sobre essa espécie de nova ordem educativa. Na primeira cena, acompanhando a criança a descer no escorregador, a avó fala “tenha cuidado!”, e mãe em seguida corrige: “não se fala mais tenha cuidado, em vez disso diga, qual seu plano aqui?”. A avó então responde: nem eu sei meu plano aqui, você sabe o seu? Na segunda cena, a avó ao presenciar uma briga entre irmãos diz: “pare de bater na sua irmã”, e a mãe a corrige “não diga pare, diga mãos gentis”. A avó supressa então pergunta: “mãos gentis?”, e sua filha responde “sim, mãos, gentis, tudo gentil”. Na terceira cena, a avó observa o/a neto/a fazendo algo admirável e fala: “estou tão orgulhosa de você”. Em seguida a mãe da criança alerta: “não se diz mais estou orgulhosa de você. Isso coloca o foco em você. Se diz, você deve estar orgulhosa de você”. Na vinheta seguinte, a avó apressa os netos para saírem de casa: “vamos lá, rapidinho”, e a mãe logo interrompe: “não as apresse”, e avó responde: “achei que estávamos com pressa”. A

³⁶ @thedailytay. (2024, 25 de setembro 15). Me teaching my Boomer Mom About Millennial Parenting [Video]. Instagram.

mãe confirma que estão sim com pressa mas que não se deve apressar as crianças porque isso as torna ansiosas. Que ela mesma sempre a apressou quando criança e por isso ela se tornou ansiosa. A avó então pergunta: e o que eu devo dizer então? A mãe, sem saber o que responder, hesita, e repete: “gentil, desse jeito, bom trabalho, gentil”. Fechando a esquete, a cena em que a criança desce o escorregador se repete e a avó diz: “tome cuidado!”, e a mãe, já sem muita esperança de “educar” a avó da criança, suspira e diz: “você se sente segura aqui? ”. A avó, entendendo que a pergunta era para ela e não para a criança, responde: “eu não me sinto segura em nada disso”.

Figura 5 - Eu ensinando minha mãe boomer sobre parentalidade *Millennial*.



Fonte: [@nomedousuário]. (ano). *Texto da legenda da postagem, se relevante* [Fotografia].
Instagram.

Os pais *Millennials*³⁷, filhos de pais autoritários, parecem extremamente confusos do seu lugar e sua função, e, temendo o autoritarismo, recaem na

³⁷ As mães *Millennials* pertencem à geração nascida aproximadamente entre 1981 e 1996. Elas cresceram em um contexto de rápida evolução tecnológica, são altamente conectadas às mídias digitais e, em geral, valorizam a autonomia, a educação emocional dos filhos e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Diferenciam-se de gerações anteriores pelo uso intensivo de redes sociais como fonte de informação, troca de experiências e validação sobre a maternidade. Também tendem a buscar uma parentalidade mais participativa e consciente, embora frequentemente enfrentem as pressões do desempenho, tanto na vida profissional quanto na criação dos filhos

permissividade. As crianças, diante desse lugar vago dos pais, horizontalizados ou diminuídos (no vídeo a mãe fica na altura da criança para falar-lhe, chegando a se deitar no chão junto a criança para dizer-lhe algo) frente às suas demandas, ocupa um lugar tirânico. As crianças têm aprendido a partir do discurso de nossa época que estão em igualdade de direitos com aqueles que as educam, e que, tal qual os adultos, podem e devem usufruir de uma vida sem limites, regida pelo gozo. Um verdadeiro engodo se coloca, pois não há formação possível sem limitação de gozo (LACAN, 2003c [1967]). Acontece que a criança não pode guiar-se na vida por si, decidir sobre seu destino por si, proteger-se por si, precisa de uma figura que garanta a ela que isso aconteça, que sustente esse lugar. Alguém que ocupe um lugar hierarquicamente diferente dela.

Não nos parece que os pais hoje não tenham esse saber em si, esse “saber o que é melhor para seus filhos”, que não sejam portadores de algo referente à uma transmissão de suas próprias famílias, mas que parecem desautorizados para agenciarem a castração, ou, até mesmo, desprestigiados de seus lugares de transmissão da falta simbólica (JERUSALINSKY, 2020; ROSA & LACET, 2012), temendo sua responsabilidade e confundindo autoridade com autoritarismo. Muitas vezes, segundo Iaconelli (2021), os pais renunciam à autoridade por temerem ser autoritários, por medo de despertar o ódio dos filhos, o desamor. Fazendo isso, saem de seus papéis, que incluem suportar esse ódio, e ser o “estraga prazeres”, nos afirma Iaconelli (2021). Percebemos

[...] uma desresponsabilização quanto à função de transmissão da lei que funda justamente os lugares paternos [...] Não se trata de uma falta de responsabilidade no sentido de cuidar da criança, de preocupar-se com ela, mas o efeito é de abandono de responsabilidade e autoridade (ROSA & LACET, 2012, p.367).

Sobre esse “abandono” moral, Kehl (2001b), sugere que também a cultura do narcisismo que estamos todos mergulhados desempenha ali um papel fundamental. Os pais têm tido dificuldades de bancar qualquer ato que introduza no outro uma limitação, especialmente se esse outro é um filho, aquele que é seu ideal de gozo. Segundo a psicanalista, temos tido dificuldade de duas ordens com os filhos: uma, de conseguir inventar um lugar de onde a gente possa bancar essa autoridade, a gente tem uma “dívida com essa herança familiar que a gente perdeu, com esse ideal familiar que a gente perdeu, isso dificulta que a gente se sinta à vontade para inventar.

Porque, afinal, o que legitima a autoridade paterna e materna nessa situação atual?
É que você seja capaz de dizer:

[...] eu quis você, eu achei que tinha condições, e agora eu vou levar isso aqui até um ponto onde eu ache que você vai sozinho [...] é o desejo de fazer crescer aquele ser humano da melhor maneira possível. E você vai errar, evidentemente, o seu narcisismo tem que aguentar isso senão não vai sustentar nada (KEHL, 2001b, p.59-60).

O que funda a autoridade parental é a posição subjetiva sustentada pelo laço simbólico, que não exige complementos narrativos para ser exercida. É alguém que estruturalmente está em uma posição não-horizontal que o possibilita se encarregar, se responsabilizar por um outro ainda incapaz de sustentar o seu desejo sozinho. Aquele pai que diz ao filho “eu não admito que você fale assim comigo”, não precisa justificar essa posição, nem explicar, e é como se estivesse dizendo: “[...] eu cuido de você, eu escolhi este encargo e me responsabilizo por ele, eu posso errar aqui e ali, mas eu não vou te abandonar” (KEHL, 2001, p.38). Isso é como dizer, “deste lugar eu não abro mão”, nesse sentido que sustentar a alteridade não é esbravejar um saber, mas ocupar um lugar. Como se também dissesse: “meu lugar é diferente do seu”; essa assimetria é fundamental. (KEHL, 2001, p.54). Arendt (2011 [1961]), fala sobre o perigo da supressão da autoridade a partir do forjamento de uma equalização entre adultos e crianças, produzida no seio de um discurso de democratização das relações entre as gerações

Há de haver uma assimetria entre as gerações, simplesmente compreendida como uma separação de datas de nascimento, que leva a uma oposição de lugares interligados por uma relação de engendramento e parentesco, o que é diferente de uma imposição de lugares hierarquizados, que precisaria ser atacada porque causa opressão. Lajonquière (2024) tem utilizado inclusive o par “*viejo e niñ(a)o*” (velho e criança) (p.1) para enfatizar a falta de proporção necessária entre as gerações. Ser “velho no tempo” implica uma condição de ser alguém que já passou pela operação psíquica (inconsciente) de repressão da posição de *infans*, ou seja, alguém que já se efetivou no campo da palavra e da linguagem. Assim, o adulto não é aquele mais inteligente, ou o que consegue controlar os afetos enquanto as crianças são as que não chegaram ao fim de um processo de maturação e crescimento, mas entre eles há uma diferença discursiva, temporal e linguageira, uma desproporção, tal qual Lacan nos falou sobre a falta de proporção sexual (Lajonquière, 2024).

Os pais na contemporaneidade têm tido que encarnar uma autoridade moral por sua conta em risco, pois não há uma autoridade segura e eles próprios perderam a crença na autoridade legítima. Não temos, enquanto pais, grandes ideais a transmitir, pois temos passado por um momento de decadência de todos os valores da cultura burguesa, do trabalho, passando pela política, pátria, à religião, que não têm mais o peso de destino que tinham antes. Se há um ideal, este parece ser encarnado nos próprios filhos, “por ele eu faço qualquer coisa” disse-me um pai de um pequeno analisando, ou “não quero mais nada da vida, só que ela [a filha] seja feliz”, disse-me uma mãe, de outra analisanda. Há um vazio que os filhos têm sido convocados a responder, a preencher, um lugar de gozo.

Têm sido difícil para os pais criarem um *setting*, tal qual o analista o faz em análise, que oferece uma borda ao sujeito, mesmo que seja para ele transgredir pra lá e pra cá, mas ali ele ao menos sabe que ela existe. Não que o “paredão da família patriarcal do século 19” (KEHL, 2001b, p.54) seja um ideal a ser recuperado, bem diferente disso, mas é necessário criar uma

[...] borda de giz, que seja, como o cara que passa o pé na risca e fala: daqui não passa. Apesar de ser esta uma borda abstrata, é necessário que os pais possam criá-la pois isso é o que fornece a liberdade para o sujeito, não o contrário: a ausência total de borda não dá liberdade, dá confusão (KEHL, 2001b, p.54).

Os pais demonstram essa dificuldade, falam sobre essa dificuldade na clínica, e ainda, há aqueles que não percebem que podem ter essa autoridade e buscar orientar as crianças. Um pai, com dificuldade em consentir o desempenho de sua função de terrível e ideal, incapaz de dar consistência ao corte que separa mãe e filho simbolicamente, em um momento, se surpreendeu com uma intervenção da analista que o autorizava a esse lugar do terrível, do portador da lei: “eu posso falar/cobrar isso deles [os filhos]? Não vou traumatizá-lo?” ao que a analista responde: “Sim, vai, e é isso que fazem os pais e as mães, por amor ao filho”. A educação tem que ver com traumatizar, não no sentido da intencionalidade de uma ferida, mas sim, com produzir um furo (do grego *traumatós*).

Para poder dizer um NÃO a uma criança (um-não-do-pai), é preciso poder correr o risco enquanto pai, não só de ser eventualmente desaprovado pela mãe da criança, como também aceitar perder momentaneamente o amor da criança. Essa operação leva inevitavelmente os pais à própria castração [...] (LÉVY, 2008, p.64).

Em um breve texto chamado “Três Conselhos para a educação das crianças”, Calligaris (1999) ao falar sobre a questão da transmissão e do que consistiria o ato educativo do qual os pais e educadores se ocupam, nos fala que educação e castração, são quase sinônimos, já que ambos os termos designam processos pelos quais um sujeito pode vir a encontrar um lugar para si na sociedade. O autor nos lembra que em nossa cultura não dispomos de um ato simbólico único, como um ritual, uma prova, uma festa, que introduza a criança no estatuto de sujeito ou cidadão. Nós os dispensamos, e, com isso, ganhamos certa liberdade e autonomia ao preço de percorrermos um longo e incerto processo de socialização. A educação e a socialização, caminhando juntas, por não serem efeito de um único ato mágico, se dão por caminhos diversos, simbólicos e imaginários, por meio de um “equilíbrio instável de promessas (ou esperanças) e deveres” (CALLIGARIS, 1999, p.26). Ou seja, de um lado haveria as promessas e, do outro, os deveres. Os deveres funcionam como limitadores da nossa busca pela satisfação pulsional irrestrita e abrem portas para a instalação de um desejo, na medida em que passamos a querer algo diferente das nossas necessidades fisiológicas e não temos, a exemplo dos animais, uma vida instintual. Uma boa educação, portanto, “implicaria deveres, débitos para com as instâncias simbólicas de autoridade que nos impõem os limites que abrem para nós o campo do desejo. Essas instâncias são constitutivas de identificações simbólicas, traços ideais, aos quais cada um deve o seu desejo” (CALLIGARIS, 1999, p.26). E são justamente essas marcas, que mesmo sendo singulares podem ser relativamente comuns, que garantem a possibilidade de convivência social.

Do outro lado dos deveres, no processo educativo, estão as promessas. Renunciar a uma satisfação imediata com a promessa de um ganho maior ou uma realização posterior, abrir mão de um gozo todo, do excesso pulsional para poder ter acesso futuro a partes, fragmentos de gozo, faz parte da tarefa educativa e só pode ser realizado na medida em que aquele que se ocupa da educação, se apresente enquanto faltante:

[...] uma educação dificilmente poderia se dar sem uma dimensão de promessa. No mínimo e no melhor dos casos, a promessa de um desejo. Assim, o dever de ser filho, respeitar a ordem das gerações, honrar os pais, desejar mulheres de outros tótems ou famílias, se sustenta na promessa de vir a ser adulto e, por sua vez, pai [...] O que é prometido pode ser em suma a própria transmissão dos referentes simbólicos que orientam os deveres (CALLIGARIS, 1999, p.27).

Acontece que os valores que parecem orientar os deveres dos adultos hoje, ou ainda, sua existência mesma, parecem subordinados a uma promessa de gozo todo e não de desejo, sempre parcial, não-todo. A esperança de poder gozar quando adultos, essa promessa de conseguir gozar, é a contramão do que a educação poderia prover. Segundo o autor, é como se ao invés de dizermos “estuda, pois assim virás a ser um sábio”, frase que confere ao emissor a própria autoridade que sustenta o dever proposto, é substituída por “estuda agora, pois assim tu serás um dia rico e poderás não trabalhar”, ou seja, uma promessa que anula imaginariamente o dever que ela deveria justificar (CALLIGARIS, 1999). A mensagem que temos transmitido é carente de valor simbólico de débito com a própria herança. Nesse sentido, Calligaris (1999) exemplifica que quando dizemos “obedece agora para nunca mais ter que obedecer”, enunciamos que idealmente, o vir a ser adulto é ser livre de qualquer obrigação, de qualquer débito, inclusive, por exemplo, os da família que nós mesmos constituímos” (p.28). Esse tem sido o modelo massificado de gozo.

A ideia de liberdade, tão aclamada em nossos tempos, parece embutida de uma séria confusão, e o que temos visto são crianças caprichosas, violentas, propensas ao bullying, angustiadas, jovens inclinados ao consumo de álcool e drogas, a transgredir para combater o tédio (FLESLER, 2024) obesas ou que fazem recusa alimentar, que evacuam ou urinam quando e onde querem, entre tantas outras formas que podemos entender como um “excesso de liberdade”, mas que sinalizam uma falta de agenciamento do gozo, uma desorientação, como discutiremos nos capítulo “Excesso pulsional não-contingenciado”.

Flesler (2024) pensando na infância como um tempo de trânsito no caminho da orientação do desejo, faz uma analogia a respeito desse “trânsito”, colocando os pais enquanto “agentes de trânsito”. A função paterna precisa operar como um agente de trânsito, que possa ser capaz de introduzir a sua autoridade por meio de uma interdição e, além disso, possa ser uma “letra orientadora, que dá bordas, dá opções, que introduza a flexibilidade dos gozos automáticos, determinados pela demanda das satisfações do corpo (FLESLER, 2024, p.112). Como essas figuras que vemos nas ruas a multarem os infratores, a repreenderem os inadequados, a sinalizarem o caminho a ser percorrido e o caminho proibido, a transmitirem a legislação que ordena o trânsito nas cidades, que tem suas particularidades locais, é verdade, mas atende a uma exigência mais ou menos universal de circulação. Encarnar o agente de trânsito

para um filho é fundamental no sentido de oportunizar às crianças os fundamentos e as legislações basais e os limites necessários para a circulação no laço social. Não é necessário ensinar um filho a ser livre, assim como não é necessário ensiná-lo a ganhar um jogo de tabuleiro, mas sim, a perder, sem com isso se sentir aniquilado, morto. A função paterna deve introduzir, a partir de sua autoridade:

[...] não apenas a proibição do incesto, não apenas um ordenador para que, perdido um gozo, se possa aceder a outros gozos enlaçados de desejo, também e além da interdição que introduz essa função paterna, ela fornecerá a letra orientadora, ordenadora dos gozos pulsionais e dos cruéis mandatos do supereu, uma letra que dê bordas, que dê opções e que introduza a flexibilidade dos gozos automáticos, determinado pelo intérprete inicial com a demanda das satisfações do corpo (FLESLER, 2024, p.121).

E para que esse vetor funcione, ele precisa ser imbuído de autoridade, pois disso depende sua confiabilidade. A diferença talvez esteja que, o agente de trânsito, esse das ruas, tem uma autoridade imposta pelo seu cargo, ao passo que um pai, tem sua autoridade possibilitada pelo exercício de sua função, e, como diz Flesler (2024), “o respeito à autoridade não se impõe, se ganha” (p.121). É assim que o pai merecedor de amor e respeito é aquele que é capaz de enlaçar suas palavras com suas ações, cujo enunciado se conjuga com sua enunciação. A autoridade se tornará autoritária, segundo Flesler (2024) “se não dá provas de castração, isto é, se é sustentada mais como declaração do que como ato” (p.122).

Flesler (2024) faz um interessante percurso explorando a ideia de quando a função paterna falha no âmbito familiar e a relação que isso tem com os cenários de violência que temos visto surgir na cena social e familiar com cada vez mais vigor. Quando não há uma autoridade que regula os gozos, as manifestações de violência acabam se desdobrando nas relações extrafamiliares, como nas escolas, enquanto primeiro lugar exogâmico obrigatório, representante da autoridade social. Segundo a autora, “a falha da autoridade no âmbito familiar desdobra a busca de autoridade em âmbitos externos” (p.125), seja ele inicialmente a escola, mas depois na própria sociedade.

O bullying aparece como uma dessas facetas e seus desdobramentos podem ser devastadores e mesmo fatais, mas sobre isso falaremos posteriormente em maior detalhe. Nas escolas, temos esse excesso pulsional não regulado, que impede a criança de se colocar na escala invertida do desejo, e a obriga ao imediatismo da satisfação da demanda pulsional. Nenhuma barreira é respeitada e exerce-se a

violência para a realização das tentações pulsionais, daquilo que é interpretado como necessidades do corpo, custe o que custar. Daí que vemos casos como os de crianças que tiranizam os outros com seus caprichos, comem o que querem e quando querem, sem respeitar os lugares e horários, soltam gazes em qualquer lugar sem qualquer pudor, falam alto em meio às aulas sem qualquer escrúpulo, manuseiam aparelhos celulares e assim em diante, sem qualquer regulação aos gozos de seus excrementos, urinários, genitais sexuais, visuais, escópicos, e, auditivo-invocantes.

Os adultos parecem estar na infância, tal qual as crianças, seres perverso-polimorfos, buscam irrestritamente a satisfação, detestam ser questionados sobre seu próprio desejo e responder por seus atos, temem criar os filhos e receiam imprimir neles suas marcas (VOLTOLINI, 2021). Esse seria o abandono das crianças de hoje, o abandono moral, das “crianças de família”, não é só o das crianças de rua que já foi tão denunciado, sob outro ponto de vista. É assim que Kehl (2001) aponta que os agentes e os papéis que eles ocupam, podem ser intercambiáveis e substituíveis, não sendo essa a “crise da família”, mas o que não é substituível é:

[...] um olhar sobre a criança, ao mesmo tempo responsável e desejante [...] desejo de que essa criança exista e seja feliz na medida do possível; o desejo que confere um lugar a esse pequeno ser, e a responsabilidade que impõe os limites deste lugar. Isto é necessário para que elas obtenham um mínimo de parâmetros, inclusive éticos, para se constituir como sujeitos (p.38).

Outra versão desse “abandono” pode ser vista nos fenômenos que Mariotto (2021) intitulou em seu texto “Desmame, desfralde, descame e desligue”. Nele, a autora busca compreender como se circunscreve o sofrimento que tem se imposto aos pais diante da difícil empreitada parental de dar aos filhos “o benefício da separação”. Segundo a autora, pais tem procurado os psicanalistas e psicólogos angustiados com a insistência dos filhos em “permanecer nas fraldas, nas camas, nos corpos desses adultos cuidadores”, o que denuncia a própria dificuldade deles em fazer operar as experiências de castração (p.60). A pergunta que então se impõe é: quem não se desliga de quem? E ainda, que a própria ideia de separação, no mundo digital das *mummy influencers*, soa mal, quase como incompetência (MARIOTTO, 2021). Nos *blogs*, vemos recomendações para a “cama compartilhada” e seus benefícios, no consultório, certa mãe na primeira consulta trouxe: “por aqui vamos de cama compartilhada muito bem, obrigada” e outro pai também em tom cômico relatou “Fui expulso da minha própria cama, mas durmo numa cama acoplada que é bem

confortável”.

Também o uso de telas é, por certa vertente, encorajado por “estimular” as crianças com as supostas “habilidades requeridas no mundo de hoje”, mas no consultório aparece como “não consigo tirar o *tablet* do meu filho”. O pedido de crianças por volta dos 4 ou 5 anos para uso eventual de fraldas, geralmente para fins de evacuação, também têm chamado atenção, bem como o desmame por volta da mesma idade, fato anteriormente impensável. Como nos coloca Mariotto (2021), parece que no ideal de criação de filhos está a ideia de “amor com apego”, e qualquer corte, qualquer ato que propicie o encontro com a falta é visto com temor.

A questão que se coloca então, é que o corte não é somente para os filhos, mas para os próprios pais:

“Como abrir mão daquele gozo da cama ‘tamanho família’ compartilhada nas noites frias onde um corpo não desgruda do outro? Como não se deixar seduzir pelo imperativo de gozo dos objetos ‘*pret à porter, pret à consumer*’, tão típicos de nosso discurso capitalista? Como não sucumbir à hipernarcisização dos rebentos?” (MARIOTTO, 2021, p.70).

Sobre esse ponto, a hipernarcisização dos filhos, também cabe consideração. Quando fala sobre a maternidade enquanto restituição fálica, ou os filhos troféus, Mariotto (2021) faz uma provocação a esse tipo de funcionamento materno em que há um transbordamento de gozo fálico, onde observamos a presença de uma maternagem mecânica, que faz uso da terceirização excessiva dos cuidados com a criança, e à recorrência às telas como um modo de poder ser mãe, sem precisar renunciar a nada. É como se elas dissessem: “se as crianças dão esse trabalho todo, vamos reduzi-las a uma maternagem mecânica operatória e impessoal, ou se contrata quem possa executar tais tarefas” (MARIOTTO, 2021, p.71). Aí também o uso das telas se faz conveniente, para distrair e ocupar as crianças, silenciá-las em suas demandas para liberarem as mães do exercício da maternidade.

A terceirização da infância também parece uma característica da parentalidade hoje, marcada pelo discurso da ciência e pelo neoliberalismo. Na dificuldade de sustentar seu saber sobre os filhos, contratam os “especialistas da infância”, que, norteados cientificamente poderiam se ocupar das tarefas, questões ou dificuldades que surgem no desenvolvimento, ou ainda, procuram-nos para orientá-los ou apaziguá-los diante dos habituais desafios que toda a criação de filhos impõe. Consultores de amamentação, de sono, de alimentação, pedagogos, médicos,

osteopatas, fonoaudiólogos, neuropediatras, pediatras...

Uma mãe muito ocupada com seu alto cargo de trabalho assim se queixa em uma entrevista preliminar: “contratei motorista pra levar eles [os dois filhos] nas aulas de inglês e de esporte e também nas festinhas dos amigos da escola; babá pra brincar com eles e dar a janta, banho etc.; pedagoga que vem fazer as tarefas todos os dias; cozinheira que faz o cardápio que a nutricionista estabeleceu porque fulana [a filha] está acima do peso; pago uma boa escola pra dar a eles uma boa educação, agora vou trazê-la aqui pra ver se você [a analista] ajuda ela com esse problema das frustrações na escola; me sinto frustrada, o que mais tenho que fazer?”

Para ser uma boa mãe, nessa lógica, é necessário se munir de bons especialistas, ter um bom “time”. profissionais especializados que, colocados na posição de mestre, podem dar aos pais boas orientações, e essas, garantiriam não só bons filhos, mas bons pais. Alimentam o narcisismo materno e paterno, que cada vez menos se autorizam a criar sua maternidade e paternidade a partir dos inerentes equívocos pelo caminho. Corso (1993) fala em uma “parentalidade envergonhada”, e assim, “a novidade não está em exigir a perfeição dos filhos, mas no fato de que esta seja resultante da perfeição enquanto pais” (p.178). Medo de errar, pagar para não se incomodar, são falas de pais que nos levam diretamente a pensar na questão do narcisismo parental. Todos os seus desejos devem ser atendidos, basta ter os meios, técnicos e financeiros para que a castração enquanto vivência da falta não apareça, e assim, qualquer falta só pode ser vivida como frustração (2021).

A apropriação das tarefas familiares por agentes externos, a procura por especialistas que se ocupam de crianças, também foi pensada sob um curioso prisma por Lengyel (2012). A premissa que guia tal busca por “terceiros”, de que os pais não se sentem capazes de prover as necessidades ou resolver impasses de seus filhos sem uma ajuda externa, invadiu inclusive a celebração das festas infantis. Essa ocasião, que poderia servir como uma experiência de identificação aos pais, possibilidade de ligação, de transmissão de um saber-fazer familiar ou perpetuação de símbolos e rituais das famílias de origem, também foi invadida pela indústria, capturadas pela sociedade do consumo, pela estética impessoal, que acabam por revelar a cultura narcísica e o lugar frágil do Outro na contemporaneidade.

Especialmente nas grandes cidades e nas classes privilegiadas brasileiras, a procura por casas de festas, chamadas também de *Buffet* Infantis, tiveram um

crescimento expressivo no final da década de 90. O formato das festas repete o formato da antecipação de necessidades, produção em escala (e economia de tempo), excesso (de alimentos, de pessoas, de objetos), repetição de signos externos ao sujeito e busca de status e prestígio social. Nesses locais, há opção de festejar em três períodos, manhã, tarde e noite, afinal, a produtividade é essencial. Infinitas opções de decoração de mesas, com infinitos itens dispostos sobre elas, com opção de lembranças ou papelaria customizados, numa frágil tentativa de autenticidade frente à massificação das demais produções. Pacotes com ou sem maquiadores infantis, com ou sem bebidas alcoólicas etc, tantas ofertas que os pais nem sabiam que poderiam vir a precisar. Manobristas, recreadores, cozinheiros, seguranças, fotógrafos, decoradores, todos orquestrados, tudo preparado profissionalmente, sem amadorismos. Na cultura narcisista não há espaço para uma “simples festa infantil”, afinal, para a classe média ela funciona também como fonte de admiração e posicionamento social dos pais (LENGYEL, 2012). Estes, sentem uma obrigação de prover certas necessidades pré-fabricadas pela sociedade do consumo, e, mesmo frente a dificuldades financeiras, chegam a endividar-se (mesmo porque os pacotes são parceláveis em até 12x, ou seja, até o ano da próxima festa) para realizarem um ideal e reiterarem seus lugares na hierarquia social.

O “time” que se montava para os preparativos da festa, a distribuição das tarefas de cada um que por vezes antecedia em semanas a própria festa, se destituiu. A tia que era boa de fazer docinhos, a avó que fazia um bolo tradicional da família, o padrinho que enchia os balões junto ao primo que os pendurava nas paredes, a mãe que preparava ou providenciava a decoração, o pai que pensava com o(a) aniversariante nas brincadeiras para divertir a criançada, a irmã que decorava a mesa com os doces, não tem mais lugar nessa celebração estilo linha-de-montagem. A intimidade, a autenticidade, a proximidade, o alinhavo geracional, a transmissão de um saber, de uma habilidade, de marcas constituintes porque de filiação, de inserção e pertencimento se perdem. O aprendizado de que para que algo seja feito há um trabalho e um custo, são substituídos pelo aprendizado de que as coisas acontecem magicamente a um valor monetário. Mesmo as desavenças, o estresse, as diferenças e discussões e ambivalências presentes nessas circunstâncias, desaparecem enquanto aprendizado da oportunidade de negociação, eventual submissão, frustração ou defesa de argumento.

A hipótese Lengyel (2012), que descreve as festas infantis de hoje, é a de que “a experiência gravada nas crianças a respeito da festa é proporcional ao trabalho nela investido – ou seja, nula [...] É uma festa sem trabalho, sem personalidade e com excesso de estímulo” (p.75). A sensação, segundo a autora,

[...] assim como ocorre com a vida excessivamente movimentada, é de que se esteja fornecendo o melhor que se poderia, tamanha a oferta de brinquedos e diversão. As crianças não param um minuto, o barulho é avassalador e se promove a ideia de muita felicidade. No entanto, o fundamental – a intimidade, a pessoalidade e a importância no dia do aniversário para uma criança – é esquecido. A festa também se torna uma forma dissociativa de ‘lazer’ e de viver pois nelas há um formato que elimina as angústias, os medos e as incertezas: tudo vai dar certo. A realidade é separada, dissociada e se cria uma ilusão de mundo perfeito (LENGYEL, 2012, p.75).

Uma curiosa figura presente nas festas infantis, não somente nas realizadas em *Buffet* Infantil, mas na última década também nas festas feitas em casa (que são uma expropriação da lógica do Buffet, mas no espaço doméstico ou salão de festas, em que há uma igual terceirização da realização por meio contratação de fornecedores) que são os recreadores ou também chamados monitores de festa infantil. A presença deles tem sido vista não somente em festas infantis, mas também em outras confraternizações com grupos escolares, festas de final de ano ou simples encontro de pais com seus filhos. Esses profissionais são preparados para entreter as crianças, não deixar nenhuma criança de fora, deslocada. As brincadeiras devem incluir todos, agradar a todos. Evitar frustrações, oferecer recompensas para tapar a falta ou impedir a exclusão perante o grupo, é uma de suas funções. Fazem desaparecer os conflitos, mediam e vigiam excessivamente as relações entre crianças, criam um mundo distinto da realidade, distante do mundo em que se faz necessário uma constante produção criativa. Uma experiência de dissociação a partir de uma ficção, porém, uma interação e um ambiente supostamente “seguros”, porque supostamente controlados, supostamente livre de “traumas” e violações. A ideia de proteger as crianças parece relacionada tanto ao cuidar como ao satisfazê-las para que fiquem livres de qualquer sofrimento, mesmo que certas leis da cultura precisem ser deixadas de lado para o empreendimento de tal tarefa. Assim, temos visto cada vez mais crianças hipervigiadas, hiperentretidas, hiperestimuladas, hipernarcisadas.

6 A CRIANÇA, O SINTOMA E A TRANSMISSÃO

Na medicina, o sintoma psíquico não tem um sentido ou função, e sua origem está sempre ligado a uma disfunção do corpo-soma. O que Freud nos ensinou é que o sintoma não só tem um sentido, mas um endereço, é enviado a alguém por um outro alguém. O sintoma na criança, ele é, como nos coloca Levy (2014), uma função, no sentido mesmo da matemática $f(x)$. Uma sincronia entre o emissor e o receptor, uma coalescência. O sintoma mais específico da infância precoce, segundo Levy (2014), é o constituído pela falta de recalçamento. Para a psicanálise, segundo Chicchinato (2011), o sintoma é entendido como “um fenômeno subjetivo, que angustia, inibe e aparece no real como expressão de um conflito, de um núcleo patógeno inconsciente que faz sofrer, mas ao mesmo tempo propicia certo gozo” (p.138). Quando pensamos o sintoma na criança, esse núcleo patógeno inconsciente tem a presença, que ocupam um papel fundamental na construção do que o autor chamou de “construções sintomáticas” (Levy, 2014) para diferenciar do termo que remete à construção freudiana do retorno do recaiado, que só pode ser admitido quando pensamos nas crianças que já teriam feito o trânsito pelo Édipo (crianças que já passam dos 5, 6 anos).

Devido a imaturidade do simbólico, as crianças pequenas pensam de um modo mais metonímico, e na medida que há uma construção que é efeito de um recalçamento, a criança avança e pode colocar em marcha a maturação de seus processos de metaforização. Podemos constatar essa hipótese quando o sintoma desaparece com o passar do tempo que engendrou a produção do recalçamento, e, conseqüentemente, da metáfora. Assim que a outra especificidade da construção do sintoma na criança é sua transitoriedade. Os “sintomas do infantil” são extremamente lábeis, transitórios e transformáveis, “se fazem e se desfazem em função de um certo número de elementos que dizem respeito muito especificamente ao lugar dos pais na economia psíquica da criança” (LEVY, 2014, p.218), e assim, os pais em seu lugar simbólico são possibilitados de reconstruir sua relação com a criança. No seu fundamento e construção, temos a dimensão do desejo. E mais uma vez, relativo à criança mas também, ao modo com que a criança foi desejada pelos pais, o lugar que ela ocupa no desejo deles, pois não podemos esquecer a posição essencial do desejo dos pais como simbólico para o sujeito, se seguirmos com Lacan. Esse é um ponto

essencial que Lacan, ao falar sobre a construção do sintoma infantil, agrega às construções freudianas sobre o sintoma, e que nos parece de extrema relevância para a clínica com crianças:

Sabemos bem na análise a importância que teve para um sujeito, quero dizer o que não ainda estava naquele momento de jeito algum, o modo como ele foi desejado. Há pessoas que vivem sob o golpe, e isso durará muito tempo em suas vidas, sob o golpe de fato de que um dos dois pais – eu não preciso dizer qual – não o desejou. É bem isso, o texto de nossa experiência todos os dias. Os pais modelam o sujeito nessa função que intitulo de simbolismo. O que quer dizer, estritamente, não que a criança seja de todo modo o princípio de um símbolo, mas que a maneira na qual lhe foi lentamente derramado um jeito de falar, só pode portar a marca o modo sob o qual seus pais o aceitaram. Sei bem que há para isso toda a sorte de variações e de aventuras. Mesmo uma criança não desejada pode, em nome de não sei o que vem de seus primeiros movimentos, ser melhor acolhido mais tarde. Isso não impede que alguma coisa guardará a marca de que o desejo não existia antes de certa data (LACAN, 1998 [1954], p.55).

Lacan afirma muito claramente que o desejo dos pais contribui para a construção do simbólico para o sujeito. Os sintomas serão diferentes em função da maneira pela qual a criança foi desejada, em outras palavras, do lugar que ela ocupa na economia psíquica, no desejo dos pais.

Em 1969, em uma nota manuscrita endereçada à Dra. Jeanne Aubry, psicanalista de crianças e amiga de Lacan, encontramos importantes apontamentos que nos orientam na compreensão do sofrimento na infância. Segundo Lacan (2003d [1969]), “o sintoma da criança se encontra no lugar de responder ao que há de sintomático na estrutura familiar”, ou seja, que o sintoma está em um lugar, lugar este que responde ao que há de sintomático na estrutura da família. A criança é ela então “o abrigo, a morada da projeção dos problemas dos pais” (CHICCHINATO, 2011, p.139). Ele é, segundo a leitura de Checchinato (2011), um lugar duplo, um lugar psíquico e um lugar físico. Aqui entendemos o psíquico como um lugar imaginário “depositária daquilo que é insuportável no pai ou na mãe (p.139), e o físico como lugar no nível do corpo, onde aparecem como materialidade.

Nessa mesma nota, Lacan fala que os sintomas das crianças podem ser entendidos de duas maneiras distintas. Ou como uma resposta à sintomatologia familiar (sintoma como verdade do casal³⁸) ou como um correlato do fantasma da mãe,

³⁸ *Le symptôme de l'enfant se trouve en place de répondre à ce qu'il y a de symptomatique dans la structure familiale*, traduzido para o português como “O sintoma da criança está em posição de responder ao que há de sintomático na estrutura familiar...”

ou seja, uma tentativa de obturação da falta materna, ao ocupar para ela o lugar de objeto *a* de sua fantasia³⁹. (LACAN, 2003d [1969-70], p.369). O sintoma da criança, como todo sintoma, oculta uma verdade, no entanto, a frase de Lacan à Dra. Aubry é a que “O sintoma pode representar a verdade do casal”. Nisso podemos ler que é uma possibilidade, não um universal, e, ainda, que ele pode ter uma outra origem. Há ainda uma leitura importante, segundo Cecchinato (2011), se unirmos a primeira afirmação à segunda: esse sintoma não é só uma resultante da “estrutura familiar”, ela é “a verdade do casal”, isto é, a verdade especificamente encarnada no sintoma da criança é a verdade do casal. O sintoma da criança “pode”, isto é, tem o poder de “representar” a verdade do casal (p.144).

No caso do sintoma como correlato ao fantasma na mãe, onde a criança realiza a presença do objeto *a* da mãe, temos a criança sujeitada à lei da mãe (e não à lei do pai), em um lugar apartado de seu desejo, uma vez que a mãe não a tem no lugar de um sujeito com direito ao próprio desejo. É uma situação mais difícil para a criança, e, também, de maior dificuldade de manejo clínico. A função do pai fica cerceada, a mãe não se deixa castrar pelo pai, e, com isso, a criança no lugar “de um objeto parcial a serviço dos fantasmas maternos e de seus avatares” (CHECCHINATO, 2011, p.147), em uma posição obturada, afasta-se da sua própria subjetividade.

Sob esse ponto, é importante ressaltar que aqui estamos entendendo a criança de outro modo que não revestida por uma significação fálica. Retomando Freud, de Lima (2009) nos lembra que a criança no lugar do ideal do eu parental, Sua Majestade o Bebê (FREUD, 2010 [1914]) lugar de substituição do falo, era uma revivência do narcisismo parental. Quando falamos da criança como objeto de gozo, “ênfatiza-se o lugar que a criança ocupa em relação ao gozo, à satisfação pulsional [...] a ênfase não é a criança capturada como ideal, mas como objeto do qual se pode gozar” (LIMA, 2009, p.215).

Desse modo, na primeira apresentação, a criança como representante da verdade do casal, considerando a existência de uma distância entre a criança e sua mãe possibilitada pela operação da função paterna, estaríamos no campo da neurose. Na segunda apresentação, a criança no lugar de objeto *a* do fantasma materno,

³⁹ *L'enfant réalise la présence de ce que Jacques Lacan designe comme l'objet a dans le fantasme*, traduzido em português por: “A criança realiza a presença do que Jacques Lacan designa como objeto *a* na fantasia.”

podemos pensar que há um caminho aberto para a estruturação psicótica. No primeiro caso, os pais procuram uma análise com certa angústia, questionando-se sobre os sintomas que a criança apresenta, formulando hipóteses causais e esboçando vinculações com a história e as circunstâncias pela qual a família passa ou passou. No segundo caso, os pais geralmente comparecem porque foram encaminhados por alguma instituição que a criança frequenta (posto de saúde, escola...) (FERRARI, 2012). Geralmente são pais comprometidos e engajados, mas menos angustiados que os primeiros.

Havia ainda, segundo Flesler (2012) uma terceira categoria de entendimento da sintomatologia da criança, que é quando o sintoma da criança fere a imagem narcísica dos pais projetada nela e seu pedido ao analista é de uma restituição da adequação dos ideais sociais que a criança não está cumprindo. Não há um questionamento sobre o sintoma propriamente dito, menos ainda uma implicação nele, mas um pedido de restituição do narcisismo parental perdido.

É assim que na clínica, como nos coloca Ferrari (2012), as manifestações sintomáticas das crianças denunciam a relação dos pais com a própria castração, isso porque o sintoma da criança tem duas vertentes. Uma que emerge como o real no seu corpo e outra mostra que ele pertence ao campo simbólico daqueles que se queixam da criança. Elas denunciam aquilo que precisaria ser mascarado, que incomoda e fere narcisicamente os pais. As crianças, “devolvem para nós o nosso próprio inconsciente”, nos colocou Melman (1994, p.34), ou seja, a sintomatologia da criança é uma resposta diante da posição infantil dos pais em relação à castração quando a constituição do seu ideal infantil (FERRARI, 2012). Sendo um “engodo” parental, abordar a criança é abordar o narcisismo dos pais. Por isso que suprimir o sintoma da criança significa suprimir o gozo que isso traz aos pais, ou seja, a criança no lugar de gozo para os pais (para um ou para ambos) cumpre ali uma função, e tocar em seu sintoma desestabiliza o *sinthoma*⁴⁰ dos pais.

Segundo Melman (1999) os sintomas que as crianças fazem, se relacionam com o que transmitimos a elas: nada mais do que nosso inconsciente. Elas “ouvem”

⁴⁰ Aqui, tomando o *sinthoma* a partir das últimas teorizações lacanianas, como um modo singular de gozo e de amarração dos três registros da experiência psíquica (Real, Simbólico e Imaginário), podemos ler a ideia da criança como estabilizadora do *sinthoma* dos pais ao considerarmos que ela pode funcionar para eles como um modo de amarração, como uma solução de enodamento ou de estruturação do próprio casal conjugal.

isso que fala em nós e nos jogam de volta tal verdade. E a verdade, como tal, é algo do qual pouco ou nada queremos saber, não a aguentamos, não gostamos dela. Na esteira da colocação de Lacan em “Nota sobre a criança” (2003d [1969]), de que a criança é a representante da verdade da família, e que seus sintomas falam dessa verdade, podemos articular que, a tarefa educativa passe talvez, conforme nos colocou Melman (1999), por educar as crianças para que parem de dizer nossa verdade. Pode parecer estranho, e não se trata de ensinar as crianças a recalcarem, pois é a língua mesma que se encarrega disso.

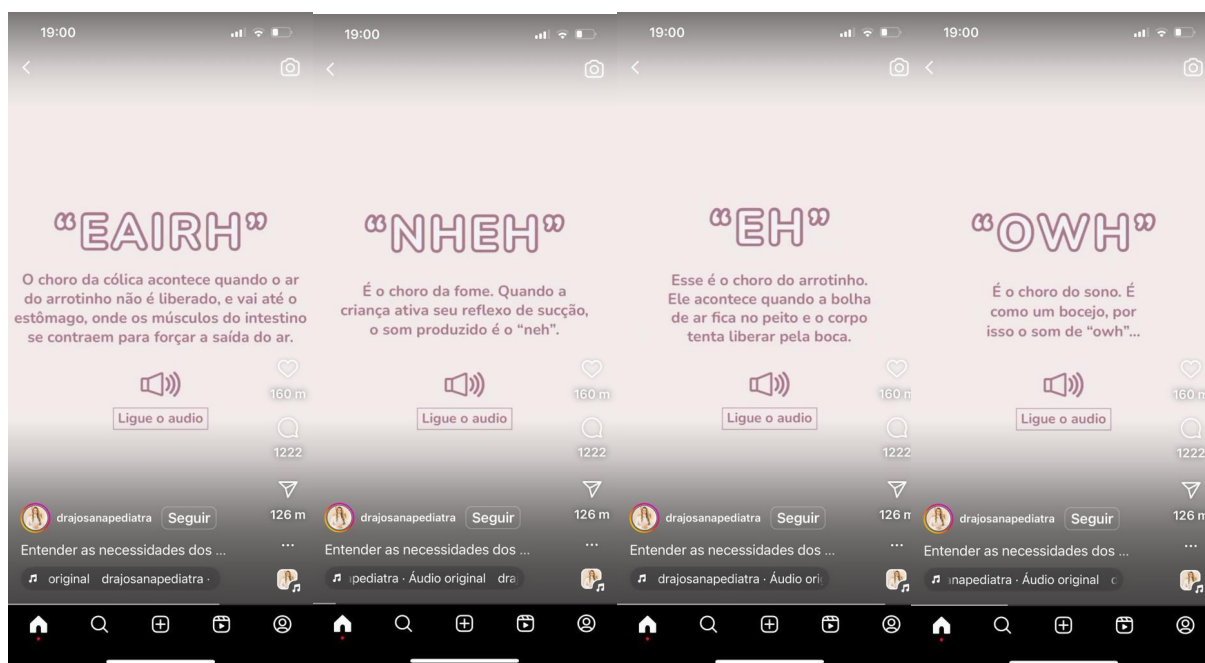
A educação, “o bem maior que podemos transmitir é o acesso à falta inscrita no grande Outro, quer dizer, ao real, pois é só este real que ele pode vir a habitar o sujeito e de onde ele pode vir a desejar. O maior presente que eu posso fazer à criança é de transmitir esse nada” (MELMAN, 1999, p.34). Não é uma transmissão nada fácil, e só pode ser feita por meio de um traumatismo⁴¹.

Nossa época acredita que é possível e mesmo desejável passar sem algo da ordem da transmissão. Acontece que filhos não nascem simbolicamente sem a transmissão de um desejo que não seja anônimo, como nos colocou Lacan (2003b [1938]) e o desejo da ciência é um desejo anônimo por definição. Que a desorientação do pais poderia ser corrigida por via da informação, como se os especialistas, esses “super-heróis”, pudessem por meio de técnicas, de boa informação e bom conhecimento, operar a paternidade, que seria uma questão de conhecimento e de aprendizagem. A figura da *Supernanny*, segundo Voltolini (2021) surge como encarnação perfeita do triunfo de uma educação cientificamente e pedagogicamente orientada, em que não se sabe quem são aqueles a serem seus objetos de adestramento, se as crianças ou os próprios pais. Pais que aparecem desvalidos, desacreditados da possibilidade de controlar os filhos e sucumbidos aos efeitos de sua tirania, convocam essa espécie de fada madrinha que traz em seu bolso não o icônico guarda-chuva de *Marry Poppins* ou o cajado mágico de *Nanny McPhee*, mas uma gama de técnicas comportamentais que são basicamente as mesmas para as diferentes famílias em distintos episódios, logo após a realização de um diagnóstico estilo varredura situacional. O interesse televisivo por essa personagem nos dá

⁴¹ A ideia de traumatismo foi amplamente discutida por Freud em diversos textos, como em “Bate-se em uma criança” (FREUD, 1996 [1919]), em que o traumatismo pode ser recebido com ato amoroso ou ato violento, insuportável e de difícil reparação.

alguma notícia sobre a dimensão social do problema, e sobre o desamparo discursivo que se encontram os pais. Não ocasionalmente, as figuras paternas que aparecem *nesse Reality Show* são atrapalhadas, desajeitadas, permissivas ou extremamente ocupadas em seus trabalhos e desconectadas do que se passa em casa. A personificação da figura do expert na educação, a *Supernanny* “representa o conhecimento científico a substituir o saber pulsional, como bem demonstra, numa bela fórmula de Zafiropoulos e que só faz sentido na língua francesa: expert e *ex-père*. Ou seja, ali onde está o especialista, antes estava o pai” (VOLTOLINI, 2021, p.50). Os pais da técnica, “filhos da ciência – não tem legado, eles são vistos a partir de suas funções e papéis, não de sua posição. Seus filhos são como alunos a quem resta ensinar e zelar pelo seu melhor desenvolvimento” (VOLTOLINI, 2021, p.50). O que fazer diante de um bebê que chora? Como fazer diante de um pequeno ser que ainda não fala, mas chora? Na internet, encontramos as novas “cartilhas”, que são geralmente vídeos ou textos abaixo de fotografias – essas despertam mais a atenção – com indicativos prontos de interpretação do choro de bebês, se chora “neh”, fome; eairh, cólica, “owh”, sono, “eh”, para o arrotinho, e assim em diante. Saber que vem pronto, *prêt-à-porter*, os especialistas assim o disseram, só decorar.

Figura 6 - A interpretação sígnica do choro do bebê.



Fonte: @drajosanapediatra. (2023). [Carrossel]. Instagram.

Assim, seria necessário ou ao menos viria bem a calhar, certo estudo e preparação (quase uma profilaxia) para bem exercer a parentalidade. Esses se dão a ver, por exemplo, nos chamados “cursos de parentalidade”, ou mesmo nos inúmeros livros em que se crê possível criar filhos sem falhas, como se as funções paterna e materna dependessem de certo aprendizado e boa vontade dos pais reais, excluindo a dimensão simbólica, inconsciente e desejante deles. Como se, “falhar”, “faltar” em relação aos filhos fosse um contornável e não uma característica estrutural de toda relação parental (IACONELLI, 2021). Como se o desejo, esse “ingrediente” essencial, que é inconsciente, fosse “ensinável”.

No Instagram, por exemplo, oferecido por uma pedagoga, encontra-se a propaganda de plano mensal (a R\$19,90) de um grupo de reflexões para “ajudar pais a se manter no norte que escolheu para a criação de filhos”. Esse plano inclui áudios diários (de até 5 minutos), mapa mental com resumo do mês, grupos temáticos abertos para trocas, aula mensal para aprofundamento. No perfil da profissional, junto aos mais de 40 mil seguidores, encontramos a descrição: “de nada vale uma teoria linda se ela não é aplicável na vida real...eu te dou suporte para encontrar um caminho sem extremos para a educação do seu filho”. Em seguida o link com os cursos e planos mensais. Satisfação garantida ou seu filho de volta?

Essa foi a crítica de Iaconelli (2021) a lógicas como essa: “qualquer tratamento ou objeto que for usado para fomentar a falsa ideia de que haveria o tão sonhado controle e prevenção no que tange a parentalidade, implica má-fé” (p.32). Mas nem de longe cursos como esses têm sido vistos como má-fé. Os especialistas “se tornaram os gurus da Nova Era Parental” (IACONELLI, 2021, p.25). Os pais haveriam de se equipar, buscar uma formação que lhes trouxesse alguma garantia, resposta ou possibilidade de prevenção, além, é claro, de uma aparelhagem específica, que inclui chupetas anti-refluxo, babá-eletrônica, embalador eletrônico e tantos outros. Muito investimento está em jogo, e diante de tantos recursos necessários, certos pais já começam a achar que estão em desvantagem, ou que precisarão fazer muitos sacrifícios desde seu lugar de pais. E, todo sacrifício cobra o seu preço. Os pais têm adoecido em meio às buscas nos especialistas, nos cursos, em manuais, em palestras, sobre um saber pronto de sobre como criar filhos, como evitar traumas, como melhor criar filhos, como criar filhos para a prosperidade, felicidade, saúde plena

e sucesso, e nisso perdem a autenticidade, espontaneidade, o traço próprio e sentem-se perdidos e confusos em meio a tantas orientações.

A parentalidade não diz respeito, dentro de um entendimento psicanalítico, às tarefas dos componentes de uma família, seja ela qual for, qual configuração tiver. A parentalidade é:

[...] um lugar discursivo em que comparecem componentes sociais, culturais, políticos e libidinais. Tal lugar é instituído por uma função simbólica que transcende os familiares, que toca o real e escreve essa relação. Além da articulação do real e do simbólico para fundar a parentalidade e o filho, o imaginário social será decisivo para o modo como a criança é tomada na estrutura libidinal dos pais (CARMO-HUERTA & ROSA, 2021, p.234).

Em relação à criança, igualmente não lhe é indiferente em termos de sua constituição subjetiva quem são aqueles que irão se encarregar de sustentar para ela o lugar de referência de Outro. No lugar entre o Outro e o outro, faz-se para a criança a possibilidade de uma existência que pode apontar para sua singularidade, mas também ser o gerador de impasses que provocam as condições de desamparo subjetivo. A parentalidade é, então, uma articulação do privado, da transmissão de uma história libidinal própria àqueles que ocupam o lugar pais, e, ao mesmo tempo, um fato cultural, uma vez que é na “condição de porta-vozes dos símbolos da cultura e das práticas e leis da sociedade que os pais podem ou não exercer algumas funções e operações que possibilitam ou não ao sujeito condições de advir” (CARMO-HUERTA & ROSA, 2021, p.235). Assim, a cena social está presente na cena familiar, que tem sua expressão dentro de uma classe social, grupo étnico e religioso.

6.1 CRIANÇA HOJE: LUGAR DE DESEJO OU DE GOZO?

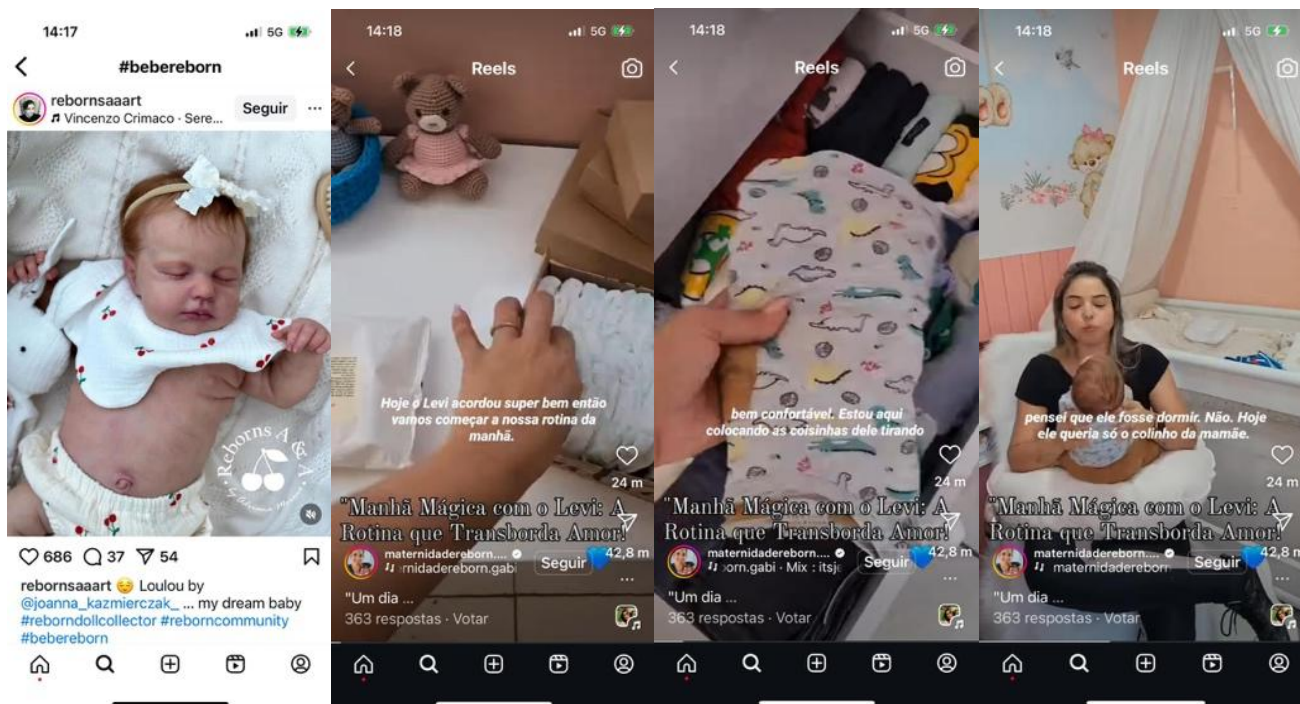
Mariotto (2021) levanta um interessante questionamento que buscamos também percorrer: será que podemos afirmar que hoje as crianças sofrem por serem gozadas demais e desejadas de menos? Por serem economizadas demais e gastas de menos? Será que elas sofrem por terem prazer demais e sofrimento de menos?

Retomando o texto de Gabriel Balbo e Jean Bergès (1997 apud KUPFER & BERNARDINO, 2008), Kupfer e Bernardino (2008), exploram a ideia da criança entre o gozo narcísico dos pais e o gozo do corpo social, nos termos de uma inversão:

[...] a criança, ao invés de estar localizada no lugar de objeto fálico dos pais – lugar necessário para já se situar em relação ao falo como significante e ordenador da cultura, pareceria se localizar no lugar de instrumento para completar o Outro social, e indiretamente, permitir aos pais um lugar de inclusão nesse campo. Trata-se de uma montagem perversa, portanto, na medida em que os sujeitos aí estão localizados como objetos, instrumentos. A criança, deteria o poder e o saber de completar o Outro social, como se dela dependesse a transmissão do que esse Outro quer – o que a mídia não deixa de apresentar a ela (p.675).

Dentro desse argumento, situamos também Mrech et. al (2009), que pensando no lugar da criança na contemporaneidade, corrobora com a tese de que a criança hoje cai do lugar de ideal, de desejo, sendo tomada como corpo, ou seja, na ordem do gozo próprio e do gozo de seus pais. Ocupa um lugar de objeto-fetice, que pode inclusive ser pensado a partir do fenômeno dos *Reborn Babies*⁴², ou, em português *Bebês Reborn* (renascidos). São bonecas customizáveis, comercializadas a preços exorbitantes, que reproduzem com muita fidedignidade os traços de um bebê humano, seja por conta de seu peso, suas dimensões, suas expressões corporais e faciais, pelo uso de cabelo humano, pelo trabalho na borracha ou silicone para chegar a uma estética de pele similar ao bebê humano, e, pela presença de equipamentos que simulam a respiração e o batimento cardíaco.

⁴² A “febre” dos bebês *reborn* no ano de 2025 teve inclusive desdobramentos legais, como pedidos de licença maternidade, pedidos de justificativa de falta ao trabalho por motivo de doença do “filho”, e tentativas na rede SUS de vacinar os bonecos de silicone.

Figura 7 - A rotina de cuidado do bebê *reborn*

Fonte: @rebornsaart. (2024). [Imagem]. Instagram.

Nos anúncios, as empresas empregam significantes próprios do nascimento humano como: pronto para ser adotado, falta ser batizado. Bebês quase reais, mas que “não dão trabalho, só felicidade”, “possíveis de fazer réplicas”, “bebês para durar muitas gerações”. Adquirem essas bonecas não somente mães para suas filhas brincarem, como as demais bonecas, mas mulheres para si mesmas. Algumas referem que compraram as bonecas porque gostariam de ter tido (mais) um/a filho/a, mas não puderam, outras, porque perderam um filho e fazem uma espécie de clone dele, outras porque não puderam ter filhos, outras porque gostariam de ter tido um filho com tais características ou mesmo, para “imortalizar” a tenra infância de seu/s próprio/s filhos, “congelar o tempo”. Na impossibilidade de customizar crianças (mas os pais tentam muito!), na dificuldade de simbolizar uma perda, uma impossibilidade, revestir um furo irreparável, os *reborn babies* aparecem nas prateleiras virtuais com a promessa de restituição de gozo, ou, da possibilidade de um gozo todo. Bebês que não falam, não reclamam, não choram, não mostram o desencontro inerente à linguagem, não tocam o real, não apontam para qualquer falta. Com um bebê *reborn* não há formação de vínculo do sujeito com o Outro, mas um objeto que se encontra

disponível para o uso. Não seria essa uma amostra de outra marca do contemporâneo, a dificuldade de realizar alteridade com o Outro, fazendo que o sujeito se volte para o gozo autoerótico, solitário e no próprio corpo? Essa alteridade curto-circuitada, como nos colocou Quinet (2009).

Os “bebês renascidos” carregam no próprio nome a marca de uma morte, Tanatos que venceu Eros. Têm um olhar ausente, mortificado, que não enlaça e não se deixa enlaçar. Como colocou Rosa Marini em sua rede social, a convocatória especular, esse pilar do estabelecimento do laço cuidador-cuidado, não tem possibilidade de existência. O “narcisismo de mão-única”, como nos coloca a psicanalista, parece aqui estampado, um jogo autoerótico que pode dizer algo preocupante do nosso tempo: “são os olhinhos de peixe morto que nada veem, porque não nasceram para cumprir um ideal, mas sim, apenas para compor a paisagem de um ideal de uma vida só – ou solitária”⁴³. Esse não enlaçamento fica caricato na relação com o boneco de silicone, mas, talvez possa mesmo dizer sobre o laço hoje: “se hoje assistimos a relacionamentos amorosos entre um humano e um avatar ou boneco, ser mãe de silicone em forma de filhote humano segue fielmente ao protocolo de fazer laço sem se enlaçar” (s/p, Instagram).

Em reportagem à revista Cult, Wyllis (2025) adota o termo “falsolatria” para descrever “essa adesão amorosa à mentira performada, essa celebração do falso como se fosse o verdadeiro, esse investimento libidinal no que sabidamente não é” (s/p), apontando que o problema não está tanto na eleição do objeto mas na negação da alteridade e da finitude como constituintes do real. Os bebês *reborn*, por seu caráter inanimado, permitiriam uma maternidade sem conflitos, sem as ambivalências que nos teorizou Melanie Klein, sem angústia, sem cortes, sem castração. Tal qual Freud descreve o fetiche como recusa da castração simbólica que toda maternidade impõe, os bebês *reborn* não lembram os pais, como os bebês reais o fazem a todo momento, da instabilidade, da imprevisibilidade, da fragilidade, do desencontro e da frustração presentes em toda e qualquer relação com a alteridade. O bebê *reborn* é o um objeto de puro gozo, o que é diferente de ser um objeto fálico para o Outro. Como nos diz Flesler (2021),

É diferente ser um objeto de desejo ou um objeto de amor ou de narcisismo dos pais, como Freud expressa em “introdução ao narcisismo”. A distinção

⁴³ Ver a postagem de @rosa.maria.marini de 08.05.2025, chamada “Olho de peixe morto”

bem vale a pena, porque se no plano do amor imaginário se espera-o como objeto de satisfação narcísica, ao ser assimilado o objeto de gozo surgem expressões como “eu o comeria todo”, “eu o apertaria” ou “eu o mataria”, todas elas reveladoras da forte matriz pulsional que os anima. Seguramente, pode-se observar o quão diferente é o destino de uma criança situada no entrecruzamento do amor, do desejo e do gozo dos pais, devido à delimitação que acarreta a relação a outro situado sem o limite benéfico de um bom enlace, apenas como um objeto de desejo ou de amor, ou como objeto de puro gozo (p.55).

Desse modo, como objeto de gozo puro uma criança pode ser abandonada, em sentido literal ou no sentido de um abandono subjetivo, ainda que a ela sejam providos alimentos e cuidados de higiene. E assim, junto com Marini (2025) pensamos que, o que é preocupante não é que os bebês *reborn* sejam tratados como bebês reais, mas que os bebês reais sejam eles tomados como bebês *reborn*. Não é isso que também vemos acontecer hoje, na vida “real”?

7 BRINCAR É MARCA DO TEMPO DA INFÂNCIA

*Quando for grande não quero ser médico, engenheiro ou professor.
Não quero trabalhar de manhã à noite, seja no que for. Quero brincar de manhã à noite
seja no que for.
Quando for grande, quero ser um brincador.
Ficam, portanto, a saber: não vou para a escola aprender a ser médico, engenheiro ou
professor.
Tenho mais em que pensar e muito mais que fazer.
Tenho tanto que brincar, como brinca um brincador, muito mais o que sonhar, como
sonha um sonhador, e também o que imaginar, como imagina um imaginador...
A minha mãe diz que não pode ser, que não é profissão de gente crescida. E depois
acrescenta, a suspirar: "É assim a vida." Custa tanto a acreditar. Pessoas que são
capazes, que um dia também foram raparigas e rapazes, mas já não podem brincar.
A vida é assim? Não para mim. Quando for grande, quero ser
um brincador.
Brincar e crescer, crescer e brincar, até a morte vir bater à minha porta. Na minha
sepultura, vão escrever: "Aqui jaz um brincador." Era um homem simples e dedicado,
muito dado, que se levantava cedo todas as manhãs para ir brincar com as palavras
(Álvaro de Magalhães).*

A questão do brincar sempre ocupou e ainda ocupa os analistas de crianças. Ocupa no sentido metodológico, de uma técnica já que, sendo sujeitos em constituição

têm escassas possibilidades de seguir a *talking cure* proposta pela psicanálise, mas também no sentido de pensar seu estatuto, seu fundamento clínico e sua função para a criança. Com perspectivas distintas, Melanie Klein, D. Winnicott, Anna Freud e F. Dolto foram certamente os analistas que mais contribuíram para essas discussões, ora pensando na função do brincar para a constituição do sujeito, ora pesando sua função e operatividade na clínica com crianças.

Que o brincar vem sendo pensado pela psicanálise não é novidade, mesmo que Freud nunca tenha escrito nenhum texto especificamente sobre o brincar, mas utilizado exemplos para explorar analogias, pensar em diferenças entre adultos e crianças, mas, especialmente, utilizou a brincadeira em suas formulações metapsicológicas. As observações de Freud em torno do brincar de seu pequeno neto Ernest, permitiram a ele avançar na construção de suas hipóteses em torno do princípio do prazer e seu “além”, descritas em seu fundamental texto de 1920 (Freud, [2010 [1920]]). Ao introduzir a discussão acerca do mecanismo em jogo na pulsão de morte, Freud comenta que o seu próprio neto, então com dezoito meses, supera um momento de dificuldade para a maioria dos infantes – o momento da ausência, ainda que momentânea, da presença materna – brincando com um carretel. À medida que a criança joga o carretel “para lá” fala “láaaa” (“o-o-o-o *Fort*”), quando o carretel retorna, o neto fala “um alegre aí” (a-a-a-a-a *Da*). O movimento de “aparecimento e desaparecimento” da coisa é tomado por Freud, como uma maneira da criança de elaborar a ausência materna, dominando a sua angústia frente ao desaparecimento da mãe, realidade imposta e inevitável. A questão da repetição dessa brincadeira em que a criança mandava o brinquedo embora e depois o recuperava, que Freud relacionou ao desaparecimento da mãe e seu retorno, contribuiu para as elaborações teóricas desse momento da teoria psicanalítica, em que Freud pensava as repetições dos sonhos de angústia e as neuroses de guerra, fundamentais na construção da segunda tópica. Antes pensando o funcionamento do psiquismo conforme o princípio do prazer, Freud se questionava por que o sujeito repetia compulsivamente algo que lhe era desagradável. Dessa aparente contradição, Freud tirou elementos teóricos fundamentais para uma outra leitura do funcionamento psíquico: não mais regido somente pelo princípio do prazer já que não mais estritamente baseado em manter a tensão da libido baixa para evitar o desprazer e não mais buscando à descarga das catexias, pelo princípio da constância. Essas manifestações repetitivas levaram Freud

(2010 [1920]) a concluir por um “além” do princípio do prazer, que coexiste a ele. O *Fort-da* não só fala do prazer obtido no reencontro com o objeto (carretel), mas obrigou Freud (2010 [1920]) a reconhecer que havia no psiquismo “algo que parece mais primitivo, mais elementar e mais pulsional” (p.14):

Se levarmos em consideração observações como essa, baseadas no comportamento, na transferência e nas histórias de vida de homens e mulheres, não só encontraremos coragem para supor que existe na mente uma compulsão à repetição que sobrepuja o princípio do prazer, como também ficaremos inclinados a relacionar com essa compulsão os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas e os impulsos que levam a criança a brincar (p.14).

A interpretação da brincadeira de seu neto, segundo Freud, “tornou-se óbvia. Ela se relacionava à grande realização cultural da criança, a renúncia pulsional (isto é, a renúncia da satisfação instintual que efetuara ao deixar a mãe ir embora sem protestar)” (FREUD, 2010 [1920], p.14). Haveria duas formulações possíveis, uma de que a criança consegue por meio da brincadeira assumir um papel ativo diante do desaparecimento da mãe, ou seja, que ela consegue dominar essa experiência. A partida da mãe, que Freud imaginava ser desagradável pelo bebê, era colocada em cena de modo prazeroso. Uma segunda hipótese seria a de que os brinquedos funcionariam como um substituto da mãe do qual a criança poderia se vingar: “[...] quando a criança passa da passividade da experiência para a atividade do jogo, transfere a experiência desagradável para um de seus companheiros de brincadeira, e, assim, vinga-se num substituto” (p.2). A criança assim, satisfazia um impulso suprimido da vida real e atuava-o de modo fantasioso, na representação da brincadeira. Ou seja, o *Fort-Da* seria um processo de simbolização, fundamental para o nascimento do sujeito na cultura.

Lacan, por sua vez, no texto: *Estádio do espelho e sua função como formador do Eu* (1998e [1949]), tomou a brincadeira do pequeno Ernst como paradigma para pensarmos a constituição do Eu. A oscilação do objeto, aqui/lá, e a inserção dos fonemas acompanhando os movimentos e respeitando os intervalos entre eles, é o esboço da ascensão ao campo da linguagem: é a palavra que permite que algo seja nomeado mesmo que ausente. A palavra presentifica uma ausência. Lacan pensou o carretel não como representando a mãe, mas a própria criança que “se” faz aparecer e desaparecer diante do espelho (mãe). Esse jogo remete assim, a perda da relação direta com a coisa e a entrada da marca significante no psiquismo pelo acesso à

linguagem. Ele é uma articulação entre agora, depois, eu, não-eu; é a inscrição da temporalidade e da própria noção de si, por meio da percepção do outro. É a construção de um litoral, de uma borda, de um contorno que permite ao pequeno infante a inscrição de uma separação: o que é dentro de mim e o que é fora de mim (JERUSALINSKY, J, 2011).

A brincadeira do *Fort!Da!* é um exemplo de como o jogo dá o suporte necessário para que a matriz simbólica vá se construindo e assim circulem os significantes. É esse ordenamento em palavras do olhar do Outro sobre o sujeito que caracteriza a natureza fundante do brincar frente à dimensão do Real, do vazio. Encontram-se no Fort-Da os componentes que situam o brincar como simbólico: nele ocorre a substituição de um sofrimento vivido de forma passiva pela produção de um jogo em que a criança se situa como senhora de uma atividade; nesse jogo há uma oposição presença-ausência; e além de tal oposição produzida, também é designada, nomeada por ela, na oposição de significantes (JERUSALINSKY, 2009, p.206).

Nas crianças pequenas, vemos brincadeiras que remetem ao paradigmático *Fort-Da*, como o esconde-esconde, o tapar os olhos e destapar dizendo “cadê? achou!”, o esvaziar e encher recipientes, o deixar cair objetos para o adulto juntar, etc (Jerusalinsky, 1999). Brincadeiras que remetem à alienação e à separação. Mas, em realidade, todas as brincadeiras remetem a essas operações, pois elas são justamente relacionadas à (difícil) entrada na linguagem, na cultura. À medida que cresce, menos a criança precisa ir recebendo do outro os elementos simbólicos que permitem formular suas demandas, ou seja, construir o seu próprio saber. Mas a entrada na linguagem se faz por intermédio de uma alienação sem liberdade (a bolsa ou a vida⁴⁴), uma vez que o código é fechado e a sujeição ao signo é necessária. No entanto, safar-se da sujeição absoluta do signo é também tarefa necessária e possibilitada pelo brincar, pelas resoluções com a linguagem, como o jogo de palavras, o chiste, a poesia, o desenho (LENGYEL, 2012).

⁴⁴ Usando uma metáfora que ficou conhecida como a “a bolsa ou a vida” Lacan (1999 [1958]) ilustra o dilema do sujeito diante do desejo e do gozo. A metáfora do assaltante que pergunta à vítima “a bolsa ou a vida?”, foi evocada para teorizar a situação de captura subjetiva em que o sujeito é colocado diante de uma escolha forçada, uma falsa escolha, na qual a decisão sempre implicará uma perda. Essa metáfora serve para Lacan mostrar o conflito estrutural em que o sujeito se vê diante da escolha entre gozar sem limites (representado pela “bolsa”), que corresponderia a um gozo primitivo e sem castração, e aceitar a castração simbólica (representada pela “vida”), que implica na imposição de limites e na entrada do sujeito na ordem da lei e do desejo do Outro.

O brincar como ato criativo só é possível com a perda de ilusão de completude da relação inicial fusionada com a mãe, ou seja, brincar é um ato na direção da separação, mesmo que uma pequena separação seja também seu requisito fundamental de instalação. Como nos disse Freud em “Contribuições à psicologia do amor”, “a criança é um brinquedo erótico” (FREUD, 2011b [1910]), e a infância, poderíamos assim pensá-la junto a Flesler (2012), trata da passagem de ser um brinquedo a poder brincar. E desse modo, também podemos avançar na ideia de que o brincar não é natural nem espontâneo, e, para que uma criança saia de um lugar de gozo (ser o brinquedo erótico) para um lugar desejante (brincante) que procura *Eros* alhures, há um percurso a ser realizado. É a partir do fato que a criança se depara com algum vazio, com alguma insatisfação que ela será capaz de brincar. As brincadeiras e os atos criativos são formas de lidar com impasses, dores e limites inerentes à subjetividade humana, oferecendo auxílios diante das encruzilhadas e dos enigmas da vida (LENGYEL, 2012).

O simbólico tenta dar ao real, ao vazio, um tratamento a partir de uma ação que dá ao sujeito a sensação de controle sobre os inevitáveis que a realidade coloca. Por meio da manipulação dos brinquedos, de exercer sobre eles algum movimento, a criança vive e reinventa sua própria realidade. Olhando para o caso de Ernst, dessa brincadeira de fazer sumir, podemos depreender o tratamento que o simbólico tenta dar ao real do vazio quando ele se vê deixado pela mãe. É como se pudesse esboçar uma pergunta como “O que minha mãe deseja além de mim ao ponto de me deixar?” (SOUZA, 2021, p.103), Que haveria outro lugar na vida dessa mãe para onde o desejo dela aponta, marcando aí um distanciamento entre o Outro e o sujeito e apontando para a dimensão da falta. De que algo falta para essa mãe, fazendo enigma para a criança. Podemos localizar aí a saída do lugar de objeto do Outro para o de sujeito. Como se a criança dissesse “podes me perder? [...]Podes me perder enquanto objeto para que eu possa emergir como sujeito?” (LOPES & BERNARDINO, 2011, p.379).

A *alienação* ao desejo da mãe inaugura o processo de inscrição na linguagem enquanto que a *separação* inscreve o sujeito na falta. E é a partir disso que o sujeito pode ser representado por um significante. A partir dessa ausência, desse intervalo, que o sujeito surge dividido entre S1, o universo materno, e S2, a partir da inscrição do Nome-do-Pai. Lacan frisa a importância de instaurar a mãe como aquele ser primordial que pode estar ou não presente”. Nesse sentido, no seminário XI, Lacan

(1985 [1964]), ao falar sobre a alienação, acrescenta que tomar a brincadeira do carretel como simplesmente o modo do sujeito se instituir de uma função de domínio, é “tolice”; que ao brincar a criança:

[...] se exercita com a ajuda do carretelzinho, quer dizer, com a ajuda do objeto *a*. A hiância introduzida pela ausência desenhada, e, sempre aberta, permanece causa de um traçado centrífugo no qual o que falha não é o outro enquanto figura em que o sujeito se projeta, mas aquele carretel ligado a ele próprio por um fio que ele segura, onde ele se exprime o que, dele, se destaca nessa prova, a automutilação a partir da qual a ordem da significância vai se pôr em perspectiva (p.66).

Aquilo que leva o sujeito a repetir a brincadeira não é a simples oposição entre o *Fort* e o *Da*, mas uma repetição da hiância produzida pela ausência da mãe. Em sua ausência, atentando para o vazio deixado por ela, a criança pode investir libido no objeto, como investiu na mãe, fazendo a pulsão circular. O carretel como índice do sujeito é esse que se desprende da mãe, e nessa automutilação algo da criança se perde, algo de si esse, poderá ser articulada sua falta simbólica. O carretel fica no lugar de outra coisa, lugar não recuperável e desde sempre perdido. Aí podemos, junto a Lacan (1985 [1956-57]) situar a produção do objeto *a*:

Esse carretel não é a mãe reduzida a uma bolinha [...], é alguma coisinha do sujeito que se destaca embora sendo ele, que ele ainda segura [...] é ali que devemos designar o sujeito. A este objeto daremos o nome da álgebra lacaniana – objeto *a* minúsculo (p.63)⁴⁵.

A repetição é algo próprio do brincar. Uma mesma brincadeira, de uma mesma cena, cumpre uma função para a criança. Benjamin (2002, p.271) retoma Freud para dizer: “com efeito, toda experiência profunda deseja, insaciavelmente, até o fim de todas as coisas, repetição e retorno, restauração de uma situação original, que foi seu ponto de partida.” Ao deslizar do brinquedo para o brincar da criança, Freud destaca a dinâmica que é posta em jogo quando ela “recria, começa tudo de novo, desde o início. Talvez seja essa a raiz mais profunda do duplo sentido da palavra alemã *Spielen* (brincar e representar); repetir o mesmo seria seu elemento comum. A

⁴⁵ Mais tarde especialmente no Seminário Livro 20 (2004 [197-74]) Lacan vai identificar o objeto *a* com o gozo puro, desvinculado do simbólico e do significante. Quando fala do objeto *a* causa de desejo, coloca-o entre representações, entre um significante e outro. Por uma questão de delimitação, não abordaremos essa reflexão no presente trabalho. Para uma discussão sobre essa relação, consultar BERNARDELLI, M. O objeto *a* e o gozo na clínica psicanalítica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 45, n. 2, p. 123-138, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.xxxx/rbp.v45i2.xxxx>. Acesso em: 8 out. 2025.

essência da brincadeira, não é “fazer como se”, mas “fazer sempre de novo”, é a transformação em hábito de uma experiência devastadora”. (p.271, *apud* FONSECA, 2022, p.48).

A questão da repetição é a “alma do jogo”, para usar uma expressão de Benjamin (2002, p. 101). O objeto ganha vida na medida que nos permite um deslocamento em direção à expressão subjetiva da criança que brinca: que transforma em hábito uma experiência devastadora, definição esta que inscreve o brincar do lado da simbolização (FONSECA, 2022, p. 48).

O brinquedo dá o suporte necessário para que a matriz simbólica vá se constituindo, possibilitando que os significantes assim circulem, e se inscrevam. Existe uma dimensão real da brincadeira, do jogo. A repetição é uma insistência pulsional que mostra que os significantes ainda não adentraram, repetem-se na lógica da *tiquê*, algo “da ordem do trauma e ao mesmo tempo da ordem do gozo” (SOUZA, 2021, p.103). As crianças repetem aquilo que lhes causou grande impressão na vida real, e, por meio de objetos que se emprestam à trama (brinquedos), a criança pode fantasiar, criar, construir respostas frente ao desejo do Outro, frente ao encontro com o vazio, com a falta. No Seminário 11 (1985 [1964]), Lacan fala da questão da pulsão e da repetição retomando o jogo do *Fort-Da*, afirmando que o brincar aparece diante da impossibilidade de representar o real traumático, de dá-lo uma simbolização. O brincar é uma prática significativa, um fazer do pequeno sujeito diante de um difícil encontro, seja em termos da própria estruturação psíquica ou de uma elaboração.

Na atividade clínica, tenho me deparado com uma fala preocupada de alguns pais sobre o brincar de seus filhos, envolvendo o uso de certos brinquedos que disponho no consultório. Falas que de algum modo se tocam, que falam sobre agressividade. E assim acrescento: dos próprios pais? Um primeiro tipo de questionamento se deu (dá) em torno do uso de brinquedos como arminhas, armas de pressão, estilingues, espadas, arco e flexa, que costumam entusiasmar muitas crianças, sobretudo meninos. Há um discurso entre pais que desautoriza ou proíbe o uso lúdico desses elementos por crianças, sob a insígnia de promoverem a agressividade, instigarem a violência e a reprodução de comportamentos socialmente indesejados.

A mãe de um filho que segurava as fezes aos 4 anos, que só fazia pedaços *muito pequenos* de cocô, tinha *acessos* de choro quando frustrado e que era muito

agitado, na presença do esposo que olhava um tanto contrariado, assim afirmou: “lá em casa proibi tudo isso, joguei fora, guardei ou dei esses brinquedos. Nada de armas. Filmes e livros eu assisto ou leio todos antes para ver se tem cenas de agressividade ou violência. Se tem, não deixo ele ter acesso. Não deixo, ele que *segure* a barra, não quero saber, ninguém vai me convencer do contrário, ele é *muito pequeno* para isso tudo. Mas ele adora essas brincadeiras de luta, com o irmão vivem brincando disso, eles ficam me testando, sempre vão brincando até passarem do limite”. Nas sessões, o menino escolhe diversas miniaturas de bonecos do Batman, homem de ferro, ninjas de lego e diversos adereços como mini armas, laser, pequenas bombas e, em seguida, veículos para transportar esses personagens como carros potentes, helicópteros e aviões equipados com armas, cordas, pedras radioativas e dinamites. Se diverte com a ideia de os personagens atacam e fazem os vilões “caírem de cara no chão”, enquanto rodopia os bonecos durante a queda (geralmente da pequena mesa infantil que tenho no consultório até o chão): “finge que eu era esse (boneco) aqui, que eu era muito forte, muito bravo, muito malvado, e você ia tentar invadir meu esconderijo aéreo e eu te matava, e você escorregava e caía, e todo o teu sangue ia saindo do corpo enquanto você caía de cara no chão”.

Outra mãe, fica horrorizada com o filho de 8 anos, que em sua companhia desenha muitos monstros, figuras horripilantes das quais ri enquanto descreve sadicamente o que elas poderiam fazer: “esse poderia te matar, mãe.” Diante da fala, a mãe preocupada e triste traz para a analista, “será que ele não gosta de mim? Está ficando violento? Eu o proibi de desenhar esses monstros.”

Onde está a violência nesses casos? Tomo da psicanalista Rosa Marini⁴⁶, do seu fictício e cômico “Ministério do Estraga Prazer” (conta pessoal do Instagram) a colocação:

Violenta é a educação que não oportuniza à criança brincar de ser o que ela quiser. Violenta é a educação que não prepara a criança para fazer da palavra sua arma mais poderosa. Violenta é a educação que não sabe a diferença entre o brincar e a realidade. Violenta é a educação que deixa a criança diante de telas supostamente pedagógicas sem exigir dela criatividade e palavras. Violenta é a educação que não permite à criança constatar nossa parte feia, suja e malvada, vulgo pulsão, vulgo criança perverso-polimorfa. Violenta é a educação que objetaliza ao invés de subjetivar. Violento é o discurso tacanho que se sustenta numa fleuma ignorante e moralista revestida pelo ‘politicamente correto’. (MARINI, 2024)

⁴⁶ Ver a postagem de [@rosa.maria.marini] do dia 06.11.2024 Instagram

O politicamente correto marca presença no discurso do nosso tempo, também está na infância. Temos visto essa corrente nas brincadeiras, também no cinema, no teatro nas cantigas e na literatura infantis: “Não atire o pau no ga-to-to porque is-so-so não se faz faz-faz, o gati-nho-nho é nosso amigo-go, não devemos, não devemos, maltratar os animais!”, ou, ainda, “Chapeuzinho vermelho e o lobo bom”, são exemplos na nossa cultura de reconstruções de clássicos infantis que retiram da história componentes da narrativa que aludem ao medo, à morte, ao sexo, à tristeza, à separação, à inveja, à agressividade e outros afetos humanos que seriam inapropriados para crianças. São remontagens em que nada da dimensão da castração aparece. Acontece que as crianças se interessam justamente pela castração, pois é algo que elas têm dificuldade de dar conta e, na ficção, podem experimentar no outro alguma representação de suas partes feias, sujas e malvadas, testemunhar sob a apresentação lúdica os infortúnios de cada um e se encontrar nas desventuras e desencontros dos personagens que habitam uma história (estória).

Poder brincar de ser violento é fundamental já que não se pode ser violento segundo o nosso pacto civilizatório. É justamente isso que a brincadeira oferece de precioso, que a criança possa ir construindo recursos de diferenciar o imaginário da realidade, a vontade e o desejo, o prazer e o necessário, o possível e impossível, o permitido e o proibido, em sua, a experimentação do vir a ser. A brincadeira precisamente é uma espécie de solução do sujeito, em que diante do código fechado da linguagem que antecede a criança e ao qual ela precisará se submeter para dele participar, a criança faz uma sujeição não absoluta e ao seu modo, sem ceder do seu desejo, realizando-o por meio da própria linguagem, com o jogo de palavras dos chistes, rearranjos poéticos, criações, invenções.

Freud em outro importante texto, “O poeta e o fantasiar” (2015 [1908]) coloca a atividade infantil ao lado da criação artística, tipicamente adulta. As crianças não brincam somente para se divertirem, como nos disse Freud (2015 [1908]):

Toda criança brincando se como um poeta, na medida em que ela cria seu próprio mundo, melhor dizendo, transpõe as coisas do seu mundo para uma nova ordem, que lhe agrada [...] O poeta faz algo semelhante à criança que brinca, ele cria um mundo de fantasia que leva a sério, ou seja, um mundo formado por grande mobilização afetiva, na medida em que se distingue rigidamente da realidade (p.54).

Essa distinção, da fantasia e da realidade é para criança óbvia, e sendo assim, a criança gosta de aproximar os brinquedos às coisas tangíveis do mundo real, sendo eles um suporte material para o mundo da representação, para a ficção, que nada mais é que uma modificação, uma retificação imaginária de uma realidade insatisfatória.

Mas, a partir da irrealidade do mundo poético, se seguem importantes consequências para a técnica artística, pois muitas coisas que não poderiam causar gozo como reais podem fazê-lo no jogo da fantasia e muitas moções que em si são desagradáveis podem se tornar para o ouvinte ou espectador do poeta fonte de prazer (FREUD, 2015 [1908], p.54-55).

A criança e o poeta rearranjam e redistribuem os afetos que lhes chegam muitas vezes como moções desagradáveis pela via da realidade, e que no jogo da fantasia podem se tornar fontes de prazer. Nessa lógica, a antítese do brincar não é o que é sério, mas aquilo que é realidade. Uma importante diferença entre a fantasia e a brincadeira é o fato de que a criança não precisa ocultar os desejos que a motivaram a brincar, enquanto que o adulto necessita fundamentalmente dessa ocultação. Os desejos insatisfeitos são a força motivadora das fantasias, e, fundamentalmente o desejo da criança é ser adulto. Basta perguntarmos a elas: o que você quer ser quando crescer? “Adulto”, geralmente respondem. Entre o adulto e a criança, há um imenso buraco, uma brecha que a criança tenta dar conta.

Brincar é permitir ao sujeito o exercício de um saber imaginário, permitir uma dilatação do imaginário a partir da ampliação do espaço ficcional porque no âmbito do real a criança se encontra com a sua insuficiência diante das exigências de respostas colocadas pelo Outro, do seu ideal. Ficcionalando o sujeito faz dessa brecha “que se estende entre seu presente, miserável, seu presente infantil de seu corpo indefeso e desprovido das insígnias que asseguram o exercício sexual, e esse ideal de já ser um homem ou uma mulher, tendo, por acréscimo, a obrigação de, já, demonstrá-lo” (JERUSALINSKY, 2011, p.18). Diante do paradoxo que vive a criança, que é a contraposição entre ter que suportar o Real de seu corpo como insuficiência, do outro lado, de suportar a duplicação da demanda do Outro no campo simbólico, resta à criança brincar. Ela mesma diz, é tudo de mentirinha, uma vez que se levasse a sério, seria trágico. A criança precisa criar personagens, cenários, maquetes, objetos, armas, histórias e fábulas para preencher o grande vazio que existe entre dois polos: o Real que se manifesta em sua angústia e a demanda do Outro, algo que não pode

ser totalmente abrangido. Esse espaço, que é um verdadeiro abismo, comporta a vastidão da fantasia infantil, que se esforça para expandir o imaginário a fim de preencher essa lacuna. É por isso que o universo ficcional na infância é tão amplo e significativo. O brincar funciona como um meio essencial para ampliar o imaginário da criança, colocando em prática aquilo que, por enquanto, só pode existir na dimensão da ficção (JERUSALINSKY, J, 2011). Quando a criança diz, “agora eu era...” essa conjunção de tempos verbais que não existe na língua portuguesa, a criança cria um tempo que condensa a ideia de presente e passado ao mesmo tempo. Esse agora:

[...] é um tempo futuro, imaginário desde o qual o sujeito diz agora “eu era hoje”. Esse agora é para pontuar que não é agora nesse momento, no agora, esse agora é outro [...] O futuro, o ideal parental ao qual ela tem que responder, o ser sexuado que o fantasma já é, mas de cujo ato ele ainda não pode dar conta. Então é dessa posição que ela (a criança) brinca”. (JERUSALINSKY, 2011, p.17).

A onipotência na infância, essa imagem ficcional toma a forma de super-heróis, super habilidades, e é importante que os pais lhes permitam esse exercício, “essa relação com o significante, o qual tem muito mais a função de sustentar uma suficiência para responder a um ideal futuro do que uma relação de estabelecer o limite simbólico do real” (JERUSALINSKY, 2011, p.18). Uma vez que o significante não tem essa função de sustentar o limite simbólico entre o simbólico e o real, para as crianças é difícil encontrar esse limite. E, na hipótese de Jerusalinsky (2011), é por isso que as crianças brincam de “borda” (p.29), à margem de alguma coisa. Brincam de andar em meios-fios, nas margens de rios, de praias, de alguma coisa da qual o adulto que encarna o Outro não lhe permite aproximar. Essas brincadeiras são fundamentais para a construção de limites, de fronteiras, de confiança em si e no outro que pode ampará-la.

Há outro ponto importante, as crianças precisam de espaço para um brincar livre. O brincar, em sua função simbólica, precisa de liberdade. Não que precise acontecer em espaços abertos, com brinquedos essencialmente desestruturados e em meio à natureza, isso parece mais nostalgia dos adultos, ou, ideologia. Pode ser interessante, claro, mas pode prescindir disso. Precisa ser livre é do olhar do adulto, alimentado com palavras da criança, com os recortes que ela seleciona, com narrativa própria e sem censura textual.

A dimensão contemporânea do vigiar, no entanto, mostra-se aqui também atuante. Me encontrei com outro tipo de fala de uma mãe que procura ajuda para sua filha de 5 anos que não consegue se adaptar na escolinha, tem dificuldade em permanecer na escola sem a presença da mãe, que tem uma seletividade alimentar (que inclusive dificulta sua permanência na escola) e muita dificuldade interagir e brincar com outras crianças. Essa mãe que, mesmo se ausentando para trabalhar, parece precisar controlar, selecionar tudo o que chega para a menina. Desde a comida que os avós lhe dão (e que ela rejeita) às brincadeiras que os amigos propõem ou recusam, às palavras proferidas pela professora, incluindo o que se passou na cena clínica com a analista. A menina, logo que adentrou ao consultório, se encantou com algumas bonecas e pôs-se a brincar de mamãe e bebê. Alimentou-a, vestiu-a, acariciou-a, ninou-a. Em seguida, encontrou alguns personagens de filmes da Disney e de desenhos animados famosos, e deixou de lado a bebê para montar uma história de um aniversário de um personagem da televisão. Conversamos sobre fragmentos de algumas histórias dessas de domínio público e ela ia adaptando, transfigurando tais fragmentos em uma articulação que cabia em sua história da festa de aniversário que ninguém compareceu. Tinha as referências dos personagens e das histórias, mas colocava a sua interpretação em cada uma delas, fazendo uma remontagem. Enquanto falava da festa de aniversário, parecia por vezes buscar no olhar da mãe a permissão para fantasiar. Ao final da sessão quis me abraçar e pediu para voltar na semana seguinte. Foi o suficiente para a mãe, no dia seguinte, entrar em contato comigo questionando por que eu tinha tantos brinquedos “comerciais”, que ela entendia que eu estava tentando estabelecer algum “vínculo” com a menina, mas que, se possível, em minha abordagem eu citasse outras coisas e brincadeiras, evocando inclusive a realidade da escola como, por exemplo, subir em árvores, pular cordas, fadas, duendes e faz de conta.

Há uma vertente de educação e criação de filhos, muito em voga dentre uma parcela de famílias que mesmo pregando liberdade e desenvolvimento individual, acaba por recair em padronizações, em normas de conduta, mandatos e regramentos sociais tais quais outras formas de criação de filhos. Tem que ter natureza, tem que ter brinquedos desestruturados, tem que ter alimentação à base de orgânicos, tem que fazer artesanato com os filhos, tem que vesti-los de modo simples, tem que se sujar brincando, tem que ter desenvolvimento espiritual, tem que proibir telas, tem

que... Uma série de medidas que, se adotadas, levariam a uma suposta infância...perfeita? Feliz? Saudável? Melhor? Mais pura? Vemos surgir um verdadeiro mercado por detrás dessas práticas, que, apesar de nascerem como uma resposta ao modo acelerado, predatório e consumista do nosso tempo, recaem naquilo que criticam (Figura 8).

Figura 8 - A comercialização de um discurso contra o comercial



Fonte: [@use.zofika]. (2024). [Imagem]. Instagram.

Comércio de livros de orientações a pais e professores, cursos, objetos para artesanato infantil, brinquedos “apropriados”, roupas para o *dresscode* requerido. Assim como a mãe da pequena menina que se interessava pelos personagens da Disney à revelia das preferências e ideais maternos, há outras mães que, imersas no desconforto e na ambivalência da parte não-toda da maternidade, buscam em certas filosofias ou pedagogias que as oriente na criação de filhos, no entanto, muitos acabam recaindo em fundamentalismos. Deixemos isso para discussões futuras...

Os contos de fadas durante certo tempo também foram montagens ficcionais apresentadas às crianças e funcionavam para elas não só como entretenimento mas, segundo Bettelheim (2002), fundamentalmente, como possibilidade de encontrar significado para suas vidas. As histórias forneciam roteiros, contornos, saídas para dilemas que se apresentavam na vida de alguém (personagens) e as crianças poderiam tomá-los diante das próprias circunstâncias desconcertantes de suas vidas, para não ficar à mercê dos acasos da vida, ou ainda, para desenvolver recursos interiores de modo que as emoções, a imaginação e o intelecto se ajudassem e se enriquecessem mutuamente.

Conforme nos coloca o autor em seu conhecido livro “A psicanálise dos contos de fadas” (2002), em um nível manifesto, os contos de fada pouco ensinam sobre as condições específicas da moderna sociedade de massa, tendo sido antes dela inventados. O que eles permitem aprender, são sobre as questões próprias do ser humano, sobre os sentimentos que o viver em sociedade nos despertam, sobre enfrentar as condições que lhes são próprias e arrumar soluções desde a possibilidade dos seus recursos interiores. É justamente porque a vida é desconcertante para a criança que ela precisa se entender e entender a complexidade posta pelo convívio e demandas sociais. Assim que os contos, segundo Bettelheim (2002) podem “dar ideias sobre a forma de colocar ordem na sua casa interior, e com base nisso ser capaz de criar ordem na sua vida” (p.5), e o fazem de uma maneira significativa porque não usam conceitos éticos abstratos, mas apresentam seus dilemas de forma clara e objetiva, por serem tão categóricos, os dilemas permitem a criança “aprender o problema em sua forma mais essencial, onde uma trama mais complexa confundiria o assunto para ela. Os contos podem conter mensagens múltiplas, mas elas são apresentadas de modo sucinto. Eles apresentam soluções temporárias ou permanentes para dificuldades prementes, e esta é exatamente a mensagem que os contos de fada transmitem a criança de forma múltipla:

[...] que uma luta contra dificuldades graves na vida é inevitável, é parte intrínseca da existência humana – mas que a se a pessoa não se intimida, mas se defronta de modo firme com as opressões inesperadas e muitas vezes injustas, ela dominará todos obstáculos e, ao fim, emergirá vitoriosa (BETTELHEIM, 2002, p.6).

O que temos visto é que muitas das histórias infantis contemporâneas, evitam os problemas existenciais, mesmo eles sendo questões cruciais para nós. As “estórias

fora de perigo não mencionam nem a morte, nem o envelhecimento, os limites de nossa existência, nem o desejo pela vida eterna. O conto de fadas, em contraste, confronta a criança honestamente com os predicamentos humanos básicos” (BETTELHEIM, 2002, p.7).

É incomum encontrarmos hoje livros infantis para crianças ainda não leitoras que tragam mais textos que imagens. Existe um apelo às imagens, como se as crianças não fossem capazes de se interessar pela trama. Ou seriam as tramas realmente pouco atrativas? Há livros em que as imagens não são apoio à história mas são o livro mesmo, mas, o que mais vemos são livros com pouco texto. Muitos são interativos, abrem figuras em 3D, contém objetos, brindes, ou ainda não uma mistura de livro com jogo. A narrativa compete em importância com a estética. Em contrapartida, nos contos, as poucas imagens ali presentes são uma forma de estruturar os devaneios infantil, propondo-lhes uma materialidade para melhor direcioná-los, ainda que deixem um espaço livre para que a criança possa criar ou dar seguimento à essa construção.

Para prender a atenção das crianças e serem atrativas, muitas histórias hoje se fazem breves, com construções frasais simples. Mas isso não necessariamente configura um empobrecimento da experiência da leitura e bem explorado, parece interessante. Assim como os livros que tem magníficos projetos editoriais, cuja forma enaltece ainda mais o conteúdo. O que parece ser um prejuízo, é a oportunidade narrativa perdida de exploração de certos afetos, especialmente a agressividade, mas também a solidão, a exclusão, a inveja, a derrota, a morte, a ambiguidade. Evita-se a polarização de pessoas boas e más ou ainda, complexifica-se tanto os personagens que fica difícil para as crianças se identificarem a ele. Além disso, existe também, segundo Bettelheim (2002),

[...] uma recusa difundida em deixar as crianças saberem que a fonte de tantos insucessos na vida está na nossa própria natureza – na propensão de todos os homens para agir de forma agressiva, não social e egoísta, por raiva e ansiedade. Em vez disso, queremos que nossos filhos acreditem que, inerentemente, todos os homens são bons. Mas as crianças sabem que elas não são sempre boas; e com frequência, mesmo quando são, prefeririam não o ser. Isso contradiz o que lhes é dito pelos pais e, portanto, faz a criança sentir-se um monstro a seus próprios olhos (p.9).

No Youtube, encontramos canais destinados à contação de histórias, que usam ou não o apoio de livros, e que em algumas famílias, fazem as vezes dos ocupados

pais de se sentarem com os filhos para ler. O interessante dessa modalidade visual, é que para que os livros sejam atrativos e os vídeos ganhem visualizações e sejam impulsionados pelo algoritmo, os contadores de histórias precisam adotar características da linguagem visual presente nos desenhos animados. Assim, tanto os livros, como também os desenhos animados apresentam narrativas fugazes, histórias curtas⁴⁷, sequências de imagens intervaladas e sem sequência lógica, frases curtas, repletas de imagens cintilantes, de sonoplastia. Contrapondo-se aos desenhos animados em seu surgimento, que tinham baixo estímulo, início, meio e fim, cores uniformes, tempo entre as ações dos personagens, e, em alguns casos, acabavam por reapresentar músicas clássicas como parte da sonoplastia, ou usar de cantigas populares em torno das quais se constituíam cenas, contribuindo para a formação de repertório cultural das crianças.

8 OS EXCESSOS E SEUS EFEITOS NO BRINCAR, NO IMAGINAR, NO CORPO

Na clínica psicanalítica com crianças, temos observado possíveis efeitos do contemporâneo na infância, especialmente um empobrecimento do brincar, uma fragilidade e uma fugacidade das narrativas e brincadeiras fantasiosas (SOUZA, 2021). Uma marca indiscutível de nosso tempo parece ser a urgência, a aceleração e necessidade de novidade constante. “O que faz esse brinquedo?”, “E esse?”, “Esse não faz nada?” são observações de muitas crianças que comparecem ao consultório. Manuseiam os objetos com velocidade e entusiasmo, que em seguida se transformam em tédio e indiferença. Poucos segundos ou minutos de interesse e produz-se uma quebra sucedida de uma buscar por um novo brinquedo cintilante. Interessam-se somente por brinquedos que são relativos à desenhos animados e filmes, demandam sempre novidade “tem brinquedo novo essa semana aqui?”, performance “faz alguma

⁴⁷ Em uma coletiva de imprensa durante o fórum Biban 2023 realizado na Arábia Saudita, um dos cofundadores do *Youtube*, o tailandês Steve Chen falou sobre a modalidade visual mais em alta do momento, o *Youtube Shorts*, que são vídeos curtos de no máximo 10 segundos, que se encaixam bem no “dedilhar” do celular, na rolagem ininterrupta de imagens que consomem a todos. Chen argumenta porque não permite que seus próprios filhos assistam a essa modalidade visual, que prejudicaria o cérebro das crianças. O prejuízo estaria relacionado ao excesso de liberação de dopamina, neurotransmissor que levar informações de prazer e satisfação a todo corpo. Sob constante dopamina, o cérebro entraria em um estágio de saturação, exigindo sempre doses maiores da substância, impactando, por exemplo, em atividades que exigem dificuldades e desprazer, foco e persistência, enfim, atividades complexas.

coisa com esse brinquedo aí”, ou, ainda, não conseguem se desprender da demanda do outro: “do que tu queres que eu brinque hoje?” ou “Cadê o manual do Lego? Como assim não tem manual aqui? O que tem que fazer então?”. Pouca espontaneidade e pouco movimento ou o contrário, um movimentar-se incessante e um pulsar de pequenas cenas de brincadeira, ambos casos acompanhados de pouco repertório verbal ou de escassez fantasiosa. Há também aqueles que encontram um espaço do consultório um lugar para o brincar em meio à imensa agenda de compromissos: “Finalmente cheguei, aqui sempre dá pra brincar”.

Os relatos dos pais convergem nesse sentido, de que as crianças das grandes cidades estão rodeadas de brinquedos e de adultos (na escola ou em casa), sofrendo de um excesso de presença (de objetos e de pessoas). Nesse sentido:

[...] se o apoio desses objetos é necessário, o excesso deles também pode ser obstáculo ao ato de brincar simbólico. O fato de esses brinquedos serem excessivamente estruturados pode empurrar a criança na direção do exercício de rituais lúdicos, nos quais se mantém fixada ao uso sugerido pelos objetos, em lugar de poder transformá-los e criar com eles. (JERUSALINSKY, 2009, p.198).

Temos visto a brincadeira perder lugar para o consumo, “tornando o sujeito mero objeto do Outro cultural que tem no consumo e na propriedade dos objetos um imperativo” (PISETTA E CONCEIÇÃO, 2018, p.217). E a criança, que poderia encontrar no brincar um lugar para emergir como sujeito, fica num lugar de objeto a ser consumido. O brinquedo perde sua articulação da fantasia e passa a ser objeto de consumo e posse. A indústria do consumo chega a orientar o consumo diante de cada etapa da vida da criança. Há os específicos para aos bebês e a captura de seu olhar, há desenvolvidos para as crianças pequenas, que giram, falam, acendem, quase brincam sozinhos, e assim por diante. Passada a “fase”, já está na hora de adquirir os referentes às fases seguintes, diferentes, mas todos dentro da estética *light and clean*.

Vivemos em uma época em que o ter orienta mais nosso desejo do que a dimensão do ser. Isso está para os diferentes cortes sociais, norte e sul global, para os adultos, também para as crianças, que acumulam objetos, *gadgets*, roupas e brinquedos. Muitas coisas, pouco espaço, pouco tempo. Pouco espaço para brincar, pouco tempo para armar brincadeiras, poucos alguéns para brincar, já que a vida tem sido determinada pela falta real de tempo livre, de ócio criativo, de espaço de inutilidade, de vazio, de tédio.

As crianças, desde uma condição própria da infância, de menos recursos simbólicos para pensarem-se a si, parecem presas nesse emaranhado de demandas de satisfação imediatas, mostrando-nos com dificuldade de desejar, de brincar. O brincar como ato criativo e ação significativa, parece encontrar entraves de realização e, com isso, vemos crianças que parecem incapazes de dar sentidos (sempre provisórios) à sua existência. O discurso parental e escolares estão submetidos ao discurso capitalista, ou ainda, à junção do discurso capitalista com o da ciência, de onde também vigora uma promessa de gozo ilimitado, em que tudo é possível, tudo é factível, como se qualquer limite fosse possível de ser contornado. Esse ponto-de-basta que o significante Nome-do-Pai viria a colocar, não comparece, ou não comparece de modo efetivo, freando e barrando o gozo. A frágil inscrição paterna na mãe e no pai, deixam-nos em uma:

[...] posição de potência desacreditada no cerne familiar [...]” de onde “imperamos pais uma fantasia de poder produzir um gozo sem falta em função das privações que viveram, querem poupar seu filhos. Acabam por não transmitir limite na própria potência. Não reconhecem os próprios limites na busca de uma perfeição (LOPES & BERNARDINO, 2011, p.391).

Permanentemente confrontadas com a indústria do consumo, crianças muitas vezes acabam como depositárias do narcisismo parental que, com dificuldade de sustentar a própria falta-em-ser, em ver a falta nos filhos, oferecem-lhes uma ampla gama de parafernálias compensatórias para o alívio imediato de problemas e frustrações do cotidiano. “Trouxe uma bola nova e você ainda fica fazendo essa confusão para tomar banho? Acordei cedo *pra* ir trabalhar hoje, *pra dar tudo* pra você e seu irmão, chego em casa e ainda preciso me incomodar com vocês não querendo tomar banho?”, disse-me a mãe de um menino de 5 anos. Muitos objetos, todos voltados à satisfação de necessidades, criando uma demanda infinita, como se fosse possível amansar a pulsão ou dar-lhe fim, esquecendo-se que a demanda sempre é de amor. “Trouxe um presente para você”, diz um adulto na charge (Figura 9); “Tempo?”, responde a criança.

Figura 9 - Charge sobre os adultos ocupados.



Fonte: Google.

Os pais parecem consumidos por tantas demandas, incluindo demandas reais de sobrevivência em um mundo desigual, ou de sobrevivência simbólica, tendo que cumprir uma série de exigências imaginárias daquilo que pensam ser o importante em seus papéis sociais, não têm tempo.

O excesso de oferta de objetos reais, objetos de satisfação que apaziguam nossas inquietações e proporcionarem a sensação imediata de alívio (provisório) do mal-estar, parece ser uma marca do nosso tempo, também presente na infância. Os brinquedos são objetos concretos, exteriores, positivados, e não servem de nada se não dar suporte ao brincar. O que nos faz pensar também que o brincar pode prescindir de objetos, ou, ao menos, que sua presença não garante o brincar. Há de haver certa falta para que o brincar se instale a partir de um objeto. Como nos colocou Jerusalinsky (2007), o brinquedo “é um representante de *a*: objeto que não é o que é, que só pode ser enquanto sombra de um objeto ausente” (p.48). Para que um objeto possa ser um brinquedo, é necessário que a criança esvazie sua substância a partir de um ato simbólico, construindo uma ficção dele a partir da introdução de uma ausência no próprio objeto. O brinquedo, é a “morte da coisa e a criação profana de um espelho” (LEVIN, 2007, p.56). Nesse sentido, cabe a nós enquanto analistas, escutarmos as formas com que uma criança se enreda no brincar valendo-se de

objetos. Como ela entra em cena a partir do que lhe está disposto, suas possibilidades criativas, inventivas.

Jerusalinsky (2006) falando sobre o TDAH, traz em sua articulação uma importante observação sobre a particularidade do brincar nessas crianças, pensando a questão dos objetos. Segundo o autor, para elas, os objetos ficam reduzidos à coisa e sendo assim, não vemos nelas um relacionar-se com os objetos mas um manuseio, uma destruição deles. Ainda que se coloquem muitas diferenças, sutilezas e especificidades dentro desse quadro clínico, de modo geral, o autor entende que é fundamentalmente evidente a dificuldade no estabelecimento do laço social, no representar-se no campo dos outros devido a uma dificuldade enunciativa, como abordaremos em maiores detalhes no subcapítulo sobre o TDAH.

Podemos dizer, tomando as diferentes contribuições e desenvolvimentos freudianos que brincar tem uma centralidade na constituição das relações humanas, e os brinquedos como seu suporte, participam dessa experiência subjetivante que se dá no laço social. Assim, acreditamos ser importante problematizarmos o brincar na atualidade, marcado pela presença massiva da imagem midiática e da virtualidade, da falta de espaço, de tempo, de presença, e pelo excesso de vigilância. Proponho pensar os atravessamentos da virtualidade (JERUSALINSKY, 2017) nos dilemas dos modos de viver de nossa época que se fazem representar pela particularidade com que cada criança brinca, joga, narra, imagina, fantasia. Assim, refletir sobre a intensidade da exposição das crianças aos estímulos imagéticos, ligados a ideais de consumo desde a mais tenra idade, é imperioso. A hipótese percorrida é de que essa exposição tem produzido como efeito uma infância *passivizada* e espectadora, no lugar de uma infância inventiva, *imaginante* e *brincante*. Parece importante que possamos pensar nos desdobramentos das condições atuais em torno daquilo que se passa na infância, ou nas infâncias, especialmente naquelas marcadas pelo predomínio do imaginário e virtual no campo do brincar.

8.1 INFÂNCIA HIPERCONECTADA E SEUS DESDOBRAMENTOS

A ideia de uma infância hiperconectada e sua relação com o modo de viver hoje tem sido muito discutida entre os psicanalistas, médicos, pedagogos, sociólogos e outros profissionais que se ocupam das questões da infância. Essa ideia foi também

desenvolvida pelo psicólogo social americano e professor da Universidade de Nova Iorque, Jonatan Haidt (2024), e descrita em um livro que se tornou um campeão de vendas no New York Times, e teve grande repercussão em outras regiões do mundo: A geração ansiosa – como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais. Nessa obra, o autor discorre a partir da afirmação central de que duas tendências têm atuado como responsáveis por tornar as crianças nascidas depois de 1995 (geração Z) ansiosas: a superproteção do mundo real e a subproteção do mundo virtual. Segundo o autor, a geração Z, primeira a “passar pela puberdade com um portal no bolso, que os afastava das pessoas próximas e os atraía para um universo alternativo empolgante, viciante e instável” (p.15), apresenta um aumento repentino do sofrimento, manifesto em depressão, automutilações e suicídio, mas, em especial, da ansiedade” (HAIDT, 2024, p.58).

Trazendo dados de estudos e observações empíricas, o autor assume um tom de notável pretensão causal, e culpa os dispositivos, em especial os smartphones e os tablets pela crise de saúde mental na infância e adolescência dos últimos anos. As relações que ele tece bem parecem causais demais, e a simplificação redundante em um simplismo das questões desenvolvidas, além de que, a segunda parte do livro, direciona o leitor a recomendações do tipo DIY, e a formas de correção do suposto “mal” que, inevitavelmente, recaem em moralismos e reducionismos. A atmosfera do livro é um tanto catastrófica, a linha de pensamento tende a generalizações excessivas, demoniza os dispositivos e, em última análise, ensaia uma culpabilização dos pais. Ainda assim, pensamos que há dados interessantes e questões que surgem a partir da leitura de sua obra, que correlaciona a escalada do uso dos smartphones por crianças e a exposição a telas em tempos cada vez mais precoces da vida, ao crescimento de diagnósticos psiquiátricos, como o aumento de 145% da depressão grave em meninas e de 161% em meninos entre 2010 e 2020, de ansiedade (134%), depressão (106%), transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (72%), bipolaridade (57%), anorexia (100%), abuso de substâncias (33%), esquizofrenia (67%).

Haidt (2024) localiza um marco temporal, o fim dos anos 1980, enquanto o início do que ele chamou de transição de uma “infância baseada no brincar” para uma “infância baseada no celular” (p.16), que em 2010 teria sido consagrada. Chama de “Grande Reconfiguração da Infância” o fenômeno em que autor enfatiza a importância

do brincar livre, dos pequenos desafios e reveses que surgem dentro deste cenário, que funcionariam como uma espécie de “vacina” para o mundo adulto. Afirma que o uso de celulares somado à superproteção, atuam como “inibidores da experiência”, que dificultam o acesso à experiência social corporificada, pois poupam a criança de risco e com isso, de aprendizado cultural e corporal. O autor descreve quatro prejuízos fundamentais de uma “infância baseada no celular: a privação de sono, a privação social, a fragmentação da atenção e o vício” (HAIDT, 2024, p.20). Entre as meninas tais prejuízos seriam maiores, especialmente naquelas que fazem uso assíduo de redes sociais, enquanto que para os meninos, os números são um pouco menores e ligados aos efeitos do consumo de jogos virtuais e de pornografia.

Para fins do presente trabalho, proponho pensar em dois tópicos que Haidt (2024) elabora. A importância do livre brincar, como discutido no capítulo anterior e o segurismo como inibidor da experiência. Haidt (2024) cita Peter Gray para definir o brincar livre como sendo a “atividade livremente escolhida e dirigida por seus participantes, e levada a cabo por si só, sem a intenção consciente de atingir fins distintos da atividade em si” (p.67). Ou seja, o brincar livre é aquele que não tem utilidade nenhuma, apesar de ter uma função. Ele precisa ser livre de finalidade, de direção, e de mediação dadas por adultos. A supervisão dos adultos altera o curso da brincadeira. Esse brincar específico não precisa (deve?) ser exclusividade da ludicidade a que a criança tem acesso, mas deve gradualmente, ao avançar da idade da criança, predominar. No brincar livre, segundo o autor, o contato com os demais é corporificado, síncrono, de um para um ou um-para-alguns, em grupos ou comunidades em que há custo de entrada ou de saída, portanto, de investimento nas relações. Seu contrário, na infância baseada no celular, as interações virtuais são descorporificadas, assíncronas, de um para muitos, e ocorrem ou a sós ou em grupos virtuais de que é fácil entrar e sair (HAIDT 2024, p.69).

O brincar livre, segundo Haidt (2024) auxilia as crianças na construção de decisões coletivas, aceitação de resultados mesmo quando eles lhes são desfavoráveis. Ele é conduzido pelas próprias crianças, onde elas “aprendem a superar hematomas, a lidar com suas emoções, a compreender as emoções de outras crianças, se revezar, resolver conflitos e jogar limpo”. Diríamos nós, um lugar onde elas podem aprender isso, mas sobretudo, podem se encontrar com o oposto disso. A experiência de encontro com o jogar-sujo, com os conflitos, o não saber fazer com

as emoções, o perder, o estar com outras crianças que não são compreensivas assim, ou seja, o encontro com falta, com a dimensão da castração. A dimensão do erro parece-nos ser algo também relevante na questão do brincar livre, pois ao contrário do mundo virtual, onde o erro pode ser observado e julgado por verdadeiras multidões sem as quais o sujeito tem algum vínculo, e onde ele fica eternamente gravado em num espaço virtual sem fronteiras, no brincar livre ele parece razoavelmente admitido, não tão dificultosamente superado porque podem ser retificados em tempo real e em presença, seja por meio de um pedido de desculpas que associa expressão fácil e modulação da voz. O envolvimento do componente “risco” nas brincadeiras, também é levantado pelo autor como pouco admitido nos tempos que correm, mas de fundamental importância para um funcionamento infantil no “modo descoberta”. O “modo descoberta” se opõe, segundo o autor, ao “modo de defesa”, como visto na “infância baseada no celular” (HAIDT, 2024).

As crianças, diz Haid (2024), são “antifrágeis”, “criaturas corporificadas [...] que precisam aprender a administrar o corpo no mundo físico antes de começar a passar horas no mundo virtual”. O autor faz uma crítica aos atuais parquinhos infantis, que, na maior parte do mundo, mudou suas características para acolher uma demanda de mais segurança, com menos riscos de quedas e lesões. São ultrasseguros, grande parte vem de uma produção serial, atendem à controles de qualidade, e sem dúvida, estão atentos ao mundo litigioso onde cada vez mais se consolida uma prática de judicialização das relações e dos acontecimentos.

Esses parquinhos, (Figura 10) ainda podemos vê-los em alguns países como Áustria e Alemanha, em que as crianças podem usufruir de suas instalações para aprenderem a *não* se machucarem, a irem encontrando os contornos e limites de sua corporalidade.

Figura 10 - Os parquinhos perigosos da década de 70.

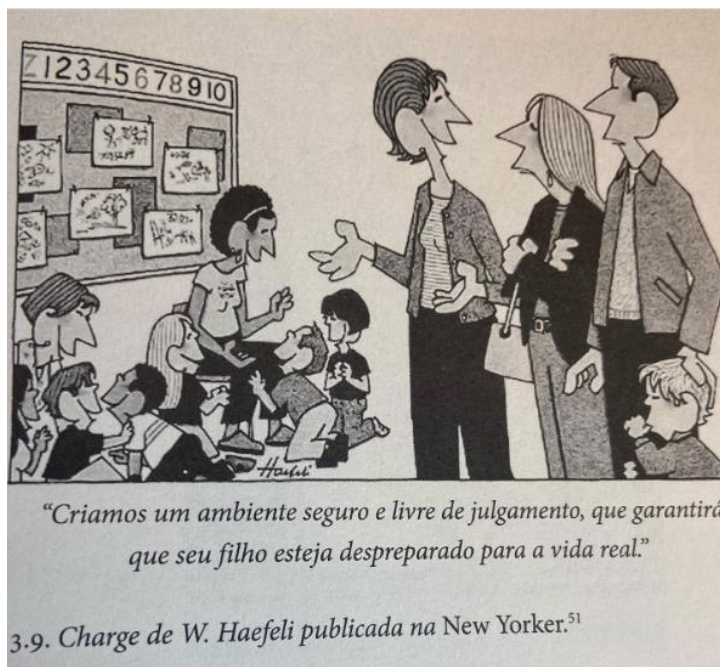


Fonte: Haidt (2024).

A ideia de segurança, lida até o final dos anos 80 nos termos da dimensão física, foi, aos poucos, ganhando outros contornos, passando pela “segurança emocional”, e mais recentemente, expandida para “abuso”, “trauma”, “sofrimento”. Haidt (2024) vê mais do que uma transformação no conceito de segurança mas uma verdadeira deformação. De segurança, ligada à preservação, a seguridade, ao amparo, teríamos passado ao que o autor chamou de “segurismo”: uma cultura ou sistema de valores no qual a segurança se tornou um valor sagrado, o que significa que as pessoas passaram a relutar em fazer trocas exigidas por outras preocupações práticas e morais. A ‘segurança’ se sobrepõe a todo o resto, não importa quão improvável ou trivial seja o risco em potencial” (p.109).

O autor, a partir de uma charge (Figura 11) publicada no New Yorker (Haidt, 2024), critica a influência abrangente do “segurismo” e seu avanço sobre a sociedade norte-americana, dominando inclusive as escolas. Na charge, a diretora de uma escola parece apresentar uma sala de aula em que estão uma professora e um grupo de alunos, a um casal de pais que intenciona matricular seu pequeno filho nessa escola. Os dizeres da diretora aparecem como legenda da charge: Criamos um ambiente seguro e livre de julgamento, que garantirá que seu filho esteja despreparado para a vida real”.

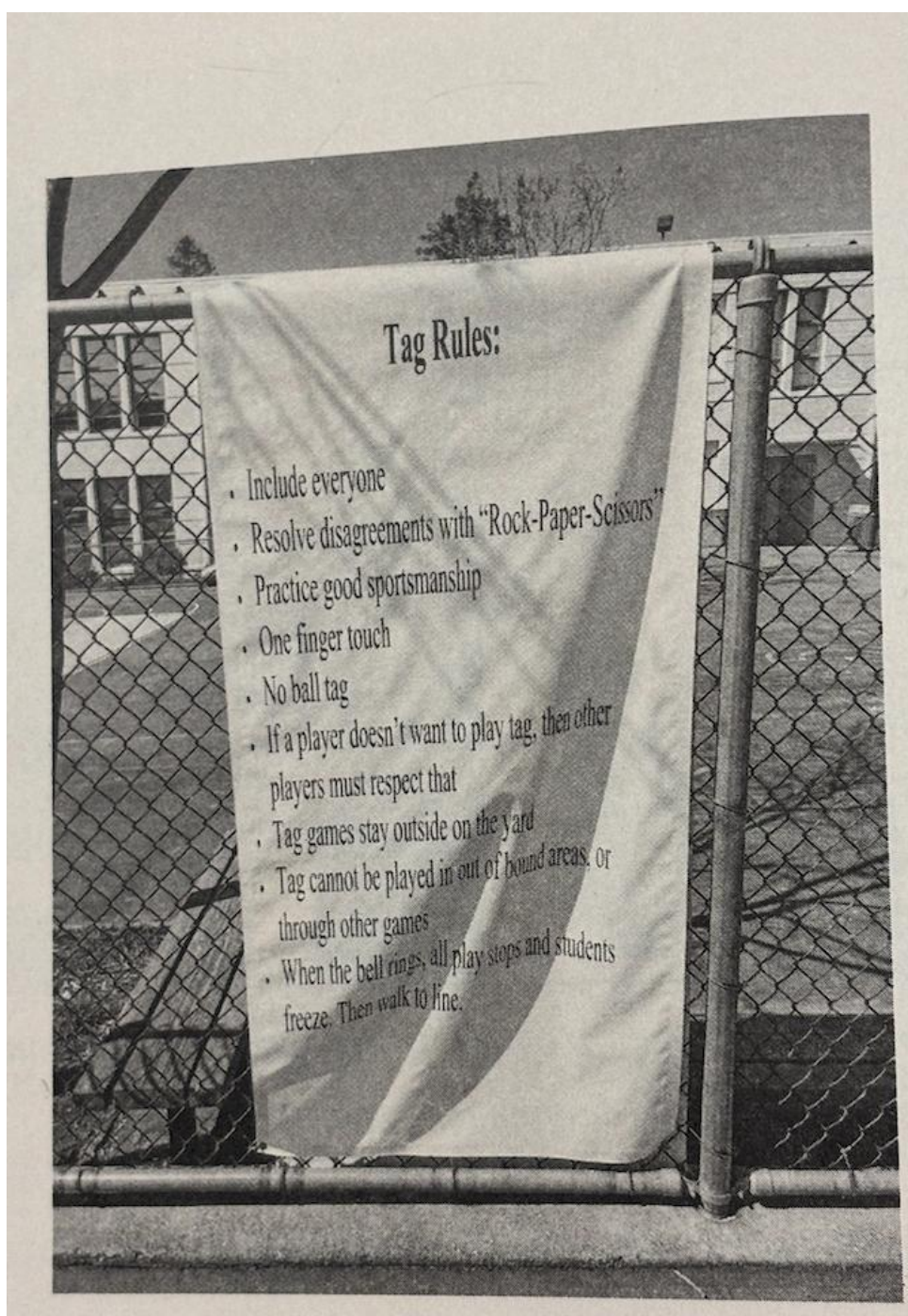
Figura 11 - Charge de W. Haefeli publicada na New Yorker



Fonte: Haidt (2024)

Em seguida, o autor dispõe uma fotografia de um cartaz afixado na grade de um pátio em uma escola na Califórnia, EUA (Figura 12). Nele está escrito “Regras do pega-pega: incluir a todos; resolver discordâncias com pedra-papel-tesoura; manter o espírito esportivo; tocar apenas com um dedo; não brincar com bola; se alguém não quiser brincar, os outros devem respeitar; não se pode brincar de pega-pega em outros lugares, ou enquanto outras brincadeiras estiverem acontecendo; quando o sinal tocar, a brincadeira deve ser interrompida e os alunos devem parar onde estão para depois formar fila” (HAIDT, 2024, p.109) A diretora dessa escola de ensino fundamental, segundo Haid (2024), “não deixa as crianças brincarem de pega-pega sem a supervisão de um adulto, porque...e se houver uma disputa? E se alguém for excluído?” (p.109).

Figura 12 - Regras feitas pela escola para a brincadeira de pega-pega



Fonte: Haidt (2024)

Haidt (2024), mostra nessa obra sua posição de defensor do brincar enquanto “trabalho da criança” e sua importância para o adentrar às trocas culturais, contrapondo isso aos contornos que ele assume quando inserido em uma dimensão

virtual. Seus argumentos parecem sim genéricos e rasos, mas o problema maior do texto nos parece ser o estabelecimento de relações de causalidade linear entre sofrimento psíquico e mesmo doença mental e uso de eletrônicos na infância. Suas afirmações se dão no sentido da construção dessa causalidade, quando, na realidade, precisaríamos falar em correlações, ou, aproximações, diante de questões tão complexas. Além disso, não as próprias convenções traçadas sobre isso que se chama de doença ou transtorno mental. O autor não adentra a essa crítica, talvez nem mesmo a formule. Isso não impede que nós não avancemos na construção e complexificação desse argumento, relacionando a virtualidade com o adoecimento psíquico e a hipervigilância com a ideia de excesso e gozo.

As ideias de Haidt (2024) chegaram a muitos lugares do mundo, inclusive ao Brasil, incrementando o argumento que vinha sendo elaborado perante ao desconforto que pais e educadores estavam sentindo com a presença dos aparelhos celulares em escolas. Os celulares, considerados como empecilho ao estudo e desempenho escolar, à interação social, ao brincar, foram restringidos nas escolas brasileiras por meio da Lei n.15.100/2025, criada com objetivo de mitigar os impactos negativos de seu uso excessivo no ambiente escolar. Fica vedado o seu uso durante as aulas, recreio e intervalos, em todas as etapas da educação básica, em todo o país. É liberado seu uso para fins de inclusão, condições de saúde ou garantia de direitos fundamentais, casos de perigo ou força maior, para fins pedagógicos e objetivos educacionais específicos. O dado que nos chama atenção, entretanto foi a unanimidade da aprovação de suas diretrizes pelos parlamentares, e, também, pela aceitação e aprovação popular que a lei chegou aos brasileiros. Segundo uma pesquisa da Nexus, encomendada pelo ministério da educação, 86% dos brasileiros são a favor da restrição do uso de celulares nas escolas, e mais da metade, 54% aprovam a proibição total do equipamento, enquanto que 32% defendem seu uso apenas para as atividades pedagógicas autorizadas pelos professores.

O uso de equipamentos como tablets e computadores, nas escolas e também fora delas, têm tido outros desdobramentos, segundo os professores. Em um reportagem do Jornal ND+, cujo título anuncia “Geração Z está perdendo habilidades que os humanos têm há mais de 5 mil anos”, os educadores relatam não só a dificuldade com a caligrafia mesmo em idades maiores, como também problemas na

construção de textos. No mundo do *Youtube*, das redes sociais, das visualidades como um todo e do entretenimento, como vimos, circulam as frases curtas, mensagens rápidas, argumentos simples. Para a construção de textos, no entanto, habilidades mais complexas são requeridas e muitas crianças têm dificuldade de complexificar um argumento, elaborar uma ideia. Segundo a reportagem, “muitos acreditam que juntar frases soltas já constitui um parágrafo, sem perceber a necessidade de conexão entre as ideias”.

Também os professores de educação física falam sobre dificuldades motoras antes não vistas em suas aulas. Diante de um cenário de hiperconectividade e expertise virtual das crianças, que se digitalizam antes de se alfabetizarem, vemos crianças que não conseguem pular amarelinhas, quicar bolas alternando mãos, brincar de jogos de bater mãos (nas suas diferentes versões regionais), amarrar os próprios sapatos, e mesmo limparem-se no banheiro sem ajuda.

8.2 TELAS E GAMES

Mais de 40 milhões de inscritos no *Youtube*, ou quatro vezes a população de Portugal. “- O Luccas Neto existe?” Me perguntou o pequeno João, 5 anos. “Ele é uma pessoa? Ele tem todos aqueles brinquedos mesmo?” João é filho único, acorda às 8h, toma o café-da-manhã na cozinha de seu pequeno apartamento numa capital do sul do Brasil, enquanto assiste as traquinagens de um dos mais conhecidos *youtubers* do país, Luccas Neto. A mãe prepara-lhe o lanche para a escola e arruma rapidamente a casa, enquanto ele vai para a sala e assiste mais alguns episódios em que Luccas, o autointitulado “criança em corpo de adulto”, brinca com a âncora, a menina Gi, com os mais novos brinquedos lançados no mercado. João adora vê-los brincar. De bonecos, de bola, de figurinhas, de jogos. Brinquedos ele tem muitos, vez ou outra manipula algum, mas “é chato brincar sozinho”, ele diz. Os poucos primos moram longe, vizinhos não conhece e brincar na rua é perigoso. Pede por irmãos, mas os pais dizem: “nem pensar, muito caro”. Muda o “canal”, começa a série de “*unboxing*”. “Queria ter aquela *Nerf*”, aquele carro elétrico”, me conta mais tarde na sessão. Pergunto: pensaste em pedir ao Papai Noel? “Não existe Papai Noel, meus pais me ensinaram, mas meus amigos acreditam”. É segunda-feira, “dia de terapia”, hora de

sair de casa. No transporte ficou entediado, pede para a mãe o celular para jogar algum joguinho. Depois da terapia, almoçam em um “*Buffet a quilo*”, e João vai à escola, volta ao final da tarde. Os pais são ocupados, a mãe faz teletrabalho de casa, por vezes precisa ir cuidar da avó pela noite. O pai sai cedo para a empresa e volta ao anoitecer, cansado, preocupado, gostaria de mudar de emprego, mas não consegue outro. João quando saiu da escola pediu ao pai: quero ir brincar com o Pedro (amiguinho da escola). O pai diz que não dá tempo, o amigo mora longe e ele mesmo “tem coisas pra fazer”. A escola fica próxima ao trabalho do pai. Uma hora e meia de trânsito, chegam em casa. A mãe está a fazer um trabalho como *freelancer*, para complementar a renda da família. João toma banho e assiste um pouco mais de TV ao lado do pai que responde alguns e-mails ou se distrai nas redes sociais. Dessa vez assiste a outro *youtuber*, “aquele que faz *trolagens*”, e a um outro, que juntou alguns amigos e filmaram quem conseguia comer mais chicletes de uma só vez. Janta, hora de dormir, assiste a uma série de histórias narradas por meio de ilustrações ou fotografias no tablet, na cama. Uma espécie de livro-virtual, audiolivro com imagens, “mas bem educativo”, disse o pai. Acabou o dia. Próximo.

Importante considerarmos que as crianças respondem aos imperativos e ideais de seu tempo, assim como também fazem os adultos. A virtualização da vida é pauta na ordem do dia e vem ocupando espaço na mídia e na consideração científica (JERUSALINSKY, 2017). É comum falarmos nesse âmbito sobre os excessos e de urgências e é difícil acompanhar o ritmo que a virtualidade nos impõe. Imagens e sons deslizam no passar dos dedos e nós nos encontramos expostos à velocidade e a voracidade das imagens todos os dias, em um verdadeiro bombardeio sensorial que deixa o sistema perceptivo de qualquer um saturado (anestesiado?).

As pessoas se queixam do uso desmedido de telas generalizado de *gadgets* ainda que não consigam se livrar de “consumi-los”, tomados pela compulsividade. A linguagem visual tem ocupado cada vez mais espaço no cotidiano, deixando de lado a riqueza verbal, corporal, escrita e gestual. As imagens têm um modo de funcionamento próprio que carece de pensamento e interação daqueles que a elas se expõe (KEHL, 2009). Ela funciona como um fragmento de gozo recebido, sem qualquer movimento por parte do expectador, sem qualquer necessidade de pensamento, já que este é movido pelo desejo e contrário ao gozo.

O uso das telas como recurso para realização e construção da ficção e do imaginário, no entanto, não parece ser nocivo tomando pelo ponto vista de que lá se apresentam narrativas que permitem às crianças transitarem pelas bordas do desejo, da fantasia, ou de realizarem algo da ordem do elaborativo e do sublimatório. No entanto, o uso das telas parece desdobrar efeitos nocivos em outras direções. Primeiramente, quando a criança substitui a oportunidade do brincar com outras em presença, ou seja, quando ela prefere o recurso da tela ao estar com semelhantes, criando junto regras, decidindo o que fazer, se submetendo ou se impondo, experimentando diferentes emoções reais a partir da interação com o outro, explorando diferentes saídas para embates que se colocam nas brincadeiras corporificadas. Quando ela prefere ou, ainda, quando ela não tem o acesso e a disponibilidade para brincar com outras. Falamos disso no capítulo sobre o brincar livre (Brincar é marca do tempo da Infância) e sua importância nesse tempo da vida.

Por outro lado, não podemos tomar “telas” como um conjunto único e homogêneo. Até os anos 90 tínhamos apenas a TV aberta, com horários específicos designados à programação infantil, poucas opções de escolha de canais, com curadoria (ainda que se pudesse fazer juízo sobre a qualidade do conteúdo), com “fim”. A estética dos desenhos animados, por exemplo, também era outra, com cores suaves e balanceadas, movimento e ritmos mais lentos e maior duração da sequência de imagens que geralmente eram acompanhadas de música (clássica ou misturada com sonoplastia).

Atualmente, os televisores não são mais televisores em seu significado primeiro. Os aparelhos do tipo *Smart TV* são verdadeiros computadores pendurados nas paredes, que transmitem não somente a antiga televisão (os canais abertos) mas tudo aquilo que a internet dispõe por meio de aplicativos. Assim, o televisor é apenas a superfície de projeção do conteúdo da internet, que inclui não somente as redes sociais mas outras plataformas, a exemplo dos serviço de *streaming*. A *Netflix*, *Amazon Prime*, *Disney +*, tem abas especiais para crianças e exibem em um ritmo de “Nonstop” uma infinidade de programas infantis, a qualquer hora do dia, com conteúdo para todos os gostos e idades.

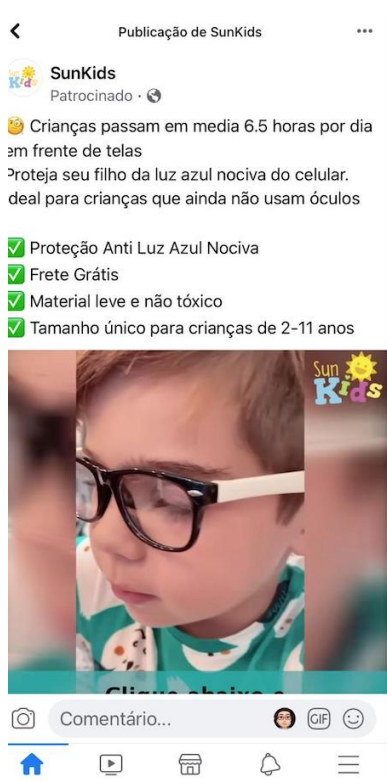
Apesar de muito recorrente e cada vez mais crescente, a preocupação dos pais com o uso de eletrônicos pelos filhos não é tão recente assim. Já “anunciaram e

garantiram que o mundo ia-se acabar⁴⁸”, tantas outras vezes, desde a permissão de acesso aos livros na idade média, ou, com a difusão do rádio, passando pelo cinema e pela televisão, até chegarem os computadores e a internet nos dias de hoje. Todas essas tecnologias ainda existem em nosso cotidiano, no entanto, o crescer da preocupação dos pais com o seu uso, parece acompanhar sua linha de advento, sendo o livro a menor das preocupações (tido por vezes como uma espécie de salvação) e, a internet, a maior.

Assistir televisão aberta nas décadas de 80 e 90 era para os pais preocupação, mas era uma entre outras, e parecia não atingir a maioria dos pais. É verdade também que se naquela época era uma preocupação, hoje parece ser uma imensa preocupação para muitas famílias. A preocupação com o uso de telas e com o “tempo de conexão” tem chegado aos pais e ocupado os profissionais que acompanham as crianças. Para além das chamadas “orientações” que buscam nos especialistas, livros e manuais, os pais têm se perguntado sobre outras maneiras de protegerem seus filhos da exposição às telas. Há quem compre um óculos de sol com lente “anti-luz-azul-nociva” (Figura 13), como anuncia a fabricante *Sun Kids*, com a descrição “Crianças passam em média 6,5 por dia em frente de telas. Proteja seu filho da luz azul nociva do celular. Ideal para crianças que ainda não usam óculos”. Há ainda quem busque espaços e experiências “telas *free*”, como certos hotéis-fazenda e campings que prometem aos pais um “*detox digital*” de final de semana.

⁴⁸ Em referência ao samba “E o mundo não se acabou”, do compositor Assis Valente.

Figura 13 - Óculos infantis que “protegem” as crianças das telas.



Fonte: [@sunkids]. [Vídeo]. Instagram.

Em um interessante texto de 1999, Calligaris (1999) abre alguns questionamentos sobre o descontentamento dos pais em relação ao uso da televisão, sempre julgado como excessivo. Por que será, se pergunta o autor, “que a tela nos parece mais pernicioso para a formação dos nossos filhos do que o imaginário literário com o qual certamente teríamos nos preocupado no século passado?” (Calligaris, 1999, p.193). Parece que quando uma criança ou um adolescente pega em um livro em detrimento de uma tela, somos tomados por uma iconoclastia, como se “as imagens são do diabo, as palavras escritas são do Senhor” (CALLIGARIS, 1999, p.193). Sedutora e detestada pelos pais, que parecem facilmente convencidos de que os roteiros dos livros e o mundo literário seriam absolutamente preferíveis ao apresentado pelos aparelhos televisivos, a tela é, nada mais nada menos, como nos disse o autor, “como a página escrita, uma ocasião projetiva” (p.194). E as projeções são uma possibilidade que temos de encarregarmos os outros de encarnar nossas impulsões, para que justamente possamos melhor lutar contra elas ou mesmo com

elas. Ou seja, uma projeção serve para lidar mais ou menos dialeticamente consigo mesmo, evitando, em alguma medida, conflitos demasiadamente dolorosos.

Assim, como parte do nosso processo catártico, a ficção se preza a realizar algo do nosso imaginário a uma boa distância, uma distância confortável de contemplação do seu desenrolar. Recorrer à ficção é algo que fazemos, entretanto, com ou sem suportes, pois, mesmo com tantos aparatos tecnológicos, as crianças nos mostram que podem deles prescindir. Elas ainda falam sozinhas, inventam personagens, brincam com as mãos, têm amigos imaginários, criam e atuam e distribuem histórias que criaram. Nossa cultura, como nos disse Calligaris (1999), “só conhece o imaginário [e a televisão, por sua permanência é a mais perfeita de suas formas] como caminho para dar significação a nossas vidas” (p.196). Logo, se imaginar é preciso, como podemos pensar os seus suportes?

Na televisão, nos livros, no cinema, e também no computador, temos personagens e situações que nos permitem antecipar ou elaborar o amor, a paixão, o ciúme, a inveja, a saudade, os êxitos e fracassos, o abandono...Se o cinema ampliou e popularizou o repertório do imaginário, possibilitou a ilusão de uma cena fantástica, a televisão entrou com uma diferença, que foi a introdução de uma continuidade da cena outra de nossos devaneios. No cinema e na literatura, as narrativas se resolvem, de um modo ou de outro, pacificamente ou violentamente, elas têm um fim. Já a televisão, nos coloca Calligaris (1999), é um verdadeiro universo paralelo, que pode até ser desligado, mas é diferente de terminar um livro ou filme, pois a transmissão nunca para, sendo possível se conectar ou desconectar, apenas. É como se a televisão garantisse assim uma outra realidade, dando existência e consistência às nossas projeções. Assim, na televisão, a “questão não é encontrar como em um livro ou um filme, uma determinada projeção do conflito de nossas vidas. A questão é, antes de mais nada, de assegurar que o mundo outro, onde nossos conflitos se resolvem bem ou mal, segue existindo na tela” (p.195). Assim, olhamos televisão para confirmar que lá, nossos conflitos e nossa miséria cotidiana seguem permanentemente transfigurados pela imaginação televisiva, mesmo que nos sintamos concomitantemente excluídos e incluídos daquilo que lá se passa.

A televisão pode ser sim uma janela aberta para a fantasia, e seria uma possibilidade para a construção e encenação dela a partir do jogo de identificações que ela pode oferecer. Acontece que as coisas não são tão simples. A televisão, por

exemplo, é incapaz por si só de realizar uma curadoria de seu conteúdo considerando aquela criança especificamente, sua história, sua particularidade. Mais do que isso, a televisão é incapaz de recobrir a necessária costura do mundo da ficção com o real da vida. Não sabe quais elementos apresentados por meio de imagens e textos a criança foi capaz de assimilar e para quais necessitaria de algumas palavras, a mais ou a menos; não tem como saber em quais pontos da história se demorar e em quais pontos de apressar ou omitir. Ou seja, a medida e a forma de costurar a fantasia com a realidade carecem de uma presença *in persona* de alguém que, conhecendo a criança, considerando seu repertório, sua idade, sua capacidade de elaboração podem oferecer a criança algumas – ou mais que algumas – palavras de amarração. Ser *presença* para a criança, é o que parece carecer nos nossos tempos, e isso também é bem diferente de estar de corpo presente.

Há ainda outro ponto de discussão: temos diferenças na montagem da ficção nas diferentes tecnologias, seja ela a televisão, o cinema, os livros, e mesmo em certos canais do *Youtube*. Nesses, há um trabalho de quem cria tal conteúdo, que pode ser coletivo ou individual, há uma organização, um roteiro, uma edição de texto e/ou imagem e uma finalização necessárias. Na televisão e no cinema há pelo menos mais de um envolvido quando da veiculação de um conteúdo qualquer, o que quer dizer que há lugar para uma barragem ou chancela, aprovação moral ou no mínimo um consentimento de duas pessoas quanto ao seu conteúdo e forma.

No universo da internet, a veiculação de conteúdos do *Youtube*, *Instagram*, *Tiktok*, *Facebook* e outras plataformas, é majoritariamente livre. Qualquer um pode criar um conteúdo, produzi-lo e veiculá-lo, segundo suas próprias intenções, convicções, padrões morais. Não há a obrigatoriedade da presença de ao menos um outro que possa fazer objeção, censura ou restrição em relação à criação, abrindo espaço para a manifestação de todo tipo de intenção individual.

Tal questão abrange inclusive a ampla discussão que tem sido feita sobre a regulamentação das plataformas digitais que envolve, entre diversas questões, a responsabilização criminal pela veiculação de conteúdos impróprios e falsos na rede. Parece que o mundo todo não conseguiu acompanhar a expansão do uso de tais plataformas, sendo esse um tema “urgente”, de interesse comum e alcance global. No Brasil, por exemplo, temos em tramitação o Projeto de Lei 2628/2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. O instituto Alana,

uma organização sem fins lucrativos muito atuante no debate sobre a digitalização da sociedade e as relações entre infância e consumo, foi um dos interlocutores para a construção do texto do Projeto de Lei 2628/2022 (Brasil, 2022). De um interessante documento chamado “Manifestação do Instituto Alana com sugestões a fim de garantir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes” (INSTITUTO ALANA, 2024), extraímos um fragmento de discussão que versa sobre os riscos a que crianças e adolescentes estão submetidos nos ambientes digitais. Esses riscos muitas vezes são negligenciados por pais e pelas plataformas digitais, que acabam por expor esse público ao que chamou de riscos de conteúdo, contato, conduta e contrato:

Incluem termos de uso injustos ou incompreensíveis, uso de ferramentas que visam induzir seu poder de decisão com técnicas de design manipulativo, perfilamento comercial para direcionamento de publicidade segmentada, uso de sistemas de recomendação capazes de induzir comportamentos, inclusive de compras, exposição a caixas de recompensas aleatórias e incertas em jogos eletrônicos que funcionam como mecanismos semelhantes a caça-níqueis e superexposição a processos automatizados que buscam o engajamento constante do usuário e realizam a filtragem de informações sem a devida diligência esperada, priorizando a manutenção da interação. Esses fatores de risco podem acarretar consequências danosas durante essa fase peculiar de desenvolvimento, incluindo o vício em telas, a exposição a conteúdos violento, radical, sexual, de ódio, desinformação, cyberagressão e assédio, o acesso facilitado a jogos de azar e o contato com ambientes que promovem ou incitam exposição a atividades que representam risco de vida (INSTITUTO ALANA, 2024, s/p).

Esse projeto de lei (PL 2628/2022) que tramita na Câmara dos Deputados, tendo passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. O projeto busca estabelecer um marco legislativo para a garantia de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, tanto no que se refere ao universo de produtos e serviços de tecnologia da informação, quanto ao acesso por essas pessoas a plataformas digitais, redes sociais, serviços de busca, jogos eletrônicos etc., desde que conectados à rede de internet ou à outra rede de comunicações. O projeto de lei visa não só a proteção em relação a crimes digitais, mas “pretende avançar em relação à segurança de uso da rede respeitando a autonomia e o desenvolvimento progressivo do indivíduo [...]”. Visa alcançar questões como a proteção contra a exploração comercial indevida e a garantia do direito à privacidade e proteção de dados pessoais, além de estabelecer regras básicas de produtos e serviços de monitoramento infantil, bem como restrições de formato de jogos eletrônicos, entre outros. Baseado em uma recomendação

fornecida pela resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), proíbe uma modalidade de recompensas em jogos virtuais chamada de “*loot boxes*”, que se assemelham à lógica dos jogos de azar.

Diferentemente dos videogames dos anos 80/90, não tão fortemente atravessados pela dimensão perversa do neoliberalismo, os games virtuais hoje tem uma montagem específica que gira em torno de cifras. Não há mais a ideia de comprar um jogo, dispor do benefício que a compra permite e se haver com os limites daquela versão. Hoje em dia, muitos dos games são “gratuitos”, quer dizer que pode ser feito o seu *download* na internet sem qualquer custo, trazendo ao jogador a ilusão de posse e de bonificação sem custo. Para obter “créditos de jogo”, que podem ser moedas, diamantes, ouro ou qualquer outro significante que remeta ao monetário, ou se compra (usando o cartão de crédito), ou se acumula dezenas de horas de jogo, que são revertidas também em créditos, embora em menor quantidade. Outra opção ainda, são os tais *loot boxes*, sorteios de créditos ou benefícios, uma espécie de caça níquel cuja primeira jogada é livre e para as demais, é necessário pagar.

Parece, no entanto, que para muitos pais, essa não é a primeira preocupação em relação aos games. Sobretudo nos pais de meninos, no consultório escutamos vemos uma preocupação com o uso dos *games* de computadores ou *games online* pelo fato de muitos deles envolvem atirar, ferir, matar, bater, ou também tem um direcionamento no sentido da competitividade, como corridas, desafios e esportes. Poderíamos dizer que, de alguma forma, eles estão cumprindo o lugar do exercício da crueldade infantil, esse fato universal da infância? Quais outros espaços, alternativas, temos ofertado às crianças para a elaboração simbólica da agressividade?

Por outro lado, temos *youtubers* que constroem seus roteiros com as conhecidas “trolagens”, que são pegadinhas com uma pitada de humor. Mas o que são as trolagens se não atos em que se exerce a agressividade contra um outro porém, travestida, deslocada sob forma de humor. Ver um outro fazendo o que não se pode fazer dentro das regras do pacto social sem ser condenado por isso, é uma mistura do sublimatório com o humor.

Segundo Kupermann (2010),

Há, de fato, importantes pontos de convergência entre sublimação e humor: ambos implicam processos que se situam na fronteira entre a defesa frente à angústia promovida pelos excessos pulsionais e o movimento criador;

encontram suas fontes originárias no brincar infantil; indicam uma afirmação do sujeito e de suas experiências de prazer e de alegria apesar do reconhecimento dos limites impostos a qualquer triunfo onipotente; e, finalmente, produzem uma modalidade de laço social baseado não na repressão pulsional, mas no compartilhamento afetivo (p.200).

Ver um outro transgredir o pacto social sem punição pode operar como uma via de sublimação misturada ao humor, revelando a tentativa do sujeito de lidar com seus excessos pulsionais sem recorrer à repressão direta. Como aponta a psicanálise, o humor e a sublimação compartilham sua origem no brincar infantil, oferecendo modos de elaboração simbólica que permitem certo alívio frente à angústia, ao mesmo tempo em que possibilitam uma forma de laço social baseada na partilha afetiva.

A rotina de João, aquele do recorte clínico do início do capítulo, marcada por longas horas de exposição a conteúdos digitais e escassa interação com outras crianças, ilustra como a infância tem sido atravessada pelos imperativos do mundo virtual e pelas lógicas do consumo contemporâneo. Seu cotidiano revela uma realidade em que as telas não apenas entretêm, mas substituem vínculos, brincadeiras e a construção simbólica mediada pelo outro. Essa experiência infantil ressoa o contexto descrito no parágrafo seguinte: vivemos sob o domínio de imagens rápidas, compulsivas e saturadas de excitação sensorial, que ocupam o lugar da linguagem, da corporeidade e da relação. João, como tantas outras crianças, não apenas assiste — ele é moldado por essas imagens e pela lógica de gozo que elas carregam, evidenciando como a infância contemporânea responde aos excessos e urgências do tempo digital, ao mesmo tempo em que revela os impasses subjetivos que dele decorrem.

O recorte do caso de João evidencia a lógica da virtualização da infância. Sua revela um cotidiano solitário e mediado por telas, onde o brincar corporalizado e o laço com o outro tornam-se escassos. Esse cenário reflete um tempo marcado pela aceleração das imagens, pelo consumo compulsivo de conteúdos e pela crescente dificuldade de mediação adulta diante dos excessos pulsionais que a tecnologia convoca. A televisão e as plataformas digitais, embora possam operar como suporte projetivo para o imaginário e até mesmo para formas sublimatórias, não substituem a presença de um outro que ofereça à criança palavras de amarração simbólica e suporte subjetivo. O caso de João evidencia, ainda, os riscos do conteúdo livremente disponível nas redes — que muitas vezes envolvem violência simbólica, incentivo ao

consumo ou práticas de agressividade disfarçadas de humor —, ao mesmo tempo em que aponta para uma urgência coletiva: a de criar espaços regulatórios, afetivos e simbólicos que sustentem a infância para além das telas, promovendo encontros, narrativas e experiências que possibilitem à criança elaborar suas pulsões e construir sentidos para si no mundo.

8.3 LAÇO E ATRAVESSAMENTOS DA VIRTUALIDADE

A virtualidade acaba por ser um lugar de encontros de pessoas e, também, de saberes. “Dr. Google” aparece como fonte inesgotável de saber, dá coordenadas das mais diversas. No entanto, todos são encontros sem corpo e anônimos. As babás, agora são eletrônicas, a função da chupeta (em inglês *pacifier*, pacificadora, que acalma) é ocupada pelos desenhos (espécie de chupeta eletrônica), e assim vamos, sem sabermos ao certo os efeitos que daí vão advir. É preciso salientarmos, junto a Dunker (2017) que não se trata de demonizar a cultura digital, pois o demônio não está nos objetos e nas linguagens, mas no uso que fazemos deles.

Nossos laços com os outros são atravessados e muitas vezes mantidos por meios virtuais. A nossa relação com o mundo digital não é um elemento a mais que compõe nossa experiência, pois esse vem sendo o modo predominante que tece e modela o nosso modo de estarmos com as pessoas. Isso vai virando nosso *modus operandi*, o mais habitual. Transmitimos algo para nossas crianças quando estamos de corpo presente e de cabeça ausente, como ilustrado na Figura 13. Somos a própria virtualização da experiência para as crianças: estamos ali e gozamos em outro lugar (KATZ, 2017). Estamos ao lado das crianças, mas não estamos com elas. Nos divertimos com as nossas coisinhas e não compartilhamos. As crianças perdem a possibilidade de compartilharem aquilo que elas estão vivendo: “vai vendo seu filminho, mas, ‘tô’ aqui respondendo meu e-mail” (KATZ, 2017).

Figura 14 - Corpo presente ou ausência?



Fonte: Google.

Parece que hoje, está mais difícil de alcançar uma experiência de compartilhar; as crianças precisam atravessar nossas parafernálias tecnológicas para nos acessarem. Gozam e desfrutam de uma experiência sozinhas, ao nosso lado; isso parece-nos uma novidade, uma modalização da nossa forma de estar com o outro (KATZ, 2017). Somos drenados para dentro dos nossos mundos digitais, e é como se pudéssemos inventar uma condição para o humano em que é possível estar onde o corpo não está. Só que na condição humana nós somos o nosso corpo. Temos um novo problema para responder e vamos acirrando essa tensão. Isso tem um efeito na nossa economia de gozo e faz uma transmissão importante para as crianças.

A experiência humana se dá sim no campo da linguagem, mas ele também é o campo do gozo, campo do que é nossa experiência de satisfação. A linguagem pode até se virtualizar, mas não gozamos sem corpo (KATZ, 2017). A experiência de desfrutar de algo é um acontecimento de corpo. Assim, vamos tecendo outra maneira de estar com os outros. Há algo da inscrição do “com”, “com o outro junto”, que está difícil de acontecer. Isso é político (KATZ, 2017). Estamos construindo um “corpo presente e ausência de satisfação compartilhada”. O que isso quer dizer, no que envolve um modo de laços que oferecemos às crianças? (KATZ, 2017). O espaço que reservamos para as crianças, a maneira com que tecemos nossos laços, o jeito como lidamos com o outro, tudo isso afeta e constrói a infância de um determinado tempo (KATZ, 2017). Parece-nos, no entanto, que temos transmitido às crianças a

importância de sermos *multitask*, fazer muitas coisas ao mesmo tempo, prestar atenção a muitas coisas e ao mesmo tempo a nenhuma, estar de corpo presente e cabeça ausente. Na “adulter”, desejável, na infância, patologia?

Vemos que essa posição subjetiva marcada pela autonomização e pelo individualismo, reflete também no brincar, por consequência, nos brinquedos que o dão suporte. Ao considerarmos que é no brincar que a criança se produz, ou ainda, que o brincar é um processo que produz subjetividade, precisamos nos questionar qual vem sendo os espaços de brincadeira que as crianças de nosso tempo têm encontrado, ou mesmo, quais as temos ofertado. Seja no brincar, ou em seu suporte, o brinquedo, podemos ver como o social se revela nas dimensões que se estendem da cultura ao inconsciente, do modo que fazemos laço e de como as crianças têm se apropriado dele.

A industrialização proporcionou que os brinquedos *ready-mades* tomassem frente à criação e confecção conjunta deles no espaço da família, e a virtualização dos jogos hoje é uma realidade. Fazemos disso um questionamento pois os games/jogos de computador, não tem a mesma dimensão simbólica do que jogos como os de tabuleiro, esconde-esconde etc., justamente porque prescindem da materialidade do brinquedo e, fundamentalmente, da presença do outro. Ainda que sejam formas de a criança se apropriar desse mundo digital que as cerca, navegar pelas vias eletrônicas dos dias de hoje, essa “[...] automatização que rege os jogos virtuais apresenta efeitos de apagamento do tecido social que se constrói *em presença*” (MEIRA, 2003, p.78).

Nesse sentido, a resposta à pergunta que poderia ser feita: jogar videogame, assistir TV pode ser uma brincadeira? Brincar de assistir TV? De tablet? A TV é um objeto/brinquedo? As crianças pedem *tablets* ao Papai Noel...Se, brinquedos podem assumir formas diversas, de acordo com cada cultura, tempo e tecnologia, seriam esses aparelhos os novos brinquedos? (Figura 15) É verdade que brinquedo pode ser definido como “aquilo com que se brinca”, mas há duas dimensões, segundo a educadora e etnomusicóloga, Lydia Hortélio, que não podem ser apartadas de todo e qualquer brinquedo: deve haver o movimento e deve haver o outro. Brinquedo é aquilo que põe a criança em movimento na relação com o outro no mundo. O que dizer então sobre esses o uso desses aparelhos? Frente a eles, vemos crianças imóveis,

sideradas, isoladas, passivizadas, quietas, e espectadoras de um mundo que acontece diante de si mas sem si.

Figura 15 - O celular é um brinquedo?



Fonte: Google.

É importante ressaltarmos, já de antemão, que a virtualidade e sua “infiltração” não constituem uma realidade homogênea, mas se modulam conforme as particularidades culturais, sociais e familiares nas quais os sujeitos estão inseridos. De fato, possuir eletrônicos, muitos brinquedos, tecnológicos ou não, e dispositivos digitais de última geração não é a realidade de todos, mas o ideal de possuí-los tornou-se quase universal. Tal ideal opera como significante mestre do discurso capitalista sustentado na promessa de acesso ilimitado ao gozo, independentemente das condições materiais de cada um. Assim, mesmo quando o objeto de consumo é inacessível, o desejo de inserção nesse circuito é compartilhado — o que mostra como o discurso do consumo não se limita à classe dominante, mas atravessa todos os laços sociais, impondo-se como um ideal que regula modos de pertencimento e reconhecimento simbólico.

Como observa Birman (2006b), a cultura contemporânea é marcada pela democratização do gozo, em que o imperativo de satisfação substitui o ideal de renúncia. Essa mutação subjetiva, que Lacan já identificava no discurso capitalista²,

produz um sujeito capturado pela ilusão de que o gozo é acessível a todos, bastando “ter” o objeto certo. Nessa lógica, os eletrônicos — especialmente na infância — tornam-se emblemas do ideal contemporâneo de felicidade e completude, signos do pertencimento social e da suposta equivalência entre possuir e existir. Mesmo nos contextos de escassez material, o sujeito é convocado a desejar segundo esse modelo, o que confirma que o ideal, sendo uma construção discursiva, não depende da posse efetiva, mas da inserção no campo do Outro que o sustenta (MILLER, 1999).

Podemos dizer, então, que a presença dos dispositivos eletrônicos na vida das crianças — ou o ideal de sua presença — constitui um modo de enlaçamento ao Outro social e ao seu discurso de gozo. Nesse sentido, o ideal contemporâneo não é o de ser, mas o de ter, e o fracasso em possuir o objeto não libera o sujeito desse imperativo, mas o captura ainda mais em sua falta, mantendo-o no circuito da promessa de completude.

Figura 16 - Os aparelhos eletrônicos são um ideal comum a todos os cortes sociais.



Fonte: Google.

No cotidiano das médias e grandes cidades ao redor do mundo, a presença de algum aparelho eletrônico como os televisivos, computadores, celulares, tablets e

videogames é a regra, e o contato com eles tem se dado cada vez mais cedo, às vezes na própria escola, e muitas vezes, com a ideia de que são “educativos”. Nos videogames as crianças brincam com as imagens, hegemônicas da sociedade do consumo, em que as fases são pré-determinadas, assim como a escolha de objetos que compõem o roteiro, a fantasia, que é pré-programada e sua travessia, por sua vez, é virtual. Frente a algum intangível, inalcançável, não é preciso desespero, treino ou resignação, basta um clique e certa quantidade monetária para adquirir “fases” subsequentes sem necessitar conquistar o percurso requerido ou, ainda, quando o tempo de jogadas é o limitador, compra-se mais tempo. “Não tem ninguém pra brincar comigo agora” ou “fulano não quer brincar disso comigo” também não são problemas, pois, em tempos de internet, em algum lugar do globo, encontra-se alguém a disposição, e das oportunidades de ensaiar diferentes posições no brincar coletivo, realizar combinações e negociações, partilhar, perder para poder ganhar, recolher-se diante das privações e frustrações que as brincadeiras impõem, não se faz uso. Nos tempos atravessados pela virtualidade, como podemos pensar no brincar coletivo como meio lúdico de construção do respeito ao espaço, às regras e aos limites essenciais para estar com os outros em sociedade?

O excesso de estímulos, que passa pelo excesso de brinquedos, de imagens, de possibilidades, acaba por gerar, segundo Meira (2003), uma fragilização no próprio tecido do brincar, que passa a ser composto por minúsculas cenas, rápidas, velozes, nas quais as crianças ensaiam metáforas incipientes. João, aquele rapazinho de 5 anos, chega a manipular os objetos, produz pequenos diálogos entre dois personagens mas a cena logo se esvai, parece não conseguir sair do dilema que se apresenta, ficcionar alternativas, adicionar contingências, criar histórias paralelas, propor continuidade. Parece carente de referências simbólicas, de repertório, que precisa ser resgatada e transmitida pelos outros sociais: pais, escola...Essa configuração do brincar mostra a fragilização da narrativa, que é marcada por uma exigência da novidade incessante e pelas constantes rupturas que se operam em função dos imperativos de consumo (MEIRA, 2003). “Esse boneco não faz nada?” Esse carro só gira as rodas? “Você tem que comprar uns brinquedos mais legais, tipo com luzes, sons, que andam, sabe?”, me disse João, de 5 anos.

Na internet as crianças têm assistido, aos milhões⁴⁹, com imenso prazer e entusiasmo, a vídeos em que outras crianças são filmadas brincando entre si, em cenários cotidianos e sem grandes produções cinematográficas, mas, não sem a interminável circulação de brinquedos e objetos de consumo em que publicidade desfila e a promessa de um gozo sem fim. À primeira vista, pareceria uma *metabrincadeira* virtual (Figura 16), que, no entanto, mais se apresenta como uma sideração sensorial de cenas curtas, coloridas, sem complexidade de enredo, verdadeiramente rasas e apelativas. Não nos parece que seja a última novidade, pois, de certa forma, já estava em Benjamin (1986) a ideia de que as narrativas, com o avanço das formações capitalistas, passou a ser breve: “Assistimos em nossos dias ao nascimento da *short story*, que se emancipou da tradição oral e não mais permite a lenta superposição de camadas finas e translúcidas, que representa a melhor imagem do processo pelo qual a narrativa perfeita vem à luz do dia, como coroamento das várias camadas constituídas pelas narrações sucessivas” (p. 206).

Uma das programações dirigidas ao público infantil vinculadas na plataforma *Youtube* que vem ganhando o interesse de milhões de crianças ao redor do mundo, refere-se a uma modalidade de vídeos que exhibe a abertura sucessiva da embalagem de brinquedos novos, em curto intervalo de tempo, acompanhada de uma música de fundo, sem ou com narração e geralmente sem narrativa. Nessa modalidade de vídeo, numa sequência de cerca de 10, 15 brinquedos são retirados de suas embalagens, e em seguida, é demonstrada de forma extremamente célere a sua funcionalidade e o brinquedo é “descartado” em favor do próximo brinquedo a ser aberto⁵⁰. Algumas vezes, quando em grandes canais do *Youtube*, são os próprios fabricantes de brinquedos que enviam os exemplares para os pequenos (ou grandes) *youtubers*, mas o espectador pouco ou nada percebe que se trata de propaganda disfarçada. Do outro lado, e mais habitualmente, há aqueles que não visam a propaganda, mas apenas obter audiência, visualizações. Em ambos os casos, circula uma mensagem persuasiva que enaltece o consumo desses itens e vinculam a ele a promessa de felicidade.

⁴⁹ Exemplos disso são os canais do *Youtube* “Like Nastya”, com 128 milhões de inscritos, “Vlad and Niki” com 141 milhões de inscritos, e, no Brasil, “Maria Clara e J.P” com 48,2 milhões de inscritos. Números de junho de 2025.

⁵⁰ Essa modalidade tem sido chamada pelo nome em inglês *unboxing*.

Figura 17 - *Metabrincadeira virtual?*

Fonte: Youtube.

A promessa de felicidade, de prosperidade, de satisfação plena, que carregam consigo sua cota de injunção ao consumo, tem produzido ajustes nas modalidades de gozo na contemporaneidade, e cercam as crianças por todos os lados. Em tempos de influenciadores digitais, de *youtubers*, de *coaches*, de pastores e investidores mirins que colecionam milhões de seguidores e embolsam milhares de dólares, estudar tem sido visto como ultrapassado. Os hábitos de estudo têm sido questionados como uma “perda de tempo”, ou “não se usa esse conteúdo para nada”, ou, como diz o meme que circula na internet “passou mais um dia e eu não usei a fórmula de Bhaskara na minha vida”. Ora, apesar de tais queixas parecerem ter sido proferidas por uma criança, o que vemos por vezes é que são os pais que o dizem, coadunando com uma ideologia utilitarista da rentabilidade.

A “escola não dá mais futuro”, como apresentado na reportagem da Revista Piauí em 2025⁵¹, “O ENEM não vai te deixar rico”. A reportagem versa sobre a cultura coach, mais especificamente sobre os influenciadores mirins, e mostra uma mistura de linguajar corporativo com um tom de pregação neopentecostal com palavras de ordem usadas pelas crianças que se vestem e se portam como adultos. Traz exemplos de crianças que “viralizaram” nas redes e faturam “alguns dígitos por mês”, e que mostram o desinteresse delas para carreiras que exigem estudo, mesmo sem garantia de salários dignos e vida estável, uma possível explicação inclusive para o

⁵¹ Acesso à reportagem em: <https://piaui.folha.uol.com.br/enem-influenciadores-coach-criancas/>

fato do número de inscritos no ENEM ter baixado de 8,7 milhões para 4,3 nos últimos 10 anos. A reportagem relata, ainda, um encontro de um grupo de 20 jovens que se reuniram em uma praça do Morumbi, não para caçar Pokémon, ou ensaiar dancinhas para o *TikTok*, mas para falar sobre investimentos e fazer networking para crescer no marketing digital. O líder do grupo, de 17 anos, em um de seus vídeos confessa que largou a escola aos 15 porque “não se identificava mais com o ensino”. Ao final do vídeo, ele afirma que “empreender dá muito mais frutos do que estudar”. Sobre encontro com os outros jovens no bairro paulista, lugar que exala prosperidade, escolhido sob o lema “Fuja do ambiente pobre, esteja onde os ricos estão”, o jovem rapazinho montou um escritório onde grava podcasts e aulas para seus cursos, que já renderam mais de 2 milhões de reais. Para driblar questões legais, uma vez que a inscrição na maioria das redes sociais é proibida para menos de 13 anos, mente-se sobre a idade. Quanto ao faturamento, já que o trabalho é proibido no Brasil para crianças menores de 18 anos, os pais fornecem seus dados.

A reportagem apresenta também o caso de um menino, menor de 13 anos, que fatura 300 reais por dia “sem fazer nada”, só pela monetização de seus vídeos vendendo doces na escola e na rua, junto a seu pai. Este, lhe presenteou com livros como “Geração de valor” e “O homem mais rico da Babilônia”, de onde pôde extrair bons conselhos para sua carreira digital, e para gerenciar sua carteira de investimentos em fundos imobiliários e ações. O menino, que já participou de um reality show (*La Casa Digital*), apresentado pelo *ex-coach* Pablo Marçal, recebe muitos elogios e também muitas críticas, ao que o pai releva afirmando que as críticas, em termos de engajamento, têm o mesmo valor que os elogios; conquanto que comentem no vídeo, tanto faz o conteúdo da apreciação.

As crianças sempre buscaram figuras de identificação, isso não constitui novidade no campo da subjetivação, no entanto, os “mestres” mudaram. O professor tem sido visto como uma figura degradada, como uma “imagem social da privação” (CALLIGARIS, 1999, p.30), que não inspira, não tem potência imaginária, nem simbólica, nem real. Em nossa cultura, como nos coloca o autor, “o valor está no gozo prometido, então a autoridade pedagógica deve ser sustentada segunda as regras do jogo”, e assim, os professores “que não carregam os signos aparentes do bem-estar, do sucesso material, ou seja, do gozo realizado, que são para nós índices do valor social” (p.30), pouco são passíveis de identificações. Já os *youtubers*, essa mistura

de personagem com persona, realidade com ficção, que tem acesso aos itens de maior valor social, seja brinquedos, acesso livre aos paraísos infantis (parques, lojas de brinquedo...), e ganham dinheiro fazendo “micagens”, “brincando”, “jogando”, ou ainda “fazendo nada”, como me disse um pequeno paciente de 7 anos, têm sido as figuras de identificação dos pequenos. Muitos deles ficam “na companhia” dessas figuras por horas a fio durante o dia, em frente aos televisores ou computadores, mas de qualquer forma imersos na virtualidade, em vez de estarem na convivência dos pais, em contato com as suas marcas, suas palavras, sua transmissão.

8.4 GOZO E SATISFAÇÃO PULSIONAL

O tecido social como um todo está imerso numa cultura que reforça o excesso e menospreza a castração. É interessante observar que o que temos proposto para as crianças, no lugar da transmissão da falta, dos limites, como falamos anteriormente sobre a tarefa da família, é mostrar que a vida pode deles prescindir. Vemos esse discurso sendo integrado pela própria língua, por exemplo, com a ideia de *Buffet* livre: pague e coma quanto quiser, ou quanto puder; festas *open bar*: beba quanto quiser; nas propagandas: Operadora telefônica *Infinity*, ligações ilimitadas: fale quanto quiser; Cartão de crédito *Infinity*, sem limites: compre o que quiser (WERNER, 2023). O que são todos esses exemplos senão um convite socialmente reforçado ao gozo?

No lugar de pais, parece que estamos transmitindo aos nossos filhos que o mundo é sem limites, que impera o gozo e não o desejo. Que no mundo, há infinitas possibilidades de gozo, especialmente às ligadas aos objetos do campo social. Como nos colocam Kupfer e Bernardino (2008), “trata-se de satisfazer a esse grande campo social, externo, anônimo patologizante e globalizante, que tem o seguinte imperativo categórico: consuma, encha-se de objetos, seja feliz, seja eficiente, goze” (p.674).

O imperativo hedonista da satisfação pulsional tem levado os sujeitos a experimentarem a angústia cada vez mais cedo e mais intensamente. Ela aparece como consequência insuportável da falta de regulação do prazer, a partir do declínio do ideal, da dimensão trágica do pai (LAURENT, 2007). O declínio no campo do Outro, no entanto, não deve ser confundido como um “afrouxamento” do supereu. Mesmo que os limites se apresentem cada vez mais pálidos, não vivemos tempos mais

permissíveis, mas uma outra experiência subjetiva que não privilegia mais a repressão ao gozo, mas o gozo como imperativo. Isso significa que tanto o supereu quanto o grande Outro vêm assumindo contornos distintos dos discursos hegemônicos do início do século XX. Também não podemos dizer que hoje vivemos tempos mais livres, mesmo que possamos argumentar que temos uma cultura menos recalcada do que foi a de Freud, e menos ainda daquela que o precedeu. A relativa suspensão do recalque não necessariamente trouxe *Eros*, como disse Marcuse em 1995, recuperado por Pereira (2016), mas trouxe os modos liberados de gozo como zênite social, ou seja, uma cultura de excessos generalizados, em que “os interditos foram aparentemente postos em suspensão e as dimensões da enunciação e da ancoragem simbólica cederam” (PEREIRA, 2016, p.139).

Com o declínio do ideal, temos uma sociedade mais hedonista e, por isso, mais angustiada. A angústia vem justamente como “consequência insuportável da regulação do prazer [...] e tudo é vivido imaginariamente com muita intensidade” (VOLTOLINI, 2014, p.139). O sujeito, como nos coloca Pereira (2016), é levado à obrigação de se satisfazer sob a pena superegoica de achar-se em defasagem. As redes sociais, por exemplo, desfilam essa suposta defasagem, pois sempre há alguém de férias viajando, alguém mais bem-vestido, alguém que acabou de comprar um carro, ganhou uma promoção, dando a impressão que o semelhante é mais feliz, mais completo, vive a vida mais intensamente, enfim. E assim, “o supereu, mostra sua face mais mortífera: o sujeito se culpa por não conseguir gozar tanto quanto a civilização lhe exige” (PEREIRA, 2016, p.139). A hipótese percorrida por Pereira (2016) é a de que, se nos tempos de Freud, na época industrial-republicana, “o sujeito deveria produzir mais renúncia pulsional para suprir a fome voraz do supereu, em nossos tempos, o sujeito é impelido a produzir mais excesso pulsional para suprir essa mesma fome” (p.139). A diferença parece repousar na relação que o sujeito tem com o recalque, já que a renúncia cedeu ao seu oposto, ao excesso. Essa diferença, segundo a autora, foi possível devido ao caráter ambíguo do Supereu, que,

“[...] sob a forma de imperativo, perpetua no psiquismo os impulsos de gozo advindo das exigências de cumprimento das normas civilizatórias [...] Ela determina ao sujeito sua incondicional submissão a tais normas ao ponto de fazê-lo buscar – em vão – ser o ideal estabelecido por elas (PEREIRA, 2016, p.139).

O sujeito, porém, nunca vai conseguir sê-lo, seja renunciando ou se

excedendo, e assim, o supereu toma a face cruel da angústia, esse outro nome para o mal-estar na civilização, que está para todos nós, adultos, crianças, adolescentes...

No mundo contemporâneo, o gozo parece não ser algo a se recalcar, mas a ser vivido como direito, buscando inclusive sua maximização. No entanto, como ele nunca é atingido tendo é que da ordem do inalcançável, é vivido como angústia e dívida para com o Supereu. Diferentemente dos ideais de outrora, aquilo, por exemplo que os pais diziam “quero, meu filho, que você seja médico, advogado, engenheiro, policial, padre...”, que apontavam para um conquistável por meio de um diploma, uma formação etc., ou mesmo, poderiam ser recebidos e negados: “advogado não, quero ser artista...”. Agora aparece para o sujeito: Seja feliz! Aproveite a vida! Esses ideais, no entanto, são inalcançáveis, ninguém dá conta de ser feliz a todo momento, em todo lugar, pelo resto da vida.

O proibido parece estar em decadência e qualquer um que tente assumir um lugar de exceção é encarado com desconfiança. As barreiras ao gozo têm sido removidas ao longo das últimas décadas e hoje, segundo Safatle (2008), “o mundo do consumo pede, por sua vez, uma *ética do direito ao gozo*” (p. 126, grifo do autor). De acordo com Žižek (2008), uma nova qualidade de dever é fundada na sociedade atual, em que o sujeito deve gozar a qualquer preço, como uma obrigação moral. “Ao infinito, e além!”, diz inclusive o desenho infantil⁵². “Seja feliz”, como vimos, é uma obrigação da criança. É como se os pais dissessem: “meu filho, você pode fazer ou ser o que você quiser, o que importa pra mim é que você seja feliz [...] Apesar de parecer emancipatória, essa “autorização” contemporânea parece mais uma injunção, uma obrigação, que empurra os jovens de hoje para um universo indeterminado, no qual podem escolher qualquer coisa em um mundo de infinitas possibilidades não vetorizadas pelo desejo dos pais em questão, com todos os caminhos e escolhas com o mesmo valor (MENA, 2021, p.44).

Como nos coloca Corso (1993):

[...] indiferenciar-se com as crianças, ausentando-se do trabalho de lhes traçar um ideal, nem que seja para elas o contrariarem, negando-lhes o direito ao ato educativo que lhes delimita o tempo, o espaço e as possibilidades, deixando de lhes traduzir o universo de acordo com o código subjetivo dos pais em questão, é o mesmo que não pagar a dívida e banir as crianças da cidade (p.172).

⁵² Referência ao jargão do personagem Buzz do filme Toy Story de 2004, da Disney.

Isso nos leva a considerar que, no lugar de apontar a realização do ideal-do-eu para a criança, os adultos que ocupam as funções paterna e materna, parecem capturados por uma identificação com a oferta de um gozo ilimitado a elas (JERUSALINSKY, 2017), integrando o mundo onde a falta não está (e faz falta), repleto de objetos-fetice que completariam e garantiriam a satisfação e a realização narcísica. Enganam-se os pais ao acharem que as demandas insistentes e intermináveis dos filhos são por objetos reais, presentes “caros”, objetos-fetice (MARIOTTO, 2021) O desejo é esse insaciável que, recebido o presente do dia da criança, já é mirado o Natal, e a falta não é um vazio a ser preenchido, mas um motor do funcionamento psíquico. A criança parece estar mesmo sendo convocada a realizar um ideal, que não é só o da fantasmática parental como vimos acima, mas o gozo de toda uma sociedade, que é da ordem de um impossível e, como consequência disso, “uma negação da diferença sexual e da condição de desejo, condição esta que organiza a própria subjetividade da criança” (MARIOTTO, 2021, p.73).

Lembrando da lógica de que “você é o que você pode comprar”, nos diz Roizman (2018), “tanto os valores tradicionais como a lógica simbólica da castração passam a ser coisa de gente pobre ou careta” (p.2), ou, como também se diz, “coisa de gente que não consegue ter a mente próspera”. Já que prosperar é um mandamento, ao modo do “goze!”, e o vazio da castração deve ser preenchido de qualquer modo. Segundo o autor,

A adesividade aos objetos de consumo é uma forma contemporânea e transestrutural de fetiche que busca obscurecer o vazio da castração. Essa fetichização generalizada tende a evitar a irrupção de afetos desprazerosos, a exemplo da angústia e da depressão. Ou seja, trata-se de uma exploração gozosa neoliberal do potencial de fetichização que todo sujeito barrado possui independentemente de estar constituído em uma estrutura perversa propriamente dita (ROIZMAN, 2018, p.2).

Não há mais um ideal paterno traçado, mas há um ideal operante e ele é o do consumo ilimitado, do enxame de objetos. Nesse sentido podemos ler o que Lacan disse do tempo em que vivemos ser o da “ascensão do objeto ao zênite social” (LACAN, 2003a [1970], p.411). O discurso que hoje nos domina, esse casamento entre o discurso capitalista e o discurso da ciência, impõe o gozo como economia e vende a ilusão de uma possível completude, por meio dos falsos objetos a, tais como os *gadgets*. Além disso, dissemina a ilusão de uma realização individual, que exclui o

ser-para-o-sexo e, com isso, o sujeito barrado (FORMIGONI, 2017). A oferta capitalista é a de que cada um possa estabelecer uma relação direta com determinado objeto, concretizando (ainda que de modo capenga) a fantasia de que o gozo perdido por conta da operação castradora de entrada na linguagem poderia ser recuperado. A posse de objetos, a fabricação de objetos que supostamente nos faltam, todos efêmeros, é a proposta complementar à ideia de liberdade que vende o discurso capitalista. A promoção do sujeito-*gadget* como solução da falta-a-ser que habita o sujeito é coadunada com a ideia da liberdade pela escolha do objeto, que engendra a demanda imaginária e compulsiva do objeto, completamente desabitada pela dialética do desejo.

Se em outros tempos o eixo organizador da vida era a produção, hoje é o consumo que figura como fonte emanadora de inspiração para as diversas modelagens de forma de vida e de padrões de relações entre as pessoas, como nos diz Bauman (2008). O consumo assume o papel central ocupado pelo trabalho na sociedade de produtores. Não temos a produção como um ideal, mas temos o produzir para poder exercer o consumismo. A sociedade de produtores passa a ser a sociedade de consumidores (BAUMAN, 2008) e as pessoas, ao mesmo tempo que são consumidoras, também são consumidas, como as próprias mercadorias. O consumismo não é um atributo da pessoa mas “um eixo da sociedade”, central na economia e no convívio humano (MOMO & COSTA, 2010, p.41).

A facilidade de acesso aos objetos reais, é, segundo Teixeira (2003), uma das marcas do nosso tempo. O alto consumo decorrente das altas ofertas de objetos e de facilitação para o gozo, podemos tomá-los como um efeito da dificuldade de sustentação do vazio pelo sujeito, que só se vê parte do sistema de trocas entre pares se estiver na posição de consumidor. A isso podemos pensar também a questão do imperialismo da imagem, como nos colocou Silva Junior (2003), em que o sujeito para existir, precisa participar das relações de consumo para completar a sua imagem narcísica, que lhe é apresentada como uma injunção daquilo que ele deveria ter para estar dentro do sistema das trocas sociais. A pergunta que recai sobre o sujeito não é “quem eu sou?” mas “o que eu tenho” ou “o que eu desejo ter”. As crianças, incluindo as mais pobres, se movimentam e participam desse “tempo dos objetos”, marcado pela instantaneidade, efemeridade e provisoriedade.

Certo dia, oferecendo o serviço de lavar o pára-brisas do carro em uma

sinaleira, uma criança de 11 anos me disse: “tia, tô precisando de dinheiro pra comprar as figurinhas do álbum da copa (do mundo de 2022)”. Montar álbuns de figurinhas da copa, de clubes e outros campeonatos de futebol, de personagens televisivos e de filmes, já há algum tempo, é uma prática comum da infância. No entanto, o que vemos hoje é que há um investimento imenso no preenchimento do álbum, que deve ser feito no menor espaço de tempo possível, uma onda avassaladora e passageira, que, passado o fervor da “moda”, é descartado e seguido de uma nova coleção. As trocas de figurinhas, que seriam grandes oportunidades de exercício da paciência, da persistência, da negociação, podem não ter espaço ou grande importância, uma vez que é possível comprar as figurinhas faltantes diretamente da editora do álbum, ou ainda, comprar a coleção inteira de figurinhas de uma só vez, reduzindo a experiência ao ato de colar pequenos papéis autoadesivos no álbum.

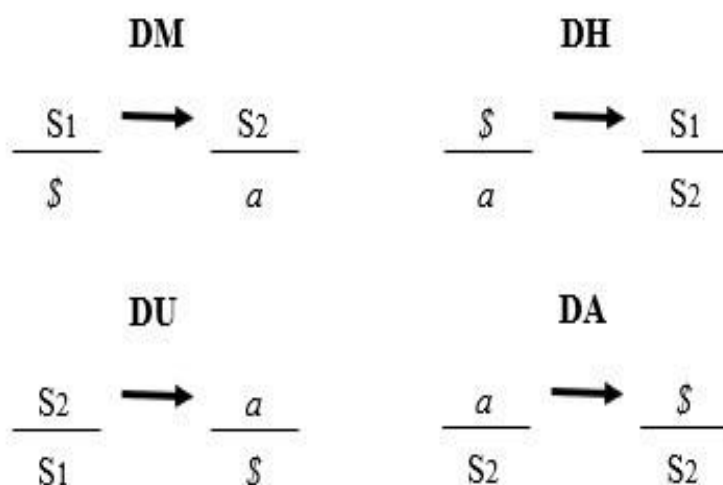
8.5 DISCURSO DO CAPITALISTA E DISCURSO DA CIÊNCIA: A QUEDA DO DISCURSO DO MESTRE

A época em que Lacan (2006 [1969-70]) proferia o Seminário 17 “O avesso da psicanálise” foi marcada por um período de turbulência dentro do campo universitário francês, que ficou conhecida como Maio de 68. Nesse contexto, a partir de um importante movimento estudantil que questionava as instituições e o poder, suas bases e o próprio saber, Lacan produz uma “resposta” em forma de análise dos efeitos da ciência nas mudanças sociais, nas configurações familiares, nas relações de trabalho, e, em última (ou primeira?) análise, pensava sobre as novas formas do sujeito estar no mundo, nas diferentes formas de laço social. Assim nasceu a teoria dos quatro discursos. O discurso como laço social, é, como nos colocou Quinet (2009), um modo de aparelhar o gozo com a linguagem, uma vez que para a existência mínima de relações entre as pessoas, o processo civilizatório exige do sujeito uma renúncia pulsional, uma perda de gozo (necessária para a fundação do sujeito, como vimos), e tem sua própria mola mestra, ou verdade. Quando estrutura os discursos, Lacan mostra a relação do estabelecimento dos laços sociais, a partir da vinculação do sujeito com Outro, com a linguagem. Os discursos são modos de apresentar o vazio causado pela impossibilidade da linguagem de dar conta do real de modo

absoluto. Ou seja, são aparelhos que ordenam a realidade, os laços sociais e suas práticas, seus modos de gozo e suas políticas (DA SILVA, 2017).

Para estruturar o quatro discursos (do mestre, da histórica, do universitário e do psicanalista), recorrendo à lógica algébrica e “visando à estrutura que determina as enunciações elementares produzidas pelo ser falante” (De Castro, 2009, p.249), Lacan utiliza quatro letras (“a” - objeto a, mais-de-gozar, causa de desejo, condensador de gozo; “\$” – sujeito barrado pelo significante; “S1” – significante mestre, ordenador; “S2” - saber constituído, Outro) distribuídas em quatro diferentes posições, separadas por duas barras que representam a barreira do recalque, e vetorizadas por uma seta ($\rightarrow$) que representa implicação ou conexão (Figura 18). Ele constrói um índice de designação e dá a ele nomes e posições, conforme mostra a figura. As letras que Lacan propôs ocupam diferentes lugares nos diferentes discursos e, a partir disso, Lacan aponta para as características das diferentes formas de discurso, ou seja, as diferentes formas do sujeito (\$) se relacionar com o objeto a (a), com o saber/Outro (S2) e o significante-mestre (S1), e diferentes lugares ocupados por cada um deles. Há, portanto, um agente (o gerador do discurso), que baseado numa verdade (que tenta encobrir), agirá sobre um Outro (significante), para se obter uma produção (QUINET, 1991). Cada discurso é um matema, sendo que no primeiro discurso, o ponto de partida é o discurso do mestre. Dele, a cada um quarto de giro no sentido horário, são pensados os demais discursos. O discurso do mestre, por sua estrutura significante e também por razões históricas, é aquele que inaugura o homem na linguagem, que inscreve no sujeito o inconsciente enquanto outro discurso, enquanto fundante. Pelo fato de que o significante mestre ocupa o lugar de saber/poder, ele funciona como uma lei que oferece ao sujeito uma ordenação, a possibilidade da fala e a circulação no laço discursivo.

Figura 18 - Os quatro discursos de Lacan em O Seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise



Fonte: Lacan (2006 [1969-70])

No discurso do mestre, o sujeito está no lugar de verdade, subposto ao significante mestre (S1), que ocupa o lugar de agente. O saber (S2) ocupa o lugar de Outro, e o objeto a, lugar de perda. Como nos coloca Quintet (1991), no matema do mestre temos “um agente, que chamaremos de S1, que agirá sobre S2, o escravo, fazendo-o trabalhar. Teremos como produto o objeto a que terá um valor (mais-valia) a que o escravo renuncia para o gozo do senhor como sujeito” (p.80). Lacan fala do discurso do mestre como o “discurso do senhor antigo” (LACAN, 2006 [1969-70], p.32) e, em uma breve passagem do Seminário 17, Lacan evoca muito rapidamente e sem maiores inscrições, aquilo que mais tarde, na Conferência de Milão, irá descrever como o “discurso capitalista”, ou o “discurso do mestre moderno”. O discurso do capitalista também tem sido discutido como o quinto discurso, ou discurso da exceção, pois é aquele que não faz laço social. Ele está fora da regulação do gozo regida pela impossibilidade estrutural de castração, como nos disse Da Silva (2017).

Nesse discurso, há uma torção feita sobre a banda esquerda do matema do discurso do mestre, sendo, portanto, uma variação dele. O discurso do mestre moderno, (discurso do capitalista) troca o S1 com o \$, passando do lugar de semblante ao lugar de verdade. A seta da impotência parte do objeto a (mais de

gozar), em direção do S1 (significante-mestre), mostrando a sua superação, uma superação da impotência, que seria permitida pela mais-valia. O significante S1 no lugar da verdade faz o sujeito se retirar do lugar da verdade e ocupar o lugar de agente, de sujeito-consumidor (Figura 19).

Figura 19: O discurso do capitalista em Lacan no O Seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise



Fonte: Lacan (2006 [1969-70])

Diferentemente do discurso do mestre, marcado pela impossibilidade de capturar o mais-de-gozar, no discurso do capitalista o objeto é estruturalmente acessível, como podemos ver na seta diagonal que sai do lugar da produção, chegando até o sujeito. O discurso do capitalista atualiza a fantasia mais primeva do sujeito, faz-nos acreditar que seria possível o acesso direto e irrestrito ao objeto, pondo fim à castração. A castração não é um impossível, e há uma circularidade entre sujeito-objeto-fetice que mostra a subversão da relação do sujeito com o próprio desejo. O discurso do mestre é baseado sobre o todo saber, enquanto que o discurso do capitalista se baseia no rechaço da castração. À medida que o discurso do mestre promove o laço social entre o escravo e o mestre, no discurso capitalista inexiste essa relação. O estabelecimento de laço com o Outro deixa de existir, e a vinculação do sujeito passa a ser com o objeto, que carrega consigo uma promessa de realização da satisfação, ainda que temporária. Se, no discurso do mestre tínhamos como característica um traço, uma marca que limita e organiza o sujeito, e ainda, a possibilidade de uma identificação ao ideal, ao pai, no discurso do capitalismo, vemos o enfraquecimento do Nome-do-Pai, que criava limites ao gozo, ao acesso ao objeto *a*.

Podemos pensar no avanço do discurso capitalista, promotor de mudanças significativas no modo com que os sujeitos se relacionam, se organizam, gozam, sofrem. A partir do conceito de Marx de mais-valia, um resto de trabalho, uma parte suplementar que não é jamais paga ao trabalhador, jamais é recuperada, Lacan vai pensar a construção do objeto *a* (também chamado de objeto-mais-de-gozar). O objeto *a*, assim como a mais-valia de Marx envolve ganhos e perdas; do lado do capitalista há um ganho em consequência da exploração do trabalho do trabalhador. Do lado do trabalho, há uma perda, um valor do trabalho que nunca é pago, resultante da subtração do valor de uso do valor de troca. Há um excedente produzido e jamais recuperado; há uma perda de gozo definitiva. Segundo Aflalo (2008),

O objeto *a* é uma falta primeira que engendra uma incessante recuperação de gozo, pois a defasagem não é reabsorvida. O sujeito é empresário do seu próprio desejo, e a renúncia pulsional, necessária ao estabelecimento do discurso nutre o supereu. A gula do supereu é estrutural, não é um efeito da civilização. O mesmo circuito econômico vale no capitalismo e na pulsão: perda e retorno de gozo sintomático (p.83-84).

Por meio do discurso capitalista, os produtos são elevados à categoria mais-de-gozar, como recursos para recobrir a perda de gozo necessária para o adentrar à cultura, como se a pulsão pudesse ser satisfeita e não fosse sempre parcial. O objeto *a* é um componente sempre faltoso que o sujeito busca reencontrar, mas inexistente enquanto tal. Ele funciona como motor de uma estrutura e causa do desejo, e se situa na intersecção do nó borromeano, entre os registros do simbólico, real e imaginário. O objeto *a* como causa de desejo é o objeto primeiro, o objeto perdido que tentamos durante toda nossa vida reencontrar, supondo que neste reencontro, encontraríamos a satisfação plena, sem igual, que imaginamos ter tido na infância. A perda de gozo, inevitável diante da articulação entre o S1 e o S2, leva à repetição, à busca impossível do gozo perdido. Nessa busca ininterrupta e infinita, vamos nos encontrando com alguns substitutos que satisfazem – sempre parcialmente - nossa pulsão, que lembram parte do prazer experienciado com o objeto que nos trouxe a nossa primeira – e mítica – satisfação. Regulado pelo discurso do capitalismo, nossa sociedade produz incessáveis objetos que tentam representar os objetos pulsionais. Desloca o objeto causa de desejo para o objeto mais-de-gozar, e produz nos sujeitos um endereçamento no sentido do consumo. Objetos que se tornam descartáveis, visto que são metonímicos e efêmeros, que participam de um circuito fechado que rejeita a

castração em todos os campos simbólicos e que modifica também a própria relação do sujeito com a verdade. A verdade ganha estatuto de totalidade, como se ela pudesse ser “toda” dita, a castração é foracuída, não admite o impossível, coloca o Outro como barrado, e promete acesso direto ao gozo absoluto (WERNER, 2023). É por isso que Lacan não diz que o discurso do capitalista se trate de um discurso propriamente dito, afinal, o discurso é um modo de organização que necessariamente inclui o Outro, ainda que o coloque em posições diferentes. Essa foracusão não é, no entanto, uma casualidade mas o núcleo nevrálgico do empreendimento capitalista, afinal só é possível transformar em mercadoria aquilo que não tem mais valor simbólico (WERNER, 2023). É justamente essa dessimbolização que Dufour (2005) diz ser a possibilitadora da redução do sujeito ao estatuto de produto. Com o valor simbólico reduzido ao zero, tudo se transforma em mercadoria, vazia de significação.

Bauman (2008) salienta que a sociedade moderna de produtores se transformou na sociedade do consumo, que faz com que os sujeitos sejam transformados simultaneamente em produtores de mercadorias e nas mercadorias mesmas, comandados pela lógica do mercado. Assim, a sociedade de consumidores divide o mundo em sujeito consumidor e objeto a ser consumido, coisificando-o, retirando-o de seu estatuto de sujeito, o que leva o autor a falar de fetichismo da subjetividade. A ideia de consumismo, podemos pensá-lo a partir do discurso capitalista, uma vez que ele mesmo promove a ideia de falta de objeto para ensinar no outro o desejo de possuí-lo. Provoca uma transformação do desejo em necessidade, e o consumidor, acaba ele mesmo sendo consumido por esse discurso, afastando-se de uma dimensão desejante. Os objetos seduzem e sideram o sujeito na direção de substituição da falta do objeto que, sendo fundamentalmente perdido, jamais é encontrado. O discurso capitalista confunde objeto de desejo (*a*), com objeto de consumo, e é diante dessa profusão de objetos reais que prometem o gozo e a ilusão de não ter nenhuma falta, que nos seduzimos, como se fossem esses objetos capazes de tamponar nossa falta constituinte.

As crianças foram transformadas em crianças instrumentalizadas por objetos de consumo, que, na verdade, as consomem mais do que elas próprias as consomem. Elas se tornaram clientes de pleno direito, diretamente dependentes do objeto que não lhe dizem nada, que não lhes pedem nada. A nossa época antecipa os desejos

da criança, que se transformam numa necessidade de satisfação imediata de desfrutar daqueles objetos de gozo excedente que são constantemente produzidos para a criança-cliente. E assim, o desejo de desfrutar substituiu o antigo desejo de saber

Se antes, o objeto *a* era lido como causa do desejo, a contemporaneidade sob orientação do discurso do capitalismo “subverte essa premissa, difundindo o objeto pela via do mais de gozar, possibilitando que ele se multiplique e se prolifere persistentemente” (AMORIM & BARROS, 2022, p.11). O discurso do capitalista trouxe mudanças globais que dominam a política e a economia, e dentre os produtos desse discurso temos a transformação de objetos de gozo da economia subjetiva em objetos de consumo. A partir do enfraquecimento do Nome-do-Pai, esse regulador pulsional em declínio, o objeto *a* acende ao zênite social, como disse Lacan (2003a [1969-70]), funcionando ele como bússola para o sujeito contemporâneo. Os objetos, em consequência disso, passam a ser enaltecidos e promovem um novo modo de relação com a satisfação, favorecendo a compulsão e o gozo.

Observa-se, conforme nos colocam Lopes e Bernardino (2011), a contraposição de objetos de desejo (objetos *a* naturais – causam desejo e visam gozo possível, parcial, fálico, fora do corpo, pela via da linguagem) em contraposição aos objetos de gozo-mais-de-gozar (com objetos em excesso na cultura, imaginários - *gadgets* – que, supostamente, satisfazem) (p.388). Assim, também na infância se abre um campo de dependência de consumo, como se tais objetos, os brinquedos, fossem tamponar a falta e não, que justamente, instrumentassem o brincar que, por sua vez, é um modo de elaboração da falta. Em última instância, poderíamos ainda acrescentar, falamos da abertura de uma dimensão imaginária de que o consumo, incluindo aí o consumo de drogas em um tempo posterior, possibilitaria o sujeito uma obturação da falta e uma recuperação do objeto (desde sempre) perdido. O objeto de desejo, dentro do discurso do capitalista, fica confundido com o objeto de consumo.

Segundo Soler (2012), o discurso do capitalista é produtor de precariedade subjetiva, seja no nível do trabalho, da vida conjugal, da ordem social, cultural, econômica e familiar. O sujeito, segundo Soler (2012), parece responder apenas por suas escolhas individuais, o que resulta da fragilidade dos laços, especialmente dos

laços dilacerados das famílias”, o que teria como efeito o sentimento de ameaça constante diante da “possibilidade de se reduzir a um objeto dejetivo, um objeto no trabalho, na vida conjugal, na família, nas amizades, etc.” (p.101).

Outra mudança radical relacionada ao discurso do capitalista está vinculada ao próprio corpo e ao gozar do próprio corpo, como veremos no capítulo sobre o “excesso pulsional não-contingenciado”.

9 CORPO E NORMATIVIDADE: COMO PENSAR O QUE SE PASSA COM AS CRIANÇAS?

Na reflexão sobre os atravessamentos do discurso social nos cuidados com a infância do nosso tempo está também incluída a crítica sobre a normatividade que ali opera e o saber que dela decorre. A cultura escolhe o tipo de infância ideal, nos coloca Mena (2020), e essa escolha “incide sobre os corpos das crianças e adolescentes, acelerando-os ou desacelerando-os, incluindo-os ou segregando-os” (p.215). O lugar para a criança é desenhado e a forma dela fazer laço também o é. Assim, é importante pensarmos as modificações nas formas de fazer laço, especialmente em tempos das relações atravessadas pela virtualidade, para tentarmos responder sobre o lugar para a criança e sobre as formas de a esse delineamento responder.

Nomear o que acontece com uma criança em termos do seu sofrimento e organização pulsional dada a ver no corpo não se configura como mera questão terminológica, mas aponta também para um modo de compreensão próprio do nosso tempo sobre o que é esperado do comportamento de uma criança e sobre o que foge a essa pretensa norma. Junto a Jerusalinky et al. (2020), pensamos que soa até mal-intencionado desconsiderarmos tudo isso e substituir essa lógica de entendimento e de tratamento, por aquela dos automatismos neurofisiológicos, das disfunções cerebrais curáveis por psicofármacos adequados.

Sabemos que os psicodiagnósticos na infância são fatos recentes, e então, como podemos pensá-los na relação com o modo de viver o nosso tempo? Corpos que se agitam, corpos inquietos: como podemos pensar o binômio “corpo e contemporaneidade” a partir disso? Haveria um corpo contemporâneo e em contrapartida, um corpo extemporâneo? Haveria diferenças na apresentação do corpo infantil e do corpo adulto? Ramos (2010) nos ajuda com uma questão pertinente: além

de pensarmos a forma do corpo na contemporaneidade, precisamos pensar a forma da contemporaneidade no corpo. Seria a hiperatividade uma forma da contemporaneidade no corpo? Corpos em constante movimento, em constante produção e movidos pela urgência do tempo, são corpos saudáveis e desejáveis ou são corpos doentes, afinal?

Com Jerusalinsky et al. (2020), refletimos: que a criança se esqueça frequentemente de coisas que lhes pedimos; que perca objetos pessoais; que seja desordeira ou inconstante em seus pensamentos; que mude de ideia por diferentes identificações e argumentos; que o professor lhe aponte que não consegue ficar sentada por muito tempo em sala de aula; que preste atenção ao seu entorno mais do que a si mesma; que manifeste agressividade; que apresente dificuldades no aprendizado de disciplinas (cuja aplicabilidade e utilidade não podem ser verificadas tão facilmente); que pareçam se perder em suas fantasias e elaborações: afinal, temos aí uma definição de doença ou de infância?

Em um sentido estritamente clínico, a psicanálise pode oferecer a essas crianças uma escuta qualificada que analisa os seus modos de “(diz)funcionamento” (CATÃO, 2020), sem com isso se colocar na direção de “detectar erros e consertá-los, de pôr fim aos seus sintomas”, mas antes, à criança, de “[...] reconhecer-lhe o direito a angústias, tristezas e medos, sem etiquetagem, mas com o oferecimento da escuta daquilo que se monta” (p.18). E sendo a infância o tempo de montagem da pulsão a partir do seu encontro com a cultura, consiste em uma abordagem “da criança em seu sofrimento psíquico porque ele existe. Não para consertá-la e fazê-la caber na insensatez do mundo. Antes, para ajudá-la a delimitar-se nele” (CATÃO, 2020, p.18). Uma escuta que parte da inscrição corporal do “(diz)funcionamento” que a criança apresenta, para aí “intervir com a palavra justa, para que o movimento desejante do sujeito possa seguir seu curso” (CATÃO, 2020, p.19).

Temos acompanhado o crescimento de questionamentos e posições críticas sobre os excessos no campo da infância: excesso da medicação de seus sofrimentos, excessos de diagnósticos, excesso de exposição a imagens, excessos materiais, excesso de presença da virtualidade. A experiência psicanalítica por fim, nos fala de outro excesso: da relação do sujeito com o gozo. Marca da atualidade, o gozo é referido ao corpo e relacionado ao prazer que comporta o sofrimento, implicado com que está além do princípio do prazer, manifestado pela compulsão à repetição. Corpo

e discurso encontram-se enlaçados. O discurso se mostra no corpo ao mesmo tempo que o discurso faz corpo.

Quando entendemos a noção de corpo como um processo, construção que se utiliza de fundamentos significantes de ancoragem cultural, entendemos a importância de não eliminarmos os rastros e restos de um projeto sempre inacabado. Os rastros nos dizem do produto na sua relação com o processo. A partir deles, podemos pensar nas incidências do discurso social para então podermos analisar e trabalhar com os diferentes modos com que os sujeitos habitam seus corpos. Complexa tessitura que envolve apropriações e incorporações para formar consistência, nos diz Fingerman (2021), que inicia antes mesmo do nascimento e que se estende pela vida. Sua única característica “natural” é o inacabamento. Ademais, suas formas, aparências e extensões, funções e regulações assumem modos diferentes de organização e apresentação, e se modificam ao longo do tempo. Sua herança genética e filogenética é evidente e inquestionável, sua expressão, porém, ganha diferentes contornos fenotípicos, que, por sua vez, nos mostram diferentes formas de habitá-lo.

Pensamos o corpo a partir de um olhar não naturalista, marcado pela libido, erógeno e singular. Corpo que nasce organismo, mas que por meio do laço com o Outro encarnado, ganha marcas, contornos, inscrições que o fundam dentro da ordem simbólica a partir de um desejo não anônimo. No nascimento, não estão nem o corpo nem o sujeito; para a sua fundação e seu advento, são necessárias operações constituintes. Tais operações, bem como, os efeitos estruturantes advindos de suas eventuais falhas, precisam ser incluídos quando pensamos diferentes nos modos de apresentação do sofrimento psíquico na infância. A noção de corpo em psicanálise implica outros importantes conceitos como o de traumatismo, pulsão, libido, sintoma, gozo e objeto. Igualmente importante é que possamos incluir a relação do corpo com o Eu, refazendo parte do percurso de Lacan a partir da leitura do texto freudiano. Afastando a discussão da corporeidade da biologia, Lacan propôs que o corpo fosse pensado a partir da dimensão da linguagem e ainda que não tenha discutido a corporeidade de forma específica, o autor recorrentemente faz referências à problemática do corpo em seu ensino (STERNICK, 2010).

A partir dos postulados lacanianos sobre os três registros da experiência psíquica Imaginário, Simbólico e Real (LACAN, 2005), também podemos relacionar a noção de corpo. Desde a dimensão imaginária, o corpo como imagem; desde a

dimensão simbólica, marcado pelo significante, e, desde a dimensão Real, como relativo ao gozo. Ao final do seu ensino, Lacan irá enfatizar a importância de sempre considerarmos o enlaçamento entre essas as diferentes dimensões e nunca tomarmos cada uma de forma isolada (STERNICK, 2010).

Quando discorre sobre o corpo e os seus afetamentos, Costa (2015) faz uma inferência a partir da fala de Lacan no “Seminário Mais”, ainda (1982 [1972-73]) acerca da sobreposição entre corpo e gozo, presentes em todas as estruturas clínicas. Ela nos coloca que há sempre a incidência do Outro no corpo, o que nos leva a pensar que há um Outro que pode sustentar um corpo, mas que essa sustentação não se dá apenas no campo da representação, ou seja, referente ao imaginário e ao espelho. Ela inclui a necessidade de amarração dos três registros com o fundamento do sintoma para que o *falasser* encontre uma base estrutural (COSTA, 2015).

Longe de propor uma relação causal entre discurso e formação de sintoma, mas considerando que há uma afetação na formação de sintomas pelo discurso como laço social, propomos pensar o que o sofrimento diagnosticado como TDAH, por exemplo, nos diz sobre o “corpodiscuro” e o “corpolingagem”. Pensamos essa distinção a partir da realizada por Costa (2015), ao colocar o primeiro como uma maneira a partir da qual se constituem e se movimentam os valores nos laços discursivos, ou seja, seu ordenamento e colocação a partir do significante fálico, relacionado diretamente ao âmbito do laço social, e, o segundo, como modo particularizado de inscrição do significante fálico, ao modo com que cada corpo é afetado pela pulsão, como se situa em relação aos seus objetos, sua singularização em relação à formação de sintomas. Essa distinção parece importante para pensarmos justamente como acontece sua articulação, como um se inscreve no outro e quais os efeitos dessas relações.

Apostamos enquanto psicanalistas, que o sintoma na criança fala, e sendo assim, nos perguntamos: o que ele diz? Sustentar sua posição enigmática e fazê-lo falar, não fazê-lo calar. O corpo dessas crianças parece responder ali justamente onde falta a palavra. O que é isso que falam pelo ou no corpo? Algo que se passa ali é fruto de um atravessamento do qual só vemos os efeitos. Seriam efeitos do inconsciente? Da pulsão? Não podemos deixar de marcar, que Isso que na criança fala, sua singular resposta que nos convoca a uma leitura, nos convoca a uma operação clínica que, por meio da transferência, nos põe a escutar e a situar o modo com que o sujeito se

“[...] implica subjetivamente em relação à letra que nele precipitou seus efeitos de inscrição a partir do laço com o Outro” (JERUSALINSKY, 2011, p.42). Um *dado a ver*, um manifesto, uma informação que, só tem qualquer valor operativo quando inscrita numa rede discursiva, que inclui o parental e, também o social, que encena algo por meio da corporeidade:

[...] o sintoma é dado a ver não no sentido do que se quer mostrar, mas do que coloca em cena a organização das funções corporais – por meio do movimento, do tônus, da postura, da gestualidade, do olhar, da atividade rítmica-temporal presente nas ações realizadas ou fracassadas – fazendo comparecer, manifestando, para além das intenções do paciente, o percurso de seus circuitos pulsionais” (JERUSALINSKY, 2011, p.33).

Os sintomas, estejam eles em relação à algum acontecimento ou não, são sempre uma manifestação de um sofrimento e uma resposta frente a algo que não funciona no Outro. É certo que, habitualmente, se apresentam como algo que faz sofrer às crianças, como algo que se passa apesar delas próprias, de sua vontade, e, também, que nem elas mesmas nem suas famílias entendem o enigma que eles portam. No entanto, nem todos os sintomas são fixos ou atrapalham, e da mesma forma, há os que atrapalham mais a criança ou mais aos pais. Se bem o sintoma é um querer dizer algo, de maneira oculta, é também uma satisfação libidinal, e com isso, há aí uma dificuldade em abandoná-lo. Lacan chamou de gozo a essa relação do sujeito com esse excesso de satisfação pulsional, e assim entendemos que o sintoma é um modo de gozo em si mesmo que se impõe ao sujeito (SÁNCHEZ, 2019). Desde outra perspectiva de investigação, trabalhamos então, apontando para a questão do desejo e sua relação com o gozo. Se o gozo mantém uma intrínseca relação com o corpo, como nos disse Lacan (1982 [1972-73]) “O corpo é aquilo de que se goza” (p.35), então, nos ocupamos dele também. Assim, sabemos que desenhar uma nosografia implica supor um sujeito em algum lugar, em alguma posição e em alguma relação com o corpo.

9.1 EXCESSO PULSIONAL NÃO-CONTINGENCIADO

Pensando nas consequências da crise da autoridade e da fragilização dos processos de simbolização, na perda da posição de investimento narcísico e

posicionamento do sujeito no lugar de gozo do Outro, e, ainda nos ideais de consumo e felicidade que se instalaram em nosso modo de viver, abordaremos os quadros psicopatológicos ligados à questão do excesso pulsional não-contingenciado. Pensamos junto com Birman (2006), mas também a partir de nosso testemunho clínico, que os psicopatológicos que temos recebido, se condensam cada vez mais nos registro do corpo, da ação e das intensidades. Segundo Levy (2014), não há novos sintomas, ao contrário, há novos “comportamentos de risco”, que são três: o problema de conduta; o problema de déficit de atenção, o problema de oposição com provocação (LEVY, 2014).

Como também coloca Raña (2001), as expressões patológicas da intensidade, do gozo, da falta de corte e do limite passam pela questão do sujeito que não consegue se colocar na posição de estar barrado, limitado diante do desejo e entra numa busca ilimitada de objetos. Retomando os trabalhos de Kreisler (1981; 1999), temos que o excesso de excitação, a falta de excitação ou o descompasso da excitação vivenciadas pela criança enquanto objeto de investimento pelo outro da maternagem, guardam em si a mesma estrutura de sujeito que implica o outro: e do outro, é para o outro ou com o outro. E assim, nos coloca Raña (2001), na clínica acabamos sempre por encontrar um outro que pela intrusão, coloca a criança como parceira nesse excesso de gozo. Segundo o autor, isso não é propriamente a última novidade na clínica, mas:

[...] hoje encontramos com maior frequência os quadros de desorganização e do excesso, que se expressam nas alergias, nas infecções recorrentes, nas dores recorrentes e principalmente nas neuroses de comportamento. São crianças com uma grande desorganização na sua guarda; de colo em colo, de creche em creche, o bebê da mãe impulsiva e agressiva, ou ainda a criança que convive com a violência das relações parentais (RAÑA, 2001, p.83).

Essas crianças são colocadas no lugar de preencher o vazio do outro, que não elaborou a sua própria castração. Como disse Raña (2001), “são os filhos da superpresença, que não vivenciam a ausência e a falta [...] o filho do amor narcísico, tomado como objeto de realização narcísica dos pais” (p.83), que não conseguem alojar o seu ser vivente no sistema significante porque este não é furado pelo lugar da falta. Há uma submissão extrema ao Outro da demanda, já que este não se orienta para o Outro do desejo, ou mesmo esse desejo se declina como pura vontade de gozo, de onde podemos extrair certa dose “sádica” em alguns casos. Com isso, o seu

ser, seu corpo e seus pensamentos ficam governados por esse Outro devorador, que sabe tudo, vê tudo, escuta tudo. O sujeito encontra-se servo de “corpo e alma”, poderíamos dizer, de “corpo e pensamento”, totalmente assujeitado ao significante e ao imperativo de gozo. Desse modo, podemos ler a hiperatividade como resposta à essas ordens do Outro, e, ao mesmo tempo, como “esforço de réplica” para se desvencilhar da deriva metonímica do significante, que, por sua vez é infinito e as deixa, sem descanso, perturba sua atenção e agita o seu corpo (ROY & ROY, 2013).

O que vem sendo nomeado como “agitação” na clínica psiquiátrica e como “hiperatividade” no DSM, pode ser lido na psicanálise como um gozo deslocado, que invade o pensamento e o corpo e comanda o jogo. A hipótese dos autores é de que “essa hiperatividade, que provoca “desordem” (*disorder*), associando-se a um “déficit de atenção”, responde à condição da criança moderna de ser entregue sem mediação à demanda imperativa do Outro. O filtro da família se torna cada vez mais poderoso e ‘deixa a criança exposta a todas as capturas fantásticas’, objeto *a* ou criança-fetichê” (ROY & ROY, 2013, p.39).

Consiste uma direção de trabalho para os psicanalistas dentro do campo discursivo da psicopatologia, abordar a questão da atenção como relacionada à dimensão libidinal do sujeito e aos ideais de uma época, pois é na desconexão disso que os demais tratamentos do TDAH, sejam os medicamentosos, ou, do outro lado, os cognitivo-comportamentais, o consideram. Nessas perspectivas, a atenção é entendida enquanto produto de um aprendizado e a hiperatividade enquanto uma desregulação químico-cerebral. Mesmo a psicanálise trabalhando com a noção de sintoma de modo absolutamente oposto ao da psiquiatria, acreditamos que a psicanálise não deve se furtar ao debate dos transtornos psiquiátricos, imprimindo o seu ponto de vista sobre o que acomete e faz sofrer os sujeitos, apontando para a necessidade de compreensão de um quadro clínico dentro da história de cada um, atentando para as montagens psíquicas de cada caso, delimitando a sua representação subjetiva no espaço social ao qual pertence e pode contribuir.

A psicanálise toma a nosografia do TDAH desde uma outra ética que a do saber médico, entendendo as apresentações clínicas que recebem essa nomeação médica enquanto sintomas diante de impasses e dificuldades nos processos identificatórios e simbólicos, a partir do entendimento de que esses processos, aparentemente “individuais”, têm fundamento e ancoragem social. Partimos, porém, de outro

entendimento acerca da função do sintoma. Sintoma como uma interpretação da intromissão do Real; sintoma como apresentação no corpo de certo indizível (traumático) de um tempo; sintoma como ponto de resistência à docilidade do corpo frente aos ideais da cultura; sintoma como objeção do sujeito às figuras de domínio do Outro; sintoma como formação do gozo não-padrão.

Parece-nos ser útil e possível transpor do terreno das neurociências a noção desenvolvida por Barkley (1997) sobre um déficit no processo de autorregulação, também tratada por outros autores da neuropsicologia como um transtorno da organização dos estímulos corporais e da construção da realidade externa. Na psicanálise podemos pensar isso com termos próprios, estruturas análogas que encontramos nesses sujeitos, como uma dificuldade de diferenciação entre o dentro e o fora na construção do corpo, a relação com a alteridade e a libinização do mundo externo, a constituição egóica e superegoica, a dificuldade da renúncia pulsional (UNTOIGLICH, 2006a, 2006b, 2011).

Em uma interessante publicação, a psicanalista argentina Untoiglich (2011) relaciona a construção da atenção como um processo histórico intersubjetivo e libidinal, em que o está em jogo diz respeito ao encontro com o Outro enquanto lugar simbólico. Nesse encontro, possibilitador da construção do narcisismo no pequeno sujeito, poderiam surgir impasses em que a angústia, derivada de uma turbulência afetiva original, toma conta e repousa no corpo uma vez que certos recursos não são produzidos pela criança para dar um destino simbólico e enfrentar aquilo que lhe afeta, resultando em um excesso de atividade. Também a impulsividade seria um reflexo desta dinâmica direta dos afetos pouco intermediada pela linguagem, que dificulta a inscrição psíquica daquilo que é da ordem pulsional. Desse modo, a hiperatividade se inscreveria dentro do território das problemáticas narcísicas porém não psicóticas, indo ao encontro de outros trabalhos como os de Rodolfo (1992).

Kupfer e Bernardino (2009) pensam a agitação motora também no sentido de uma dificuldade de estar com os outros no laço social, mais especificamente, da dificuldade de aceitação da lei e simbolização da falta a partir do estabelecimento da função paterna. No sujeito, a angústia acaba por transbordar, manifestando-se sob a forma de agitação e dispersão enquanto recursos para proteção frente ao vazio. A partir da pesquisa que as referidas autoras realizam, colocam-nos que as dificuldades com essas crianças também podem passar por condutas agressivas e distúrbios na

construção da imagem corporal. Haveria do lado dos pais uma dificuldade de estabelecimento de suas funções que trazem para a criança uma dificuldade de separação e disso, uma dificuldade de situar-se subjetivamente em relação ao mundo.

A dificuldade de abandono de uma posição narcísica, superinvestida e autocentrada, ligada ao desejo materno, está relacionada à insuficiência do contingenciamento do excesso pulsional e ao alinhavo e redirecionamentos necessários para a construção das identificações e relações de objeto. Em uma leitura lacaniana, sustentamos a hipótese da dificuldade da operatividade da função paterna, obstaculizando o processo de separação entre o segundo e o terceiro tempo do Édipo, e com isso, uma dificuldade na internalização dos limites externos, na instalação da alteridade, e no enlaçamento social a partir da renúncia de gozo em função da instalação do Nome-do-pai:

O Nome-do-pai, como sabemos, traz à criança certa estabilização psíquica, devida a um trabalho de enodamento dos três registros que ele lhe oferece: uma simbolização da falta, uma resposta ao real da angústia de castração e uma contenção imaginária para o corpo (KUPFER & BERNARDINO, 2009, s/p).

O que se chama de TDAH, pensamos ser “a resposta da criança sob a forma de uma agitação difusa, mas permanente, que encena no corpo uma falha na construção de seus contornos imaginários, a falha em uma imagem corporal incapaz de conter o transbordamento da angústia” (KUPFER & BERNARDINO, 2009, s/p).

No chamado TDAH, estaríamos diante de um embaraço na dialética do narcisismo em função da não instalação da alteridade enquanto aquela que formata o limite corporal a partir de uma interdição, em que o pequeno sujeito se vê carente de mediação simbólica diante da angústia automatizada, frente à qual se agita, se distrai. Esse excesso pulsional insuficientemente contingenciado ou refratário à inscrição simbólica, dificulta a relação com os objetos e aparece no corpo sob forma de ação, e de dificuldade de centramento do olhar e da atenção às coisas que a circundam.

Desse modo, cabe falarmos em uma espécie de recusa ou evitação diante da angústia colocada pela castração, um não querer vê-la, um olhar para outro lugar, ou sair de cena. Nessa modalidade de gozo, o corpo parece reduzido à própria angústia, tomado por ela, sem conseguir formar um sintoma que organizaria o gozo, “localizando-o em uma forma precisa de prejuízo, desprazer e contra-vontade” (DUNKER, 2002, p.43),

como em uma fobia, por exemplo, em que a angústia está organizada em função do medo (da castração). O sintoma fracassa enquanto limitador do gozo, assim como a fantasia enquanto recurso organizador da falta do Outro, deixando o sujeito em uma posição de indeterminação.

Podemos pensar na problemática do desejo e da constituição do Eu para esses pequenos sujeitos cuja forma de gozo está centralizada justamente no Eu. A partir de uma leitura freudiana, temos que a dissolução do Édipo se dá a partir da entrada de um terceiro (pai) na relação mãe-bebê que atua sob forma de interdição amorosa, quebra da completude narcísica e do eu-ideal, abrindo o caminho para o desenvolvimento da condição desejante da pequena criança e para a construção do ideal-do-eu.

Haveria ainda, segundo Roy e Roy (2013), uma outra posição de sujeito, em que o sintoma da agitação viria no lugar em que o Outro do desejo não pode responder ao gozo pulsional e o Outro do significante não pode escrever nenhuma resposta”, a não ser alojar esse gozo. A criança fica fixada na posição de criança-fetichê, sua atenção parece perturbada pela libido da mãe. Há uma dificuldade na operação de separação, em que a criança retorna no real do corpo a “insurreição do objeto *a*”, para usar uma expressão de Lacan. O excesso se deposita no corpo sob forma de agitação-maníaca, resultado de uma falha simbólica, da dificuldade da criança em formular a pergunta “podes perder-me?”, conforme nos trouxe Lacan sobre a operação lógica de separação.

Os fenômenos de hiperatividade, desatenção e hiperatividade, segundo De Luccia (2014):

[...] representariam modalidades de incidência da angústia que não acompanham um organizador atravessado pelo significante da falta de gozo, sustentado pelo Nome-do-pai, mas decorrem de uma certa nebulosidade desta função. A consequência disso é um excesso de angústia em bruta articulação com o real do gozo, manifestos predominantemente no corpo e no ato (p.79).

Essa nebulosidade da função do Nome-do-pai produz um efeito negativo nas regulações pulsionais da criança, que adoram a forma de desatenção e impulsividade, também chamada pela psiquiatria de “dificuldade do controle inibitório”. Na psicanálise, podemos ler a ideia de inibição sob outros moldes, mas sim, há algo no sentido contrário da inibição em jogo.

Roy e Roy (2013) enriquecem o questionamento sobre a questão da hiperatividade, adentrando na questão da *agitação*, que dentro da nosografia psiquiátrica constituiu um comportamento presente em tantas outras patologias, mas que foi isolada e ganhou uma nova designação, passando a compor o termo “hiperatividade”. Antigamente tínhamos a agitação, agora ela é dita hiperatividade. Os autores afirmam que mesmo que essa aproximação foi considerada enquanto equivalente lógico, os dois termos remontam a dois sistemas etiopatogênicos muito distintos, e, sendo assim, devemos nos questionar sobre o que eles poderiam nos ensinar sobre os sistemas de referência dos quais eles provêm, ou, ainda, se seriam puramente construções ideológicas ou se responderiam a um real.

Ambos os termos, agitação e hiperatividade remontam ao corpo como entidade viva e carregada de movimento, mas enquanto referentes à um modelo físico e não biológico. Não observamos qualquer introdução no sentido de designar uma patologia do movimento, relativa à uma cinese, como seriam, por exemplo, movimentos anormais, como no caso de psicopatologias decorrentes de lesões cerebrais. Não há referência à afetação fisiológica de uma capacidade motora do sujeito, sendo então globalmente excessiva ou desordenada ao olhar de um observador externo (ROY & ROY, 2013). O diagnóstico é tributário de uma “clínica do olhar”, baseando-se em características comportamentais da criança em casa, na escola, e em outros meios de circulação social. O quadro é definido pela ausência de patologia observável, sem necessidade de determinação de causas ou correspondente neuro-anatômico, é um diagnóstico clínico, observacional (WENDER, 2000).

Afirma-se que o mundo contemporâneo mudou. O conceito de espaço, tempo, informação, comunicação, família, sexo, tudo mudou. Então, por que a atenção não vai mudar? Quando consideramos que o “mundo mudou”, falamos, em realidade, de mudanças nos conceitos de espaço, tempo, informação, comunicação, família, sexo, “tudo” parece ter outros contornos, e nesse sentido Sérgio de Campos, provoca: por que a atenção não vai mudar? (DE CAMPOS, 2013, p.186). A internet, segundo o autor, introduziu uma nova forma de receber e transmitir informação, 500 páginas de leitura de um livro parece demasiado, a atenção é mais hipotenaz, hipervigil. Enfim, afirma o autor, “creio que temos que cernir nosso próprio campo e entender que a desatenção talvez seja uma nova forma de sintoma em relação ao mundo contemporâneo, em que há um apagamento da subjetividade, e o sujeito fica fechado

em seu mundo sem palavras, hiperativo” (p.186). Esse fechamento em si, em um mundo próprio, também podemos pensá-lo como paradigmático do nosso tempo, enquanto um indício de uma abertura ao gozo, que impele a uma ruptura com o gozo fálico e faz prevalecer a dimensão autoerótica do gozo, como afirma Ana Lydia Santiago (2013, p.189). Assim, é verdade que a angústia em geral promove um recolhimento, mas também pensamos atualmente, ela não leva ao recolhimento do sujeito, mas ela o agita.

Para Santiago (2013), na criança que é agitada excessivamente pela angústia, diante do confronto um real, com um impossível de simbolizar, vemos uma dificuldade dela de interpretar o olhar do outro, de entender o valor do que um sujeito tem pro outro, ou seja, em última análise, uma dificuldade de interpretar e simbolizar o gozo da mãe, que chega para como um enigma canibal, que um canibalismo que é, também do sujeito. Como nos disse Lacan (1986), em seu comentário sobre o Hamlet, aquilo que o filho se confronta o tempo todo “não é o seu desejo por sua mãe, mas o desejo de sua mãe” (p.34). Nesse sentido, a autora coloca que a hiperatividade tem a mesma função defensiva da fobia, que outrora era o que levava as crianças a um consultório de analistas, como uma “solução curativa” (p.165), como Lacan falou, diante do prazer enigmático e não suficientemente metaforizado da mãe.

Roy e Roy (2013) propõem-nos o questionamento “o que é que me agita?”, conduzindo-nos ao percurso etimológico da palavra agitação, iniciando pela raiz indo-europeia AG, passando pelo grego *agein* e latim *agere*, relacionados à “conduzir o rebanho”, como aquele adianta-se por conta própria à frente de alguma coisa, abre uma via, mobiliza, põe em ação o rebanho. O pastor de ovelhas ou também o chefe militar andam a sua frente para conduzir o rebanho/tropa, fazendo-os avançar. Em alemão temos *agieren*, ligado à ideia de colocar em ato. Podemos pensar, junto aos autores, que na família dos “Ag”, a “agitação” introduz a dimensão da desmedida, que no grego *agitare* se mostra como “agir muito e frequentemente”. Roy e Roy (2013) recuperam Aristóteles no Livro III de sua Física, a ideia de movimento, a partir de uma diferenciação, como “o que é apenas em ato e o que é de uma parte em ato e de outra em potência”, sendo que os seres humanos estariam nessa segunda dimensão, uma vez que não são puros agentes, puros motores, mas tão “são movidos”. Seriam então dois movimentos, dois “atos”, um ato que é “ação”, disto sobre aquilo, e outro que é “paixão, ato disso sob a ação daquilo”. O “ato paixão” é o que nos interessa, pois ele

tem o atravessamento de Eros, do amor, da vida, e não simples reflexo, naturalmente involuntário. Aqui se colocam novamente a contraposição de organismo e corpo. Corpo que enuncia uma verdade do sujeito, que denuncia a sua dificuldade de separação de um gozo alienante materno e de seu lugar aprisionante, desde o qual não lhe é possível deslizar metonimicamente para outros significantes, desejar outras coisas. Desejos como o desejo de mundo, inclusive, o desejo de aprender. Não raro, as dificuldades de aprendizagem têm sido expressivamente relacionadas às dificuldades escolares em consequência do TDAH.

A hipótese de Bergès (2008) sobre a questão das “dificuldades de aprendizagem”, muito comumente diagnosticadas como o próprio TDAH ou como efeitos das dificuldade em torno da atenção, de agitação e da impulsividade, parecem-nos um percurso interessante, justamente porque se distingue de como essas vêm sendo pensadas dentro do paradigma das neurociências, e da própria pedagogia. O autor se questiona “Por que cinco vezes mais meninos não aprendem? e formula algumas considerações a partir desse interrogante, relacionando com a separação, com a emergência do sujeito. Um percurso que para os meninos parece se apresentar de modo mais árduo, sobretudo se considerarmos o fato social de que são mulheres a maioria das professoras/mestres que a criança encontra no espaço escolar. A escola repete esse constrangimento que se deu no início de sua vida, mesmo que a sua revelia: que “‘isso’ fala de todas as partes [...]” (BERGÉS, 2008, p.69). E “é da linguagem escrita que vai se fazer questão, *volens nolens*, na qual ele deve entrar sob a autoridade severa do mestre” (BERGÉS, 2008, p.69). Coincide que a saída do Édipo se dê no momento final do jardim de infância ou no ingresso no ensino fundamental. Assim, quando na escola, o menino procura o objeto voz de sua mãe, que o nutre, nomeia e confere forma e orientação, mas encontra em seu lugar a voz da professora. É enquanto ausente que o menino procura a voz materna e aí aparece uma primeira fala frequente das professoras: ele não escuta. Não escuta porque está ocupado dessa voz perdida, em busca desse objeto do qual é preciso fazer um luto, que “só pode ser evocado senão com muita dificuldade, com o grande reforço de ‘devaneios’, muito próximos da alucinação negativa” (p.70). O devaneio comparece quase como alucinação, daquilo que não se quer perder. “Viajam na maionese”, ou “parecem estar sonhando”, “com a cabeça em outro lugar”, são frases que ouvimos de professores muito frequentemente. No entanto, não é só um luto de uma voz perdida da mãe que

parece estar em questão, mas uma dupla resistência, um duplo conflito. É que o pedido da professora para que lhe escute, para que lhe olhe, é, em última análise, um pedido para que lhe ame. Assim, a tradução dessa angústia frente à demanda para a criança poderia ser lida como: “posso amar a professora, posso enganar minha mãe com a professora? Posso agradá-la?” (p.70). Nos coloca Bergés (2008):

[...] é nessa perda inaugural desta ilusão de onipotência da identificação com o falo materno, é o fracasso desse jogo do engodo no que diz a sua mãe ‘eu sou aquilo que te falta’ e atinge finalmente ao que ela mesma (criança) se engana sob a forma de “sou eu que o tenho”: é dizer o quanto essa problemática para o menino, esta passagem do engodo do sê-lo para o tê-lo, reatualizado na proposição de agradar à professora que o amará, aprendendo, sabendo! (p.71)

Na direção do que nos coloca Bergés (2008), encontramos diversos autores na psicanálise, que afirmam que nos fenômenos de desatenção, hiperatividade e impulsividade há a permanência de um impasse referente às operações de alienação e separação. Ainda assim, não podemos deixar de apontar que também podemos referir tal fenômeno a um tipo de resposta do sujeito que espelha novas formas de vinculação social. Apesar da existência dessa resposta subjetiva não ser nova, podemos pensar que na cultura contemporânea ela encontra um espaço propício para se manifestar. Cultura centrada no incentivo ao consumo e ao gozo sem limites que forma um espaço em que as possibilidades de transposição para o mundo simbólico do excedente de excitação, que se converte em atividade desordenada, falham. Falamos sim da dificuldade de simbolização do Nome-do-Pai como provocadora de uma reação corporal no sentido da agitação, mas também, de uma classe de comportamentos adaptativos às exigências sociais: há que se fazer muitas coisas ao mesmo tempo, manipular eletrônicos simultaneamente, ser *multitask*, há que estar disponível para o enxame de imagens que vêm de todos os lados, há que ser ativo, há que se fazer notar em meio aos outros...

Quando falamos em contemporaneidade, não podemos deixar de considerar uma ampla gama de fenômenos, de práticas que dizem respeito às marcas corporais. Pegando por Le Breton (2002), vemos uma busca desenfreada por marcas identitárias, “signos de identidade”, que levam a indústria do design corporal à propagação. Tatuagens, piercings, *stretchings* e outros procedimentos que visam à produção de cicatrizes, adquiriram na cultura um valor positivo e funcionam como uma espécie de “bricolagem inventiva”, porém a nível do real do corpo. Na inacessibilidade

de significantes que pudessem marcar esses corpos simbolicamente, envelopá-los com palavras, dá-los um traço em que cada um possa reconhecer-se como exceção, vemos uma busca por marcas no real do corpo.

Avançando a partir desse raciocínio, Santiago (2013) postula que o TDAH pode ser situado dentre os “acontecimentos de corpo” (p.79) na medida em que são a expressão do real, no corpo. Não são traços propriamente ditos, mas são marcas invisíveis do discurso da ciência, do Outro do saber, que produzem sintomas e desencadeiam formações do inconsciente que permanecem ocultas ao sujeito frente a um discurso objetificante: “A angústia que se manifesta na contemporaneidade mesclada à exigência e ao ideal de aceleração do corpo e da mente na composição de um ser performático, eficiente e super inteligente” (SANTIAGO, 2006, apud VIDIGAL, 2013).

É necessário interrogar-se sobre o excesso, sobre o real em jogo na cena com essas crianças, ao contrário de tentar dominar um gozo estrangeiro que perturba a atenção e agita o corpo, e de tentar condenar o real a uma localização fixa, recaindo em práticas de segregação e práticas asilares a partir de formulações universais baseadas em significantes-mestres. A clínica psicanalítica por meio de um espaço de escuta do singular, aposta na possibilidade de invenção do sujeito, na construção de uma solução inclua os significantes de sua história e os objetos em que seu gozo teve pregnância. Essa solução passa por uma nova possibilidade de amarração da rede de significantes de cada um, que aloje o seu ser. Roy e Roy (2013), dentro de uma chave *millieriana*, sugerem que uma terapêutica orientada pela psicanálise visa a “a construção de um outro modo de repartição para esse gozo: seja a formação de um sintoma no qual esse gozo se condense, segundo a lógica da neurose, seja a invenção de saberes nos quais esse gozo se localize, por mais estranho que seu uso possa parecer” (p.40).

Raïa (2001), falando sobre as doenças no corpo e os efeitos do contemporâneo, coloca que esses quadros clínicos de ausência da castração têm crescido de modo contundente. Nessa apresentação clínica, vemos, segundo o autor, um comportamento cortado da infiltração fantasmática, preso ao real. A criança fica colocada no lugar de preencher o vazio do outro que não elaborou na sua própria castração. São os filhos da “superpresença, que não vivenciam a ausência e a falta

[...] o filho do amor narcísico, tomado como objeto de realização narcísica dos pais (RAÑA, 2001, p.84)”. Filhos com alto valor narcísico criados como seres sem falta.

Consideramos a psicanálise como ferramenta estratégica para lermos, pensarmos e escrevermos a cultura, atentando-nos sobre a dimensão simbólica das manifestações de sofrimento aqui colocadas. Desse modo, pensamos que o TDAH, para além de uma organização sintomática específica, é uma resposta que certos sujeitos armam frente ao mal-estar do nosso tempo, caracterizado pelo declínio do Nome-do-Pai e pelos efeitos advindos dessa conjuntura. Assim, temos tentado pensar sobre as propriedades específicas da moral cotidiana que torna nosso espaço coletivo um ambiente favorável para o surgimento de certas manifestações psíquicas e pulsionais, atentando para seus contornos e levando para o debate acadêmico reflexões que aparecem na clínica. De outro lado, a aposta clínica que fazemos é a de que as crianças têm o que dizer sobre o que lhes acontece, sobre o que lhes agita, sobre o seu sofrimento, mesmo quando inicialmente encontram apenas a via do agitar. Acreditamos, como coloca Vidigal (2013), que ‘o que agita o corpo não é fácil de dizer, mas pode ser contornado pela palavra, produzindo efeitos apaziguadores sobre o corpo (p.98).

Cabe destacar outra manifestação de quando a falta vem a faltar nas crianças, e que, no discurso médico científico, vem sendo chamado de TOD (Transtorno Opositivo Desafiador). A apresentação do sofrimento nessas crianças, se dá, sumariamente, por meio de contraposições diante da demanda do Outro. Essas crianças se apresentam ao laço de modo irascível, indócil, irritadiço, rabugento, colérico, impulsivo e agressivo. Outrora chamadas de birrentas, têm dificuldades de fazer laços, o que as coloca frequentemente em posição de isolamento, geradores de sofrimento e de insegurança. Não sabem o que fazer com seu sintoma, com seu desejo, recusando tudo o que vem do Outro, mesmo quando todas as suas vontades são satisfeitas.

Exemplificando tal organização pulsional e o lugar que essas crianças ocupam para os pais, Lima e Pires (2019), trazem o caso de Pedro, de 8 anos que, mesmo tendo ganhado de presente da mãe os *melhores* ingredientes importados dos EUA para fabricar *slimes*, arma uma cena diante do ato da mãe de doar as *slimes* antigas fabricadas por ele seus amigos às crianças da fazenda onde passavam o final de semana. Não é incomum escutarmos na fala dos pais, que sempre ofertam as

melhores coisas, fazem de *tudo* pelos filhos, dão a eles *tudo* o que podem. No caso de Pedro, como trazem Lima e Pires (2019), “a criança reivindica o objeto real, mas tanto pra ela, quanto pra mãe, este objeto falta. Nem a ‘*melhor cola*’ (objeto aqui oferecido pela mãe), nem a *slime* reivindicada pela criança, são capazes de tamponar um vazio, a falta, que é na verdade o motor do desejo”. Esse vazio não será preenchido nunca, e a falta não será do objeto real, mas do “objeto de dom, símbolo do amor e articulado à falta impossível de ser suplantada” (LIMA & PIRES, 2019, p.2).

Assim, as crianças, quando não são jamais frustradas em suas demandas e reivindicações, ficam desenfreadas no sentido do tamponamento da falta, revelando a fragilidade da lei que lhe foi transmitida e internalizada. O lugar da “Sua majestade o bebê” (FREUD, 2010b [1914]) permanece em vez de ir caindo com a chegada do terceiro na relação da mãe com o bebê, o pai. A lei que ele porta é frágil e a criança se recusa a sair desse pedestal. Tal como toda majestade, demasiadamente olhada e vigiada, a criança se apresenta nos termos do narcisismo parental renascido, personificado. Não raramente, os pais falam sobre a criança em um tom de autocomplacência, geralmente referindo a algum momento da história familiar em que a criança enfrentou alguma dificuldade pela qual os pais lamentam. No caso do menino cuja mãe não deixava brincar com armas, como descrito no capítulo “Brincar é marca do tempo da infância”, ao nascer o menino recebeu um diagnóstico de uma anomalia cardíaca, que o fez passar por uma cirurgia aos 2 meses de idade, ficando na UTI por semanas. Tal condição cardíaca também exigia dos pais um cuidado no sentido de evitar o seu choro, que poderia agravar o quadro já estabelecido. Eles precisavam se antecipar a toda indisposição do pequeno, e angustiavam-se quando não conseguiam cumprir tal recomendação. Essa situação deixou marcas indetectáveis para a mãe, que o tratava com muito carinho, com muita conversa e compreensão, ao contrário do pai, que encarnava no real a figura interditora, posicionando-se muitas vezes de forma violenta e de poucas palavras. Mesmo quando ele evacuava nos lugares mais inadequados, na sala, nas calças, no box do banheiro, a mãe propunha-lhe o diálogo, dirigia-lhe palavras de compreensão, e tentava convencê-lo do que seria o melhor a se fazer naquela situação.

Dar voz às crianças, escutá-las no que elas têm a dizer, foi certamente um passo importante no sentido oposto à objetificação da criança no passado. No entanto, o que vemos circular na contemporaneidade é que o discurso que preza pelo diálogo

tem sido acompanhado pela ideia de que as normas não podem ser impostas, informadas, e que seria preciso convencer a criança da existência de parâmetros e exigências sociais, que ela deveria ser capaz de compreender e concordar. Falando sobre o autoritarismo moderno, Zizek (2008) traz um exemplo fictício de um menino de 8 anos, que, em um domingo à tarde, é convocado pelo seu “velho e autoritário” pai a ir para a casa dos avós e ainda, se comportar bem. Mesmo diante de um protesto do filho, o paialaria “perceba, eu não me importo como você se sente, só faça o seu dever, vá para os seus avós e se comporte bem”. Zizek afirma que isso seria perfeito, que a criança assim pode ficar enfurecida com o pai, pode trabalhar para conter sua liberdade interior, o que pode ser interessante para seu futuro senso de liberdade. Que, em contraposição ao velho e autoritário pai, o pai permissivo pós-moderno não daria à criança uma ordem, ele teria dito algo assim: Você só vai visitar seus avós se você quiser, mas lembre-se de como sua avó te ama. A criança que não é idiota, diz o filósofo eslavo, percebe a mensagem por detrás dessa suposta livre-escolha por detrás de uma mensagem amigável, está uma ordem muito mais dura, em que é você não somente precisa ir visitar seus avós como precisa fazer isso livremente, você precisa querer ir visitar seus avós. Isso é uma evidência de como uma “ordem livre”, aparentemente compreensiva desde uma posição supostamente dialogada, mascara uma ordem ainda mais exigente.

O não, muitas vezes é enunciado, mas a criança logo percebe sua distância do campo da enunciação, ou seja, de como ele é colocado em cena. A psicanálise nos mostra, como nos colocam Lima e Pires (2019), que enunciados como “assim não, agora não, aqui não, sustentados por quem cuida da criança, possibilita que inscrições sejam feitas e regras possam ser construídas. Convida-se a criança a fazer parte do mundo de todos para que consiga sair do lugar de exceção onde já esteve instalada. Tempo em que não se deve satisfazer tudo o que a criança quer na hora que quer” (p.3). Parece que nesse modo de organização do gozo, a criança fala por meio de seus sintomas sobre a dificuldade de deslizarem da posição de permanente reivindicação,

[...] similar ao registro da frustração, onde o Eu funciona como se a castração não existisse, já que na frustração o sujeito acredita que o objeto de seu querer existe, o outro o tem e não dá porque não o ama ou não quer. Com isso, regidos pelo princípio do prazer, sabem dos limites, porém agem com indiferença em relação a eles. Conhecem a lei, mas não a reconhecem,

tomando o outro como parte de si, cuja função seria a satisfação de seu gozo narcísico (LIMA & PIRES, 2019, p.4).

O Outro parece estar dívida com a criança, uma lógica inversa à ordem edípica descrita por Freud, que leva a criança a uma angústia impetuosa diante de sua impotência e consequente inoperatividade enquanto reguladora de gozo, “agente de trânsito” (FLESLER, 2024) capaz de orientar e apaziguar.

9.2 QUAIS DESTINOS ESTAMOS DANDO AO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA INFÂNCIA?

Na infância, podemos encontrar dificuldades que podem ou não incluir desordens orgânicas, mas, mesmo nelas, precisamos incluir a dimensão do sujeito e não colaborar para o seu silenciamento por meio de supressões sintomáticas e categorizações imprecisas e até mesmo infundadas. Em outras palavras, não reduzir o humano ao conjunto de relações orgânico-comportamentais, como têm feito certas práticas supostamente científicas, recaindo em um paradigma de simplificação e negando a complexidade dos fenômenos humanos.

Em seu texto sobre a medicalização da infância, Raña (2020) traz a contribuição de Mariana Zats, representante do Brasil no Projeto Genoma⁵³, afirmando que “no nível de determinação genética dos comportamentos e das personalidades, estamos num campo de complexidade, sendo absolutamente impossível pensar que um gene possa determinar uma psicopatologia” (p.122). O organismo e a cultura estabelecem complexas relações que não podem ser desconsideradas nos conceitos e formalizações da psicopatologia. O contexto, as relações e, de modo mais amplo, a própria subjetividade própria de cada tempo, fazem desse um assunto de complexidade.

É presente no campo da psicopatologia, segundo o médico e psicanalista Wagner Raña (2020), o conflito entre a transcendência biológica e a imanência. Aquela, concebe o sofrimento como desregulação cerebral desequilíbrio entre

⁵³ O Projeto Genoma Humano teve início em 1990 e foi concluído em 2003. Ele representou um marco fundamental na biologia molecular, possibilitando o sequenciamento completo do DNA humano e abrindo caminho para avanços significativos na medicina personalizada, no diagnóstico precoce de doenças e na compreensão da variabilidade genética humana

neurotransmissores, e trata do organismo não integrado, dividido em especialidades e estudado por especialistas. Já a outra, a imanência, que considera o sujeito a partir de sua história e devir. Desde essa perspectiva, a psicanálise reafirma que o sujeito habita um corpo, sendo marcado pelo encontro com o outro, determinado pela linguagem e permeável à imagem e aos significantes desde o princípio (RAÑA, 2020).

É nesse ponto que Raña (2015) nos coloca que as chamadas hiperatividades e as impulsividades precisam ser lidas, incluindo as falhas nos processos de constituição da imagem inconsciente do corpo e nos processos de simbolização, como discutido adiante. Com isso, as psicoterapias que se trabalham com o brincar, o jogar e que incluem a escuta dos pais para identificarem os impasses da constituição subjetiva aí implicados, têm uma importância mister.

Isso não significa em absoluto que estamos propondo uma negação da ciência, até porque a própria psicanálise não estaria totalmente fora do campo da ciência, pelo contrário. O espírito científico, como descrito por Bachelard (1996) é aquele que se liberta de certezas prévias e está atento e aberto ao enigmático que a existência humana comporta. Assim podemos também pensar a charge (Figura 20). Fazer ciência é, por natureza, questionar a ciência. Assim, a crítica que direcionamos é a um certo tipo de cientificismo que se apoia em um paradigma reducionista e dogmático da ciência, explicando de maneira causal e linear fatos e fenômenos multideterminados.

Figura 20 - Questionar a ciência é fazer ciência.



Fonte: Google.

É importante destacarmos, dentro dessa pauta, que, diferentemente de outras patologias, as doenças mentais carecem de relações causa-efeito, sendo sua compreensão diagnóstica, sua especificidade sintomática e seu tratamento, distintas. Nesse ponto, não podemos deixar de pensar que as classificações psiquiátricas têm transformado problemas em transtornos. Problemas, nos sugerem Jerusalinsky et al. (2020), são para ser decifrados, interpretados e resolvidos. Transtorno é algo a ser eliminado, suprimido. Aí entram os psicofármacos e, não incomumente, enquanto tratamento único, sem qualquer outro acompanhamento, especialmente no âmbito público.

A experiência clínica nos mostra que certos quadros psicopatológicos se beneficiem das medicações, como em situações de agressividade extrema, delírios, alucinações, automutilações, no entanto, isso vem sendo desconsiderado de forma dominante no laço social. Vemos uma banalização dessa demanda, e por vezes escutamos de pais que “umas gotinhas ou comprimidinhos para acalmar e ajudar a se concentrar” viriam bem a calhar (JERUSALINSKY et al. 2020, p.194). Assim, vemos a medicação ser utilizada para melhorar a performance social e/ou escolar, e com isso, silenciar questões importantes do desenvolvimento, impedindo a construção de recursos próprios frente às exigências externas.

A objeção à medicalização do sofrimento também se dá no sentido de introduzirmos questões de contexto mais amplo de organização social. Frente a uma suposta “agitação excessiva” de uma criança, por exemplo, é preciso que nos interrogarmos não somente a quais ideais e expectativas essa criança não está respondendo e o que ela mostra com isso, mas, também, que se interroge

[...] que calçadas ou parques há para se brincar, que vias há para se deslocar pela cidade a pé e em bicicleta, que tempo há para os pais conviverem com os filhos além das horas no trabalho e no transporte e que formas de aprendizagem e de convívio estamos propondo nas escolas entre crianças e professores (JERUSALINSKY et al., 2020, p.199).

Ou ainda,

O que acontece dentro das escolas que faz com que muitos professores estejam, eles mesmos, sobrecarregados de trabalho, desvalorizados pela sociedade em seu saber-fazer e, conseqüentemente, medicados para tentar sustentar a difícil função de transmitir a realização e também a frustração que fazem parte do processo de aprender? O que acontece com os pais, que, tomados pelo trabalho, delegam à escola certas funções estruturantes no

sentido de autorizar, mas também de cercear, o gozo das crianças? O que acontece com uma infância confinada em casas de poucos metros quadrados e TVs de várias polegadas e retirada de um espaço público degradado e violento? (JERUSALINSKY et al., 2020, p.199)

Temos nos deparado em nossa prática clínica com outras condutas profissionais que parecem fechadas em perguntas cujas respostas já são por eles antecipáveis e o saber sobre a criança parece que já vem de antemão: “essa criança tem TDAH então seu funcionamento se dá de tal e tal forma”; “essa criança tem autismo, então irá se desenvolver desse e desse modo”. São condutas pouco abertas a pensar a “modalidade de encontro humano e das condições necessárias para fazer laço” (DE CARLI et al. 2020), justamente quando o que aparece é a dificuldade delas de fazerem laços com os outros: com os colegas, com a escola, com os professores, com o conhecimento (p.107). Fazer laço, nos colocam De Carli et. al. (2020), está no centro da “problemática da subjetividade, da estruturação psíquica e dos processos formativos” (p.107). Assim, a alternativa que podemos lhes oferecer que caminhe na contramão da medicalização e da patologização é o de oferecer uma escuta disposta a sustentar os processos de identificação em curso, que encontram certas dificuldades:

[...] em contraposição ao discurso biomédico, defendemos o ponto de vista de que, diante de uma manifestação do sofrimento psíquico, devemos buscar, para além de uma classificação, um diagnóstico estrutural e longitudinal, fundamentado na teoria da constituição do sujeito e seus eixos pulsional, simbólico e intersubjetivo (RAÑA, 2020, p.117).

O contraponto crítico que atende ao corte epistemológico da psicanálise pensada por Freud e recuperada por Lacan, versa sobre o mecanismo de falha de simbolização dentro do processo identificatório, e que não responde a uma estrutura psíquica apenas. Nesse sentido é preciso pensar nas condições estruturais do aparecimento de tal sintomatologia dentro do drama edípico articulada à incidência de fatores socioculturais condicionantes. Não somente em termos da produção, mas também da sustentação de saídas para os conflitos das crianças.

Para não incorrermos no erro de encerrar perspectivas diagnósticas e recairmos na patologização da infância, precisamos nos recordar de que aquilo que aparece na infância precisa ser situado dentro desse momento específico da vida, considerando que o infantil é um indicativo de que “o não da Lei paterna está não

ainda processado” (LEGNANI & ALMEIDA, 2009, p.20). Ou seja, que há um aberto, há uma organização em curso, um tratamento, uma elaboração da construção da própria imagem identitária a partir do situar-se em relação ao desejo do Outro, e que um impasse nessa construção pode (ou não) ser superado.

Considerando a infância como implicada na diacronia, relacionada ao caráter polimorfo das pulsões ainda não fixadas em modos de obtenção de prazer, e a um momento de abertura às inscrições a partir da relação com o Outro, temos que a estrutura psíquica não está decidida na infância. Não estando decidida, seria um paradoxo falarmos de "sintomas" na infância, já que o surgimento do “sintoma” como entendido pela psicanálise, se dá a partir da operação do recalque, na estrutura neurótica.

Na contramão de compreender a infância como um devir, como um tempo de constituição do sujeito com múltiplas possibilidades, ainda e por mais grave que algo lhe chegue e afete, temos observado uma insistência em nossa época nas tipificações estandardizadas que rotulam o sofrimento infantil e apresentação dos sintomas segundo nominações sociais que abrem margem à psicopatologização da infância.

Dizer que uma criança sofre e que apresenta sintomas é muito diferente de dar-lhe um nome diagnóstico. Transitamos em um tempo em que o diagnóstico e a medicalização servem mais como formatação e homogeneização do que como um critério orientador a um tratamento possível. Temos observado um deslocamento das categorias nosográficas para o campo dos dados, sem maiores questionamentos sobre esse fato nem também sem maiores problematizações sobre o etiquetamento e a patologização das crianças que, cada vez mais precocemente, têm recebido diagnósticos para o que muitas vezes são apenas dificuldades.

Levy (2014), pensa que não há novos sintomas da infância,

[...] mas uma sociedade que tem medo de suas crianças [...] é essa no fundo a grande novidade [...] creio que ainda não nos demos conta do quanto essa transformação do olhar social sobre a criança muda a abordagem do sintoma na criança e terá consequências sobre a noção mesma de infância e de infantil, bem além da questão sintomática da criança (p.212).

A tarefa terapêutica de instalar perguntas como: “o que se passa com ela?”, “com o que está sofrendo?”, “por que se instalou esse modo particular de sofrer?” ou outro possível interrogante, parece ficar de fora frente a uma suposta natureza biológica de um suposto déficit a ser encontrado. Com isso, se exclui o incalculável e

imprevisível da subjetividade, e a criança, por sua vez, acaba por se perder em um nome que, não sendo o seu, é definido de um outro para o outro, em um ato que se apropria do saber/poder de uma resposta no lugar onde deveria se abrir uma pergunta. E desde essa posição de saber/poder, a criança fica reduzida ao seu real biológico, sem lugar para a dimensão simbólica.

Por um lado, tínhamos uma dificuldade a ser lida, decifrada, trabalhada, e por hora, temos um transtorno a ser eliminado. As perguntas anteriormente feitas pelo analista ao sujeito, em que se buscava situar seu sofrimento e trazer a ele questionamentos, vão sendo substituídas por uma coleta de informações vazias de enredamento. O deciframento do sintoma dá lugar ao ciframento do sofrimento, à atribuição de um registro numérico ao sofrimento, que o remete à toda uma categoria já conhecida e padronizada. As produções do sujeito são excluídas de sentido ou significação, e o sofrimento passa a ser resumido a uma informação que compõe um registro numérico. O lugar do sujeito passa a ser de objeto. Objeto descartável e carente de história, por vezes reduzido a um automatismo neurofisiológico em que os sintomas percebidos são a própria patologia, como no caso do que a psiquiatria nomeia de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD).

As então chamadas neuroses infantis, estudadas em sua complexidade por mais de cem anos dentro do campo psicanalítico, são substituídas por uma descrição nos termos de sua etiologia neuronal, como se o sujeito fosse regido por automatismos mentais, mero executor corporal de estímulos cerebrais ineficientes (ou insuficientes, ou excessivos). Corpo e mente parecem remontar o entendimento cartesiano, entendidos como dualidade: separados e independentes. Nisso se perde a ideia de que o cérebro está envolvido nas atividades humanas, mas não é seu produtor, e sim o substrato da subjetividade. Tomá-lo como autônomo e protagonista é invisibilizar os processos subjetivos e socioculturais que intervêm na vida de toda criança, com os concomitantes efeitos que estamos tentando situar: uma criança sem voz nem voto, uma criança cerceada e silenciada de toda pergunta pela verdade de seu sofrimento perante a supremacia do orgânico como causa.

Nada está dito sobre uma vida por acontecer já que a infância é um tempo de permanente devir e um tempo de possibilidades, transformação e movimento. O mal-estar inerente ao tal devir é uma substância que não se deixa classificar uma vez que

cada sujeito padece de maneira singular. Nesse padecer se representa algo de sua verdade singular que nossa ética nos compele respeitar e nunca calar ou silenciar. Trata-se de encontrar um lugar para ela, incluindo o seu modo de padecer-gozar, modo que fala de sua maneira de viver e da relação com o Outro. Por isso, o nosso fazer científico deve incluir a delimitação da necessidade do diagnóstico na infância apontando para os seus desdobramentos. É preciso nos perguntarmos sobre o lugar social assumido pela ciência nos dias de hoje, apontando para esses desdobramentos, fins operacionais e técnicas para atingir os resultados esperados. Questionar inclusive quais são os resultados esperados e porque a técnica tem se sobreposto ao fazer científico (DE CARLI et al., 2020). O que temos visto nos diz sobre uma prática discursiva que transmuta a verdade parcial de um diagnóstico neuropsiquiátrico em verdade absoluta sobre a criança, reduzindo seu nome a uma determinada patologia que resume todo o seu modo de existir no mundo. E, desde muito cedo, onde só deveriam comparecer as nomeações do grande Outro, nos encontramos com nomeações diagnósticas que inserem a criança no laço social, amalgamada à identificação diagnóstica, impedindo-a de se situar desde sua ordem de filiação (JERUSALINSKY et al., 2020; KAMERS, 2020).

O espaço para a singularidade se esvai, e para as vacilações, percalços da vida, e impasses na transmissão simbólica que retornam ao corpo em um transbordamento pulsional, encontra-se um nome, um código e uma medicação correspondente. Ficam ocultados os aspectos diacrônicos de sua constituição subjetiva, bem como o modo com que se articulam os traços identificatórios de sua filiação. Busca-se a supressão sintomática, sem dali extrair seus aspectos alienantes, sem considerar que é no sintoma que repousa o insondável do sujeito, que articula o gozo ao corpo.

Nessa perspectiva, há uma naturalização da medicação como reguladora da subjetividade, como aquela que alivia o indivíduo do sofrimento ou mal-estar que lhe aflige. No caso do chamado TDAH, busca-se suprimir os comportamentos instantâneos, lidos como impulsivos, mesmo que com isso também diminuam a curiosidade e os comportamentos de exploração, do brincar e da socialização nas crianças. A procura pelos medicamentos também está associada à redução ou eliminação da expressão de diferentes sentimentos e emoções, especialmente da

angústia, e à busca por melhorar o desempenho escolar e a performance acadêmica, nos adultos.

Podemos perceber uma construção discursiva que coloca a criança no centro de sua problemática e nomeia como transtorno a apresentação de uma suposta inadequação ao que é esperado dela em termos de aprendizagem e de um modo de se portar que não atende ao esperado pelas instituições das quais ela faz parte, como a família e a escola. Consideradas indesejáveis, não adaptadas, desajustadas, impossíveis, essas crianças geralmente são encaminhadas pelas escolas aos chamados especialistas, para que lá possam ratificar o "nome" já sugerido pela própria escola. Não raro também, essas instituições colocam como condição de permanência na escola, a aderência a tratamentos medicamentosos, ainda que muitas vezes o façam de modo subliminar. O saber médico vai tomando conta do espaço escolar, deixando à margem o conhecimento eminentemente pedagógico, que passa a ser vago e esvaziado. As principais figuras que conduzem a instituição escolar, os professores, sentem-se incapazes, não-capacitados, desqualificados no seu saber, submetendo-se a esta configuração estabelecida pelas áreas "especializadas" que invadem a escola. O espaço escolar que deveria ser o lugar da alteridade e da multiplicidade vai sendo transformado em espaço clínico, de onde se fala em distúrbios e tratamentos. A medicalização ocorre, mas, as taxas do chamado "fracasso escolar" continuam ocorrendo, dando margem para o questionamento da real existência de tais diagnósticos e da eficácia de seu tratamento.

A medicação do sofrimento não deve, no entanto, ser confundida com a medicalização da vida, ainda que ambas funcionem como um dispositivo de dessubjetivação. O conceito de medicalização foi estudado e amplamente divulgado no Brasil por Collares e Moysés (1996), autoras do campo da pedagogia e da medicina, respectivamente, e o tema ganhou diversas vertentes de estudo dentro de diferentes campos do saber desde então. O conceito versa da década de 70 e busca fazer um alerta para o movimento de corte entre as fronteiras do campo da medicina e das ciências sociais, em que um problema não-médico passa a ser estudado e tratado a partir de técnicas e conhecimentos médicos. A agitação, a hiperatividade, a concentração, o dormir, o sobrepeso, a tristeza e outros aspectos da humanização e da condição humana passam a pertencer ao domínio da medicina, suas causas relacionadas às disfunções corporais com correlativos anatômicos ou fisiológicos e

seu tratamento orientado para a correção dos supostos desvios, excessos ou faltas (COLLARES & MOYSÉS, 1996).

Com isso, toda a tensão experimentada pela criança entre as relações escolares, os laços familiares, e, de um modo mais amplo, os imperativos socioculturais expressos no corpo por meio da angústia, é silenciada. Com a medicação, o corpo se torna dócil e disciplinado, adaptado a um padrão pré-ordenado, sem que se questione o drama ético, político e pulsional do sujeito. As dificuldades no cumprimento dos ideais paternos e sociais e a escuta da produção sintomática do sujeito perdem espaço para a nomeação diagnóstica.

A infância como acontecimento fundamental do sujeito tem como característica consubstancial a necessidade de jogar, de criar, de curiosar e estar em movimento parece ter sido reduzida aos parâmetros normatizantes modernos. A cada tempo, as crianças são assujeitadas às significações que nós adultos as outorgamos. A ideologia acerca do que se espera das crianças se deixa escutar nas nossas expectativas e exigências. As atuais, além da exigência de felicidade e gozo, como pudemos observar, giram em torno da ideia de êxito, ajustamento e precocidade.

Transitamos em um tempo em que o diagnóstico e a medicação servem mais como formatação e homogenização do que como critério orientador de um tratamento possível. Diante da insistência de nossa época em tipificações standardizadas que rotulam o sofrimento de uma criança e abrem margem à psicopatologização da infância, precisamos, desde o lugar de psicanalistas, pontuar a infância como um devir, e a criança como um sujeito em constituição. Por mais grave que seja aquilo que afeta uma criança, não podemos tomar isso como um destino. As diferentes nomeações sociais daquilo que vitimiza a criança e seu corpo sempre darão origem a um além que fica evidente quando essa criança consegue escapar de um lugar petrificante.

A psicanálise se orienta a escutar o sujeito em seu sofrimento. O psicanalista trabalha no sentido de permitir que, onde a função reguladora tenha operado de forma diferente e talvez até insuficiente, um Outro pode ser instituído, atuando como uma semelhança, possibilitando um encontro. Encontro com um Outro que, por via da transferência, poderá localizar algo desse gozo, limitando sua fugacidade e abrindo o sujeito a invenção de um fazer com estilo próprio. Uma pequena torção no laço social

que permitirá ao sujeito confrontar-se com a parte que o implica em sua desordem, e talvez, de ceder um pouco seu empuxo ao gozo solitário.

CONCLUSÃO

Toda forma histórica é um precipitado de como lidamos com o real: sempre um momento de passagem, nem melhor nem pior, apenas singular. Cada época tem efeitos na subjetividade e deixa nela suas marcas. Nesse trabalho, procurei mostrar algumas das formas que temos produzido para lidar com o real, especialmente no campo da infância e da criação de filhos. Como pudemos discutir, a nossa época leva as marcas da decadência da função do pai, ou, dizendo de outro modo, da fragilização dos processos de simbolização, do fracasso dos modos tradicionais de regulação do gozo. Ainda assim, retomando Teperman (2012), apesar de sabermos que não existe um “nós”, conjunto de pais ou conjunto de filhos ou de infâncias, e que cada época lida com significantes particulares de cada sujeito, ou seja, que não podemos falar em nome de uma “classe”, seja ela “nossa época”, “as crianças” ou “os pais”, buscamos percorrer algumas das questões que parecem relacionar esses três significantes.

Com a queda do Outro, cuja função era regular e orientar a experiência dos sujeitos, ocorreu uma desorientação que determinou um tipo de vida caracterizado pela precariedade e vulnerabilidade dos laços sociais, deixando os sujeitos em um estado de indefesa e à mercê do imperativo superegoico de gozar a qualquer custo e em todo lugar. O atual mal-estar da cultura escapa à dimensão do sentido e localiza o gozo e a forma como o sujeito se defende dele, demarcadas pela negativização da função paterna, pela ruptura de ideais e pela fragilidade dos processos de simbolização.

Consideramos as mudanças nos modos de fazer família hoje, apontando que apesar de diferentes configurações nas formas de conjugo, a família continua sendo o lócus de formação da subjetividade. O pai e a mãe, pensados pela psicanálise, são geradores, não em sentido biológico, mas cultural, social. O que interessa à psicanálise de orientação lacaniana, é saber colocar em análise dimensões da

subjetividade que se articulam ao mal-estar, como a família, as funções significantes do Nome-do-Pai, o desejo da mãe e o objeto a.

Para além das atribuições familiares na criação e socialização dos filhos, existe algo, como vimos, que é fundamental na função da família: fazer do ser vivo um sujeito de desejo, oferecendo-lhe um lugar simbólico, um vínculo de parentesco, uma posição em gerações e uma identidade civil. Essa função da família permite a irredutibilidade da transmissão de um desejo que não é anônimo e seu efeito é a passagem de um organismo a um sujeito. Deste modo, a família é, como vimos, uma encarnação histórica em cada momento da estruturação do ser da palavra, esse outro onde o sujeito deve vir a constituir-se como tal. A família como estrutura significativa transcende todas as formas familiares que os modelos de desenvolvimento geram, e, nesse sentido, é atemporal. É nesse sentido que, desde uma perspectiva da psicanálise, pensamos que aquilo que está em questão não é a “estrutura” família, suas características e papéis, mas o romance familiar, tal como disse Freud, essa outra cena. O que nos interessa é a invenção da criança sobre seus pais e sobre os laços que a unem e unem a seus pais, o modo com que na fala elas “recompõem” suas famílias, ou, dito de outra forma, esse conjunto de ficções, de fantasias que sustentam essa recomposição a partir da falta instaurada pelos pais.

Buscamos discutir que para os pais os filhos têm chegado como um “projeto de vida”, uma “realização pessoal” ou ainda, um “ideal caprichoso dos pais”. As crianças, porém, sempre vieram para cumprir um ideal, isso não deixou de existir, elas ainda respondem a um ideal parental (ou, minimamente a um ideal materno), e, portanto, tentamos nos perguntar mais sobre esse ideal, sobre como ele tem se apresentado às crianças.

Falamos de um lado, sobre um ideal de consumo que chega a todas, mas também sobre um ideal de precocidade, em que as crianças muito cedo na vida precisam dar provas de suas habilidades (e intelectualidade) além de um “bom funcionamento cerebral”. A boa criança hoje é aquela que consegue precocemente dar mostras de “funcionamento” adequado segundo o suposto padrão de normalidade ou acima mesmo acima dele. As crianças enquanto sujeitos com suas singulares formas de estar no mundo, têm sido reduzidas a cérebros andantes que precisam o mais precocemente serem estimulados (com brinquedos que exigem de todo o

sistema perceptivo, com telas e atividades), e adequados a um *standart*. Saem do lugar de sujeitos para o lugar de objetos, mesmo de objetos-fetichê que precisam responder à projeção narcísica da mãe de modo todo, literal.

Vemos habitar em nossos dias o ideal de felicidade, em que todo e qualquer trauma deve ser evitado, e um discurso de que tudo é possível coadunado ao discurso da ciência, como se os limites fossem sentidos pela sua dimensão real e não simbólica, deixando os pais em dificuldades para defrontar seus filhos com regras e limites. Em tempos de avanço do discurso da ciência, e de uma ideologia que prima pela liberdade e pela igualdade dos indivíduos, que horizontaliza as relações e faz desaparecer a diferença geracional, os pais parecem claudicar quanto à transmissão da tradição e da autoridade, que não se confunde com uma pura obediência (OLIVEIRA & DARRIBA, 2015) e nem é o mesmo que manter uma esperança histórica de uma volta a valores simbólicos esquecidos (CALLIGARIS, 1999).

Falamos da coadunação do discurso da ciência com o discurso do mestre e sua invasão na criação de filhos, discutindo a substituição do saber dos pais por um saber anônimo, universalizante, tecnicista e padronizado vindo dos chamados “especialistas” da infância. Relacionamos a proliferação dos novos mestres ao declínio da autoridade paterna e a uma busca dos pais por exercerem uma espécie de parentalidade perfeita, que, se seguida conforme a orientação de manuais, resultaria em filhos isentos de qualquer imperfeição ou falta. Uma espécie de parentalidade *by the book*, orientada pelo tecnicismo, como se fosse desejável certa assepsia subjetiva, e não pela subjetividade, que por sua vez é necessariamente imbuída de desejo, de contradições, de história e experiência de vida.

Trouxemos alguns pontos de discussão a partir do ponto de articulação do triunfo do discurso do capitalista em oposição ao declínio do discurso do mestre, sobre a compulsão ao consumo em todas suas formas, efeito do reinado do objeto a elevado ao zênite social e a ilusão de obturar a falta com objetos de gozo. Aí entraram as discussões sobre o excesso de objetos, nesse caso os brinquedos, que figuram como uma tentativa fracassada de encontrar a felicidade e realizar a completude. No entanto, o que nos causa enquanto sujeitos, no sentido de despertar nosso desejo e nos permitir adentrar o laço social é justamente a falta de objeto. O motor psíquico é

a falta de objeto, que funda a ética subjetiva, a ética do desejo e os coloca dentro das relações de objeto.

Vimos que o enxame de brinquedos tem se sobreposto e obliterado o brincar, reduzindo essa fundamental experiência subjetivante em um mero manipular de objetos. A psicanálise enfatiza que no brincar há um trabalho psíquico em jogo, um trabalho de estruturação da subjetividade e é por isso que as brincadeiras da criança são tomadas pelo analista como uma produção a ser levada a sério. Vimos que o brincar surge como uma resposta e elaboração da criança frente às exigências pulsionais e às exigências que se apresentam quando da entrada na cultura. Negociar com a realidade é, no entanto, difícil, mas para encará-la apostamos na importância do sonhar, das utopias e da sustentação de ideais que nos sirvam de referenciais para a nossa caminhada, como nos disse o psicanalista Edson Souza (SOUZA, 2022). Para isso, precisamos suportar crianças curiosas, desejantes, brincantes, que questionam, e não simplesmente desejar que respondam a comandos e a ideais de obediência e passividade, entretidas, ocupadas e abandonadas às telas.

Porém, contudo, entretanto, todavia e apesar das mudanças trazidas pela presença da virtualidade... o brincar prevalece. Tropica, mas não cai. As crianças continuam formulando teorias sexuais e continuam brincando. E enquanto prevalecer a experiência do brincar haverá a presença do subjetivante frente à objetificação em curso na lógica capitalista a que fizemos referência quando aludimos à proposição lacaniana. Brincar é resistir à objetificação do sujeito, que, em alguma brecha, de algum modo, segue encontrando lugar. O brincar, como vimos, é um processo de produção de subjetividade, que encontra no laço social um lugar, ao mesmo tempo que produz esse mesmo laço. O modo com que cada criança brinca nos dá notícias de sua constituição psíquica, da instalação de um sujeito, do processo de construção de sua fantasia, mas, também, daquilo que a sociedade e os tempos impõem.

Os avanços da tecnologia invadiram a formação e o tempo da infância. As crianças não somente estão “trabalhando” um excesso de horas nesse momento, mas também estão bombardeadas por uma quantidade de excitação que não conseguem metabolizar a partir dos meios que possuem. Diante do avanço acelerado das tecnologias e da sua penetração precoce no cotidiano infantil, observamos uma profunda transformação no modo como a infância se organiza. As crianças são hoje expostas a um volume excessivo de estímulos e demandas que ultrapassam sua

capacidade de elaboração psíquica. Esse excesso de excitação, muitas vezes desprovido de mediação simbólica, compromete o tempo necessário para a construção subjetiva, substituindo o espaço do brincar e da fantasia por uma lógica de resposta imediata e desempenho. Tal cenário exige atenção clínica e ética, sobretudo no sentido de resgatar a importância de escutar o sujeito da infância e preservar sua singularidade frente à avalanche de exigências da cultura contemporânea.

Assim podemos dizer que nossa época é marcada por um tipo de sociedade e de subjetividade que apresenta características particulares, tanto em relação ao modo de viver quanto em relação ao modo de adoecer. No presente trabalho pudemos discutir também sobre algumas formas de resposta frente ao Outro que objetaliza, sobre novas formas de rechaço da castração, aqui entendida não somente como uma operação edípica, mas uma operação de inscrição na linguagem em que a criança precisa abrir mão de seus desejos primordiais para adentrar a cultura. Situamos algumas das respostas das crianças frente ao Outro objetalizante, discutindo especialmente o caso daquilo que a psiquiatria nomeia como TDAH e TOD.

Buscamos mostrar que a psicanálise busca ir contra a instauração de um discurso sobre a infância em que a criança é considerada como um todo funcional que se forma a partir de sucessivas etapas do desenvolvimento, que atinge – espontaneamente, mera espera pelo tempo - uma complexidade adulta. Uma euforia desenvolvimentista que se enquadra na aliança do discurso da ciência com o discurso capitalista, como se a constituição do sujeito fosse asséptica de desejo, a-histórica, e independente do Outro.

Frente ao vertiginoso aumento diagnóstico a partir da criação de novas categorias diagnósticas no campo da psicopatologia da infância, como o TEA⁵⁴ o TDAH e, mais recentemente, o TOD julgamos ser necessário um posicionamento e uma problematização. Acreditamos ser preciso nos opormos a um discurso reducionista e casuístico desde o qual o sofrimento psíquico é atrelado a uma concepção puramente organicista, tal como nos sujeitos ditos autistas ou nos sujeitos

⁵⁴ Em minha dissertação de mestrado WERNER, P. S. A. J. da S. *Autismo: posicionamento político da psicanálise laciana*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169535>. Acesso em: 8 out. 2025.

ditos “transtornados”(?!), desatentos e hiperativos, e seguir na contramão de um discurso que reedita um dualismo mente-corpo que já foi transposto há mais de um século, desde os estudos psicanalíticos sobre a histeria.

Em tempos de epidemias psicodiagnósticas e da medicalização do sofrimento também na primeira infância, nosso trabalho enquanto analistas também opera dentro do paradigma da interrogação sobre esse lugar para onde parecemos estar sendo levados, sobre essa lógica que vem sendo desenhada e onde o sujeito tem que “caber”. Nosso fazer busca endossar a crítica desse “algo” que se coloca como verdade e, assim, retomando o trabalho do psicanalista Edson Sousa em torno da questão da utopia, pensamos que carrega em si algo do utópico. Não no sentido do otimismo ingênuo, ilusão, fantasia, mas que tenta construir um novo lugar de enunciação, um caminhar no contrafluxo, servir como anteparo de nossas certezas e esburacar a excessiva naturalização com a qual vestimos os acontecimentos. Nesse sentido também pensamos nossa responsabilidade para com o amanhã (seguindo a ideia do livro “Imaginar o amanhã”), promovendo a construção de aberturas, de furos, e propondo um lugar de criação e de invenção de um fazer a partir de um impossível. Edson Souza (2022) nos lembra Walter Benjamin, que sublinha que a posição do espectador é constitutiva do campo do olhar, o que significa dizer que o território que constituímos depende da posição em que nos colocamos para desenhá-lo e, evidentemente, dos instrumentos conceituais, teóricos, históricos, subjetivos, culturais, políticos que temos à mão para o esboço dessa geografia.

Diante da “Tiktokrização” dos diagnósticos é imperativo que nos façamos perguntas éticas fundamentais sobre nossos modos e condições de vida. Há algo profundamente subversivo e transformador na escuta atenta de uma pessoa em sofrimento. De um ponto de vista psicanalítico e clínico, pensamos junto a Jerusalinsky et al. (2020) que precisamos escutar o que nos dizem ou nos fazem ver as crianças para podermos encontrar saídas para o sofrimento e travessias das fantasias em questão, e do ponto de vista público e comunitário, precisamos considerar que as patologias guardam relação com os modos de organização social de cada época e sociedade, e sendo assim, é necessário que nos voltemos para a modificação daquilo que faz sofrer a todos nós enquanto participantes do laço social. Acreditamos ser pertinente partir da interrogação sobre o que o sofrimento psíquico da criança nos revela a respeito do modo da infância na contemporaneidade, ou ainda,

a respeito da infância e da contemporaneidade. Apostamos na construção de um saber sobre o sofrimento psíquico na infância que seja imbuído de uma crítica aos imperativos e ideais sociais que atravessam as crianças e, também, aqueles que dela cuidam. Isso parece-nos uma responsabilidade social, ética, civil, teórica e pessoal.

Enquanto psicanalistas, apostamos na circulação da palavra, nas trocas entre pares sobre os casos clínicos, que acaba também por abarcar a troca de angústias dos envolvidos nos atendimentos, além de ser, por excelência, a possibilidade das construções teóricas que decidem a direção do tratamento. Consideramos que a multiplicidade de conhecimentos contribui em muito quando estamos inseridos em um campo em que a verdade absoluta sobre sujeito e seu sofrimento é inexistente, e que é imperioso que se possa construir um saber a partir de cada caso, de cada sujeito.

Igualmente estamos advertidas de que o saber da psicanálise não é um saber a mais, mas uma forma diferente de se relacionar com o saber (aí incluída a dimensão do inconsciente). Lacan (1998c [1958]) nos disse que “a psicanálise não é uma terapêutica como as outras” e reivindicou a psicanálise como uma prática “por trás da égide terapêutica”. Essa ética que lhe é própria carrega em seu vértice a questão do desejo do analista (LACAN, 1998c [1958], p. 621) e para isso, Lacan estabeleceu um princípio: “É o desejo do analista que, em última instância, opera na psicanálise” (LACAN, 1998 [1964], p. 868). Mas o que causaria esse desejo? Ou, o que o definiria? Segundo Lacan (1997 [1959-60], p. 267), o que o designaria de modo decisivo seria “um não desejo de curar”. Aí, vemos integrada a recomendação de Freud sobre o *furor sanandi* (1996b [1912]): de que, no tratamento psicanalítico é recomendado que o analista coloque de lado todos os seus afetos e até sua compaixão humana para estabelecer um único objetivo para as suas forças psíquicas: “realizar a operação o mais perfeitamente possível”. Que “ambição terapêutica”, o desejo de curar, podem oferecer riscos ao tratamento e, usando a metáfora do cirurgião, nos sugere que deveríamos nos dar por satisfeitos com algo parecido com “Eu lhes fiz os curativos, Deus o curou”⁵⁵.

Nessa direção, pensamos que na clínica com crianças nosso trabalho enquanto psicanalistas não se dá no sentido de curar as crianças de seus sintomas, de lhes retirar algo incômodo ou inconveniente, mas sim, o de oferecer a elas e aos seus pais,

⁵⁵ *Ich habe die Wunden verbunden, Gott hat sie geheilt*, em alemão.

algumas palavras de sustentação do aberto e do incerto próprios da infância. Sendo uma pipa uma possível imagem da infância, temos enquanto analistas apostado na tarefa de sustentar seus voos, de segurar o carretel que porta o fio que permite a pipa voar pela imensidão do céu, de acompanhá-la ir, voltar, rodopiar, de estar atento à suscetibilidade de seus nós em meio às turbulências próprias de seu movimentar-se, de dar-lhe fio, de suportar a invenção de seus caminhos próprios. Quando recebemos encaminhamentos de outros profissionais, muitos já com diagnósticos sugeridos, temos buscado trabalhar na direção do rompimento da alienação do sujeito ao significante de seu sofrimento, para que, mediante o trabalho, possa produzir um corte em sua cadeia e, com isso, criar um novo significante que possa melhor representar sua história. Muitas vezes, o trabalho se dá - justamente e simplesmente - no sentido de inserir o componente “história”, especialmente nos casos em que está em jogo a exclusão do sujeito, tanto no que diz respeito ao quadro social, mas também, do próprio sujeito da cena de sua vida.

Desde uma perspectiva individual, na clínica nos colocamos a escutar o que as crianças nos dizem para auxiliá-las na construção de saídas diante dos sintomas que lhe acometem, ao passo que em uma dimensão pública, precisamos também colocar nossos argumentos teóricos e nossa experiência clínica a serem escutados e considerados nas gestões de políticas públicas, mostrando que “as doenças guardam relação com os modos de organização social de cada época e sociedade, e, conseqüentemente, [precisamos] intervir na direção de modificar as condições que adoentam uma população inteira” (JERUSALINSKY et al, 2020, p.182).

Em termos de desdobramentos teóricos e conceituais, pensamos que um caminho possível a partir do presente trabalho seja uma exploração pormenorizada da noção de imaginizarização. Lacan refere-se ao termo em três passagens de sua obra, incluindo-o para pensar a ideia de segregação, da dificuldade de reconhecimento do Outro, da alteridade, da diferença, que passa ainda, pela dificuldade de se estar junto ao Outro. A hipótese que trazemos é a de que a imaginizarização pode ser considerada o cerne de uma operação que conduz o sujeito a um modo específico e fixado de gozo. Um modo peculiar de relação com o *objeto a*, em que há a tentativa de encontrar um complemento para a falta estrutural, dando a esse objeto um caráter apreensível de materialidade. Diante dessa busca por um funcionamento unificador, que lhe permita restituir a perda, abolir o furo, há uma

intensificação imaginária, e consequente diminuição do simbólico, resultando em um tipo de satisfação baseada na imaginarização do objeto. A prevalência imaginária da economia psíquica abre espaço para uma maior incidência do real, visto que o corpo se introduz na economia de gozo do real através da imagem, com deflação do simbólico. Esse movimento pode produzir um gozo ilimitado, um encontro com o gozo mortificante do real. O gozo ocupa seu lugar no corpo, e o Outro, sem dar palavras e definições para a angústia que o invade, não é mais suficiente para aparelhar esse gozo disruptivo que acomete e adoece o *falasser*.

Estar a altura da subjetividade da nossa época, seguindo a sugestão de Lacan, implica e consiste essencialmente em tentar compreender o que tem adoecido o *falasser*, em tentar desvendar a distribuição e a organização do gozo, pois o processo analítico é impossível sem essa compreensão. Os sintomas, como buscamos esclarecer, são uma imbricação da cena familiar com a cena social; eles estão inscritos no contexto social em que se desenvolvem e carregam as marcas dos ideais de um tempo. Saber que o sintoma carrega consigo uma dimensão que remete ao seu contexto, uma dimensão eminentemente social, impede-nos de ser indiferentes e, por sua vez, nos alerta e orienta. Acreditamos assim, que é responsabilidade de toda a comunidade de psicanalistas não apenas identificar, compreender e estudar os acontecimentos atuais e os principais dilemas clínicos e éticos que afetam seu trabalho, mas também se comprometer a ofertar outros pontos de vista, sustentados pelos seus argumentos teóricos próprios. A psicanálise é baseada na evidência de que o sujeito sofre, e devolve a ele a palavra acerca do seu sofrimento. Desse modo, essa tese também teve o propósito de reafirmar o discurso da psicanálise, como aquele que é capaz de oferecer um contraponto à predominância do discurso da ciência, ao reintroduzir a dimensão desejante, a dimensão de sujeito.

Acreditamos que enquanto psicanalistas não devemos deixar de imprimir nosso ponto de vista sobre aquilo que faz adoecer o sujeito, sobre os “transtornos psiquiátricos”, e, nesse caso mais especificamente, sobre os “transtornos da infância”. Os espaços para a psicanálise e seu fazer particular por vezes parecem cercados pelo fascínio pela neurociência, pelas promessas de saberes totalizantes que concebem a vida psíquica segundo o modelo do distúrbio químico e não segundo conflito relacional, geracional, fantasmático e pelos atravessamentos dos ideais de um tempo. É preciso que enquanto psicanalistas possamos incidir nas certezas, apontar as

brechas e quebrar as hegemonias, dando lugar aos sujeitos.

REFERÊNCIAS

AFLALO, A. *Discurso capitalista. O discurso peste*. In: SCILICET. *Os objetos a na experiência psicanalítica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008. p. 83–85.

AMORIM, J. O.; BARROS, R. A. *O mal-estar do sujeito contemporâneo: os efeitos do discurso capitalista*. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 11, e4117, 2022. DOI: 10.17267/2317-3394rpds.2022.e4117. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2022.e4117>. Acesso em: 7 out. 2025.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro: oito exercícios sobre a reflexão política*. Tradução de M. W. B. de Almeida. São Paulo, SP: Perspectiva, 2011. (Obra original publicada em 1961).

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Tradução de R. Raposo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012. (Obra original publicada em 1951).

ARIÈS, P. *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2021. (Obra original publicada em 1960).

ARISTÓTELES. *Arte poética*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuições para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARKLEY, R. A. *Behavioral inhibition, sustained attention, and executive functions: constructing a unifying theory of ADHD*. *Psychological Bulletin*, v. 121, n. 1, p. 65–94, 1997. DOI: 10.1037/0033-2909.121.1.65. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.121.1.65>. Acesso em: 7 out. 2025.

BAUMAN, Z. *Vida para o consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. In: *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BENJAMIN, W. *Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação*. Tradução de M. A. Werneck Sodré. São Paulo: Editora 34, 2002.

BERGÈS, J. *Por que cinco vezes mais meninos não aprendem?* In: BERGÈS, J.; BERGÈS-BOUNES, M.; CALMETTES-JEAN, S. (org.). *O que aprendemos com as crianças que não aprendem?* Porto Alegre: CMC Editora, 2008. p. 69–72.

BERNARDINO, L. M. (org.). *Infâncias em tempos distópicos: o que pode a psicanálise?* Salvador: Ágalma, 2022.

BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas*. 3. ed. Tradução de A. Cabral. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BEZERRA, F. M. *Entre linguística e psicanálise: a metáfora do medo em memes sobre o novo coronavírus no Brasil*. 2021. Monografia (Graduação) — Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2021.

BIRMAN, J. *Prefácio*. In: ROZA, E.; REIS, E. *Da análise da infância ao infantil em análise*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1997. p. 7–37.

BIRMAN, J. *Subjetividades contemporâneas*. In: *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

BURMAN, E. *Fanon, education, action: child as method*. London; New York: Routledge, 2019.

BRASIL. *Senado Federal. Projeto de Lei n.º 2.628, de 18 de outubro de 2022: dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais*. 2022. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/154901>. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. *Lei n.º 15.100, de 13 de janeiro de 2025: dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos de ensino da educação básica*. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 13 jan. 2025.

CALLIGARIS, C. *Três conselhos para a educação das crianças*. In: *Educa-se uma criança?* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 25–30.

CARMO-HUERTA, V.; ROSA, M. D. *Incidências da transmissão familiar e cultural no processo de subjetivação do adolescente migrante*. In: MENA, L. (org.). *O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?* Salvador: Ágalma, 2021.

CARVALHO, J. S. F. de. *Educação, uma herança sem testamento: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

CATÃO, I. A. *A psicopatologia, o sujeito da psicanálise e a clínica com bebês*. In: *Mal-estar na infância e medicalização do sofrimento: quando a brincadeira fica sem graça*. Salvador: Ágalma, 2020. p. 7–26.

CHECCHINATO, D. *Psicanálise de pais: criança, sintoma dos pais*. Belo Horizonte: Cia de Freud, 2011.

CIRINO, O. *A psicanálise, a infância e o infantil*. In: *Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura*. São Paulo: Autêntica, 2001. p. 49–64.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. *Preconceitos no cotidiano escolar, ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez, 1996.

CORSO, D. L. *A parentalidade envergonhada*. In: FLEIG, M. (org.). *Psicanálise e sintoma social*. São Leopoldo: Unisinos, 1993. p. 169–182.

COSTA, A. *Litorais da psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2015.

SILVA JUNIOR, N. *A sombra da sublimação: o imperialismo da imagem e os destinos pulsionais na contemporaneidade*. *Psychê*, v. 7, n. 11, 2003.

DA SILVA, J. A. P. *A psicanálise e o mal-estar na contemporaneidade*. *Estudos de Psicanálise*, n. 48, p. 99–106, 2017. Belo Horizonte.

DE CAMPOS, S. *Existe uma nova forma de atenção?* In: MEZÊNCIO, M.; SANTIAGO, A. L. (org.). *A psicanálise do hiperativo e do desatento... com Lacan*. Belo Horizonte: Scriptum, 2013.

DE CARLI, F.; SANTOS FILHO, F. C.; CEZAR, L. O. *Medicalização, patologização, medicação na infância: como chegamos a isso?* In: DE CARLI, F.; SANTOS FILHO, F. C. (org.). *Mal-estar na infância e medicalização do sofrimento: quando a brincadeira fica sem graça*. Salvador: Ágalma, 2020. p. 93–114.

DE CASTRO, J. E. *Considerações sobre a escrita lacaniana dos discursos*. *Ágora*, v. 12, n. 2, p. 245–258, 2009.

DIAMANTIS, I. *“Não um sem o outro”, ou: o gozo que não era necessário*. In: *Litoral: do pai*. Rio de Janeiro: Campo Matemático, 2002. p. 57–70.

DOR, J. *A estrutura e o diagnóstico em psicanálise*. Tradução de S. T. S. Frazão. Porto Alegre: Artmed, 1998. (Trabalho original publicado em 1991).

DOR, J. *O pai e sua função na psicanálise*. 2. ed. Tradução de M. A. C. Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. (Obra original publicada em 1989).

DUFOUR, D.-R. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUNKER, C. *O cálculo neurótico de gozo*. São Paulo: Escuta, 2002.

DUNKER, C. *Intoxicação digital infantil*. In: BAPTISTA, A.; JERUSALINSKY, J. (org.). *Intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais*. Salvador: Ágalma, 2017. p. 117–145.

ECCEL, D. *Entre a conservação da memória e a possibilidade de novas fundações: o que permanece da tradição em Hannah Arendt? Conjectura: Filosofia e Educação*, v. 23, n. 2, p. 268–289, 2018.

FINGERMAN, D. T. *O que é um corpo? Como responde a psicanálise?* In: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (org.). *Corpo*. São Paulo: Autêntica, 2021. (Coleção Parentalidade e Psicanálise).

FERRARI, A. G.; SILVA, M. R.; DONELLI, T. S. *A criança e seus pais: alguns interrogantes sobre as funções parentais na atualidade*. *Revista aSEPHallus*, v. 14, n. 7, 2012. Disponível em: <http://www.isepol.com/asephallus>. Acesso em: 7 out. 2025.

FLESLER, A. *A psicanálise de crianças e o lugar dos pais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FLESLER, A. *Crianças e adolescentes frente ao real de nosso tempo*. Tradução de Josias S. Fontoura. Novo Hamburgo: Editora Discurso, 2024.

FONSECA, P. F. *O brinquedo e o brincar nos tempos de correr*. *Skholé: Revista de Educação, Cultura e Subjetividade*, v. 1, n. esp., p. 42–56, 2022. São Paulo.

FORMIGONI, M. C. *Segregação, infância generalizada e alegria: questões para a psicanálise*. *Stylus – Revista de Psicanálise*, n. 34, p. 75–82, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2017000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 out. 2025.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de S. T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Obra original publicada em 1966).

FREUD, S. *Bate-se numa criança: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais*. Tradução de J. Salomão. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 215–230. (Obra original publicada em 1919).

FREUD, S. *Totem e tabu: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e dos neuróticos*. Tradução de L. A. Garcia-Roza. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. (Obra original publicada em 1913).

FREUD, S. *A dinâmica da transferência*. In: FREUD, S. (org.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 111–119. (Obra original publicada em 1912).

FREUD, S. *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides)*. In: *Obras completas de Freud*. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. p. 15–89. (Obra original publicada em 1911).

FREUD, S. *Fragmento de uma análise de histeria: o caso Dora*. In: *Obras completas de Freud*. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. p. 1–93. (Obra original publicada em 1905).

FREUD, S. *Além do princípio do prazer*. In: *História de uma neurose infantil: o homem dos lobos; Além do princípio do prazer e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. (Obra originalmente publicada em 1920).

FREUD, S. *Introdução ao narcisismo*. In: *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914–1916)*. Tradução de P. C. Souza. Obras completas, v. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. p. 13–50. (Trabalho original publicado em 1914).

FREUD, S. *Romance familiar*. In: *Obras completas: volume 14 – Psicologia do eu e narcisismo*. Tradução de P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a. p. 193–210. (Obra original publicada em 1918).

FREUD, S. *Contribuições à psicologia do amor*. Tradução de P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b. (Trabalhos originais publicados entre 1910 e 1918).

FREUD, S. *Observações sobre um caso de neurose obsessiva (O homem dos ratos)*. In: *Obras completas de Freud*. v. 9. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Obra original publicada em 1909).

FREUD, S. *O poeta e o fantasiar*. In: *Arte, literatura e os artistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 53–68. (Obra original publicada em 1908).

FREUD, S. *O mal-estar na cultura e outros escritos*. Tradução de M. R. S. Moraes. In: *Obras incompletas de Freud*. São Paulo: Autêntica, 2020. (Original publicado em 1930).

FREUD, S. *O pequeno Hans: análise da fobia de um menino de cinco anos*. Tradução de R. Zwick. São Paulo: Autêntica, 2023. (Original publicado em 1909).

FRYD, A. *Amos del Amo*. In: *Psicoanálisis con Niños y Adolescentes 2*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2009.

FRYD, A. *Los niños amos*. *Boletín Enapol*, n. 59, 2013. Disponível em: <http://www.enapol.com.Boletines/059.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

FRYD, A. *Niños amos*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2019.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 5. ed. Tradução de L. P. Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Obra original publicada em 1966).

GARCIA-ROZA, L. A. *Pesquisa acadêmica em psicanálise*. Anuário Brasileiro de Psicanálise, Rio de Janeiro, 1993.

HAIDT, J. *A geração ansiosa: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais*. Tradução de L. Azevedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

HARARI, R. *Uma introdução aos quatro conceitos fundamentais de Lacan*. Campinas: Papyrus, 1990.

HARARI, R. *Seminário sobre a significação do falo, de Lacan*. Clinamen – Revista Psicanalítica – Maiêutica (Florianópolis), v. 2, n. 2, p. 11–110, 2003.

HERRMANN, F. *Da clínica extensa à alta teoria: a história da psicanálise como resistência à psicanálise*. Percurso, v. 15, n. 29, p. 15–20, 2002.

HERRMANN, F. *Pesquisando com o método psicanalítico*. In: HERRMANN, F.; LOWENKRON, T. *Pesquisando com o método psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 43–83.

IACONELLI, V. *Criar filhos no século XXI*. São Paulo: Contexto, 2021.

ILLICH, I. *A expropriação da saúde: Nêmesis da medicina*. Tradução de M. C. M. Motta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

INSTITUTO ALANA. *Manifestação do Instituto Alana com sugestões a fim de garantir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes: nota técnica sobre o PL 2.628/2022*. Criança e Consumo, 2024. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/biblioteca/nota-tecnica-pl2628/>. Acesso em: 7 out. 2025.

JERUSALINSKY, J. *Enquanto o futuro não vem: a psicanálise e a clínica interdisciplinar com bebês*. (Coleção Calças Curtas). Salvador: Ágalma, 2002.

JERUSALINSKY, A. *A criança falada: a escuta psicanalítica na educação e na clínica*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2006.

JERUSALINSKY, A. *Psicanálise e desenvolvimento infantil*. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2007.

JERUSALINSKY, A. *Psicanálise e desenvolvimento infantil: um enfoque transdisciplinar*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2010.

JERUSALINSKY, J. *A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê*. (Coleção De Calças Curtas). Salvador: Ágalma, 2011.

JERUSALINSKY, J. *A criança entre os laços familiares e as janelas virtuais*. In: BAPTISTA, A.; JERUSALINSKY, J. (org.). *Intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais*. Salvador: Ágalma, 2017. p. 39–56.

JERUSALINSKY, J.; MORENO, M. I.; PIMENTEL, F. A. *A era da palmatória química e da camisa de força tarja preta: medicalização versus reconhecimento do sofrimento psíquico da criança na pólis*. In: CATÃO, I. (org.). *Mal-estar na infância e medicalização do sofrimento: quando a brincadeira fica sem graça*. Salvador: Ágalma, 2020.

KAMERS, M. *Os riscos da nomeação diagnóstica e o uso de psicofármacos na infância*. In: KAMERS, M.; SILVA, C. S. A.; SILVA, F. P. A. (org.). *Mal-estar na infância e medicalização do sofrimento: quando a brincadeira fica sem graça*. Salvador, BA: Ágalma, 2020. p. 208–230.

KAMERS, M. *As configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais*. In: MENA, L. (org.). *O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?* Salvador, BA: Ágalma, 2021.

KARDOUS, P. *A estrutura da família humana para a psicanálise*. In: MENA, L. (org.). *O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?* Salvador: Ágalma, 2021.

KATZ, I. *Infância e política* [Vídeo]. CPFL Cultura, 7 jul. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2V0av2eBHb8>. Acesso em: 7 out. 2025.

KATZ, I. *Infâncias contra-hegemônicas para descolonizar a psicanálise*. In: SURJUS, T.; MOYSÉS, M. A. (org.). *Saúde mental infantojuvenil – territórios, políticas e clínicas de resistência*. Santos: UNIFESP/Abrasme, 2019. p. 85–97.

KATZ, I. *O recurso à criança para dizer o indizível*. *Lacuna*, n. 11, 2021a.

KATZ, I. *Infâncias e parentalidade: nomeações, funções e funcionamentos*. In: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. *Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021b.

KEHL, M. R. *Lugares do feminino e do masculino na família*. In: COMPARATO, M. C. C.; MONTEIRO, D. S. F. *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001a.

KEHL, M. R. *Debate*. In: COMPARATO, M. C. M.; MONTEIRO, D. S. F. (org.). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001b.

KEHL, M. R. *A violência do imaginário*. In: COMPARATO, M. C. M.; MONTEIRO, D. S. F. *A criança na contemporaneidade e a psicanálise: mentes e mídia*. v. 2. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

KEHL, M. R. *Em defesa da família tentacular*. In: MENA, L. (org.). *O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?* Salvador: Ágalma, 2021. p. 79–98.

KREISLER, L. *A criança e seu corpo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

KREISLER, L. *A nova criança na desordem psicossomática*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

KUPERMANN, D. *Humor, desidealização e sublimação na psicanálise*. *Psicologia Clínica*, v. 22, n. 1, p. 193–207, 2010.

KUPFER, M. C.; BERNARDINO, L. M. F. *A criança como mestre de gozo da família atual: desdobramentos da pesquisa multicêntrica de indicadores clínicos para o desenvolvimento infantil*. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v. 8, n. 3, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 out. 2025.

KUPFER, M. C. M.; BERNARDINO, L. M. F. *As relações entre construção da imagem corporal, função paterna e hiperatividade: reflexões a partir da pesquisa IRDI*. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, v. 12, n. 1, 2009. DOI: 10.1590/S1415-47142009000100004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000100004>. Acesso em: 7 out. 2025.

LACAN, J. *Le Séminaire, Livre XVI: D'un Autre à l'autre (1968–1969)*. Transcrição de J.-A. Miller. Inédito. Paris: Éditions de l'Association Freudienne Internationale / Typoscript Circulante.

LACAN, J. *Lição de 15 de fevereiro de 1977*. In: *O Seminário, Livro 23 – L'insu que sait de l'Une-bevue s'aile à mourre*. Inédito, 1977.

LACAN, J. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. (Trabalho original ministrado em 1972–1973).

LACAN, J. *O seminário, livro 3: as psicoses (1955–1956)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Trabalho original publicado em 1955–1956).

LACAN, J. *O seminário, livro 4: a relação de objeto (1956–1957)*. Tradução de D. D. Brandão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Obra original publicada em 1956–1957).

LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Organização de J.-A. Miller; tradução de M. B. da Motta. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. (Seminário ministrado em 1964).

LACAN, J. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Organização de J.-A. Miller; tradução de M. B. G. Russo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. (Seminário ministrado em 1959–1960).

LACAN, J. *Hamlet por Lacan*. Campinas: Escuta, 1986.

LACAN, J. *O nascimento da psicanálise: uma resposta à crise da imago paterna*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 55–70.

LACAN, J. *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. (Trabalho original publicado em 1956–1957).

LACAN, J. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 585–645. (Trabalho original publicado em 1958).

LACAN, J. Ciência e verdade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a. p. 869–892. (Trabalho original publicado em 1966).

LACAN, J. A significação do falo. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. (Trabalho original publicado em 1958).

LACAN, J. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Tradução de J. H. G. Mattos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998c. (Trabalho original ministrado em 1964).

LACAN, J. *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Organização de J.-A. Miller; tradução de A. Telles e S. Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998d. (Obra original publicada em 1966).

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998e. p. 97–103. (Trabalho original publicado em 1949).

LACAN, J. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (Trabalho original publicado em 1958).

LACAN, J. Radiofonia. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003a. (Trabalho original publicado em 1970).

LACAN, J. Os complexos familiares na formação do indivíduo. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003b. p. 29–90. (Trabalho original publicado em 1938).

LACAN, J. Alocução sobre as psicoses da criança. In: *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003c. p. 359–368. (Obra original publicada em 1967).

LACAN, J. Nota sobre a criança. In: *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003d. p. 369–370. (Obra original publicada em 1969).

LACAN, J. O simbólico, o imaginário e o real. In: *Nomes-do-pai*. Tradução de A. Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (Texto original de 1953).

LACAN, J. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Organização de J.-A. Miller; tradução de C. Moura e A. Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (Seminário ministrado em 1969–1970).

LAJONQUIÈRE, L. *A psicanálise e o debate sobre o desaparecimento da infância*. *Educação & Realidade*, v. 31, n. 1, 2011. Disponível

em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/22973>. Acesso em: 7 out. 2025.

LAJONQUIÈRE, L. *Hasta qué punto los “niños” de hoy son diferentes de los de antes? Un aporte psicoanalítico al debate sobre la pluralidad de infancias*. *Revista Educación, Lenguaje y Sociedad*, v. XXII, n. 23, p. 1–23, jun. 2024.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução de M. A. Veronese. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002. (Obra original publicada em 1980).

LAPLANCHE, J. Introdução. In: *Novos fundamentos para a psicanálise*. Tradução de C. Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 1–17.

LAURENT, É. *A sociedade do sintoma: a psicanálise, hoje*. Tradução de V. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.

LAURENT, É. *O avesso do sintoma*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

LAURENT, É. *A crise do controle da infância*. In: OTONI, F.; SANTIAGO, A. L. (org.). *Crianças falam e têm o que dizer: experiências do CIEN no Brasil*. Belo Horizonte: Scriptum, 2013. p. 42–51.

LAURENT, É. *El niño como el real del delirio familiar*. In: *La puesta en juego del síntoma: clínica con niños y adolescentes*. Buenos Aires: Eudeba, 2015.

LAURENT, É. *Los niños de hoy y la parentalidad contemporánea*. Conferência na Faculdade de Psicologia da UBA, 2018. Disponível em: <https://www.radiolacan.com/pt/podcast/conferencia-de-eric-laurent-na-universidade-de-buenos-aires-as-criancas-de-hoje-e-a-parentalidade-contemporanea/3>. Acesso em: 7 out. 2025.

LEAL, F. A. A. *O pai ou a função paterna em Lacan: um retorno à questão da linguagem*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador, Programa de Família na Sociedade Contemporânea, 2010. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1487>. Acesso em: 7 out. 2025.

LEANDRO, M.; COUTO, D. P.; LANNA, M. A. L. *Da realidade psíquica ao laço social: a função de mediação do conceito de fantasia*. *Cadernos de Psicanálise*, v. 35, n. 28, p. 27–48, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952013000100002. Acesso em: 7 out. 2025.

LE BRETON, A. *O corpo e a marca: ensaio sobre tatuagens e outras marcas corporais*. Campinas: Papirus, 2002.

LEGNANI, V.; ALMEIDA, S. *Hiperatividade: o “não-decidido” da estrutura ou o “infantil” ainda no tempo da infância*. *Estilos Clínicos (Online)*, v. 14, p. 14–35, 2009.

LEGUIL, C. *Transgénero en el siglo XX: un requerimiento de marca significativa o una negación a ser marcado?* Revista Enlaces, n. 20, Buenos Aires: Grama, 2013.

LENGYEL, A. N. *A sociedade contemporânea: o brincar e o brinquedo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de São Paulo, 2012.

LEVY, R. *A noção de sintoma na criança*. In: VOLTOLINI, R. (org.). *Retratos do mal-estar contemporâneo na educação*. São Paulo: Escuta, 2014.

LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarola, 2004.

LIMA, G. G. de. *Criança: objeto a liberado?* Educação em Revista, v. 25, n. 1, p. 203–218, 2009. Belo Horizonte.

LIMA, A. L. G.; PIRES, M. M. L. *Esse tal ‘opositor desafiador’: aquele a quem não pode faltar*. Correio da APPOA, n. 6, out. 2019.

LOPES, T. J. S.; BERNARDINO, L. M. F. *O sujeito em constituição, o brincar e a problemática do desejo na modernidade*. Revista Mal-Estar e Subjetividade, v. 11, n. 1, p. 369–395, 2011.

LUCCIA, D. P. B. *Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade diagnosticado na infância: a narrativa do adulto e as contribuições da psicanálise*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2014.

MARIOTTO, R. M. M. *Desmame, desfralde, descame e desligue: velhos desafios atuais da parentalidade*. In: KAMERS, M.; COUTINHO-JORGE, M. A.; MARIOTTO, R. M. M. (org.). *Psicanálise, clínica & cultura*. Salvador: Ágalma, 2021.

MEIRA, A. M. *Benjamin, os brinquedos e a infância contemporânea*. Psicologia & Sociedade (Online), v. 15, n. 2, p. 74–87, 2003. DOI: 10.1590/S0102-71822003000200006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200006>. Acesso em: 7 out. 2025.

MELMAN, C. *Novos estudos sobre o inconsciente*. Tradução de E. A. Nogueira do Vale. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. (Obra original publicada em 1995 com o título *Nouvelles études sur l'inconscient*).

MELMAN, C. *Sobre a educação das crianças*. In: *Educa-se uma criança?* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 31–40.

MENA, L. *Desamparo e inexistência*. In: BERNARDINO, L. M. (org.). *Infâncias em tempos distópicos: o que pode a psicanálise?* Salvador: Ágalma, 2021.

MEZAN, R. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MEZAN, R. *O método psicanalítico no texto acadêmico: três exemplos e algumas observações*. In: KUBLIKOWSKI, I.; KAHHALE, E. M. S. P.; TOSTA, R. M.

(org.). *Pesquisas em psicologia clínica: contextos e desafios*. São Paulo: EDUC, 2019.

MILLER, Jacques-Alain. *Os paradigmas do gozo: conferências no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MINNICELLI, M. *Infancia, signifiante en falta de significación*. *Educação em Revista*, v. 25, n. 1, p. 179–202, 2009. DOI: 10.1590/S0102-46982009000100010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982009000100010>. Acesso em: 7 out. 2025.

MOMO, M.; COSTA, M. *Crianças escolares do século XXI: para se pensar uma infância pós-moderna*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, p. 965–991, 2010.

MRECH, L. M. et al. *A criança na contemporaneidade: sujeito ou objeto?* In: *Proceedings of the 7th Formação de profissionais e a criança-sujeito* [online]. 2009. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032008000100046. Acesso em: 7 out. 2025.

NAFFAH NETO, A. *A pesquisa psicanalítica*. *Jornal de Psicanálise*, v. 39, n. 70, p. 279–288, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v39n70/v39n70a18.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

NEGRO, M. A. *Las pantallas y la función de la imagen*. *Virtualia*, n. 30, 2015. Disponível em: <https://revistavirtualia.com/storage/articulos/pdf/pgVpxDVICfaJnyP3lteJCgMrIEIwFk3GoVMFbkkk.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

OLIVEIRA, C. L. *Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características*. *Revista Travessias*, v. 2, n. 3, p. 1–16, 1982. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122>. Acesso em: 7 out. 2025.

OLIVEIRA, F. L. G.; DARRIBA, V. A. *Sobre a importância da transmissão parental do desejo para a psicanálise a partir de um caso de obesidade infantil*. *Estilos da Clínica*, v. 2, n. 2, p. 265–278, 2015.

PEREIRA, M. *As crianças de hoje são mais sabidas?* *Estilos da Clínica*, v. 16, n. 2, p. 338–347, 2011.

PINTO, J. M. *A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da psicanálise*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 12, n. 3, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000300009. Acesso em: 7 out. 2025.

PISETTA, M. A. A. M.; CONCEIÇÃO, L. D. *Real e imaginário no brincar*. *Revista Aleph*, v. 15, n. 30, jul. 2018.

PISETTA, M. A. A. M.; BESSET, V. L. *Alienação e separação: elementos para discussão de um caso clínico*. *Psicologia em Estudo*, v. 16, n. 2, p. 317–324, 2011. DOI: 10.1590/S1413-73722011000200017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000200017>. Acesso em: 7 out. 2025.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. São Paulo: Graphia, 1999.

PUJÓ, M. *Para una clínica de la cultura*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2006.

QUINET, A. *As 4+1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

QUINET, A. *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

RAÑA, W. *A doença no corpo: efeitos do contemporâneo ou resultado de uma nova leitura*. In: COMPARATO, M. C. M.; MONTEIRO, D. S. F. (org.). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

RAÑA, W. *Hiperatividade na infância: contribuições da psicossomática psicanalítica*. In: SOARES, A. M. et al. (org.). *Psicanálise e psicossomática: casos clínicos, construções*. São Paulo: Escuta, 2015. p. 85–103.

RAÑA, W. *Medicalização na infância e o tempo de desmedicalizar*. In: *Mal-estar na infância e medicalização do sofrimento: quando a brincadeira fica sem graça*. Salvador: Ágalma, 2020. p. 114–130.

RODULFO, R. *Trastornos narcisistas no psicóticos*. Buenos Aires: Paidós, 1992.

ROSA, M. D. *Psicanálise implicada: a invenção de uma clínica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

ROSA, M. D.; LACET, C. *A criança na contemporaneidade: entre saber e gozo*. *Estilos da Clínica*, v. 17, n. 2, p. 359–372, 2012.

ROSA, M. D. *Passa Anel: famílias, transmissão e tradição*. In: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (org.). *Parentalidade*. São Paulo: Autêntica, 2022. p. 23–36.

ROSA, M. D.; DOMINGUES, E. *O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação*. *Psicologia & Sociedade (Online)*, v. 22, n. 1, 2010. DOI: 10.1590/S0102-71822010000100021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021>. Acesso em: 7 out. 2025.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem: psicanálise e crise da família*. Tradução de A. Pinheiro. São Paulo: Escuta, 2002.

RIVERA, T. *O avesso do imaginário – arte contemporânea e psicanálise*. São Paulo: Cosac Naif, 2013.

ROIZMAN, D. H. *Paternidades. Correio da APPOA*, n. 5, ago. 2018. Disponível em: https://appoa.org.br/correio/edicao/279/problemas_cruciais_da_infancia_recusa_da/616. Acesso em: 7 out. 2025.

ROY, D.; ROY, M. *Hiperatividade: ordem e desordens*. In: MEZÊNCIO, M.; SANTIAGO, A. L. (org.). *A psicanálise do hiperativo e do desatento... com Lacan*. Belo Horizonte: Scriptum, 2013.

SAFATLE, V. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAFOUAN, M.; HOFFMANN, C. *O desejo nas mutações familiares e sociais*. São Paulo: Instituto Langage, 2016.

SÁNCHEZ, M. *El niño y el síntoma en el discurso psicoanalítico*. In: SIERRA, N. A. et al. (org.). *El niño y la subjetividad contemporánea – intervenciones psicoanalíticas*. San Luis: Nueva Editorial, 2019.

SANTIAGO, A. L. *Hiperatividade: marca invisível do saber do Outro no corpo*. In: MEZÊNCIO, M.; SANTIAGO, A. L. (org.). *A psicanálise do hiperativo e do desatento... com Lacan*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2013.

SANTIAGO, A. L. *Comentário clínico: o que Rosa ensina sobre a “hiperatividade”*. In: MEZÊNCIO, M.; SANTIAGO, A. L. (org.). *A psicanálise do hiperativo e do desatento... com Lacan*. Belo Horizonte: Scriptum, 2013.

SANTONI, M.; CAGNINA, M. F. L.; FIGUEROA, M. J. L.; BIGOLÍN, S.; COEN, C.; ARCE, M. *Efectos de los lazos sociales contemporáneos en la clínica con niños y adolescentes*. In: SIERRA, N. A.; RUIZ, M. V.; SCHIAVETTA, L. N.; DELFINO, D. A. (org.). *El niño y la subjetividad contemporánea – intervenciones psicoanalíticas*. San Luis: Nueva Editorial, 2019.

SIERRA, N. A. *La subjetividad contemporánea, nuevos síntomas, nuevos malestares*. In: SIERRA, N. A.; RUIZ, M. V.; SCHIAVETTA, L. N.; DELFINO, D. A. (org.). *El niño y la subjetividad contemporánea – intervenciones psicoanalíticas*. San Luis: Nueva Editorial, 2019.

SILVA JR., N. *À sombra da sublimação: o imperialismo da imagem e os destinos pulsionais na contemporaneidade*. *Psychê: Revista de Psicanálise*, v. 7, n. 11, p. 29–39, 2003.

SOLER, C. *A ética do desejo e a política da falta*. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 68, n. 3, p. 463–474, 2012. DOI: 10.1590/S0102-73952012000300002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-73952012000300002>. Acesso em: 7 out. 2025.

SOUZA, T. P. *A criança, a palavra e o brincar: um enlaçamento clínico*. *Estilos da Clínica*, v. 26, n. 1, p. 99–114, 2021.

SOUZA, E. L. A. *Furos no futuro: psicanálise e utopia*. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2022.

STEIN, M. L. M. *Infantil, eu?* In: *O infantil na psicanálise. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n. 40, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://apboa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista40-1.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

STERNICK, M. V. C. *A imagem do corpo em Lacan. Reverso*, v. 32, n. 59, p. 31–37, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952010000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 7 out. 2025.

TEIXEIRA, M. do R. *Objeto do desejo, objeto do gozo, objeto de consumo. Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba*, v. 7, n. 7, p. 149–181, 2003.

TEPERMAN, D. *Família, parentalidade e época: um nós que não existe*. Tese (Doutorado não publicada) – Universidade de São Paulo, 2012.

TEPERMAN, D. *Um laço chamado desejo*. In: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (org.). *Laço*. (Coleção Parentalidade & Psicanálise). São Paulo: Autêntica, 2022.

TORRE, M. D.; SILVA, V. C. A. *Do pai, da mãe, da família contemporânea e a transmissão do desejo*. In: MENA, L. (org.). *O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?* Salvador: Ágalma, 2021.

TORRES, T. *O fenômeno dos memes. Ciência e Cultura*, v. 68, n. 3, 2016. DOI: 10.21800/2317-66602016000300018. Disponível em: <https://doi.org/10.21800/2317-66602016000300018>. Acesso em: 7 out. 2025.

UNTOIGLICH, G. *Novos diagnósticos? Em busca da subjetividade perdida. Cadernos da APPOA*, v. 13, n. 144, p. 13–23, 2006a.

UNTOIGLICH, G. *Consenso de especialistas da área de saúde sobre o chamado “Transtorno por Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade”*. *Cadernos da APPOA*, v. 13, n. 144, p. 63–68, 2006b.

UNTOIGLICH, G. *En la infancia los diagnósticos se escriben en lápiz: la psicopatologización de las diferencias en la clínica y la educación*. Tomo 33. Buenos Aires: Noveduc, 2011.

VIDIGAL, C. *O que agita o corpo não é fácil de dizer: caso de uma criança agitada, voraz e agressiva, que põe em questão o diagnóstico e a medicação*. In: MEZÊNCIO, M.; SANTIAGO, A. L. (org.). *A psicanálise do hiperativo e do desatento... com Lacan*. Belo Horizonte: Scriptum, 2013.

VOLTOLINI, R. (org.). *Retratos do mal-estar contemporâneo na educação*. São Paulo: Escuta, 2014.

VOLTOLINI, R. *Os filhos da ciência*. In: KAMERS, M.; COUTINHO-JORGE, M. A.; MARIOTTO, R. M. M. (org.). *Psicanálise, clínica & cultura*. Salvador: Ágalma, 2021.

WEINMANN, A. *A criança sob controle: a patologização da infância como sintoma da cultura*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14024>. Acesso em: 7 out. 2025.

WEINMAN, A. O. *A infância e os impasses da modernidade*. In: *Literatura e infância: travessias*. Araraquara: Letraria, 2018. p. 10–20.

WENDER, P. H. *Adult manifestations of attention-deficit/hyperactivity disorder*. In: SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. (ed.). *Comprehensive textbook of psychiatry*. 7. ed. v. 2. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2000. p. 2688–2692.

REIS, V. A. W. dos; WERNER, P. S. A. J. da S. *O estruturalismo na obra de Jacques Lacan: um retorno à questão da linguagem*. *Jornal de Psicanálise*, v. 53, n. 98, p. 331–346, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352020000100025&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 7 out. 2025.

WERNER, V. *O grande Outro em declínio e o sujeito na contemporaneidade*. Campinas: Pontes Editores, 2023.

WYLLYS, J. *O bebê reborn e a falsolatria: um sintoma do presente e um presságio do futuro*. *Revista Cult*, 15 maio 2025. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/bebe-reborn/>. Acesso em: 7 out. 2025.

ZIZEK, S. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.